



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ATA N.º 04/2022

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2022

INICIADA ÀS 14 HORAS E 55 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 23 HORAS e 05 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL</b>
ABERTURA .....	<b>02</b>
ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>06</b>
ORDEM DO DIA .....	<b>42</b>
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO .....	<b>110</b>
ENCERRAMENTO .....	<b>111</b>

ATA N.º 04/2022ABERTURA

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - Atas (Aprovação)*
- 1.2 - Expediente*
- 1.3 - Intervenções*

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município; (Apreciação)*
- 2.2 - “O Território e os Incêndios Florestais” – Constituição de uma Comissão de Acompanhamento (Debate e aprovação)*
- 2.3 - CPCJ da Covilhã - Relatório Anual de Atividades – 2021 (Conhecimento)*
- 2.4 - 12.ª Alteração Orçamental Modificativa (Aprovação)*
- 2.5 - Valores Serviços Essenciais – Transportes – 2.º, 3.º e 4.º Trimestre de 2021 e 1.º Trimestre de 2022 – CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (Aprovação)*
- 2.6 - Protocolo de colaboração a celebrar com a Autoridade Tributária (AT) para efeitos de cobrança coerciva de impostos e de outros tributos administrados pela Autarquia da Covilhã (Deliberação)*
- 2.7 - 5.ª Alteração do Plano Diretor Municipal da Covilhã – Versão Final (Aprovação)*
- 2.8 - Alteração/aditamento ao PERU – que enquadra a Operação de Reabilitação Urbana – e Alteração da delimitação da ARU do Centro Urbano da Covilhã (Aprovação simultânea)*
- 2.9 - Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho da Covilhã (Aprovação)*

- 2.10 - Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia do Paul – Aquecimento Escolar (reforço) – Ano Letivo 2021/2022 – ano económico de 2022 (Autorização)*
- 2.11 - Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Aquecimento Escolar – Ano Letivo 2022/2023 (Autorização)*
- 2.12 - Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Transporte Escolar – Ano Letivo 2022/2023 (Autorização)*
- 2.13 - Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – para assegurar o funcionamento das CAF no 1º Ciclo do Ensino Básico e AAAF no Pré-Escolar- Ano Letivo 2022/2023 (Autorização)*
- 2.14 - Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso para pagamento das despesas correntes do funcionamento do Refeitório da EB do Canhoso – Ano Letivo 2022/2023 (Autorização)*
- 2.15 - Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Peraboa para pagamento das despesas correntes de funcionamento das atividades letivas e não letivas e refeitório da EB e JI de Peraboa – Ano letivo 2022/2023 (Autorização)*
- 2.16 - Contratos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Barco e Coutada, Cortes do Meio, Dominguizo, Peraboa e S. Jorge da Beira, para pagamento da taxa contributiva de 10% à Segurança Social (Autorização)*
- 2.17 - Protocolo de Colaboração com a Freguesia de Peraboa – Refeições - Ano Letivo 2022/2023 (Deliberação)*
- 2.18 - Protocolo de Colaboração com a União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo – Refeições – Ano Letivo 2022/2023 (Deliberação)*
- 2.19 - Protocolo de Colaboração com a Freguesia do Tortosendo – Refeições – Ano Letivo 2022/2023 (Deliberação)*
- 2.20 - Minuta de Auto de Transferência de Competências e de Recursos da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia de Orjais – Aditamento (Aprovação)*
- 2.21 - Protocolo de Apoio com a União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho – Danos provocados pelo incêndio de 06 de agosto 2022 (Deliberação)*
- 2.22 - Protocolo de Apoio em espécie com a Freguesia do Ferro – Aquisição de Máquina de Lavar Roupa (Deliberação)*
- 2.23 - Aditamento ao Protocolo de Apoio celebrado em 14.setembro.2021, entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto – Construção e Aquisição de Equipamentos para o Auditório da Sede da Junta de Freguesia (Deliberação)*

### **3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel) que substituiu na Mesa a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. ---

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Lino Fernandes Torgal em substituição do Senhor Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Afonso Manuel Mousaco Gomes e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Mário Fernando Lucas Mendes em substituição do Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento "Covilhã Tem Força") e João Ramos Almeida (Erada).-----

Verificada a existência de "quórum", o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, o Senhor Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia. -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Presidentes de Junta/União de Freguesia(s) de Boidobra, Peraboa, Peso e Vales do Rio e Vale Formoso e Aldeia do Souto.** -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Apesar de termos votado a favor da ordem de trabalhos, mencionamos que deveria constar o ponto Relatório Semestral do ROC sobre a situação financeira do Município.” -----

## 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1.1 - ATAS

--- Submetida a **ata n.º 02/2022 de 09 de maio de 2022**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, **foi a mesma aprovada por unanimidade**. -----

**Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra) e Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho).** -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Presidentes de Junta/União de Freguesia de Boidobra, Peraboa, Peso e Vales do Rio e Vale Formoso e Aldeia do Souto.** -----

--- Submetida a **ata n.º 03/2022 de 27 de junho de 2022**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, **foi a mesma aprovada por unanimidade**. -----

**Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo).** -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Presidentes de Junta/União de Freguesia de Boidobra, Peraboa, Peso e Vales do Rio e Vale Formoso e Aldeia do Souto.** -----

### 1.2 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção da Moção “O IC6 e IC7 – ligação a Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Covilhã (A23) – uma obra necessária para a ligação do Interior ao Litoral”; -----

- Email da Administração da Labfit a acusar a receção do Voto de Louvor aprovado na Sessão Ordinária de 09.05.2022; -----
- Email da WOOL – Covilhã Arte Urbana a acusar a receção do Voto de Congratulação aprovado na Sessão Ordinária de 09.05.2022; -----
- Email do Senhor Doutor Ricardo José Vaz Alves Monteiro "Tarantini" a acusar a receção do Voto de Louvor aprovado na Sessão Ordinária de 09.05.2022; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PS a acusar a receção da Moção "O IC6 e IC7 – ligação a Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Covilhã (A23) – uma obra necessária para a ligação do Interior ao Litoral"; -----
- Email do Gabinete do Ministério da Educação a acusar a receção da Moção "Informar para Mudar", informando que a mesma foi reencaminhada para a Direção-Geral da Educação; -----
- Email do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção "O IC6 e IC7 – ligação a Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Covilhã (A23) – uma obra necessária para a ligação do Interior ao Litoral"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter Requerimento\_Audição MCT sobre transferência de Competências para as AL para conhecimento; -----
- Email do Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva a requerer envio ao Sr. Presidente da CMC de requerimento sobre a limpeza de terrenos junto às casas do Ex Fundo de Fomento – Covilhã; ---
- Ofício do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Belmonte a acusar a receção da Moção "O IC6 e IC7 – ligação a Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Covilhã (A23) – uma obra necessária para a ligação do Interior ao Litoral"; -----
- Carta da Senhora Prof.<sup>a</sup> Doutora Elisa da Conceição Silveira Calado Pinheiro a acusar a receção do Voto de Louvor, o qual agradece; -----
- Email da Casa Civil do Presidente da República a acusar a receção da Moção "O IC6 e IC7 – ligação a Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Celorico da Beira, Covilhã (A23) – uma obra necessária para a ligação do Interior ao Litoral"; -----
- Email do Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva a requerer o envio, ao Senhor Presidente da Câmara, do Requerimento "Obras de Conservação - Casa Canto dos Cachopos, nº 5 - Paul"; -----
- Email do Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes a remeter requerimento dos Grupos Municipais do PSD, do CDS-PP e do MPT/PPM/Aliança para convocação, com caráter de urgência, de uma Conferência de Líderes dos Grupos Municipais. -----

--- Foram intervenientes os seguintes Membros Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** Após cumprimentar todos os presentes, informou que tinha entregado "quatro requerimentos que não obtiveram, até hoje, qualquer resposta. ----

Apresentei sobre o Condomínio da Aldeia com o Programa das Aldeias em Território Florestal, solicitando informação sobre candidaturas apresentadas. Penso que terminava o prazo, na altura, em abril e este requerimento data de 31 de maio; -----

Em 7 de junho, solicitei elementos sobre uma obra realizada no Cemitério do Paul. Tentei visitar a obra, mas não vi obra nenhuma; -----

Em 21 de julho, sobre a limpeza de uma zona pública de estacionamento e uns canteiros anexos a um terreno que confronta a Norte com a Avenida 25 de Abril, nas traseiras das Casas do Ex Fomento, na Rua Cidade do Fundão, nomeadamente nas traseiras do Bloco 2. Também não obtive resposta; -----

Em 18 de agosto, outro requerimento a dar conhecimento e a questionar a Câmara sobre uma casa em ruínas no Paul. -----

Esta situação de ausência de resposta que é recorrente, parece-nos, a nós, de alguma gravidade.

Compete ao Senhor Presidente da Câmara prestar as informações solicitadas por esta Assembleia através da Mesa. -----

A ausência de resposta, para além do incumprimento dos normativos legais, revela uma atitude desrespeitosa e de menorização do papel dos eleitos, legítimos representantes do Povo deste Concelho. -----

A ausência sistemática de resposta às questões colocadas revela uma atitude de governância municipal muito longe da humildade e do respeito que deve caracterizar o exercício do poder por qualquer eleito e o incumprimento dos deveres estatuídos no artigo 4.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, que define o Estatuto dos Eleitos Locais.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Referiu que “estamos na Assembleia Municipal de setembro do corrente ano e a Câmara Municipal contratou, em dezembro do ano transato, um novo Revisor de Contas e sabemos que, a cada semestre, tem que vir ao órgão executivo e deliberativo o relatório do ROC sobre a situação financeira do Município. -----

Compreendemos que é difícil que venha à Assembleia Municipal de junho. Achávamos que esta deveria ser a Assembleia Municipal própria para termos aqui o relatório do ROC para análise porque a próxima é a Assembleia do Orçamento e Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos e não me parece que seja o momento próprio para falar do presente, mas mais do futuro. -----

Vou deixar um requerimento a solicitar este relatório semestral do ROC sobre a situação financeira do Município.” **(Doc. 01)** -----

Prosseguiu dizendo que tinham “seis requerimentos que ainda aguardam resposta. Dou o exemplo de um que foi apresentado há mais tempo e que já transita inclusive do mandato anterior, tendo sido apresentado novamente neste mandato, que tem que ver com a apresentação dos relatórios trimestrais das contas das empresas municipais aqui neste órgão. Estão obrigados a fazê-lo e ainda não o fizeram uma única vez neste mandato. Sabemos que a Lei determina a consequência do não



cumprimento dessa normativa legal que é a dissolução dos corpos sociais das empresas municipais.” -----

Deu mais alguns exemplos, tais como a “informação escrita; Data Center; novo aeroporto (o Senhor Presidente da Câmara disse que tinha um novo terreno onde pensava localizá-lo e questionamos qual era); convocação do Secretário Executivo da CIMBSE para vir a esta Assembleia... Aguardamos resposta a tudo isso. -----

Diz-nos a ata da última sessão que, quando fiz a mesma pergunta que estou a fazer agora, ou seja, onde está a resposta aos requerimentos (que deve ser feita no prazo de 10 dias de acordo com o Código do procedimento Administrativo), a resposta que foi dada foi que o Senhor Presidente da Câmara tomou boa nota das questões. -----

Portanto, gostava de questionar o Senhor Presidente da Câmara que nota nos dá desta vez e, como anexo à nota, se desse as respostas aos requerimentos, agradecemos.” -----

### 1.3 - INTERVENÇÕES

#### LÍDERES / REPRESENTANTES DE BANCADA

--- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.02)** -----

*“É preocupante a situação que se vive no País. -----  
Uma situação marcada pelo agravamento dos principais problemas nacionais e por uma acelerada deterioração das condições de vida da maioria da população, onde pesa de forma preocupante o desmesurado aumento do custo de tudo, o que é essencial à vida do povo. -----*

*Uma evolução negativa que é inseparável das sanções, da guerra, do aproveitamento que delas faz o grande capital e das opções do Governo do PS que notoriamente lhe dá cobertura, negando-se a tomar as medidas que se impunham para enfrentar os graves problemas com que os trabalhadores e o povo estão confrontados. -----*

*Uma situação agravada pela decisão do BCE de aumento das taxas de juro de referência, com um enorme impacto, designadamente no crédito à habitação e pela intensificação da exploração do trabalho, estimulada pelas normas gravosas da legislação laboral. -----*

*Não é por acaso que continua a crescer a pobreza no seio de um significativo número das pessoas que trabalham. -----*

*Toda uma realidade que está a estimular uma crescente e contínua acumulação e centralização da riqueza, bem patente no brutal contraste entre as dificuldades do povo e das micro, pequenas e médias empresas e os lucros extraordinários obtidos pelos principais grupos económicos da energia, da banca, do comércio e serviços que os viram quase duplicar nos primeiros seis meses do -----*

ano. -----

*Entretanto, assistimos a uma escandalosa campanha promovida por representantes de tais grupos económicos com a conivência do Governo para reduzir a tributação sobre os seus lucros. -----*

*Como o PCP tem denunciado a perda de controlo pelo Estado em sectores estratégicos como os da energia, por via da sua privatização e liberalização, retira ao País instrumentos decisivos para a definição da sua política energética, transfere para os acionistas milhares de milhões de euros que podiam ser receita do Estado para reforço dos serviços públicos e funções sociais, para o melhoramento de infraestruturas e para as tarefas de apoio ao desenvolvimento do País e ao mesmo tempo libertar as populações da gula especulativa destes grupos monopolistas. -----*

*A situação que o País vive exige medidas de emergência, que enfrentem seriamente os problemas e não medidas como as decididas pelo Governo do PS cada vez mais inclinado para a direita, corroboradas por PSD e Presidente da República e convergentes com os objetivos de CDS, IL e Chega. -----*

*Medidas que fogem ao essencial e configuram um caminho de prolongamento da perda de poder de compra e de acumulação de lucros pelos grupos económicos. -----*

*Medidas nulas no combate à especulação, principal componente da actual escalada de preços, a coberto da ideia de que não há vacinas para combater a inflação, a não ser, como inexplicavelmente defende o Governo, pela erosão dos salários, das pensões e das reformas – as variáveis de ajustamento que o Governo escolheu para combater a inflação. -----*

*Medidas falaciosas também, algumas das quais trazem no bojo deliberados enganões, seja na anunciada redução do IVA da electricidade que deixa praticamente tudo na mesma, seja aquela que descaradamente corta para metade o aumento das reformas. -----*

*O PCP denuncia a manobra do Governo para, a pretexto de uma prestação única, que não cobre sequer metade do poder de compra perdido em 2022, impor, ao contrário do que o Governo anuncia, um corte definitivo no valor das pensões em 2023 e nos anos seguintes, numa trajectória contrária à melhoria das condições de vida dos pensionistas e reformados. -----*

*O PCP denuncia, ainda, a rejeição do aumento dos salários como elemento de emergência e indispensável à reposição do poder de compra e de combate efectivo à pobreza. -----*

*O País precisa de outras medidas, nomeadamente: -----*

- O aumento geral dos salários e das pensões numa percentagem que assegure a reposição e valorização do poder de compra dos trabalhadores e reformados, bem como o aumento intercalar do Salário Mínimo Nacional para 800 euros, contrariando o efeito da inflação na degradação das condições de vida; -----*
- O Tabelaento ou fixação de preços máximos de bens essenciais, designadamente energia, combustíveis e bens alimentares, incluindo a possibilidade de fixação de preços abaixo daqueles que são hoje praticados; -----*
- Na habitação, medidas que travem o aumento das rendas com a fixação de um tecto máximo para a sua actualização que em nenhum caso deve ser superior à taxa definida para o corrente ano (0,43%), a par do congelamento no regime de renda apoiada. A fixação de um spread máximo -----*

para conter o aumento dos encargos suportados pelas famílias com o crédito à habitação; -----  
– O cumprimento dos direitos sociais nas áreas da saúde e educação com a imediata contratação e valorização dos seus profissionais; -----  
– A tributação extraordinária dos lucros dos grupos económicos, de forma a que uma parte substancial dos milhares de milhões de euros de lucros acumulados desde o início do ano possam reverter para o apoio à produção nacional, o reforço das políticas sociais e o investimento nos serviços públicos. -----

No Serviço Nacional de Saúde, perante as dificuldades de acesso aos cuidados e a recusa do Governo do PS em avançar com soluções efectivas que contribuam para ultrapassar a grave situação, o PCP reafirma que salvar o SNS exige entre outras medidas: -----

a dedicação exclusiva; o apoio à fixação em zonas carenciadas em saúde; a valorização das carreiras e dos salários e a melhoria das condições de trabalho. -----

Na área da educação, o início do ano lectivo fica uma vez mais marcado pelo elevado número de alunos, mais de 80 mil, com a falta de pelo menos um professor a uma disciplina, situação que terá consequências no processo ensino aprendizagem, bem como vai criar fortes condicionalismos à recuperação das aprendizagens perdidas em consequência da epidemia. -----

A actual situação reclama a afirmação de uma política alternativa que confronte a política de direita decorrente da acção do Governo PS e das forças e projectos reaccionários. -----

Uma política alternativa que promova o aumento dos salários e das pensões, valorize e reforce os direitos dos trabalhadores, as funções sociais do estado e os serviços públicos, apoie a produção nacional, assegure o controlo público de empresas e sectores estratégicos, garanta a justiça fiscal, assuma a necessidade de uma relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, enfrente as imposições da EU e a submissão ao Euro e assegure o desenvolvimento e a soberania nacionais, num quadro de defesa da paz e da cooperação entre os povos.” -----

--- **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.03)** -----

“Antes que a maioria socialista nos apresente a versão romântica da história actual, acuse a omissão da tacticismo, de alarmismo e/ou de desconhecimento das medidas e políticas em vigor. Antes de que nos seja apresentado o conjunto de medidas avulso e decisões que pretendem satisfazer eleitorados e conquistar maiorias, é tempo de podermos olhar aos números e dados que nos devem alarmar para que, com a humildade suficiente de que não conhecemos tudo e reconhecendo que se agirmos em tempo, poderemos reduzir e mitigar algum do impacto de uma crise anunciada. -----

As mais recentes previsões da OCDE apontam para uma desaceleração do PIB para 1,7% já em 2023. -----

O forte investimento público, com origem nos fundos da EU, e a forte retoma das actividades do turismo não são suficientes para amparar os impactos da guerra na Ucrânia; os problemas na cadeia de abastecimento; a subida dos preços da energia e das matérias-primas; a redução de confiança e do poder de compra. -----

*Esta previsão aponta ainda para que o aumento dos preços da energia e dos produtos alimentares faça disparar a inflação para 4% no próximo ano. -----*

*Estes serão certamente, alguns dos dados que fizeram com que o Presidente da República, pedisse ao governo que falasse aos portugueses e que, de forma transparente, explicasse previsões e acções para o próximo ano. -----*

*Mesmo com aumento de salários indexados à inflação e pagamentos de salários em número de horas de trabalho pré-pandemia, não será suficiente para salvaguardar o poder de compra das famílias portuguesas face ao aumento da inflação e dos custos de vida. -----*

*A preocupação é ainda maior se olharmos para os elevados níveis de dívida pública, que segundo o Banco de Portugal embora com ligeira redução face ao primeiro semestre do ano, se situa nos 279,2 Mil milhões de Euros, aproximadamente 126,7% do PIB nacional. -----*

*Este peso da dívida obrigará a apoios orçamentais muito dirigidos e temporários, sobretudo à população mais vulnerável a esta crise. A elevada incerteza na conjuntura económica e social abrandam a recuperação e o crescimento da nossa economia. -----*

*Os preços no consumidor aumentaram cerca de 8,1%, os aumentos dos custos de produção impactam negativamente os sectores da indústria e da construção, refreando projectos e construções. -----*

*A este propósito, olhando para aquilo que seriam projectos de construção na nossa cidade, sem que para o caso interesse refletir sobre o peso urbanístico, das infraestruturas e serviços públicos que deveriam ser exigidos, como o caso dos projectos junto ao Data Center, seria relevante acautelar que projetos que não avancem nos próximos anos garantam contudo a estabilização dos solos, as drenagens e limpezas correctas, para mitigar o impacto negativos destes empreendimentos adiados na sua construção. -----*

*Os fundos comunitários, sobretudo os referentes ao Next Generation EU, onde se enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência, terão um papel fundamental na activação da economia e na retoma de confiança dos diversos agentes económicos. -----*

*O PRR negociado à luz de uma crise pandémica tem hoje a dupla obrigação de contribuir para uma resposta concreta às reformas e investimentos pós-pandemia e à crise económica que atravessaremos. -----*

*Importa por isso que as três dimensões estruturantes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição digital, avancem efetivamente no terreno. -----*

*Já o havíamos referido aqui, mas reforço o convite a todos para que visitem o espaço online de acompanhamento e monitorização deste programa, e comprovem que a velocidade do mesmo não segue ao encontro das necessidades dos portugueses e das empresas. A taxa de execução é baixa, assim como é baixa adesão aos diversos programas e candidaturas. -----*

*O Partido Socialista não tem conseguido comunicar a importância deste financiamento? A carga burocrática das candidaturas é enorme e impede as empresas e associações a responder? As contrapartidas dos fundos são ainda pesadas para empresas com enorme carência de capital, agravadas pelos riscos e custos de uma crise? -----*

*Estas são algumas das questões que terão de ser feitas ao olharmos à execução deste plano de recuperação em Portugal. -----*

*As autarquias terão um papel fundamental na identificação e suporte dirigido que referimos anteriormente. São elas a primeira face do poder político e das organizações centrais. Importa por isso que conheçamos quais as medidas e iniciativas que a CMC prevê implementar nos próximos meses de apoio às famílias mais carenciadas na nossa cidade. Não querendo baixar o valor de taxas e taxinhas que cobra na factura da água, que outras medidas prevê a CMC implementar na resposta ao agravamento dos custos com energia e combustíveis, por exemplo.” -----*

--- Mandatado pelo líder da Bancada do **PPD/PSD**, o Membro Municipal **Eng.º Luís da Silva Rodrigues**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.04)**: -----

*“O Governo não tem sabido aproveitar a maioria absoluta que tem no parlamento para fazer as reformas que há muito o País necessita em várias áreas, tais como Justiça, Saúde e Educação. O Presidente da Câmara Municipal reconheceu-o recentemente nesta Assembleia, ao assumir que a descentralização não tem sido acompanhada dos meios necessários para a sua execução, como nós avisámos. -----*

*Como diz o prof. Paulo Trigo Pereira, deputado socialista da passada legislatura, “o PS, em geral, não é muito afoito a reformas”. -----*

*O Partido Socialista tem sempre arranjado desculpas para tudo o que possa correr menos bem, chegando, inclusive, a cortar mais do que no tempo da Troika ou a atirar areia para os olhos das pessoas. -----*

*Aconselho aos profetas da desgraça que leiam a entrevista do ex-Ministro das Finanças do PS, prof. Teixeira dos Santos, em que diz que “o País ficou mais robusto após a troika. Em 2015 (...) [ou seja, quando o PSD deixa o governo] as finanças públicas estavam numa trajetória de correção e melhoria. Desde 2013 que Portugal está numa situação de equilíbrio externo, em que as importações não são superiores às exportações. É a primeira vez desde o séc. XIX que isto acontece”. -----*

*O Partido Socialista tem por hábito confundir o Estado com uma bolsa de empregos. Veja-se o caso do Sr. Ministro das Finanças, que tinha ficado desempregado de Presidente de Câmara de Lisboa, mas não contente com o cargo que ocupa no Governo, quis trazer mais um amigo, Sérgio Figueiredo, para Consultor do Ministério das Finanças. Como cantava o saudoso Zeca Afonso, “traz outro amigo também”. O PS traz verdadeiramente, amigos. Não é connosco, é com primos, filhos e irmãos, mas não com o mesmo espírito desta canção. -----*

*Por falar em amigos, ia havendo inimizades se é que não houve mesmo entre o Senhor Primeiro-Ministro e o Senhor Ministro Pedro Nuno Santos. Onde já se viu um Ministro anunciar ao País a localização de um aeroporto sem o aval ou conhecimento do chefe de Governo? Não há um Conselho de Ministros para debater e decidir matéria desta relevância? Ou o Senhor Ministro Dr. Pedro Nuno Santos decide tudo em roda livre? Ou o Senhor Primeiro-Ministro está tão ocupado com a política europeia e não tem tempo de olhar para o seu próprio País? Estiveram ambos mal neste triste episódio que em nada abona para o prestígio de Portugal perante a Europa e o Mundo. O Primeiro-Ministro não teve a coragem, autoridade e segurança para demitir o Ministro, e o*

*Ministro não teve a humildade e independência para se auto-excluir, pedindo desculpas como se de um erro da pré-primária se tratasse. -----*

*Como de prestígio até tinha algum, assim como grande dose de resiliência, eis que o Senhor Primeiro-Ministro não soube ou não quis saber o timing para que a Senhora Ministra da Saúde deixasse o cargo de cabeça erguida como merecia. A sua demissão deveu-se em última instância e infelizmente com a morte de um ser humano, provavelmente por deficiência do funcionamento do SNS que há muito sofre dos cortes de verbas orçamentais proveniente de cativações de governos chefiados pelo presente Primeiro-Ministro. -----*

*Segundo informação do PORDATA, Portugal é dos países da Europa que mais médicos tem por 100 mil habitantes, mas o SNS presta um mau serviço aos Portugueses não pelos seus funcionários, mas pelo seu sistema como um todo, o SNS padece de uma profunda reforma tendo como grande objetivo prestar um serviço de excelência cativando os seus profissionais de modo a fixá-los tanto no litoral como no interior e conseqüentemente incrementar a produtividade e o bem estar de todos. -----*

*Entra ministro, sai ministro, mas fica António Costa, disposto a deixar cair seja quem for, desde que ele próprio não assuma as culpas. Por momentos parecia que o país era a Covilhã... -----*

*Como já se verificou, o Senhor Primeiro-Ministro tem andado distraído com a política interna ou de férias prolongadas. Como pode ter lavrado o maior incêndio no País em 2022 aqui na Serra da Estrela e o Senhor Primeiro-Ministro não se dignar em visitar a região, nós não merecemos uma palavra de consolo presencial, ou basta virem outros Membros do Governo anunciar que vamos ficar melhor do que estávamos como se o incêndio tivesse sido uma coisa benéfica. -----*

*O Presidente do PSD foi o primeiro a vir à Covilhã depois de extinto o incêndio para se inteirar da catástrofe e dar uma palavra de conforto aos Bombeiros. -----*

*Para terminar, o PS justifica o não cumprimento da lei para o aumento das pensões em anos futuros com a desculpa da inflação e sustentabilidade da Segurança Social, prejudicando para sempre quem descontou e tinha o Estado como pessoa de bem. Não foi o PS que disse que a Segurança Social não tinha problemas? Não estava este problema resolvido se o dinheiro injetado na TAP fosse para a Segurança Social? A mesma TAP que já estava privatizada e por teimosia do PS foi nacionalizada, apenas e para agora se voltar a privatizar por ninguém menos que... Pedro Nuno Santos! -----*

*Por último quero evidenciar que o pacote de apoio às famílias pouco ajuda e o Estado que tanto tem ganho com a inflação podia e devia ser mais generoso com o dinheiro que é de todos nós, abdicando de alguma receita fiscal. Tanto criticou os cortes da troika que agora até cortam mais do que a troika.” -----*

*Referiu ainda que, “na nossa vizinha Espanha, o Estado vai dar 250 euros por mês aos jovens para se arranjamem no início da sua vida.” -----*

**--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou felicitando que estavam “mais uma vez no início do ano letivo e mais uma vez no momento em que a Universidade da Beira Interior se afirma pela sua qualidade, pela capacidade de atrair alunos,

pela excelência da sua formação e da sua capacidade de ensino. Quero por isso felicitar a UBI pelo reconhecimento obtido recentemente pelas entidades internacionais, insuspeitas, pela classificação no ranking internacional das universidades.” -----

Deu “as boas-vindas aos alunos da Universidade da Beira Interior, dizendo-lhes que, na Covilhã e na Universidade da Beira Interior, passarão aqui dos melhores anos das suas vidas e encontrarão as condições e a qualidade de vida não só para fazerem a sua formação, mas sobretudo para considerarem este concelho como uma primeira opção para o seu período de pós-formação académica, constituição de família e a sua realização profissional. -----

Dos 1.433 alunos (91% das vagas), a Universidade da Beira Interior foi a primeira opção para 95% destes alunos. Significa que os tempos em que vinham para a Universidade da Beira Interior os alunos que não conseguiam entrar noutras universidades de primeira opção já lá vão e isto diz muito da qualidade do ensino da Universidade, mas também da capacidade que a Covilhã tem para atrair estes jovens e de constituir-se como uma boa opção para estes jovens que vão entrar numa fase importantíssima da sua vida. -----

Os meus parabéns a toda a Comunidade Ubiana, as boas-vindas aos novos alunos da Universidade da Beira Interior e os votos das maiores felicidades e venturas para este ano letivo.”-----

Proseguiu abordando o assunto dos incêndios: “É um problema que tem afetado o mundo e este ano em particular afetou muito especificamente a Europa. Vivemos, no último Verão, mais um conjunto de momentos de terror e de angústia com os incêndios. -----

Não quero passar esta oportunidade sem, em primeiro lugar, agradecer às populações e a todos aqueles que estiveram no terreno pela forma empenhada, responsável, corajosa e dedicada com que enfrentaram este problema que, infelizmente, não é novo e que, provavelmente, será cada vez mais recorrente, muito fruto daquilo que são as alterações climáticas e das circunstâncias em que vivemos no nosso território. -----

O problema dos incêndios é um problema que nos afeta e que tem prejudicado muito as nossas populações. Este ano, graças à dedicação e ao empenho das populações e de todos aqueles que os combateram (bombeiros, ICNF, força especial de bombeiros, GNR, Juntas de Freguesia, Câmara Municipal, serviços municipais, comissão de baldios, empresas, associações informais, etc.) - dadas as condições climatéricas que existiram e as circunstâncias específicas dos incêndios -, só graças ao envolvimento e à colaboração de todas estas pessoas é que conseguimos chegar hoje e dizer que ultrapassámos este momento sem perdas de vidas humanas e com perdas de bens materiais reduzidos para aquilo que poderia ter sido (poucas primeiras habitações a serem devastadas, alguns prejuízos em termos de bens e armazéns agrícolas). Mas, para a dimensão da tragédia que poderia ter ocorrido considerando as condições que havia, estão todos de parabéns porque conseguimos, coletivamente, lidar com este assunto. -----

Este pós-incêndio é a oportunidade para renascermos e fazermos aquilo que tem de ser feito, para recuperarmos a nossa Serra, recuperarmos as nossas aldeias e a nossa paisagem sem repetir os erros que foram feitos no passado para que, daqui 20 anos, não estejamos novamente aqui a culparmo-nos e a carpir mágoas pela circunstância de ter ardido novamente o nosso território. ---

Termino demonstrando a minha preocupação sobre a guerra na Ucrânia e a escalada que está neste momento em curso. -----

Assistimos hoje, do ponto de vista comunicacional, a uma escalada do discurso que não augura nada de bom. Em nome do Partido Socialista, quero demonstrar a nossa preocupação e apelar à paz, à contenção de todos e à resolução do conflito no âmbito das Nações Unidas e do Direito Internacional, para que este diferendo termine para que as populações possam ter paz e sossego naquela área do globo.” -----

### INTERVENÇÕES/ VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR / MOÇÕES

--- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo: “um ano volvido das eleições autárquicas, mais uma Assembleia e é mais uma Assembleia sem a transmissão online da sessão. Mais uma oportunidade perdida de promoção da transparência, da abertura e de levar este órgão para o século XXI. -----

Mais uma Assembleia onde, no caminho para cá, não encontramos ciclovias, nem bicicletas, nem sequer as segundas pinturas que entretanto já se esvaneceram. -----

Mais uma Assembleia onde perdemos o rasto da marca do Pêsego da Covilhã. Uma marca criada pela atual gestão camarária e que, desde então, tem sofrido aquilo que já aqui avisámos várias vezes. -----

Mais uma Assembleia sem o cumprimento da Lei na resposta aos representantes mandatados pelos eleitores do Concelho. -----

Mais uma Assembleia onde continuamos sem compreender os critérios de nomeação e de contratação para o Gabinete do Presidente da Câmara. O Regime Jurídico das Autarquias Locais dá-nos um número máximo e as funções que podem exercer os membros do Gabinete do Presidente, vamos ao site do Município e vemos mais elementos no Gabinete do que aquilo que a Lei permite. -----

Mas é também mais uma Assembleia Municipal em que temos a iluminação do Concelho da Covilhã como está. Basta irmos, por exemplo, ao Jardim da Goldra ou ao Jardim do Lago para percebermos que temos luzes fundidas ou desligadas regularmente, um clima e um ambiente propício para atos criminosos. -----

É uma Assembleia também que marca o início do ano letivo. Por um lado, mau (como de certeza será aqui discutido) com as AEC's ao nível do secundário e do básico e, por outro lado, bom ao nível da Universidade. -----

Ao longo dos últimos sete anos, ouviram-me várias vezes falar sobre o subfinanciamento da Universidade. Este ano, e bem, o Governo de António Costa vai aumentar a dotação orçamental da UBI em 2 milhões e meio de euros. Pegaram na proposta do anterior Secretário de Estado do Ensino Superior do PSD, adaptando a revisão da fórmula de financiamento das instituições. A UBI será aquela que aumentará o seu financiamento em 7.5%, segundo o que se estima pelas previsões, o que é uma boa notícia, que nos engrandece a todos e, por isso, proponho também,



informalmente, um louvor à Universidade, quer por aquilo que o Senhor Deputado Hélio, e bem, referiu na sua intervenção, quer pela correção deste subfinanciamento que beneficiará a região. Um louvor aqui à Reitoria e a todos aqueles que, ao longo dos anos, pugnaram para que esta injustiça fosse corrigida.” -----

--- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “parece que toda a gente se lembrou de falar sobre a Universidade, deste ano letivo e do início do ano letivo. -----

É fundamental referir que, para além dos 1400 que já entraram, faltam ainda entrar 327 da segunda fase e, para além de felicitar a Universidade e os alunos que entraram, é preciso agradecer aos mais de 1200 que escolheram a Covilhã como primeira opção. -----

Agradecer e dizer aquilo que o Senhor Reitor esta semana disse publicamente: que, pela primeira vez, a Universidade irá atingir os 9 mil alunos este ano. Esta é, seguramente, a realidade que existe na nossa cidade e contraria a outra realidade política e social do Concelho. Efetivamente, existem exemplos a seguir. A Universidade cresce e a Covilhã definha demograficamente e economicamente. Tem sido assim ao longo dos anos. É curioso vermos como é que existem duas entidades tão próximas e coexistentes em universos paralelos e perfeitamente divergentes. Alguém está a trabalhar mal. De facto, a realidade da nossa cidade contraria esta realidade da Universidade, mas, sobretudo, dá o exemplo de que não existe esta inevitabilidade da desgraça e do encolher de ombros dos responsáveis municipais cada vez que se fala em perdas demográficas, que é possível fazer e criar alguma coisa e que é possível crescer de alguma maneira. -----

Se calhar, face aos números apresentados publicamente pelo Senhor Reitor, é preciso saber que as pessoas da Universidade representam quase 20% da população do Concelho da Covilhã. -----

Portanto, o problema não está na captação ou na cativação de pessoas para virem para cá. Está, efetivamente, na saída; está na incapacidade de se lhe dar saída e dizer às pessoas para cá ficarem. A Universidade cativa novos alunos e a cidade expulsa os licenciados. É o que tem acontecido. Até quando, Senhor Presidente? Até quando a Câmara vai continuar a hipocrisia de colocar apenas faixas de boas vindas aos alunos universitários e se esquece de premiar e de criar condições para que os que terminam os seus cursos fiquem? -----

Urge, de facto, a necessidade de se começar a trabalhar em prol do futuro da Covilhã e da Universidade de forma a terminar esta coexistência em universos paralelos notoriamente divergentes, nomeadamente no que diz respeito à integração dos que começam aqui a sua vida estudantil e esperemos que comecem também a sua vida profissional. -----

Aquilo que sugiro ao Senhor Presidente da Câmara é que sejam coerentes e que, da mesma forma que em outubro colocam as faixas a desejar as boas vindas, em julho ponham as faixas à saída da cidade a desejar boa viagem! -----

Espero que esta realidade mude na Covilhã.” -----

--- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(Doc.05)** -----

*“Em 2018 o PS e o PSD assinaram um acordo de descentralização administrativa do estado para as autarquias locais, consensualmente aceite como virtuoso. O Governo foi incapaz de cumprir o acordado e 4 anos depois, numa tentativa, de corrigir os erros, António Costa avança para um acordo com a ANMP para uma descentralização sectorial, desta feita, na área da educação e da saúde. -----*

*Para o PSD este acordo é uma mini descentralização. Uma mera transferência de tarefas (aquelas que o governo não quer) e não de competências e no final nem envelope financeiro é o adequado à execução das mesmas. -----*

*Este modelo para além de muito redutor não trata de maneira diferente e uma vez mais, nós, os territórios de baixa densidade vamos ser prejudicados ao termos o mesmo tratamento das grandes áreas metropolitanas. -----*

*Definitivamente esta não é nem ao nível da ambição e muito menos na forma como tem sido concretizada a descentralização que o PSD preconiza para o País. -----*

*Mas uma descentralização ambiciosa é também um momento revolucionário e as autarquias têm de estar preparadas. -----*

*É um desafio de tamanha complexidade técnica, política e financeira, será que o atual executivo desta câmara está a conseguir criar as condições necessárias para uma efetiva melhoria dos serviços públicos que passa a prestar? Esta câmara tem executivos camarários capazes e com visão suficientemente abrangente para operacionalizar de forma eficaz estas novas competências? Os serviços municipais foram reajustados ao exercício das muitas “competências” que irão receber? –*

*Uma coisa é certa qualquer inércia e displicência nesta matéria irá desembocar numa situação de caos organizacional absoluto. -----*

*No ano letivo anterior a Covilhã já tinha herdado a manutenção das escolas e a contratação de pessoal não docente. Um ano depois herda a contratação do pessoal docente para as AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular). -----*

*A Sra. Vereadora com este pelouro, confirmou, em reunião de câmara, que só em Maio passado tomou efetiva consciência que as AEC ficariam à sua responsabilidade. Tinha 4 meses para a operacionalização, mas só 1 mês antes do início das aulas temos conhecimento da tentativa de um acordo, falhado, com as associações locais e uma surreal tentativa de contratação pública em pleno Facebook. O Município andou completamente desorientado e descontrolado, o que só denotou uma grande falta de planeamento. -----*

*Hoje uma semana depois do início do ano letivo, as AEC não começaram com o início das aulas e pelo que temos conhecimento está-se a recorrer a uma solução de recurso para resolver a situação. Uma empresa externa foi contratada. -----*

*Pelo menos a situação ficou resolvida vamos ver no final se esta solução de recurso se vai traduzir numa efetiva melhoria do serviço público prestado. -----*

Mas se hoje subi ao púlpito para falar de educação, não posso terminar sem falar dos apoios sociais que deverão ser prioritários também nesta área. O pagamento das refeições escolares, dos transportes escolares e o apoio às famílias. -----

O primeiro está incluído no envelope financeiros da descentralização, passo à frente porque objetivamente o que me interessa abordar, hoje aqui, é o que a CMC se compromete a financiar para além desse envelope, uma vez que o Sr. Presidente definiu no início do seu mandato a educação como medida prioritária. -----

Afinal que apoios dá este município às famílias do nosso concelho além do que o estado lhe transfere? -----

Vamos a dados de quem efetivamente apoia as famílias e tem como prioridade a educação. -----

Poderíamos dar-lhe vários exemplos de boas iniciativas de apoio às famílias, em tempos difíceis como os que se avizinham. Mas escolhemos como exemplo o Município de Lisboa e também um do seu Partido – Gondomar. -----

A Câmara Municipal de Lisboa apoia as famílias em: -----

- Material de desgaste por criança do Pré-Escolar 25 € - Se fosse no nosso município com cerca de 500 crianças, apoiaria o Município as famílias em 12 500 €. -----
- Material de desgaste 1º Ciclo/criança 20 € - Se fosse no nosso município com cerca de 1250 alunos, apoiaria o Município as famílias com 25 000 €. -----
- Fichas gratuitas para os alunos do 1º, 2º e 3º ciclo a 29 euros por aluno, apoiaria o Município as famílias em 36.000 €. -----

Mas em Gondomar, Câmara do seu partido também existem apoios, menos que em Lisboa mas existem. -----

A Câmara Municipal de Gondomar apoia as famílias em: -----

- Material para atividade letiva, dá o seu colega do PS, 150 euros por turma, aqui o Município da Covilhã apoiaria as famílias em 5100 euros (34 turmas da Covilhã). -----

Estas medidas todas custam cerca de 80 000 €, bastante menos que um camião de uma estação de televisão a circular pelo nosso concelho que o Senhor trouxe faz agora um ano, por altura do ato eleitoral. -----

Sabe quem beneficiaria com estas medidas? As nossas famílias da Covilhã, mas também de S. Jorge da Beira, de Orjais, de Verdelhos, do Teixoso, ... e também aquelas que possam querer se fixar no nosso concelho. -----

Mas também poderiam beneficiar destas medidas os comerciantes da Covilhã. Sobretudo os do centro histórico pois a medida de oferta dos cadernos de atividades poderia ser feita a quem compra no comércio local e o apoio seria não só às famílias, mas também a quem continua a lutar por manter vivo um centro histórico que o senhor esquece a cada dia que passa. -----

Portanto, Sr. Presidente, caros membros do executivo e caros colegas deste órgão, acho que tudo ficou dito quanto ao estado actual da descentralização de competências na educação na Covilhã.

*Estaremos cá todos para ver como isto tudo acaba. Sendo certo que o nosso desejo é que este executivo não seja freteiro deste governo e que ao longo deste ano letivo vá exigindo para o concelho todas as condições financeiras e técnicas para melhorar o serviço público da educação. E que os apoios cheguem aos pais por forma que nunca fique em causa um dos direitos constitucionais mais básico: o direito a uma educação de excelência.” -----*

*--- Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS), após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: (Doc.06) -----*

*“Começo por saudar-vos neste regresso, após o habitual período de férias, desejando a todos uma boa reentrada e votos de que possamos voltar a focar-nos naquilo que nos faz estar aqui: o Concelho da Covilhã e os seus cidadãos. -----*

*Sabemos que os meses que nos antecederam são sempre especiais para a nossa região, pelo regresso de muitos covilhanenses que se encontram espalhados pelo mundo, pelos turistas que nos visitam, pelos estudantes que optam por prolongar o seu período na cidade após o término do ano letivo e claro, o período de férias de todos os nossos concidadãos que habitam no concelho. -----*

*É por isso importante garantir que há vida na cidade não só para receber quem regressa, quem nos visita, como também para promover aos habitantes do nosso concelho um período dinâmico com uma oferta variada. -----*

*O nosso Município, mias uma vez, correspondeu a esta necessidade e proporcionou durante estes últimos meses um conjunto de atividades diferenciadas que demonstram o dinamismo e a vida que tem a Covilhã, dando uma resposta positiva a mais um desafio. -----*

*A seiscentésima nona Feira de São Tiago, que mais uma vez nos presenteou com a presença de grandes artistas nacionais é um dos grandes atrativos desta altura do ano, mas há que destacar e realçar a mensagem do Sr. Presidente da Câmara Municipal, aquando da divulgação da intenção de iniciar uma renovação do conceito deste certame reconhecido a nível nacional e que é uma referência na região, promovendo a divulgação dos nossos produtos endógenos entre outras reformulações, algo ansiado por muitos e que finalmente graças ao executivo do Partido Socialista espera-se que comece a ganhar corpo. -----*

*O centro histórico do nosso concelho assistiu também a mais uma edição do “Verão no Centro Histórico”, que trouxe artistas para todos os gostos e deu vida ao centro histórico da nossa Cidade, demonstrando mais uma vez a preocupação da Câmara Municipal da Covilhã em dinamizar a zona histórica da nossa cidade. -----*

*Com a 1.ª edição da Feira Internacional de Artesanato, Design e outras Artes, a cidade assistiu à criação de um novo evento, nesta edição com uma componente totalmente nacional, em conjunto com o IEFP que veio unir a componente do artesanato ao design, divulgar o saber-fazer e artes tradicionais ligadas ao têxtil, trazendo artistas de todo o país a exporem os seus trabalhos, um evento que está inserido no âmbito da designação da Covilhã como Cidade Criativa da UNESCO em Design. -----*

*A colaboração com o Acampamento Nacional de Escuteiros que aconteceu em Idanha à Nova, mas que trouxe vários agrupamentos a diferentes pontos do nosso concelho para realizarem várias*

*atividades e ações de solidariedade é outro dos pontos assinaláveis que ocorreram durante estes meses, num trabalho contínuo de parcerias estratégicas importantes para o desenvolvimento das nossas comunidades, através de ações de solidariedade social e promoção de boas práticas que o executivo do Partido Socialista tem vindo a desenvolver ao longo destes últimos mandatos. -----*

*Numa altura em que se fala cada vez mais de saúde mental é importante percebermos e reafirmarmos os benefícios que as práticas desportivas trazem ao nosso bem-estar físico e psicológico. -----*

*A cidade da Covilhã nos últimos tempos tem se vindo a afirmar cada vez mais no panorama nacional e internacional no que toca ao desporto e prova disso são os eventos nacionais que ano após ano têm na Covilhã um anfitrião, como é o caso da Volta a Portugal em Bicicleta que também na sua vertente Júnior tem passado por aqui, o recente estágio da Seleção Nacional sub-21 com vista à preparação do próximo Campeonato da Europa de 2023, que se junta ao Campeonato Europeu de Andebol Universitário a realizar em 2025 e aos eventos de carácter nacional que recentemente ocorreram na cidade da Covilhã. -----*

*Por último, mas não menos importante, quero em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista enaltecer aqui também todos os eventos e festas pagãs ou religiosas que tradicionalmente acontecem nas freguesias que pertencem ao nosso Concelho, que não só alegram a comunidade que nos visita nesta altura do ano como traz vida e movimento às freguesias. -----*

*Num Concelho como o nosso, que conta com uma grande tradição, diversidade e riqueza de dinâmicas Associativas é importante que o Município continue a funcionar, e bem, como alavanca de apoio e auxílio às diversas Associações, Coletividades e Juntas de Freguesia na realização das suas atividades e iniciativas, seja de que carácter for, ao invés de asfixiar a realização das mesmas, centralizando-as todas na sua organização. -----*

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, -----*

*Caras e Caros colegas deputados, -----*

*Termino dizendo que este é e tem de ser o caminho a seguir, na afirmação da Covilhã e das suas Freguesias como um Concelho dinâmico e coeso.” -----*

**--- Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que tinham tido conhecimento no presente dia da “queda de uma árvore durante o fim-de-semana para o interior de uma escola, danificando apenas o gradeamento. -----

Alguma vez, e se sim quando, houve chamada de atenção para o risco de queda desta árvore? ----

Há algum levantamento, por parte da Proteção Civil, do risco de queda de árvores envolventes às escolas e não só? -----

Que medidas foram tomadas? E se nenhuma, quais e quando vão ser tomadas, embora sabendo que foi intervencionado ainda na parte da manhã e imediatamente a remoção da árvore. -----

A segunda pergunta é relativamente ao facto de a zona do Barco, na Serra da Argemela, ter sido sobrevoada por um helicóptero durante a sexta-feira passada. Toda a zona de exploração do lítio

foi sobrevoada e a pergunta é se há alguma informação que deva ser dada à população, atendendo a que já há alguma inquietação acerca deste assunto.” -----

Seguidamente, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(Doc.07)** -----

*“Ouvimos há pouco falar nesta Assembleia da situação da transferência de competências na área da Educação e recordamos as palavras do Sr. Presidente da Câmara que reconheceu, perante todos nós, que esta transferência não estava a correr bem. -----*

*Percebemos, na prática e na observação do dia-a-dia, ao que se refere e quanto ao tema da Educação, estamos entendidos. -----*

*Mas aproxima-se outra data importante, aquela em que mais um passo na descentralização, melhor, na desresponsabilização do governo em algumas matérias, vai ter de ser dado e como sempre com a confusão e adiamentos habituais, tal a desorientação e falta de planeamento. -----*

*Como sabemos, o Governo estabeleceu como data da transferência para os municípios competências na Saúde o dia 1 de abril. Esta transferência, contudo, só entra em vigor quando cada uma das câmaras assinar com a administração central um auto que especifique o que é transferido e as contrapartidas. -----*

*É do domínio público que o quadro de transferência de competências neste domínio está definido no Dec. Lei nº 23/2019 de 30 de janeiro, e tem como motivação um conjunto ambicioso de valores e princípios inerentes às vantagens da descentralização de competências do Estado, e em particular do SNS, na área dos cuidados primários, para as autarquias e comunidades intermunicipais, dos quais destacamos: -----*

*– A Reforma do Estado, propiciando uma descentralização democrática de funções/competências até agora na esfera do poder central, na convicção de que desse modo se aproximam os recursos e a gestão dos cidadãos através da ação das autarquias; -----*

*– Promover o melhor acesso ao SNS e às estratégias de prevenção da doença, numa lógica de equidade na distribuição de recursos pelo território nacional; -----*

*– Reforçar as competências das autarquias locais, tendo em conta o melhor interesse dos cidadãos, beneficiando estes de uma resposta mais ágil e eficiente dos serviços de saúde. -----*

*Definidos os objetivos estratégicos para esta missão, no artigo 5º da referida lei, estes apontam para o aperfeiçoamento contínuo do serviço público, através da melhoria e a inovação das respostas, com mais eficácia e mais qualidade, com projetos de excelência. -----*

*Os resultados esperados com estas transferências de competências seriam, assim, promover a eficiência da gestão do SNS e obter ganhos em saúde para os cidadãos. -----*

*Ora, da leitura do acervo de competências a transferir para as autarquias e comunidades intermunicipais, não se consegue perceber a relação das mesmas com a missão e os objetivos traçados neste processo de descentralização. -----*

*As matérias envolvidas na transferência de competências têm fundamentalmente a ver com os edifícios, outros bens patrimoniais e atividades de natureza logística e pouco ou nada com o funcionamento dos serviços prestadores de cuidados primários. -----*

*As transferências de competências que são acompanhadas de transferências financeiras assentam nas situações pretéritas ou vividas no momento da sua execução, não contemplando mudanças, atualizações ou ampliações, nem de estrutura nem de procedimentos ou de recursos. -----*

*A gestão dos serviços clínicos continua na órbita do poder central, bem como a gestão dos profissionais, com exceção dos Assistentes Operacionais que passam para as autarquias. -----*

*No entanto as competências a transferir incluem a manutenção e conservação de edifícios, instalações e equipamentos não clínicos; a titularidade de viaturas e todos os encargos inerentes, a construção e equipamento não clínico de novas unidades de cuidados de saúde primários, de acordo com orientações técnicas do Ministério da Saúde e com base num quadro de prioridades nacional a definir, sendo que uma parte dos custos é suportada pela OE (há um programa financeiro para o investimento) e outra parte pelo poder autárquico e, também a gestão dos trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional (com a correspondente transferência de posição e de verbas para os quadros das autarquias). -----*

*Como se pode verificar, o funcionamento dos centros de saúde/Unidades de Saúde Familiar não é objeto de qualquer descentralização. -----*

*Esta transferência deveria permitir intervir na gestão dos cuidados primários, por exemplo, revendo os horários de funcionamento para proporcionar mais tempo disponível para os utentes ou mesmo oferecer novas valências. (saúde oral e visual, análises clínicas, fisioterapia, etc.) -----*

*Este tipo de responsabilidades está completamente vedado, porque a gestão dos recursos humanos de prestação direta não é descentralizada, bem assim como a gestão de equipamentos médicos, novas formas de trabalho, horários ou novas valências. -----*

*Ou seja, apenas matérias de natureza logística (limpeza, manutenção de elevadores, jardinagem, apoio e vigilância, viaturas, conservação de edifícios e/ou pagamentos de rendas, água, eletricidade, aquecimento e ventilação) são objeto de transferência para o poder local, a par dos funcionários com a categoria de assistente operacional existentes, parece evidente que as novas competências têm pouco a ver com a missão e o valor criado para os utentes. -----*

*Não deixa de ser curioso que o legislador obrigue as autarquias a gerir as infraestruturas garantindo “níveis de prestação dos serviços objeto de transferência”, sem a perceção de que a forma como aquelas são utilizadas são alheias às suas competências. -----*

*Em síntese, transfere-se o acessório e mantém-se centralizado o essencial. -----*

*Mas o risco maior para as autarquias, está no edificado dos centros de saúde que não está previamente avaliado e o estado de conservação dos mesmos que só é financeiramente relevante quando os edifícios estejam extremamente degradados. -----*

Há também a preocupação quanto aos postos de trabalho a transferir atendendo a que apenas as verbas referentes aos postos preenchidos no quadro estão asseguradas, sem considerar as necessidades atuais e futuras. -----

Os valores sofrem atualização com referência à taxa geral de inflação de cada ano e na saúde é geralmente superior e não considera o envelhecimento das instalações, por exemplo. -----

Parece que a administração central apenas está disposta a prescindir dos investimentos em infraestruturas e atividades claramente secundárias, oferecendo um presente envenenado e atirando a responsabilidade de recuperação dos edifícios já degradados para os Municípios. -----

Por todos estes pontos a nossa preocupação sobre este tema, pelo que questionamos o Sr. Presidente sobre o Quando, Como e Com que meios vai o Município assumir estas competências.”

--- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(Doc.08)** -----

**“Falta de organização na agenda de eventos do concelho** -----

Persiste a Câmara da Covilhã em não criar e manter actualizada uma agenda de eventos que não inclua apenas os eventos promovidos pela Câmara. -----

A falta de uma agenda que inclua todos os eventos do concelho leva a que muitos eventos acabem por não ser do conhecimento dos covilhanenses e menos ainda de quem nos visita e, sobretudo, gera uma sobreposição de eventos que a ninguém beneficia. -----

Temos o recente exemplo do fim de semana de 9 a 11 de Setembro em que a recém criada FIADA, Feira promovida pela Câmara, se sobrepôs a várias festas de cariz popular e religioso que há muitas décadas se realizam no concelho, como é o caso da Senhora da Estrela, na Boidobra. Mas não foi a única. -----

Ao não procurar conciliar a agenda dos seus eventos com os eventos que há muito se realizam no concelho, a Câmara desvia dessas festas os seus visitantes com claro prejuízo, nomeadamente, das associações locais que os dinamizam. -----

**Cidade Criativa do Design** -----

Em Novembro de 2021, a Covilhã passou a integrar a Rede das Cidades Criativas da UNESCO como Cidade Criativa do Design. -----

A Covilhã, com esta distinção da Unesco, passa a ser uma referência, ocupando a cultura e a criatividade lugares cimeiros para os quais todas as atenções estarão viradas. -----

Todavia e lamentavelmente nada se tem visto esta Câmara fazer. -----

Em Abril de 2022 o Diretor Executivo da Covilhã Cidade Criativa do Design, Professor Francisco Paiva, apresentou a sua demissão com duras críticas ao executivo camarário, à sua inoperância, à falta de planeamento e estratégia. -----

Em sessão desta Assembleia de 9 de maio de 2022 o Sr. Presidente da Câmara, confrontado com esta demissão, referiu que era uma questão que o preocupava, que não dava tal demissão como



irreversível e que iam alargar a direcção executiva. Disse que iria procurar “esbater as diferenças” e que se não fosse possível “paciência e seguimos em frente”. -----

Sr. Presidente, paciência nós covilhanenses temos tido mas continuamos sem seguir em frente. ---

Temos tido paciência aguardando por um plano estratégico que nos demonstre que a Covilhã Cidade do Design é uma realidade, aguardando por iniciativas. -----

Já passaram vários meses e o site da Covilhã Cidade Criativa do Design continua a apresentar o Prof. Francisco Paiva como Diretor Executivo. Voltou atrás na sua demissão? Quem está a assegurar a direcção executiva? O Sr. Presidente falou em alarga-la, quem a compõe? -----

Há poucos dias tivemos a FIADA – Feira Internacional de Artesanato e Design da Covilhã que a Câmara fez questão de associar à Cidade Criativa como, aliás, era visível no próprio recinto. -----

Uma grande oportunidade de finalmente por a Covilhã cidade do Design no bom caminho, de lhe dar visibilidade dentro e fora do concelho. -----

Mas a montanha pariu um rato, um ratinho bem pequeno. A FIADA desiludiu expositores, tendo já vários afirmado não pretender voltar em edições futuras, e visitantes, aqueles que realmente foram à feira pensando no artesanato e no design. -----

Todavia, como é habitual neste executivo, como forma de encher, ainda que por poucas horas o recinto e ter fotografias de encher o olho aos mais incautos, a câmara resolveu associar à FIADA um concerto gratuito em cada uma das noites do evento, retirando importância à feira e mais ainda afastando aqueles que deveria ser o foco e as razões pelas quais a FIADA deveria ser lembrada – o artesanato, o design, afinal a Covilhã Cidade do Design. -----

Acenar com concertos grátis para atrair público – disfarçando os falhanços da Feira de S. Tiago ou da FIADA e para assegurar apoio é menos, muito menos do que aquilo que a Covilhã e os Covilhanenses merecem. -----

Falta estratégia e saber fazer. -----

Em 08/11/2021 a Câmara anunciou que a partir desse dia a Covilhã era cidade criativa da rede Unesco e que o design, aliado à cultura, à criatividade e ao desenvolvimento sustentável passava a ser um dos principais motores das políticas públicas do município e que seria a estratégia mais abrangente e prioritária do mandato. Isto foi dito e assumido. -----

Proponho agora este exercício a todos: se alguém vos disser que pretende visitar a Covilhã e pedir informações sobre o que foi feito, o que ver ou fazer no âmbito da Covilhã Cidade Criativa do Design o que lhe respondem?” -----

--- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(Doc.09)** -----

“Iniciou na passada semana mais um ano letivo nas nossas escolas depois de três complexos e desafiantes anos letivos decorrentes da pandemia que vivemos. Por isso não poderia deixar de iniciar esta intervenção sem que em nome da bancada municipal do Partido Socialista, saudar e louvar a resiliência e capacidade de adaptação, ao longo deste difícil período, por parte de toda a

comunidade escolar dos agrupamentos da Covilhã e os serviços municipais de educação, na intransigência de manter intacto um bem social, como é o acesso a um ensino público de qualidade às crianças e jovens covilhanenses. -----

Falar de educação é falar de uma das principais prioridades do Partido Socialista. -----  
A nível nacional esta prioridade tem como exemplo mais recente a realidade hoje vivida no acesso a creches gratuitas que beneficia milhares de crianças no país e dezenas de famílias Covilhanenses. Uma prioridade que se assume como estrutural a todos os níveis de ensino em Portugal. Onde ao mesmo tempo que temos creches gratuitas é apresentado o maior investimento público de sempre em alojamento para estudantes do ensino superior através do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, onde na Covilhã, a nossa Universidade da Beira Interior irá beneficiar de um apoio de 3,4 milhões de euros para a requalificação das residências universitárias, bem como a reabilitação do antigo edifício da Cantina da Boavista em pleno centro urbano da cidade da Covilhã. -----

Ao nível local e apesar de toda a gincana política assente na desinformação e ausência de conhecimento da nossa oposição, disposta a servir-se assim de forma pouco digna das preocupações de educandos e educadores, é com especial sentido de reconhecimento que a bancada municipal do Partido Socialista, vê o executivo camarário Covilhanense manter a sua prioridade, foco e determinação na promoção e melhoria dos serviços da escola pública na Covilhã.

Cumpre-se assim, um desígnio eleitoral, num enquadramento legal com reforçadas responsabilidades através da Transferência de Competências decorrentes da lei, integrando todos os agentes escolares numa estratégia municipal de educação participada e integrada na atividade municipal, com ações de factos que falam por si, dos quais destaco quatro: -----

– **Reforço da oferta formativa de Atividades de Animação e Apoio à Família e Componente de Apoio à Família;** -----

Ao nível da pré-escola e do 1º ciclo de ensino básico, as AAAF e a CAF, através do Projeto “Eu Sou +”, foi reforçada a oferta formativa em duas novas áreas. Uma delas a área de Design e Criatividade, revela a articulação estratégica definida pelo município, numa visão integrada de formação das nossas crianças com o reconhecimento da cidade da Covilhã como Cidade Criativa na área do Design por parte da UNESCO. -----

– **Reforço do quadro de assistentes operacionais;** -----

Procurando responder a um anseio de agrupamentos de escolas e pais com a contratação de 16 novos funcionários através de concurso público. O executivo não só procurou colmatar a necessidade de recursos humanos em número, como procurou também garantir recursos humanos qualificados para prestar um melhor serviço às nossas crianças e jovens, através da promoção de ações de formação nas áreas de Suporte Básico de Vida Pediátrico, Necessidades Educativas Especiais e formação em Práticas de intervenção socioeducativas. -----

– **Atividades de Enriquecimento Curricular em funcionamento;** -----

As AEC's tiveram para este ano letivo a novidade de serem responsabilidade dos municípios quando até ao ano passado eram da responsabilidade dos agrupamentos de escolas. É do conhecimento de todos que as AEC's sofrem há vários anos de problemas de complexa resolução onde atrasos no início de atividade e horários incompletos eram entre outros uma realidade. No entanto e apesar

do atraso na resposta às condições em que os municípios iriam gerir as AEC's, o executivo camarário assumiu de forma intransigente o seu compromisso para com as crianças e famílias covilhanenses. -----

E por mais que a oposição se engane e queira enganar... -----

A realidade é uma, as AEC's iniciam atividade nas escolas do concelho no decorrer desta semana, de forma consideravelmente atempada quando comparado com outros anos letivos, com uma oferta formativa variada e horários completos por forma a que mais famílias covilhanenses tenham a garantia das escolas na Covilhã a tempo inteiro como medida de apoio. -----

– **Investimento na Requalificação do Parque Escolar;** -----

Depois de no anterior mandato a requalificação do parque escolar ter sido uma realidade com destaque para o investimento de 3,3 milhões de euros na requalificação da Escola Secundária Frei Heitor Pinto. O investimento no parque escolar no atual mandato mantém-se. Hoje assistimos à requalificação nas Escolas Quinta das Palmeiras e Pêro da Covilhã, num investimento total, superior a 600 mil €, assistimos à retirada de amianto das nossas escolas. -----

Sendo que com expectativa aguardamos ainda outras requalificações no parque escolar se iniciem em breve, como por exemplo na escola do Teixoso. -----

Face a estes factos, pergunto à oposição: É assim que não querem o ensino público na Covilhã? ---

Por fim, e em nome da bancada municipal do Partido Socialista, desejo a toda a comunidade escolar, um profícuo ano escolar no desenvolvimento humano e formativo não só às crianças e jovens covilhanenses mas também a todos aqueles que escolhem a Covilhã para estudar na nossa Universidade, convicto que o Partido Socialista a nível nacional e a nível local, manterá a sua ambição e prioridade governativa no acesso a um ensino público inclusivo e de qualidade, como instrumento de combate às desigualdades e assimetrias sociais.” -----

--- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(Doc.10)** -----

“Em 2023, Portugal vai conhecer o primeiro Plano Ferroviário Nacional da sua história. Este Plano, que o Governo colocou em consulta preliminar para recolha de contributos em Abril do ano passado, visa definir as prioridades e os investimentos a se realizar na ferrovia até 2030, permitindo estabilizar o planeamento de médio e longo prazo. -----

Com o PFN pretende-se afirmar o caminho-de-ferro como modo de transporte de elevada capacidade e sustentabilidade ambiental, respondendo igualmente às necessidades de acessibilidade, mobilidade, coesão e desenvolvimento de que o nosso país carece. Para tal, será fundamental que neste plano esteja prevista uma cobertura abrangente do território nacional, que não esqueça as populações do interior, por forma a que o PFN também ele seja um contributo ao combate às assimetrias territoriais com que todos estamos familiarizados. -----

A Linha da Beira Baixa é hoje a linha ferroviária nacional onde os comboios circulam a menor velocidade média. A viagem no intercity entre a Covilhã e Lisboa não se faz em menos de 3 horas e meia, o que são mais 20 minutos que de autocarro e mais 50 minutos comparando com o automóvel. Na Beira Interior, o comboio nunca será competitivo em relação aos outros meios de

*transporte enquanto não se fizer o investimento necessário na Linha da Beira Baixa. Este projeto deve ser identificado como prioritário e incluído no Plano Ferroviário Nacional, tornando assim possível em 2030 os nossos cidadãos deslocarem-se de comboio da Covilhã a Lisboa, e vice-versa, em 2 horas e 45 minutos. -----*

*Além dos tempos de viagem, o PFN deve igualmente ter como desígnio a promoção da articulação intermodal entre os serviços ferroviários e a oferta rodoviária, nomeadamente através da construção de centrais intermodais nas principais estações da rede interidades. Toda a rede de transportes públicos deve também ser analisada ao nível das Comunidades Intermunicipais, criando redes integradas tanto em termos de passageiros como de mercadorias, de maneira a que, numa sociedade que se quer cada vez menos dependente do automóvel particular, os transportes coletivos possam efetivamente ser uma escolha eficiente para os habitantes da nossa região. ----*

*Não queria terminar a minha intervenção sobre a ferrovia sem falar na Linha de Alta Velocidade. Fundamental para o nosso desenvolvimento enquanto país, estará naturalmente prevista no Plano Ferroviário Nacional a apresentar no próximo ano. Serão as auto-estradas do futuro e o governo salientou, e bem, a necessidade de criar ligações transfronteiriças através destas linhas, nomeadamente no Minho e no Alentejo. O apelo que faço é que, em nome da coesão territorial, a Beira Interior não seja esquecida no que às linhas de alta velocidade diz respeito. O caminho mais rápido de Madrid a Portugal será sempre pela nossa região. E não nos esqueçamos: Plasencia, que em breve terá ligação de alta velocidade à capital espanhola, é já ali a 100 km.” -----*

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** dispensou o seu período de intervenção. -----

--- Após a conclusão das intervenções, foram apresentadas propostas de Votos de Louvor e de Pesar e ainda duas Moções que, a seguir, se transcrevem. -----

--- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** apresentou o seguinte Voto de Louvor à Coordenadora Técnica do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal da Covilhã, Senhora D. Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola, subscrito por todas as bancadas municipais: **(Doc.11)** -----

*“Voto de louvor -----*

*Foi publicado no Diário da República, 2.ª série PARTE C (TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL) o Aviso n.º 17376/2022 da Caixa Geral de Aposentações, I. P. de onde consta a Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de outubro de 2022. -----*

*Merecidamente dela consta a “nossa” D. Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola – Coordenadora Técnica do Serviço de Apoio a esta Assembleia Municipal. -----*

*Digo “nossa” porque efetivamente a sua disponibilidade, o seu cuidado e atenção para com todos e cada um dos membros desta assembleia, que sempre a caracterizaram no competente desempenho das suas funções neste órgão, nos permite assim identificá-la. -----*

*Este exemplo de cuidado, zelo, dedicação, empenho, imparcialidade e rigor, sem quaisquer limitações horárias – apesar das longas maratonas que aqui se vivem – deve ser, não só seguido por aqueles que a venham substituir, mas, sobretudo, reconhecido, agradecido e louvado! -----*

*Efetivamente, muito graças ao seu trabalho esta Assembleia Municipal sempre funcionou, em termos técnico-administrativos de forma exemplar. -----*

*Resta desejar-lhe um longo e merecido descanso, com muita saúde e na companhia daqueles que lhe trazem felicidade. -----*

*Por essa razão, e porque as homenagens devem ser feitas tempestivamente, e de preferência na sua presença, os Membros da Assembleia Municipal reunidos em sessão ordinária de 26 de setembro de 2022, aprovam o presente voto de louvor à sua Coordenadora Técnica do Serviço de Apoio a esta Assembleia Municipal, D. Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.” -----*

**- Colocado à votação, o Voto de Louvor à Coordenadora Técnica do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal da Covilhã, Senhora D. Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola foi aprovado por unanimidade. -----**

**--- Eng.<sup>a</sup> Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS) procedeu à leitura da proposta de Voto de Pesar em memória do Comendador Paulo Nina de Oliveira, cujo teor se transcreve: (Doc.12) -----**

*“Voto de pesar pelo falecimento do Sr. **Paulo Nina de Oliveira**, de 84 anos. -----*

*Aos 18 anos iniciou a sua atividade profissional na firma José Paulo de Oliveira Júnior, fundada em 1936. Graças à sua determinação e ao seu perfil de empreendedor, distinguiu-se como empresário, gestor e dirigente associativo. -----*

-

*Entre 1962 e 1979, foi dirigente do Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã. -----*

*Entre 1975 e 1979, foi presidente da Comissão Pró-Associação tendo, depois disso e até 1995, assumido a presidência da Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios (ANIL). -----*

*Da sua notável gestão enquanto presidente da ANIL, destacam-se a filiação na Interlaine (1980), a filiação na IWTO (1981), a filiação na Federação da Indústria Têxtil e do Vestuário Portuguesa (1986), a reestruturação da Indústria de Lanifícios (1987), o acordo protocolar com a AICEP para apoio ao design das coleções de fios e tecidos (1989), a fundação do CITEVE em Vila Nova de Famalicão e na Covilhã (1990), a fundação do CILAN (1992) atualmente MODATEX (2011) e a construção do Pavilhão de Exposições (1992). -----*

*Foi ainda presidente da Interlaine, entre 1995 e 1997 e presidente da Comissão de Tecelagem da IWTO, entre 1994 e 1996. -----*

*Entre 2009 e 2013, foi membro externo do Conselho Geral da Universidade da Beira Interior, que em 2014, lhe atribuiu o grau de Doutor Honoris Causa. -----*

*Ao longo da sua carreira, o seu elevado mérito enquanto empresário foi reconhecido por várias entidades, nomeadamente, pelo presidente da República Portuguesa que, em 1995, lhe concede*

*o grau de comendador da Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial, pela Câmara Municipal da Covilhã que, em 2009, lhe atribui a Medalha de Ouro de Mérito Municipal, pela Junta de Freguesia de Unhais da Serra que, em 2010, lhe entrega a Medalha de Mérito Empresarial, e pela Liga dos Bombeiros Portugueses que, em 2011, o distinguem com o Crachá de Ouro.* -----

*Com uma, imparável, determinação e visão do futuro, construiu, consolidou e liderou o Grupo Paulo de Oliveira, que engloba as empresas Paulo de Oliveira, Tessimax e Penteadora de Unhais da Serra, e sendo o maior grupo empresarial da indústria dos lanifícios da Covilhã, de Portugal e um dos maiores da Europa. Deixa pois, uma marca de excelência no meio empresarial da indústria de lanifícios,* -----

*A título de reconhecimento pelas suas excecionais qualidades empresariais e pessoais e pelo seu, inestimável, contributo para o desenvolvimento do concelho, apresentamos este voto de pesar.* -----

*Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.”* -----

--- Foi ainda apresentado pelas bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP uma proposta de Voto de Pesar em memória do Comendador Paulo Nina de Oliveira com uma recomendação que, a seguir, se transcreve: **(Doc.13)** -----

*“Faleceu, no passado dia 29 de agosto, aos 84 anos, Paulo Nina de Oliveira.* -----

*A Covilhã perde, assim, uma das suas maiores referências. Um covilhanense ilustre, com um percurso pessoal e profissional ímpar, que muito contribuiu para a Covilhã que todos hoje conhecemos e deixou marcas importantes na sua história. Paulo Nina de Oliveira foi, também e sobretudo, um cidadão do mundo, que apresentou e representou a Covilhã e Portugal além fronteiras.* -----

*Destacado como um notável empresário de lanifícios, conduzindo o seu grupo empresarial ao nível das maiores empresas europeias, líderes de mercado, Paulo de Oliveira foi, ainda assim, muito mais do que isso.* -----

*Ao longo da sua vida foi distinguido com várias condecorações e homenagens que atestam a grandiosidade do seu legado:* -----

- *Em 1995, o Presidente da República Portuguesa confere-lhe o grau de Comendador da Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial;* -----
- *Entre 1997 e 2000 uma das suas empresas, “Paulo de Oliveira, SA”, foi considerada, durante 4 anos consecutivos, pela revista EXAME, em parceria com a Arthur Andersen, a melhor empresa têxtil Portuguesa;* -----
- *Em 2009, a Câmara Municipal da Covilhã atribui-lhe a medalha de ouro de mérito municipal;* -----
- *Em 2010, a Junta de Freguesia de Unhais da Serra agraciou-o com a Medalha de Mérito Empresarial;* -----

- Em 2011, recebeu da Liga de Bombeiros Portugueses o crachá de ouro; -----
- Em 2014, após 5 anos (2009-2013) como membro externo do primeiro Conselho Geral, a Universidade da Beira Interior concedeu-lhe o grau de Doutor Honoris Causa, por ter sido um dos principais entusiastas da implementação do Ensino Superior na Covilhã, um dos primeiros empregadores dos quadros formados no então Instituto Politécnico da Covilhã, Instituto Universitário da Beira Interior (IUBI) e na atual Universidade da Beira Interior (UBI) e pelo mérito da sua atividade empresarial como impulsionadora do prestígio e engrandecimento da indústria e de Portugal. -----

Paulo de Oliveira, além de ter sido o criador de um grupo empresarial de excelência no setor dos lanifícios em Portugal, que integra as empresas Paulo de Oliveira, Tessimax e Penteadora de Unhais da Serra, empregando no total cerca de 1200 trabalhadores, foi ainda dirigente do então Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã, entre 1962 e 1979. De 1975 a 1979, foi presidente da Comissão Pró-Associação e, a partir dessa data, foi presidente da ANIL (Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios), cargo que manteve até 1995, tendo nessa qualidade contribuído para que se instalasse na Covilhã a delegação do CITEVE (Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal). Foi ainda na sua presidência que foi construído na Covilhã o pavilhão de exposições e sede da ANIL, tendo sido também um dos fundadores do CILAN (Centro de Formação Profissional da Indústria da lanifícios), do qual foi administrador. -----

Na década de 1990, também desempenhou o cargo de presidente da Comissão de Tecelagem da Federação Internacional da Lã, organismo que agrupa as Associações de Industriais de Lanifícios e Comerciantes de Lã de todo o mundo, tendo, de 1996 a 1998, sido presidente da INTERLAINE, organismo com sede em Bruxelas que agrupa todas as Associações de Industriais de Lanifícios da União Europeia. -----

Mas no seu curriculum não se vê nem se lê o que estava para além do empresário de sucesso, um marido, um pai, um avô e um amigo dedicado, mas também um covilhanense apaixonado pela sua cidade e pelas suas gentes. Foi por isso que muito cedo se militou no Partido Social Democrata e participou ativamente, no âmbito da sua militância, para que a Covilhã fosse como o seu grupo empresarial, um concelho de excelência. -----

**Pelo contributo deixado à Covilhã e a todos os beirões por parte do Comendador Paulo Nina de Oliveira, os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP propõem que a Assembleia Municipal, reunida em plenário, hoje, dia 26 de Setembro de 2022, homenageie o nosso ilustre concidadão, cuja perda é irreparável, remetendo este pesar à sua família e empresas, bem como recomendando à Câmara Municipal que considere nomear a nova Unidade de Saúde Familiar (USF), a nascer no antigo acondicionamento têxtil da Covilhã, de ‘Unidade de Saúde Familiar Paulo de Oliveira’.** -----

- Colocado à votação, o **Voto de Pesar em memória do Comendador Paulo Nina de Oliveira** foi **aprovado por unanimidade.** -----

--- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS)** procedeu à leitura da proposta de Voto de Pesar em

memória de José Carlos Loureiro, cujo teor se transcreve: **(Doc.14)** -----

**“Voto de pesar pelo Falecimento de José Carlos Loureiro** -----

*Faleceu no passado dia 31 de Agosto, José Carlos Loureiro aos 96 anos, nascido na Covilhã a 2 de dezembro de 1925.* -----

*José Carlos Loureiro chegou ao Porto em 1941 para ingressar na escola de Belas-Artes e concluiu a sua formação em 1950. Nesta data inicia a sua atividade de arquiteto como profissional liberal e docente na Escola Superior de Belas-Artes no Porto. Mais tarde, em 1972 abandona a carreira como docente e dedica-se exclusivamente ao exercício da arquitetura.* -----

*Um senhor sempre ativo, participou em diversos colóquios, congressos, exposições de carácter nacional e internacional, desempenhou cargos diretivos em associações representativas da profissão e exerceu funções em cargos de vereação camarária no município do Porto, tendo-lhe sido atribuída uma Medalha Municipal de Mérito, grau Ouro em 2009.* -----

-

*A obra projetada do arquiteto encontra-se dispersa por todo o território geográfico, tendo maior incidência no Porto e norte de Portugal, variando de habitações uni e plurifamiliares, de carácter cultural, hospitalar e outros equipamentos.* -----

-

*Na Covilhã temos algumas obras projetadas nomeadamente a Faculdade de Engenharia, Faculdade de Medicina, Unidade de Psiquiatria e UBI Medical.* -----

*José Carlos Loureiro praticou arquitetura de uma “forma comprometida, generosa e apaixonada, sempre demonstrando uma invulgar sintonia entre a arte de bem desenhar e a arte de bem construir”.* -----

*Propõem-se assim que esta Assembleia Municipal lhe preste a singela homenagem com a aprovação deste voto de pesar.”* -----

- Colocado à votação, o **Voto de Pesar em memória de José Carlos Loureiro** foi **aprovado por unanimidade.** -----

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** procedeu à leitura da proposta de Voto de Louvor ao Capitão David Leal Canarias, cujo teor se transcreve: **(Doc.15)** -----

**“Voto de louvor** -----

*O capitão David Leal Canarias é natural da Suíça e nasceu em 21 de fevereiro de 1992.* -----

*É mestre em Ciências Militares, na especialidade Segurança (GNR), pela Academia Militar e possui uma pós-graduação em Proteção Civil pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco. Destaca-se ainda da sua formação o Curso de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e a Formação Profissional de Técnico de Apoio a Vítima (TAV).* -----



*Ingressou no quadro permanente da Guarda Nacional Republicana em 06 de outubro de 2009, tendo desempenhado diversas funções ao longo da sua carreira profissional, das quais se destacam: -----*

- Instrutor do Curso de Formação de Guardas, no Centro de Formação de Portalegre; -----*
- Adjunto do Comandante de Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo; -----*
- Adjunto do Comandante de Destacamento Territorial da Covilhã; -----*
- Oficial de Relações Públicas do Comando Territorial de Castelo Branco; -----*
- Comandante de Destacamento Territorial da Covilhã. -----*

*No dia 7 outubro de 2015, foi colocado no Destacamento Territorial da Covilhã, assumindo funções de Comandante de Destacamento, a 27 de novembro de 2019, onde se manteve até ao dia 25 de setembro de 2022. -----*

*No Destacamento Territorial de Covilhã é responsável pelo cumprimento da missão da Guarda nos concelhos da Covilhã e de Belmonte, tendo a seu cargo uma área de policiamento com um total de 621 km<sup>2</sup> e a responsabilidade da segurança de 41 778 habitantes. Integra sete Postos Territoriais e as valências de Investigação Criminal, Proteção da Natureza e do Ambiente e Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário, num total de 136 militares e civis. -----*

*Está habilitado com diversos cursos nas mais diversas especialidades militares e civis, obtidos em instituições militares e civis. -----*

*Na sua folha de serviço constam vários louvores e condecorações. -----*

*A 26 de setembro de 2022 assume as funções de Comandante de Destacamento Territorial do Fundão. -----*

*O Capitão David Canarias – que agora cessou funções no Destacamento Territorial da Covilhã – prestou no decorrer das mesmas, serviços extraordinariamente importantes e distintos à nossa comunidade, revelando qualidades de bravura, coragem, comprovado esforço, energia e grande dedicação ao serviço da segurança pública no nosso território. -----*

*O Voto de Louvor que se propõe à Assembleia Municipal, pretende reconhecer o seu trabalho em prol da nossa comunidade enquanto militar da Guarda Nacional Republicana, mas também as suas qualidades humanas, a sua capacidade de trabalho, a sua capacidade de liderança e as suas capacidades de conciliação e gestão de conflitos. -----*

*Sendo aprovado, o mesmo deve ser endereçado ao destinatário e dado conhecimento à Guarda Nacional Republicana.” -----*

*- Colocado à votação, o **Voto de Louvor ao Capitão David Leal Canarias** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

*--- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV) procedeu à leitura da proposta de Voto de Pesar em memória de José Manuel dos Santos Roque Valentim, cujo teor se transcreve: **(Doc.16)** -----*

*“Voto de Pesar -----*

**José Manuel dos Santos Roque Valentim** -----

Faleceu a 16 de Julho de 2022 em Ovar. -----

Natural de Unhais da Serra, foi Professor de Educação Física na Escola Secundária Campos Melo de 1978 a 1980 e na Escola Secundária Frei Heitor Pinto de 1980 a 1985. -----

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Unhais da Serra e membro desta Assembleia Municipal no mandato de 1982 a 1985. -----

-

Na sua atividade profissional foi um homem ativo, preocupado com a sua profissão e solidário com colegas e alunos. -----

Destaca-se a conquista de um campeonato do mundo de ginástica na modalidade de trampolim por um dos seus alunos. -----

À sua companheira Rosa Aldina Valente e aos seus filhos apresenta a Assembleia Municipal da Covilhã as suas condolências.” -----

-

- Colocado à votação, o **Voto de Pesar em memória de José Manuel dos Santos Roque Valentim** foi **aprovado por unanimidade**. -----

--- Foi apresentada pelas bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP uma proposta de Voto de Pesar em memória de António José Costa Prata, que foi lido pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e que, a seguir, se transcreve, tendo o Partido Socialista se associado ao mesmo: **(Doc.17)** -----

“Faleceu, aos 75 anos de idade e no passado dia 23 de agosto, o antigo jogador de futebol e dirigente associativo António José Costa Prata. -----

Devido a doença prolongada, o antigo jogador, ex-dirigente e administrador da SDUQ do Sporting da Covilhã, faleceu. Desde 2004 que fazia parte das direções do Sporting Clube da Covilhã. Dedicou grande parte do seu tempo, quer ao clube, quer ao movimento associativo, tendo contribuído para uma Covilhã com uma sociedade civil mais pujante e dinamizadora. Representou e hasteou a bandeira do município em diversas ocasiões, sendo por isso recordado por todos com grande consternação pela perda irreparável que deixa. -----

-

Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a Assembleia Municipal, reunida em plenário, hoje, dia 26 de setembro de 2022, delibere aprovar um voto de pesar sobre o seu falecimento, evocando a sua memória e expressando o seu pesar, endereçado à família, amigos e às associações das quais fez parte.” -----

- Colocado à votação, o **Voto de Pesar em memória de António José Costa Prata** foi **aprovado por unanimidade**. -----

--- Foi apresentada pelas bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP uma proposta de Voto de Pesar em memória de Fábio Gomes, que foi lido pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e que, a seguir, se transcreve: **(Doc.18)** -----

*“Fábio Gomes, natural de Mangualde da Serra, concelho de Gouveia, residiu na Covilhã, onde estudou e trabalhou. Estudou na Universidade da Beira Interior onde se licenciou em Ciências da Comunicação e onde se distinguiu como um dos melhores alunos. Foi depois jornalista nos semanários O Interior e Fórum Covilhã. -----*

*O Ubiano estava desde 2015 a trabalhar na Roménia numa empresa de informática. -----*

-

*No passado dia 19 de Julho foi vítima de um trágico acidente, na Roménia, que lhe tirou a vida. -*

*Por todos os contributos deixados à Covilhã e às Instituições e empresas por onde deixou a sua marca de profissionalismo, não podem, as bancadas do PSD e do CDS neste órgão, deixar de homenagear este cidadão. -----*

**Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a Assembleia Municipal reunida hoje dia 26 de Setembro de 2022 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos que sentem profundamente a sua ausência”**. -----

- Colocado à votação, o **Voto de Pesar em memória de Fábio António da Costa Gomes** foi **aprovado por unanimidade**. -----

--- Foi apresentada pelas bancadas do PPD/PSD e do CDS-PP uma proposta de Voto de Pesar em memória de Manuel Joaquim Lambelho Ramos, que foi lido pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e que, a seguir, se transcreve: **(Doc.19)** -----

*“Faleceu, aos 88 anos de idade no passado dia 15 de agosto, Manuel Joaquim Lambelho Ramos.*

*Natural de Aldeia de Joanes, concelho do Fundão, Manuel Joaquim Lambelho Ramos nasceu em 02 de maio de 1934, na Quinta da Nave de Baixo. -----*

*Manuel Joaquim Lambelho Ramos, ex-presidente da Câmara Municipal do Fundão. Também exerceu funções de empresário na área da carpintaria e materiais de construção, esteve ligado a várias cooperativas agrícolas, foi presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia do Fundão e vice-presidente da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental do Fundão, foi ainda membro dos órgãos sociais dos Bombeiros Voluntários do Fundão. -----*

*Manuel Joaquim Lambelho Ramos dedicou diversos anos da sua vida à causa pública e à comunidade. No âmbito das comemorações dos 40 anos do Poder Local no Fundão, recebeu, no dia 9 de junho de 2016, a Medalha de Ouro da Cidade do Fundão. -----*

*Foi sempre um amigo e colaborativo com a Covilhã, engrandecendo a região e potenciando o desenvolvimento da Cova da Beira como um todo. -----*

*Por todo este contributo deixado à região por Manuel Joaquim Lambelho Ramos, não podem, as bancadas do PSD e do CDS-PP neste órgão, deixar de homenagear este concidadão. -----*

***Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 26 de setembro de 2022 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” -----***

***- Colocado à votação, o Voto de Pesar em memória de Manuel Joaquim Lambelho Ramos foi aprovado por unanimidade. -----***

*--- Foi apresentada pela bancada do PPD/PSD uma proposta de Voto de Pesar em memória de Mikhail Sergeevitch Gorbatchov que foi lido pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e que, a seguir, se transcreve: **(Doc.20)** -----*

*“Faleceu, no passado dia 30 de agosto, Mikhail Gorbatchov, aos 91 anos, na sequência de doença prolongada. -----*

*Estadista e político russo, foi líder da União Soviética de 1988 até à dissolução do regime soviético, em 1991. -----*

*O seu papel foi essencial para o fim da Guerra Fria e para a transição democrática no Leste da Europa, após a queda da “Cortina de Ferro”. O seu contributo foi determinante para a abertura da Rússia ao diálogo e ao mundo e para o desanuviamento da tensão e lógica de confrontação internacional durante grande parte do Pós-Segunda Guerra Mundial. -----*

*-*

*Foi também a sua ação que permitiu que fosse reconhecido aos países do Pacto de Varsóvia e das nações da antiga União Soviética o direito de escolherem democraticamente o seu destino.*

*A sua visão permitiu as transformações históricas que estiveram na génese da consolidação de uma ordem mundial baseada em regras e fundada nos valores do multilateralismo e na resolução pacífica de diferendos, contribuindo definitivamente para a paz na Europa nas duas últimas décadas do século XX. -----*

*Foi laureado, em 1990, com o Prémio Nobel da Paz pela sua liderança e contributo para a resolução pacífica de controvérsias internacionais e pelo papel desempenhado na aproximação entre os países do Ocidente e do Leste. -----*

*-*

*Os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário, hoje, dia 26 de setembro de 2022, delibere aprovar um voto de pesar sobre o falecimento do antigo líder soviético, endereçando à nação russa as mais sentidas condolências.” -----*

- Colocado à votação, o **Voto de Pesar em memória de Mikhail Sergeevitch Gorbachov** foi **aprovado por maioria, com 2 votos contra (CDU - PCP/PEV), não tendo votado os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Boidobra e da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho que não se encontravam presentes no momento da votação.** -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “Não está em causa o ser humano em si. Como é evidente, a morte de alguém é sempre motivo de pesar. -----

No que significou na história mundial, é uma personagem que não é reconhecida na sua própria terra, pelos seus concidadãos, por aquilo que promoveu. É evidente que cada um louva aqueles que lhes fizeram um serviço que mais lhe agradou.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “O Grupo Municipal do PSD apresentou e votou favoravelmente seguindo aquilo que são os entendimentos alargados dos partidos políticos. Estou a ver, por exemplo, a votação na Assembleia da República e na Assembleia Municipal de Lisboa com a qual partilhamos derivado daquilo que é também hoje o desenvolvimento das comunidades locais, fruto do contributo destas duas personalidades para a globalização e a contribuição, por exemplo, para muitos dos fundos comunitários que hoje financiam grandes obras na Covilhã.” ---

--- Foi apresentada pela bancada do PPD/PSD uma proposta de Voto de Pesar em memória da Rainha Isabel II que foi lido pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e que, a seguir, se transcreve: **(Doc.21)** -----

*“Faleceu, aos 96 anos de idade e no passado dia 8 de setembro, a Rainha Isabel II do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte. -----*

*Nascida Elizabeth Alexandra Mary, tornou-se a soberana a 6 de fevereiro de 1952, aos 26 anos de idade, tendo cumprido 70 anos de reinado e sendo, portanto, a mais longa monarca da história britânica. -----*

*Ao longo dos seus 70 anos de reinado, Isabel II reinou em 32 Estados, 14 dos quais até a sua morte. Foi igualmente chefe da Commonwealth, sendo também a primeira rainha feminina da Casa de Windsor, Governadora Suprema da Igreja da Inglaterra e Comandante Suprema das Forças Armadas do Reino Unido. -----*

*Ao longo dos seus 70 anos de reinado, desempenhou funções centrais para a democracia britânica, tendo trabalhado com vários governos neste período. Personificou, melhor do que ninguém, o papel institucional próprio do monarca de uma monarquia constitucional. -----*

*Constituindo um irrefutável fator de prestígio, tanto no Reino Unido como em toda a comunidade de países da Commonwealth, Isabel II cumpriu o seu reinado com superlativo sentido de dever e de serviço público. -----*

-

*Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida, hoje, dia 26 de setembro de 2022, delibere aprovar um voto de pesar sobre o*

*seu falecimento, evocando a sua memória e expressando p seu pesar pelo falecimento da Rainha Isabel II, endereçando à família real e a todo o povo britânico as mais sentidas condolências.” -*

- Colocado à votação, o **Voto de Pesar em memória da Rainha Isabel II** foi **aprovado por maioria, com 2 votos contra (CDU - PCP/PEV), não tendo votado os Senhores: Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP) e os Presidentes da Junta de Freguesia de Boidobra e da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, que não se encontravam presentes no momento da votação.**

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “Não está em causa o ser humano em si. Como é evidente, a morte de alguém é sempre motivo de pesar. -----

Não nos podemos esquecer que a Rainha, no tempo do fascismo e das suas deslocações a Portugal, veio de certa forma branquear o regime fascista, nunca o criticando e branqueá-lo face ao Povo Português e à própria Europa.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “O Grupo Municipal do PSD apresentou e votou favoravelmente seguindo aquilo que, por exemplo, o Partido Comunista disse na Assembleia Municipal de Lisboa e também do Presidente da Câmara de Évora, na altura comunista, que recebeu em 84 a Rainha Isabel II nos Paços do Concelho e que lhe explicou as prioridades que tinha. -----

Estamos a seguir aquilo que são os entendimentos alargados dos partidos políticos. Estou a ver, por exemplo, a votação na Assembleia da República e na Assembleia Municipal de Lisboa com a qual partilhamos derivado daquilo que é também hoje o desenvolvimento das comunidades locais, fruto do contributo destas duas personalidades para a globalização e a contribuição, por exemplo, para muitos, dos fundos comunitários que hoje financiam grandes obras na Covilhã.” -----

--- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)** apresentou a Moção que, a seguir, se reproduz. **(Doc.22)** -----

**“Moção – Medidas extraordinárias de apoio às famílias** -----

*Os sinais são claros quanto ao estado da economia mundial e, por consequência, da economia no nosso país.* -----

*São muitos os indicadores que levam todos os analistas a identificar o final deste ano e o próximo como períodos de dificuldades face ao aumento dos preços da energia, aumento da inflação, aumento dos juros e possíveis situações de encerramento de empresas e claro está uma enorme dificuldade para as famílias conseguirem suportar os próximos tempos.* -----

*Assim, sob proposta dos Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário, a 26 de setembro de 2022, aprova as seguintes propostas para a Câmara Municipal, seguindo os exemplos de outros municípios para, naquilo que são as suas competências, apoiar as famílias Covilhanenses, através de:* -----

- *Redução de 20% do valor da fatura da água no último trimestre de 2022 de forma transversal a todos os consumidores;* -----
- *Redução de 10% da taxa de IMI para o ano de 2023;* -----
- *Congelamento das rendas de habitação social do concelho da Covilhã para 2023;* -----
- *Apoio imediato às famílias com filhos em idade escolar (80.000,00€) através de vales no comércio local:* -----
  - *Com material de desgaste por criança do pré-escolar – 25,00€ por criança (500 crianças totalizam 12.500,00€).* -----
  - *Material de desgaste por criança do 1.º ciclo – 20,00€ (1250 alunos totalizam 25.000,00€).* -----
  - *Fichas gratuitas para os alunos de 1.º, 2.º e 3.º ciclo – totalizam 36.000,00€.* -----
  - *Material para atividade letiva, suportado na íntegra pelas famílias – 150,00€ por turma, totaliza 5100,00€ (34 turmas na Covilhã).* -----

*Estas medidas, de carácter transitório, têm um objetivo claro de apoio direto à economia familiar, permitindo que a crise social possa ser minorada pela ação do município.* -----

*Estas medidas têm, em conjunto, um impacto no orçamento municipal de, pouco mais de 1.000.000,00€, o que no universo do orçamento municipal, representa apenas 2,2%, equivalendo, por comparação, ao dinheiro gasto com a chamada ciclovía.”* -----

--- Colocada a **Moção** à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com 12 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Tortosendo, Barco e Coutada e Peso e Vales do Rio) e 23 abstenções (PS, CDU - PCP/PEV e o Presidente da Junta de Freguesia de Orjais).** -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no momento da votação, os Senhores: Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesias de Peraboa, Paul e São Jorge da Beira.** -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “O Partido Socialista votou conscientemente em abstenção porque o Partido Socialista (tal como o Senhor Presidente da Câmara anunciou na última reunião pública) está, no âmbito do Orçamento Municipal de 2023, a perspetivar um conjunto de medidas de apoio às famílias e às empresas no nosso concelho. -----

Não sendo contra estas medidas, do nosso ponto de vista, são porventura insuficientes. Estas propostas da oposição são um exercício de oportunismo político face à ação anunciada do Executivo e ao momento que vivemos e são uma prova de vida.-----

No nosso entender, sendo medidas do âmbito executivo, confiamos totalmente no executivo do

Partido Socialista e, tal como o Senhor Presidente da Câmara justificou, elas serão apresentadas no âmbito do executivo e, porventura, na pior das hipóteses, no Orçamento Municipal de 2023 ou, se for o caso e necessidade, antes desse momento e, portanto, o Partido Socialista absteve-se.” --

--- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)** apresentou a Moção que, a seguir, se reproduz. **(Doc.23)** -----

**“MOÇÃO – BOLSAS “PAULO DE OLIVEIRA”** -----

*A Câmara Municipal da Covilhã, à semelhança das suas congéneres da Batalha, Castelo Branco, Fundão e Ponte de Sôr, aprovou, em 2016, o Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo. -----*

*Este regulamento visa a atribuição de bolsas de estudo aos alunos matriculados e inscritos no 1.º ano do Ensino Superior (naturais e/ou residentes no concelho da Covilhã pelo período mínimo de três anos) como uma forma de estimular a frequência do ensino superior. -----*

*Para tal, o Município decidiu atribuir bolsas de estudo a estudantes matriculados e inscritos no 1.º ano dos cursos de licenciatura da Universidade da Beira Interior (UBI) e outros de outras Instituições do Ensino Superior público não lecionados na UBI. -----*

*Por um lado, estas bolsas carecem de (1) continuidade, uma vez que o Regulamento publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 233, de 6 de dezembro de 2016, não estipula qualquer possibilidade de renovação; (2) previsibilidade, uma vez que não estabelece o número de bolsas a atribuir, sendo este variável, ou seja, o número de bolsas a atribuir em cada ano é definido anualmente pelo município, sendo divulgado posteriormente ao mês de junho, após reunião de Câmara e durante o período de exames do ensino secundário; e de (3) adaptação ao contexto atual, em que o valor das propinas reduziu, mas os custos – nomeadamente de alojamento – incrementaram. -----*

*Por outro lado, é sabido que, em 2014, após cinco anos (2009-2013) como membro principal entusiasta da implementação do Ensino Superior na Covilhã, um dos primeiros empregadores dos quadros formados no então Instituto Politécnico da Covilhã, no subsequente Instituto Universitário da Beira Interior e na atual Universidade da Beira Interior, bem como pelo mérito da sua atividade empresarial como impulsionadora do prestígio e engrandecimento da indústria e de Portugal. -----*

*Todavia, apesar desta relação umbilical entre Paulo de Oliveira e a academia beirã sediada na Covilhã, a perda recente desta figura singular da história do concelho não se traduziu, ainda, em qualquer reconhecimento do município para que a sua figura perdure no tempo, tal como a de Pêro da Covilhã, Frei Heitor Pinto ou Campos Melo. Consideramos que tal reconhecimento deve primar pelos princípios de trabalho, inovação e sobretudo, pelo investimento na terra e nas pessoas que aqui trabalham, para além de representar esta relação simbiótica e genética entre Paulo de Oliveira e a UBI. -----*

*Por conseguinte, sob proposta dos Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário a 26 de setembro de 2022, aprova as seguintes propostas para a Câmara Municipal: -----*



- 1) Criação de uma bolsa de estudo, preferencialmente, nas áreas de gestão/têxtil que reconheça não só a excelência nos estudos, mas sobretudo, os projetos que os alunos candidatos apresentem e pretendam implementar na nossa cidade que venham a ser reconhecidos conjuntamente pelo Município e UBI, como uma mais valia técnica e de inovação empresarial, e apoie com um valor anual adequado ao desenvolvimento da formação de cada aluno no montante anual não inferior a €1.500,00, sendo o valor transferido para o estudante; -----
- 2) Permitir a renovação da bolsa até um período máximo equivalente ao grau, ou seja, de 3 ou 4 anos em licenciaturas, conforme o estipulado, e de 5 ou 6 anos em mestrados integrados; -----
- 3) Apelidar este apoio de “Bolsa Paulo de Oliveira”, dando continuidade ao seu legado e aposta na formação especializada e na valorização profissional nas áreas que reconhecidamente foi percursor.” -----

--- Colocada a **Moção** à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com 34 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Tortosendo, Barco e Coutada e Peso e Vales do Rio) e 3 votos contra (CDU - PCP/PEV).** -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no momento da votação, os Senhores: Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) e a Presidente da Junta de Freguesia de Peraboa.** -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “O Partido Socialista votou favoravelmente esta Moção das bancadas à nossa direita ideológica. Votámos, sem qualquer preconceito, estas propostas com o reforço relevante de que o Senhor Comendador Paulo Nina de Oliveira, para além dos méritos da sua vida, fez também parte desta Assembleia Municipal e, portanto, faz todo o sentido também lhe fazermos essa homenagem neste órgão. -----

Relembrar que foi feita uma justíssima homenagem em 2015 ao Senhor Paulo Nina de Oliveira na antiga Nova Penteação, da qual era proprietário, onde a Câmara Municipal da Covilhã teve a oportunidade de lhe fazer uma homenagem destacando aquilo que foi a sua vida, a sua obra e a sua importância na nossa comunidade industrial, empresarial, para os trabalhadores e para toda a nossa comunidade. -----

É de todo justificada esta homenagem.” -----

--- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)** esclareceu o Membro Municipal Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro que “no Voto de Pesar que a bancada do PSD e do CDS fez ao Comendador Paulo Nina de Oliveira, como não teve a oportunidade de a ouvir, fizemos referência ao percurso político do cidadão.” -----

--- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** fez uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal, dizendo que, na sua intervenção no Período do Antes da Ordem do Dia e “no seguimento da ideia

que estava a transmitir, tinha proposto (oralmente) e pedia que fosse votado um louvor à Universidade e aos seus órgãos, à Reitoria, relativamente ao reforço, pela luta que fizeram ao longo dos anos para a correção da desigualdade e que possa adicionar agora pela construção do novo alojamento e residências estudantis no Concelho da Covilhã, também financiado com fundos comunitários no âmbito do PRR, mas uma bandeira da Universidade pela qual pugnou durante muitos anos.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu para apresentar por escrito. “De qualquer forma, posso por à votação, mas estamos a abrir precedentes.” -----

- O **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** clarificou que “o nosso Regimento permite a apresentação oral deste tipo de figuras.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que “o Regimento permite tudo, desde que a gente concorde. Somos soberanos e decidimos. -----

Tem tempo para redigir e, daqui pouco, podemos voltar a essa parte.” -----

## **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Do extenso documento que nos chegou às mãos, das 32 páginas incluindo o ofício, 10 páginas são ocupadas pela atividade do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas com a descrição das suas diversas atividades muito ligadas, e bem, à atividade cultural e de eventos promovidos pelo pelouro da cultura. -----

Dez páginas são ocupadas pela atividade do Urbanismo e a atividade da vida normal dos deferimentos dos despachos e das decisões nessa matéria e o restante, de facto, para além de algumas delegações de competências em representação na CIMBSE e outras coisas do género, mais do que saber quem é que foi lá, gostávamos era de saber o que foi lá discutido, mas infelizmente não temos esse feedback, temos que olhar e a informação escrita é reveladora de quem é que trabalha no Município, do que é que se faz no Município e sobretudo daquilo que não é feito no Município ou não tem a dignidade para estar na informação escrita para chegar a este órgão. -----

São três pontos que faço questão de falar que não estão na informação escrita e que gostava que me fosse falado de alguma maneira: -----

**1 - Devolução dos valores indevidamente cobrados de rendas sociais** -----

Já estivemos aqui a dizer que faltava tudo; depois, faltava muito pouco; depois, faltava algumas coisinhas. -----

A pergunta que se coloca hoje é: em que pé é que estamos? Se já não falta nada e se, efetivamente, já foram pagos e devolvidos os valores que foram indevidamente cobrados às pessoas durante longos anos - pessoas que mais precisam - e, apesar da recomendação que aqui foi aprovada, já tivemos conhecimento que os aumentos das rendas para 2023 já seguiram por correio e, portanto, as pessoas já sabem que vão pagar mais sem saber quando é que vão receber aquilo que pagaram a mais durante muitos anos à Câmara Municipal da Covilhã. -----

**2 - Transferência de competências na área da ação social** -----

Diz a Lei, e da recolha da informação que está no portal autárquico, que o prazo desta delegação de competências foi prorrogado até ao dia 31 de março de 2022, sendo certo que para que fosse, e ainda é possível, prorrogar mais uma vez este prazo até 1 de janeiro de 2023, mas para isso era necessário que os municípios tenham que ter uma ação de fazer alguma coisa, nomeadamente: -----

- os que tiverem, em tempo, deliberado a não aceitação; -----
- os que entendam não reunir as condições necessárias para o exercício de todas as competências previstas no decreto-lei, e; -----
- tenham previamente deliberado no sentido da prorrogação, devendo estes, mediante comunicação à DGAL, até 14 de março de 2022, informar da intenção de prorrogação da aceitação. -----

Na Covilhã, mais uma vez nada se sabe! E, portanto, estamos à espera de saber sobre esta matéria que é extremamente sensível. -----

Não sei se sabem que a Câmara vai passar a administrar e a distribuir os subsídios e os apoios sociais que, neste momento, são prestados pela Segurança Social. Acontece que, pelo menos daquilo que a gente tem conhecimento, no dia 1 de abril foi mentira: não houve transferência de competências nenhuma (que se saiba)! Estamos em outubro e, do Executivo Camarário, não saiu qualquer deliberação de prorrogação ou pelo menos não se tem qualquer conhecimento que tenha havido ou não reconhecimento de que não houve condições para as assumir. -----

As perguntas que se colocam são: -----

Existem condições físicas para assegurar um entendimento digno e seguro dos utentes e técnicos? Não nos podemos esquecer que, independentemente do dia 1 de janeiro de 2023, estas competências vão ser obrigatoriamente assumidas pela Câmara Municipal e, portanto, é preciso que as haja. -----

Sabemos que a área social na Câmara da Covilhã é das áreas com menos meios humanos e técnicos disponíveis. Está assegurada a transferência de pessoal, tal como aconteceu na Educação, para assegurar estas competências na Câmara Municipal ou está prevista a contratação de novos técnicos? -----

Que garantias orçamentais existem, não só para acautelar o cumprimento das obrigações decorrentes das transferências de competências, mas, sobretudo, para assegurar a autonomia orçamental municipal que garanta a efetiva execução destas matérias sem os constrangimentos que se preveem ou sujeições a deliberações políticas? -----

O prazo acaba no final do ano e, pelos vistos, os Senhores não aprenderam mesmo nada nesta matéria de transferência de competências. -----

Considerando que a atribuição destes subsídios e de outros benefícios sociais tem que ser garantida e que haja uma total isenção por parte dos técnicos e, sobretudo, que garanta o afastamento de qualquer tentação de interferência direta ou indireta dos responsáveis políticos no processo ou na decisão que está a ser feito para assegurar esta independência. - Somos de parecer que tem de haver um controlo, inclusivamente desta Assembleia, nesta matéria, até estarem assegurados todos os mecanismos de transparência e de isenção que são exigidos para que isto corra bem. -----

### 3 - Incêndios -----

Nesta informação escrita, sobre o que a Câmara fez ou deixou de fazer, não consta uma palavra sobre os incêndios que ocorreram na Covilhã. É a dignidade que esta Câmara deu a este acontecimento. -----

Temos, de facto, que falar nisto porque se, na informação escrita que esta Câmara está obrigada a enviar, não tem uma palavra sobre os incêndios, por muito que agora se venha dourar a pílula, o certo e a verdade é que esta informação escrita constatou aquilo que foi inação da Câmara durante os períodos mais críticos que vivemos na Covilhã. -----  
Isso sim merece a minha censura.” -----

- **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP):** “Tendo ouvido aquilo que foi a intervenção do Deputado Pedro Bernardo, nomeadamente sobre a questão das AEC’s, a questão do sorriso da Senhora Vereadora sobre este tema, aquando questionada pela oposição, só pode ser efetivamente o facto de hoje se saber que há uma empresa que foi contratada para prestar este serviço e, portanto, é um momento de satisfação para si e obviamente um momento de satisfação para todos, nomeadamente para mim, enquanto pai, porque a primeira vez que a minha filha foi recebida numa escola na primária fomos informados por todos os professores de que não havia ninguém para complementar os horários das AEC’s e que esta responsabilidade era exclusiva da Câmara Municipal da Covilhã. -----

Senhor Presidente da Câmara, dar-lhe a nota de que não temos nenhuma informação sobre este tema nesta informação escrita. Perguntar-lhe: afinal de contas, o que é que aconteceu? Sabemos todos que foi avisado em tempo (em maio) por diversas gentes da Educação; a Senhora Vereadora tinha toda a documentação da transferência de competências; contactaram-se inúmeras associações; e a coisa não arrancou. -----

O Senhor Presidente terá certamente a oportunidade de esclarecer tudo o que aconteceu. -----

O Senhor Deputado Pedro Bernardo quando veio aqui, no alto da sua sabedoria, dar conta de que a oposição não sabe de nada, é preciso termos alguma cautela porque os Membros da Assembleia Municipal sabem das informações que têm acesso pelos documentos oficiais da Câmara, pelos documentos que fazem partilha – os Vereadores em exercício das suas funções, bem como aquelas

que são as informações da Câmara Municipal. Se há informações privilegiadas que os Senhores Vereadores e que os Senhores Deputados Municipais do Partido Socialista partilham e têm, temos pena – não temos acesso a essa. -----

Acho que é importante que, ao fazermos afirmações como aquelas que foram feitas pelo Deputado Pedro Bernardo aqui, saibamos de que não estamos a lidar com imbecis (desculpem a expressão) e, no alto da falta de humildade e da inteligência, vir aqui maltratar, como fez, a oposição dizendo que não tinham ausência de informação, que não sabiam de nada, que queríamos só achincalhar. Não, não é verdade.” -----

**- Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD): (Doc.24)** *“Quero apenas fazer umas perguntas rápidas.*

*Por que razão, desde julho, o Ourondo, Sobral de São Miguel, Aldeia de São Francisco de Assis e Barroca Grande estão sem médico? Em agosto, esta lista engordou também com a falta de médico no Peso, Vales do Rio, Dominguizo, e Cortes do Meio, ou seja quase metade das freguesias do concelho sem médico de família.* -----

*Adicionalmente, foi noticiado recentemente que a maior associação representativa de um grupo de jovens da região, a Associação Académica da Universidade da Beira Interior, abandonou o Conselho Municipal da Juventude, quer o plenário, quer a comissão permanente. O Presidente da AAUBI afirmou mesmo que não pode ser “complacente com a inoperância do conselho municipal da juventude nos últimos tempos. O órgão não discute e é irrelevante quando há discussão de matérias e assuntos relacionados com a política municipal da juventude e medidas que tenham impacto nos jovens e nas suas associações”. Acrescenta que “não discute as linhas gerais das políticas de juventude, contrariando o próprio regimento do órgão, que assim o obriga”. -----*

*Senhor Presidente, como é que se permite deixar a AAUBI sair sem prestar uma consideração pública sobre o assunto? Como é que isto aconteceu?”* -----

**- Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** *“Gostaria de saber qual o ponto de situação atual do posto da GNR do Tortosendo.* -----

O Senhor Presidente já garantiu aqui nesta Assembleia Municipal que, até final do ano de 2022, todas as juntas de freguesia ficarão com o assunto dos parques infantis resolvido. Estamos em finais de setembro e gostaria de saber quando se inicia a montagem desses parques infantis e dar uma sugestão: começou o ano letivo e, por exemplo, na Escola da Feira, o parque infantil está degradado e teria sido uma boa oportunidade para dar o pontapé de saída para a sua promessa que aqui fez na Assembleia Municipal. -----

Em janeiro de 2022, solicitámos à Câmara Municipal da Covilhã, libertando a Câmara desse trabalho, que o projeto elaborado pelo Município respeitante ao Bairro dos Cabelados fosse feito, por exemplo, através de uma delegação de competências, pela Junta de Freguesia. Fizemos este pedido em janeiro de 2022 e ainda não recebemos qualquer resposta. Gostaríamos de saber se a Câmara Municipal está disposta a colaborar connosco no sentido de ser a Junta a levar por diante esse projeto porque aquele bairro envergonha a nossa freguesia, tal é o estado em que está atualmente. -----

Saber, e já foram dados passos importantes, qual é o ponto de situação do projeto de Requalificação da Avenida Montes Hermínios. Reunimos com técnicos municipais e disseram-nos que era uma obra que vai durar, no terreno, cerca de 2 anos. Para que seja cumprido aquilo que foi aqui dito – que seria concluída no final deste mandato -, saber se a mesma vai constar do Orçamento para o ano de 2023. -----

Estavam previstas obras de Requalificação do Jardim de Infância “Ovo Mágico” em cerca de 70 mil euros. Foi-nos informado, na altura, que a candidatura ficou deserta em termos de empresas que iriam garantir essa obra. Gostaríamos de saber se há novidades relativamente a estas obras no Bairro do Cabeço e também qual a situação dos passeios desde do eixo TCT até à Zona Industrial do Tortosendo. -----

Há cerca de menos de um ano, foram tapados buracos no Belo Zêzere. A situação neste momento está novamente caótica em termos de piso, que está completamente degradado. Saber para quando uma requalificação total daquele piso. -----

Aproveitar a oportunidade para agradecer os trabalhos que foram feitos no Tortosendo ao nível do asfaltamento de duas ruas e também a colaboração que houve entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal da Covilhã para beneficiar outras artérias da nossa freguesia, colaboração esta que está a ir por diante nos próximos meses. -----

No que respeita à recolha de lixo na nossa freguesia, ela tem sido feita de tal forma que não é exemplo para ninguém. Apresentámos uma reclamação por escrito às Águas da Covilhã que reconheceram que este trabalho não está a ser feito como deve ser feito. Tive a oportunidade de enviar ao Senhor Presidente da Câmara fotografias do que é a normalidade daquela recolha de lixo. Gostaríamos de saber se já foi feito algo para que mude esta situação no que respeita à recolha de lixo na nossa freguesia. -----

Queria aqui agradecer à Proteção Civil Municipal, na pessoa do Senhor Comandante Luís Marques. Havia uma situação que se arrastava há vários anos em que, numa casa abandonada, as silvas invadiam outras casas. Perguntámos à Câmara Municipal como é que estava o assunto; a Câmara Municipal informava que estava para a Fiscalização. Foi um processo que se arrastou durante 3 ou 4 anos e não posso deixar de frisar aqui que uma das primeiras ações do Comandante Luís Marques foi, em 2 ou 3 dias, resolver uma situação que se arrastava há anos. -----

Tive a oportunidade de falar com os serviços técnicos da Câmara Municipal. A Junta de Freguesia tem vindo a pedir há anos o asfaltamento e beneficiação do piso da Rua da Ladeira Grande. Ficámos surpresos com a resposta dos serviços técnicos dizendo que aquele caminho é vicinal. Do que me é dado a saber, os caminhos vicinais, normalmente, destinam-se ao trânsito rural. Acredito que numa rua onde há mais de 30 habitações elas não são certamente destinadas a agricultura. Porque os caminhos vicinais são trilhos no terreno, sem infraestruturas, limitam-se a acessos a propriedade rústica e ao trânsito agrícola, posso dizer, a título de exemplo, que nem o meu carro de campanha, nem os carros de campanha do Partido Socialista nas últimas autárquicas foram carroças ou tratores porque no cimo desta rua existe uma empresa que equipou estes carros com equipamento sonoro. Portanto, agradecia uma reconsideração daquilo que é o caminho da Ladeira Grande e que possa ser beneficiado, caminho esse onde todos dias vai um carro das Águas da Covilhã, junto do depósito, fazer a manutenção desses serviços das Águas da Covilhã.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Em todas as sessões desta Assembleia peço a palavra neste ponto e hoje não é exceção porque, várias assembleias depois, a situação é a mesma. -----

A informação escrita não cumpre o que prevê a Lei. -----

*Na sessão da Assembleia Municipal de 25 de Fevereiro de 2022, os membros dos grupos do CDS-PP e do PSD apresentaram ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, nos termos legais e regimentares, um requerimento no sentido de, **com a maior brevidade, solicitar parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDRC e à Inspeção Geral de Finanças no sentido de estas entidades se pronunciarem acerca da legalidade da informação escrita que tem sido apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã.** -----*

*Todavia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã ao invés de proceder como requerido ou de recusar fundamentadamente tal requerimento ou o teor do mesmo, optou por solicitar uma análise ao Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica da Câmara Municipal da Covilhã. -----*

*Departamento este que, na pessoa da sua Directora, informou, em 1 de Abril de 2022, o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã que “relativamente ao pedido formulado pelas bancadas do PSD e do CDS (...) o mesmo não suscita necessidade de parecer jurídico da CCDR, nem dos serviços jurídicos internos da autarquia, uma vez que a norma legal em apreço é clara, quanto ao sentido e quanto à sua aplicação prática.” Referindo ainda que “Esperamos, relativamente a este ponto, cumprir com o determinado na lei e fazer acompanhar a **Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade desta e da situação financeira do Município**, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do RJAL – Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos elementos que a lei exige, já na próxima sessão da Assembleia Municipal da Covilhã. -----*

*Tal pedido de análise remetido pelo Sr. Presidente da Assembleia ao Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica da Câmara Municipal da Covilhã e a resposta deste Departamento de 01 de Abril de 2022, só foram dados a conhecer aos signatários do requerimento apresentado em 25 de Fevereiro de 2022 por email de 31 de Maio de 2022 dirigido ao membro da Assembleia Municipal Joana Petrucci Rocha. -----*

*O que não deixa de ser surpreendente se tomarmos em consideração que o membro da bancada do CDS Joana Petrucci Rocha, na sessão da Assembleia Municipal de 09/05/2022, questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre se já havia resposta da CCDR e da Inspeção Geral de Finanças e a informação que recebeu do Sr. Presidente foi que de momento não havia qualquer resposta. -----*

*Com o devido respeito, o requerimento foi por nós dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia e ao Senhor Presidente apenas competiria agir como legitimamente solicitado no requerimento destas bancadas ou recusar cumprir o solicitado fundamentando a sua decisão. -----*

*Ora, nem uma coisa nem outra. E vários meses depois a situação está inalterada continuando a Informação escrita a ser apresentada praticamente sem alteração relativamente ao que acontecia antes da apresentação do requerimento em Fevereiro de 2022. -----*

Senhor Presidente, a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município e tem competências de apreciação e fiscalização que os membros das bancadas do CDS e do PSD não pretendem descurar. -----

E, por isso mesmo, reiteramos que no âmbito dessas competências de fiscalização compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade, nomeadamente, da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados e das empresas locais. -----

Assim como apreciar, em cada sessão ordinária, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município. -----

Sendo certo que a informação escrita que tem sido enviada pelo Senhor Presidente da Câmara para apreciação da Assembleia Municipal não contém todas as informações legalmente obrigatórias, referidas no artigo 35º, nº 1 alínea y) e nº 4 da Lei 75/2013.. -----

Com efeito, nos termos do artigo 35º, nº 1, alínea y) compete ao Presidente da Câmara enviar à assembleia municipal toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos de igual natureza, incluindo a respeitante às entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local indispensável para a compreensão e análise crítica e objetiva da informação aí inscrita. -----

Prevendo o nº 4 desse artigo 35º que da Informação escrita devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado. -----

Ora, como já referimos até à exaustão, tal não sucede e a informação escrita persiste em não cumprir os requisitos legais impedindo assim que os membros da Assembleia Municipal possam exercer cabalmente as competências de acompanhamento e fiscalização. -----

**Assim,** -----

- a) **Deve o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em face da persistência do Senhor Presidente da Câmara em não cumprir as obrigações legais, recusar a informação prestada e participar tais factos à Inspeção Geral de Finanças e Ministério Público, acompanhados de todos os documentos (requerimentos das bancadas do CDS e do PSD de 25 de Fevereiro de 2022 e de 26 de Setembro de 2022, informação técnica do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica da Câmara Municipal da Covilhã de 1 de Abril de 2022 e todas as Informações escritas enviadas a esta Assembleia no presente mandato), para apuramento das inerentes responsabilidades e legais consequências sobre tal comportamento.** -----
- b) **Ademais, requer-se ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã que, com carácter de urgência, solicite parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDRC e à Inspeção Geral de Finanças no sentido de estas entidades se pronunciarem acerca da legalidade da informação escrita que tem sido apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, sendo remetidas a estas entidades todas as informações escritas enviadas a esta Assembleia no presente mandato.** -----



*Os membros dos grupos do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã” (Doc.25) -----*

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** Questionou “como está a eletrificação do prolongamento da rua do polidesportivo em vales do Rio, sabendo que já foi aprovado em sessão de Câmara há cerca de meio ano e a mesma ainda não foi colocada. É um sítio central na freguesia de Vales do Rio, onde está a padaria, o Centro Social e outras atividades sociais e está completamente escuro. -----

As obras de reparação da EB1 e pré-escola de Vales do Rio também foram objeto de concurso público e gostaria de saber como está a situação e quando irão iniciar porque continua a cair chuva dentro do edifício. -----

Ver qual é a possibilidade de apoio às famílias para o pagamento dos transportes da freguesia de Peso e Vales do Rio e de outras freguesias para a Covilhã, pois cada família paga por estudante à volta de 50€ e, nos tempos que correm e que se adivinham, era muito importante haver um apoio por parte da Câmara Municipal na isenção total ou parcial deste valor. -----

Saber também o ponto de situação do apoio às IPSS's, no que diz respeito à mobilidade verde (PRR). Os valores iniciais foram distribuídos por aí a cima e os veículos que custavam na ordem dos 31 mil euros custam agora na ordem dos 38 a 40 mil, sendo que, na altura, a Câmara se tinha disponibilizado a ajudar na comparticipação. -----

Adiantar uma informação sobre a questão dos médicos, de que falaram há pouco. Quanto ao Peso e Vales do Rio, Dominguizo e Cortes, as juntas de freguesia reuniram-se. Também nos reunimos com o Dr. Geraldês do ACES Cova da Beira. Está resolvido a partir do dia 3 de outubro. -----

Por fim, saber qual é a possibilidade, no próximo ano, da ligação do depósito na Pedra Alta. O depósito foi construído na altura das condutas da barragem e não tem a ligação devida ao depósito no Peso que poderia transmitir a água para outros locais na corda do rio.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “A informação escrita minimalista que nos foi enviada corresponde à atividade municipal entre junho e setembro de 2022. -----

Temos o registo de um conjunto de despachos de delegação de competências, a atividade desenvolvida pela Divisão de Cultura, do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas (até ficamos a conhecer os cartazes que são feitos no dia-a-dia), processos de licenciamento no âmbito do Urbanismo, onde saliento o tempo entre os requerimentos e o tempo dos deferimentos (os tempos estão dentro daquilo que é razoável). Mas, quanto às restantes estruturas (Departamentos e Divisões), nada se fez digno de registo. Se não há registo é porque não se fez! -----

É verdade que julho e agosto é um período de férias e que tivemos algumas semanas de intensa atividade ao nível dos incêndios florestais e também já foi aqui dito que nem isso foi registado na informação. -----

Apesar dos constrangimentos e face à necessidade das populações, solicito informação: -----

- Quanto à situação do quartel da GNR do Paul, se já temos projeto aprovado pelo MAI e se existe previsão do lançamento da obra, assim como da questão do edifício da GNR no Tortosendo; -----

- Quanto à pavimentação - que considero prioritária - do Largo dos Emigrantes no Paul, se existe decisão quanto à execução da intervenção e quando é que os residentes se veem livres do piso degradado que se verifica naquele espaço. -----
- Quanto à pavimentação da estrada municipal Ourondinho/Paul/Casegas/Sobral de São Miguel, reconhecida nesta Assembleia e pela Câmara Municipal como urgente intervenção: sendo urgente, penso que a Câmara deveria informar sobre os procedimentos já adotados para a execução desta obra; -----
- Assim como quanto à prometida estrada Unhais da Serra/Nave de Santo António que o Senhor Presidente da Câmara prometeu à população que é desta vez que se faz; -----
- Quanto à requalificação dos passeios, nomeadamente no Bairro da Estação e Avenida 25 de Abril: os passeios continuam intransitáveis e existem registos e relatos de acidentes; ---
- Quanto à fatura da água, para quando a sua redução. O Senhor Presidente da Câmara tinha prometido que iria encontrar brevemente uma solução com as Águas da Serra quanto à concessão do saneamento para que fosse possível reduzir esta componente da fatura da água e reduzir, de certa forma, o seu valor. O que é que se fez? Questionar o Senhor Presidente da Câmara qual é o acompanhamento que a Câmara tem feito no âmbito desta concessão de saneamento, da verificação ou não dos serviços da Câmara da boa utilização ou do bom funcionamento das estações de tratamento de águas residuais. É que também existem relatos, nomeadamente da estação de tratamento de águas residuais do Paul, de ligação direta, mais visível no Verão, para a linha de água. Penso que a Câmara até poderia - e deve - solicitar um acompanhamento. Com certeza que no contrato de concessão existe uma cláusula de acompanhamento da execução daquilo que é previsto nessa concessão. –

Deixar a minha preocupação quanto às Atividades de Enriquecimento Curricular e à sua eventual privatização por parte da Câmara Municipal porque, mais uma vez, se vai provar que a aceitação da transferência de competências na área da Educação irá ser prejudicial à qualidade do serviço prestado e irá colocar a autarquia a financiar competências e serviços que devem ser assegurados pela Administração Central. Aliás, isso já acontece com os transportes escolares: as verbas que a Câmara recebe da Administração Central não dão resposta às necessidades que existe no concelho e àquilo que o concelho pretende e deverá fazer. -----

No último protocolo assinado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses com o Governo sobre a transferência de competências na área da Educação constam algumas escolas do concelho consideradas de intervenção urgente e prioritária. Para minha admiração, não constam desta listagem a Escola Básica do Tortosendo e do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto. Não considera o Senhor Presidente a necessidade de intervenção na requalificação dos edifícios e salas de aula daqueles estabelecimentos de ensino?” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “O meu pedido de defesa da honra vai no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Nuno Reis em que faz acusações e certas apreciações que de todo correspondem à verdade. -----

Quando fala em achincalhar, etc., não é verdade Senhor Deputado. Posso-lhe dizer aquilo que disse, e volto a repetir, e que a sua intervenção foi exemplo disso: “*gincana política assente na desinformação*”. Quando o Senhor Deputado vem ao púlpito e acusa, neste caso a mim, de partilha

fidedigna de informação por parte do executivo a uma bancada da Assembleia Municipal, isso é gincana política. -----

Sabe por que é “gincana política” e “desinformação”? Porque esta informação foi partilhada numa reunião de Câmara, na passada sexta-feira, na qual eu estive presente enquanto cidadão. -----

Eu percebo que nem todos tenhamos essa oportunidade e daí vocês também terem eleitos, nomeadamente Vereadores, presentes nas reuniões. Se essa falta de informação ou se só têm Vereadores para tirar fotografias nas Assembleias, é uma escolha vossa, mas eles também servem para partilhar informação.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, passou a responder às questões colocadas. -----

Iniciou abordando a questão da água, referindo que era um assunto que os preocupava por ter uma taxa muito elevada. Informou que estavam a encetar “diligências de carácter técnico-jurídico com quem já fez e já trabalhou com sucesso em outras reversões por este país. O processo está a andar em bom ritmo. Quero que ande o mais depressa possível até porque poderá envolver a contração de um empréstimo e, portanto, as questões financeiras têm sempre que ser consideradas. -----

A verdade é que julgo que vamos conseguir reverter uma situação que nunca devia ter saído da órbita do Município. Este é o nosso ponto de vista e, aliás, tal posição foi referendada há exatamente um ano onde, durante o debate eleitoral, esta questão foi objeto de discussão e o Povo falou mais alto e disse que concordava com esta solução. -----

Posto do Paul – Por vicissitudes várias que transcendem a Câmara Municipal e que têm a ver com a empresa a quem foi adjudicado o projeto de concessão da requalificação daquele posto, tem sofrido várias vicissitudes (e não só). A última é que há um documento em falta sem o qual o processo não pode continuar tendo em vista a celebração do contrato interadministrativo, do estabelecimento do respetivo valor, da sua celebração e do lançamento da obra. -----

Aquela que ia à frente, agora está em último lugar. Aquela que nem sequer estava prevista (Unhais da Serra) está em bom andamento, a par do que acontece com o posto do Tortosendo. -----

A bola não está do nosso lado. Está do lado da Secretaria Geral da Administração Interna. Estamos a aguardar, a qualquer momento, que nos enviem a minuta do contrato interadministrativo a celebrar, bem como o estabelecimento do valor (o valor tem de ser discutido à luz daquilo que é o projeto e se ele é ou não exequível). -----

Estrada de Unhais da Serra – Deixar a nota que a promessa é para se cumprir, assim não existam motivos de força maior que a impeçam. O projeto está em fase adiantada e, a seguir, temos a fase da adjudicação. -----

“Privatização das AEC’s” – Aproveito esta expressão para vos falar sobre esta matéria que não tem história! Julgo que é uma tentativa mal sucedida de aproveitamento político. -----

As AEC’s não eram responsabilidade da Câmara Municipal e, em finais de julho, é que tínhamos notícia para podermos concretizar as AEC’s. Obviamente que se tentou fazer o melhor e essa

tentativa foi bem-sucedida porque, pela primeira vez e apesar de ser a primeira vez de a Câmara ser responsável pelas AEC's, elas vão entrar em funcionamento e vão entrar bem. E não há nenhuma empresa: há uma associação que está vocacionada para esta área que opera como associação em várias partes do país com competência, sabedoria e experiência. Vamos aproveitar esse Know-How e esse saber fazer para que funcionem bem. -----

Não estou a faltar à verdade quando vos digo que em anos anteriores, salvo raríssimas exceções em algumas escolas, elas nunca entravam em funcionamento a não ser lá para finais de outubro. E, desta vez, apesar de todas as vicissitudes e de ser a primeira vez que a Câmara toma contacto com esta realidade, elas vão entrar em funcionamento no mês de setembro. -----

AEC's – Tudo a tempo e horas com uma associação que tem esta vocação, com profissionais competentes, com pessoas adequadas ao exercício dessas funções e é isso que a comunidade escolar vai testemunhar. As AEC's são assunto sem história, uma vã tentativa de aproveitamento político. -----

Mobilidade Verde – Estamos numa altura de avalanche de candidaturas e levam tempo a serem apreciadas. Esperemos que elas cheguem a bom porto porque queremos que o grau de execução das candidaturas seja elevado. -----

O mesmo se aplica às escolas (Ovo Mágico, Tortosendo, Vales do Rio, ...). Vamos ver se elas são contempladas e manifestar o receio de que nem sempre as nossas candidaturas (e não tem a ver com o mérito ou a ausência dele relativamente à sua elaboração no que diz respeito aos nossos serviços técnicos) são atendidas, enquadráveis ou elegíveis. Se não forem, faremos aquilo que estamos a fazer. -----

Relembrar que, desde o 25 de Abril, no Município da Covilhã não existe um executivo que tenha feito tanto investimento na área da Educação como os municípios que tenho tido a honra de presidir, investimentos sem precedentes em tudo quanto é escola e até naquelas que, quando foram maquilhadas, não eram da nossa responsabilidade como é o caso da Frei Heitor Pinto, onde a nossa participação foi muito além daquilo que seria natural. Queríamos intervir em todas ao mesmo tempo: vamos à Campos Melo; estamos nas Palmeiras; a do Teixoso está em vias de ser adjudicada, ... Estamos a investir nas pessoas, nos jovens, nas crianças, no futuro. São condições de atratividade que estamos a criar para tornar ainda mais apetecível e mais atrativo o nosso município para fixar pessoas. -----

Temos feito um esforço hercúleo no sentido de aproveitar todas as oportunidades para captar financiamento e canalizá-lo para a área da Educação. -----

Eletrificação da Rua do Polidesportivo de Vales do Rio – Não tenho elementos neste momento para poder responder, mas assim que tiver lhe darei nota. -----

Recolha de lixo no Tortosendo – O Senhor Presidente da Junta enviou-me uma vez uma fotografia em que o lixo, visivelmente, invadia a zona adjacente ao caixote. Significa que quem o devia recolher como deve de ser não o está a fazer e, na sequência quer do seu alerta quer de outros alertas, solicitei ao Senhor Presidente das Águas da Covilhã para que tomasse providências no sentido de fazer cumprir o contrato que existe com a empresa que faz essa mesma recolha. -----

Intervenção no Belo Zêzere – Foi uma intervenção de urgência. Não foi uma intervenção de fundo. Logo que possível, lá iremos. Não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. -----

Avenida Montes Hermínios – O projeto está quase terminado e, portanto, só poderemos estabelecer o valor depois de ele estar concretizado. -----

Bairro dos Escabelados – O projeto está também a ser terminado. Está referenciada a necessidade dessa reparação e vamos avançar logo que possível. -----

Relativamente aos parques infantis, o ponto de situação é o seguinte: -----

Como sabem, o Senhor Vereador com o Pelouro sinalizou com os Presidentes de Junta todos os parques infantis que devem ser encerrados por não terem condições de utilização, aqueles que ficam a cargo do Município, mas também aqueles que as Freguesias aceitam receber. -----

Para cada um dos parques infantis que serão entregues às Freguesias, os serviços estão a reunir o dossier técnico e a verificar se é preciso reparar alguma deficiência. Quando este trabalho estiver concluído, apresentá-lo-emos. Eu não disse que os parques estariam a funcionar até final do ano; disse que teríamos uma solução até ao final do ano. -----

No que diz respeito à FIADA, este Executivo, com a ajuda prestimosíssima da Universidade da Beira Interior e de outros contributos, conseguiu um feito que é inédito, até porque muitos municípios concorrem a estas candidaturas para fazerem parte da Rede da UNESCO e não o conseguiram. Nós conseguimos-lo e está em execução. -----

Infelizmente, como em tudo na vida, a realidade é dinâmica e também a vida da direção desta nossa Cidade Criativa da UNESCO em Design teve uma vicissitude. Essa vicissitude está ultrapassada. A FIADA faz parte do plano de ação dessa mesma candidatura que foi saudada pelo insuspeito Presidente do Turismo do Centro, que falou sobre a importância, o impacto, a natureza, a oportunidade e o contexto deste evento. -----

Se não tivéssemos espetáculo, tínhamos aqui as mesmas pessoas a dizer “até esteve bem, mas faltou lá um espetáculo que devia ser a pagar”. Esteve lá um espetáculo gratuito e não devia ter lá espetáculo e não devia ser gratuito! É-se preso por ter cão e preso por não o ter! Vou pedir aos serviços de comunicação da Câmara para que não tirem fotografias aos milhares de pessoas que assistem aos eventos porque isso incomoda a oposição, que censura os espetáculos porque têm muita gente! -----

Ainda sobre a Educação, parece que terei dito alguma heresia ao confessar aqui com honestidade intelectual que a transferência de competências não está a correr bem. Se acho que não está a correr bem devo dizê-lo com a mesma naturalidade com que reprovo, censuro, discordo democraticamente as vossas doudas opiniões. -----

Apoios para os nossos estudantes em várias vertentes – A nossa ambição é que consigamos, mais cedo do que tarde, que na escolaridade obrigatória não se pague nada, mas até lá e porque temos muitas frentes de batalha, temos muitas dificuldades e vemos tempos difíceis onde temos de repartir e distribuir bem este bem escasso que é o dinheiro. Vamos cumprindo aquilo que é a denominada justiça social, que é seguir os escalões do abono de família. -----

No que diz respeito aos transportes, sabem que no primeiro escalão 90% é suportado pelo sector público; 75% no segundo escalão; e aqueles estudantes que residem mais longe e mais afastados têm 50% de comparticipação. Também aí e por ora estamos nesta senda, sendo que a nossa ambição seja que nada se pague. -----

No material escolar, há comparticipação; também nas salas letivas e turmas há apoio material. Não é a 100%. Estamos a dar o apoio que podemos dar e que achamos que, neste momento, estamos em condições de dar, tendo a noção de que queremos fazer mais. -----

Rendas sociais – Levou o tempo que levou. Já estão terminadas as operações contabilísticas e houve dois dossiers que criaram uma dificuldade em concretizar o processo. Neste momento, estão a ser feitas as contas globais para, no mês de outubro, devolvermos a toda a gente aquilo que tem de ser devolvido. Na próxima sessão da Assembleia Municipal espero vir dizer-vos que já está tudo arrumadinho e sanado. -----

Dar-vos uma nota: procedemos ao aumento das rendas porque é uma imposição legal, sendo certo que, aquando este ajustamento, há quem tenha passado a pagar menos. Não houve só aumentos; houve também diminuições. Não vos sei responder se os aumentos são mais do que as diminuições e em que proporção, mas também podemos trazer-vos cá isso sem qualquer problema.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** referiu que “estão pendentes vários requerimentos (Assembleia e Vereadores) a pedir o valor que já foi apurado. Acho que devia trazer isso à Assembleia, dizer qual foi o montante que o Município cobrou a mais e que agora tem que devolver.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “o valor não está totalmente apurado, ou seja, estão concluídos os processos e agora é o exercício de reunir os elementos todos e fazer o somatório.” -----

## 2.2 - “O TERRITÓRIO E OS INCÊNDIOS FLORESTAIS” – CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**: Solicitou autorização para a transmissão de um vídeo a relatar a progressão do incêndio que teve início no dia 06 de agosto em Garroncho (Vila do Carvalho). ---

Após a transmissão do vídeo, referiu ter sido “mais ou menos isto que se passou. Estes foram os factos políticos da enorme pequena tragédia que ocorreu no passado mês de agosto na Serra da Estrela. Houve desvalorização, minimização e negligência. Assistimos à ausência do Presidente da Câmara nos primeiros dias; o Plano de Emergência não foi ativado no devido tempo; houve um insulto às populações afetadas com voltas e festas como se nada estivesse a acontecer. -----

Deixo apenas esta pergunta: como é possível isto ter acontecido?” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Como nos documentos que nos foram enviados não vinha uma proposta concreta para a constituição da Comissão, os Grupos Municipais do CDS e do PSD queriam apresentar uma proposta para a constituição dessa Comissão, propondo que: -----

- a composição seja feita com um membro da Assembleia Municipal e indicado por cada Grupo Municipal de entre o respetivo Grupo, um membro da Mesa da Assembleia Municipal e um Presidente de Junta indicado de entre os Presidentes de Junta. -----
- bem como que o objeto da Comissão seja o acompanhamento e fiscalização dos trabalhos do Município na sequência dos incêndios florestais de 2022, nomeadamente no que respeita a: -----
  - Diagnóstico e levantamento dos prejuízos -----
  - Operacionalização das madeiras ardidas em articulação com o mecanismo de compensação do ICNF -----
  - Remoção de árvores e materiais queimados durante os incêndios -----
  - Medidas de estabilização de solos -----
  - Apresentação e implementação de propostas e medidas de prevenção e apoio à manutenção e recuperação das áreas afetadas ainda que indiretamente pelo incêndio -----
  - Reflorestação -----
  - Ações de defesa da floresta contra incêndios e sua execução -----
  - Medidas de apoio na alimentação de animais -----
  - Aplicação e execução do Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios -----
- Propõem também que o prazo da Comissão seja de um ano, prazo este que poderá ser prorrogado por deliberação da Assembleia Municipal e havendo justificação para tal prorrogação. -----
- No item da apresentação de resultados, a proposta é no sentido de a Comissão remeter à Assembleia um relatório trimestral sobre os trabalhos realizados na prossecução do seu objeto. -----
- No apoio à Comissão, a Comissão solicitará à Câmara Municipal toda a colaboração logística e administrativa que entenda ser necessária e, sem prejuízo das competências próprias de cada um dos órgãos municipais, a Comissão poderá solicitar à Câmara que indique, de entre os funcionários municipais e com referência aos departamentos com relevância para cumprimento dos objetivos da Comissão, aqueles que serão o seu ponto de apoio e de contacto.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD): (Doc.26)** “*Só uma nota muito telegráfica para que fique em ata, este nosso compromisso. Apesar de todas as constatações que agora assistimos em vídeo e que muitos viveram na primeira pessoa, que nos levam a tirar as conclusões mais inesperadas e obviamente sujeitas a uma crítica e repúdio muito severo por parte do PSD. ---*

*Venho aqui, em representação do PSD, sem prejuízo da avaliação política que achamos conveniente fazer, manifestar a nossa total disponibilidade para colaborarmos ativamente naquele que será o desafio mais premente das nossas vidas: voltar a dar ao nosso maior património, a Serra da Estrela, a vida, o brilho e a magia que ela nunca deveria perdido.” -----*

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “No que respeita a esta questão dos incêndios e porque já aqui foi dito, este incêndio deve servir para que, no futuro, tudo aconteça de forma diferente. -----

Não posso deixar de recuar no tempo e lembrar que no incêndio de 2017, quando o Casal da Serra estava rodeado de chamas, o Senhor Presidente da Câmara garantiu à população, nessa noite, que iria fazer uma circular ao Casal da Serra. -----

Nesse mesmo ano de 2017, visitei na altura, com o Senhor Vereador Jorge Gomes, uma eventual possibilidade para essa intervenção. Estamos em 2022 e, como se diz na minha terra, “*nem o Tortosendo é Lisboa, nem o Casal da Serra é Londres*”. -----

Dizer também que, depois do incêndio de 2019, também no Casal da Serra, e depois da Junta de Freguesia do Tortosendo ter investido cerca de 3 mil euros em mangueiras de combate a incêndio nesse bairro, solicitámos à Câmara Municipal da Covilhã um kit florestal para aplicar na nossa pickup entretanto adquirida. A resposta veio do Gabinete do Senhor Vereador Serra dos Reis e foi “a Câmara Municipal não apoia, nem vai comprar kits florestais”. -----

A pergunta que deixo é: depois deste incêndio, para que nada se repita e porque nós, juntas de freguesia, também podemos colaborar muito nesta prevenção, se está a Câmara Municipal disposta a apoiar a Junta de Freguesia na aquisição desse kit florestal para aplicar na nossa pickup durante os meses de incêndio. -----

Por último, deixar uma palavra de agradecimento aos bombeiros e na pessoa do Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã dizer-lhe que, quando Verdelhos estava rodeado de chamas, durante a noite a nossa freguesia teve um incêndio e, no meio daquela afronta toda que foi Verdelhos, não deixou de acudir ao Tortosendo e felizmente foi resolvido prontamente. -----

O meu agradecimento a todos os bombeiros na pessoa do Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Em relação ao que se passou no mês trágico de agosto, já o vivemos em 2013. Vivemo-lo muito de perto, vivemo-lo com Peso e Vales do Rio a arder completamente e não ardeu dentro da população (arderam os quintais junto às casas). Portanto, quando vi aquelas imagens recordei-me daquilo que passámos em 2013. -----

Ainda há pouco tempo disse, aquando uma entrevista que dei à Comunicação Social, que esperava que agora não acontecesse o mesmo que aconteceu em 2013, em que toda a gente se aprontou a tirar fotografias e a dar declarações e nada fizeram até agora. -----

Em relação ao que está a acontecer atualmente, não está a acontecer só em Verdelhos nem só na Serra da Estrela. Está a acontecer no Rio Zêzere, nas freguesias que são banhadas pelo Rio Zêzere.



Com os derrames que aconteceram com estas chuvas mais intensas, o rio ficou completamente preto. Parecia petróleo. Morreram dezenas e dezenas de peixes. Portanto, é muito importante começar a trabalhar no terreno, tentar sustentar aquelas terras, sabendo que não é nada fácil. Temos que criar barreiras para que as cinzas não cheguem ao Zêzere porque o que vai acontecer é que os Senhores em Lisboa bebem a água do nosso rio e o que eles deviam fazer rapidamente era dar meios à Câmara Municipal, às autarquias e aos concelhos que foram afetados para tentar minimizar a situação que vai acontecer no próximo Inverno. Vimos o que aconteceu no Sameiro. -

Dizer que os incêndios são, de facto, um flagelo no nosso país e quando temos, no nosso país, uma época para incêndios está tudo dito. -----

O importante não é só olharmos para a Serra. A Serra é muito importante, mas a solução não passa só pelos apoios financeiros, mas sim pela maneira de tratarmos até a nível jurídico as situações que se passam e que continuamos a ver pessoas a deitarem fogos e nada lhes acontecer. -----

Para finalizar, dizer que tivemos o início do incêndio na altura em que estávamos em Verdelhos. Começou no Tortosendo e quem o fez continuou a pô-lo pela corda do rio. Comunicámos à GNR e posso-lhes dizer que, não fosse a Freguesia do Peso e Vales do Rio ter dois kits de incêndio e ter duas equipas (não tínhamos bombeiros nesse dia) ... foram essas pessoas que se deslocaram para o local e apagaram os incêndios. -----

É muito importante aquilo que António Costa fez ao lançar esses kit's de incêndio que algumas freguesias puderam ter. São muito importantes para desenvolver o primeiro ataque, logo quando as coisas começam, e isso é um ponto de reflexão. Dizer que "não", por vezes não deve ser dito dessa forma. Deve ser dito pensando naquilo que pode vir a acontecer. Não quer dizer que a Câmara tenha que apoiar tudo porque senão também não há dinheiro que chegue, mas no entanto temos que ter prioridades e apoiar quem mais necessita. -----

Sei que, na altura, havia candidaturas e que, quem estivesse num raio de 3 quilómetros em que houvesse bombeiros, os kit's não eram atribuídos. Pode ter acontecido com o Tortosendo, mas ninguém está à espera que aconteça aquilo que aconteceu no mês de agosto em que os bombeiros tudo fizeram, mas não conseguiram que não houvesse tantos danos." -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** Informou que tinham apresentado uma candidatura aos kit's de incêndio, mas, "como freguesia urbana, disseram que nas maiores zonas verdes do concelho da Covilhã não era necessário e não fomos contemplados, daí o pedido à Câmara Municipal da Covilhã." -----

- **Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS): (Doc.27)** *"Antes de mais e porque temos presente no público o Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários, não poderia deixar de iniciar a minha intervenção sem dar uma palavra de apreço, gratidão e reconhecimento de competência ao Luís Marques, enquanto Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, que poucas semanas depois de iniciar funções teve entre mãos um dos maiores incêndios que afetou a Covilhã na sua história.* -----

*Mas acima de tudo Sr. Presidente e Sr. Comandante, agradecer na vossa pessoa, a todos os bombeiros e serviços municipais que ao longo da catástrofe que afetou o nosso território, se*

*apresentaram de forma abnegada num espírito altruísta servindo o concelho da Covilhã e as suas populações quando estas mais precisaram e precisam, agora que vivemos o pós-incêndio. -----*

*Um reconhecimento que estendo em nome da bancada municipal do Partido Socialista, a todos os Presidentes de Junta de Freguesia das áreas afetadas. As populações tiveram em vocês verdadeiros líderes. A política teve em vocês um verdadeiro exemplo de entreaajuda, solidariedade e cooperação que não conheceu barreiras de freguesias na união de esforços na defesa do território. -----*

*A tragédia que a Covilhã viveu, demonstrou ainda o carácter solidário que a sociedade civil covilhanense se caracteriza, em prol do concelho e dos nossos concidadãos. -----*

*De associações, passando por entidades privadas até ao cidadão comum, a união de esforços que presenciámos, no apoio e entrega de bens a bombeiros e populações, e agora na recuperação da área ardida, deve fazer-nos sentir um profundo orgulho de sermos covilhanenses, mas acima de tudo, que todos estamos unidos para restabelecer a esperança a todos aqueles que foram afetados. -----*

*Infelizmente vivemos na primeira pessoa, à maior operação de combate a incêndios que há memória em Portugal, em número de operacionais e duração do mesmo, pondo à prova o sistema de proteção civil do município de uma forma nunca antes vista, com uma resposta nunca antes vista. -----*

*O empenho dos serviços municipais de proteção civil foi essencial para que uma tragédia ambiental não se tenha tornado numa tragédia de vidas humanas, essa é uma certeza que todos temos. ----*

*À avaliação da ação da proteção civil durante o incêndio não deve a classe política emanar ilações, reservando-se para quem de direito essa mesma avaliação e caso necessário, responsabilização. Na serenidade e conhecido técnico e fidedigno dos factos, num incêndio claramente influenciado pelas alterações climáticas que o mundo vive. -----*

*À classe política é exigida uma resposta às populações para as necessidades imediatas, a reconstrução de um património natural adaptado à realidade climática que hoje vivemos, em conjunto com as associações ambientalistas, baldios, freguesias e outros agentes, mas acima de tudo manter a esperança e a certeza de que a Serra da Estrela e o nosso território não morreu. ---*

*À classe política em momentos como aqueles que vivemos é exigida responsabilidade e seriedade, mas há algo que esta tragédia trouxe ao de cima. -----*

*A quem se assume como solução política, refugiados num discurso populista e irresponsável em timings e conteúdo, querendo semear o caos social em pleno combate à catástrofe que atingia as populações do nosso concelho, revelou a do PSD e CDS na impreparação para lidar com situações de emergência no município, sobrepondo uma tentativa de aproveitamento político da tragédia, aos interesses das populações. -----*

*Nada de novo, foi assim quando em plena crise de covid-19 pedia a demissão do diretor do centro hospitalar. Ao bom estilo da extrema direita em Portugal, a oposição na Covilhã na incapacidade de apresentar soluções pede demissões, num refúgio de baixa política que não serve a Covilhã nem os Covilhanenses. -----*

*Porque a verdade senhores e senhoras deputados, é que enquanto a oposição deturpava declarações do Sr. Vice-Presidente, o executivo empenhava esforços na defesa do território e na salvaguarda das populações em especial das mais vulneráveis. -----*

*Porque a verdade senhores e senhoras deputados, enquanto a oposição não apresenta soluções para os problemas estruturais na Serra da Estrela, o executivo sentava à mesa o Ministro do Ambiente com Associações Ambientalistas Locais ou como recentemente aconteceu acompanhava o Relator Especial da ONU para demonstrar o trabalho já desenvolvido. -----*

*Porque a verdade senhores e senhoras deputados, enquanto a oposição não apresenta propostas para a reconstrução do nosso território, são apresentados 200 milhões de euros de investimento para apoios imediatos, numa articulação clara entre governo central e municípios, com ações concretas como aquelas que hoje ouvimos. -----*

*Assim, a proposta de constituição de uma comissão de acompanhamento à reconstrução de um dos maiores patrimónios naturais em Portugal, é mais um sinal claro que o município da Covilhã está empenhado, que esta não seja uma oportunidade perdida, a qual o Partido Socialista saúda e desde já anuncia votar favoravelmente. -----*

*É urgente adequar o apoio à floresta, à importância e necessidades da mesma. Uma floresta humanizada, adaptada às alterações climáticas, integrada numa estratégia de desenvolvimento e sustentabilidade duradoura da Serra da Estrela, onde o turismo, pastorícia, agricultura e identidade local se assumem também como pilares. -----*

*Pelo que em nome da bancada municipal do Partido Socialista, é assumido o total empenho, solidariedade e compromisso não só para que todos os apoios que tem vindo a ser públicos sejam efetivamente aplicados onde necessários, mas também na responsabilidade de contribuir para um novo futuro da Serra da Estrela.” -----*

**- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “Perante a tragédia ocorrida com os incêndios florestais, as nossas primeiras palavras são naturalmente de solidariedade para com todos aqueles que, no terreno, deram e continuam a dar ao combate ao incêndio e procuram minimizar o sofrimento de todos quantos foram atingidos: populações, bombeiros, forças armadas, serviço e força de segurança, serviços de saúde, segurança social, estruturas públicas, associativas e de solidariedade que estiveram envolvidos no combate aos incêndios e no apoio às vítimas. Todos merecem o nosso reconhecimento e solidariedade pela sua ação generosa e abnegada. -----

Comissões, relatórios, estudos, ... é coisa que não falta sobre incêndios! Já em 2003 e em 2005 se produziram análises e propostas na sequência da vaga de incêndios nesses anos, a que se soma um extenso e valoroso trabalho realizado após os incêndios de 2017 e de 2018. -----

O problema erradica-se, em primeiro lugar, no assumir de responsabilidades pelo poder político, no reconhecimento do que não está bem e na vontade política para fazer o que precisa de ser feito, envolvendo todas as partes, incluindo quem melhor conhece no terreno a situação e garantindo os meios necessários. -----

Ora, o que vemos e assistimos são os governantes a chamarem os louros ao que vai correndo bem e a passar, quando corre mal, o ónus dos incêndios para as populações e para os comportamentos

individuais, quando é evidente que os incêndios remetem para anos de política de desresponsabilização e de destruição dos organismos do Estado nas áreas de conservação da Natureza e da gestão e planeamento florestal. -----

Não podemos ficar à espera da criação de grupos de trabalho que depois produzem relatórios que, na prática, para pouco ou nada servem. -----

O PCP apresentou, na Assembleia da República, no mês de setembro, um projeto-lei que visava um conjunto de medidas concretas para o ataque pós-incêndios para a resolução dos problemas que o próprio incêndio traz para sustentar as terras e trabalhar no sentido de desenvolver ações tipificadas de forma a garantir, por um lado, a recuperação e a salvaguarda dos terrenos afetados e, por outro, a reposição das respetivas condições de produção, naturalmente, devidamente protocoladas, por forma a que se cumpram todos os preceitos técnicos e necessários, sobretudo assegurando a sua execução no terreno. -----

Não venho aqui criticar, nem salientar esse ou aquele aspeto que eventualmente correu mal, mas falei há dois dias com um dos intervenientes, ligado às forças armadas, que esteve aqui presente no incêndio e perguntei-lhe a opinião. E a opinião dele foi: descoordenação, descoordenação, descoordenação, ... Portanto, aquilo que existe perante as forças em presença: muita descoordenação, muitos intervenientes, muita gente a querer orientar, não se aproveitando as forças, os recursos e os meios que temos no terreno. -----

Portanto, não vamos falar nesse aspeto. Aconteceu. O que é necessário é encontrar medidas para se avançar no sentido da resolução do problema em termos do futuro e temos um problema complicado na Serra da Estrela. -----

O PCP, assumindo essa responsabilidade, apresentou em setembro, na Assembleia da República, um projeto de resolução com um programa de emergência para a Serra da Estrela. -----

A recorrente ocorrência de incêndios a que se tem assistido nesta região coloca problemas acrescidos à recuperação de espécies e dos valores naturais nesta área, podendo conduzir à perda acentuada da diversidade existente. -----

Aquilo que o PCP entende é que é necessário, no âmbito do plano de emergência para a Serra da Estrela, um programa planificado de reflorestação e recuperação da biodiversidade para as áreas ardidas, de controlo de proliferação de espécies invasoras e infestantes, quer no que se relaciona com o seu surgimento indesejado nas áreas ardidas, quer pela sua erradicação nas restantes áreas do parque natural. -----

Aquilo que defendemos é que, neste momento, aquilo que se identifica no Parque natural da Serra da Estrela é a inexistência de uma direção de gestão própria. Não existe. Ou seja, falta uma unidade orgânica de direção intermédia da administração central, com um diretor, alguém que conheça profundamente a realidade e se identifique com ela, uma Unidade Orgânica dotada dos meios humanos, técnicos e financeiros necessários à adequada gestão e salvaguarda deste território, proposta, aliás, que foi já apresentada pelo PCP, relativamente a todas as áreas protegidas de âmbito nacional. -----

O programa de emergência que o PCP apresentou para o Parque Natural da Serra da Estrela, nas dimensões natural, social e económica, estruturava-se em quatro eixos prioritários de atuação: --

- 1.º Intervenção de emergência em áreas ardidadas e defesa e prevenção da floresta contra incêndios; -----
- 2.º Identificação de prejuízos e perdas e regime de apoio à reposição do potencial produtivo, à perda de rendimento e à manutenção de atividades agrícolas e pecuárias; -----
- 3.º Dotação do Parque Natural da Serra da Estrela com uma estrutura orgânica com direção própria, ligada ao território e às populações, com capacidade para realizar o diagnóstico e intervir no sentido da sua recuperação e valorização, em conjunto com as populações; ----
- 4.º Reforço da capacidade do ICNF em meios humanos, técnicos e financeiros, para dar resposta às necessidades de gestão, recuperação, fiscalização e defesa contra incêndios dos territórios incluídos no Parque Natural da Serra da Estrela. -----

Face a esta proposta de resolução, qual foi a votação na Assembleia da República no dia 21 de setembro? O PS votou contra e o PSD absteve-se, assim como o IL, o PAN e o CHEGA. É disto que falamos. Há partidos que trabalham, organizam-se, apresentam planos de emergência, ... e os outros ... Temos aquilo que temos! -----

Em relação à Câmara Municipal, dizer que é necessário, face à nova lei (Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro), atualizar e adequar os documentos que temos em relação ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios, a questão da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios porque este Decreto-Lei vem alterar as denominações que hoje podemos utilizar.

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios, face a este Decreto-Lei, passa a denominar-se por Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Define a sua composição, os objetivos e as competências desta Comissão. Define, de facto, a existência de dois membros das Juntas de Freguesia, parte-se desse princípio que esses dois representantes, a designar pela Assembleia Municipal, são quatro representantes da Assembleia Municipal. Mas, segundo as informações que tive da camarada que fez parte da reunião dos líderes de bancada, a Assembleia Municipal, colaborando e trabalhando com esta Comissão, poderá desenvolver trabalho nesse sentido. -----

Por isso, questiono a Câmara Municipal: a Comissão Municipal encontra-se constituída? Quantas reuniões já realizou? Que assuntos tratou? -----

No portal da Câmara Municipal encontra-se a referência ao Plano Operacional Municipal de 2021. E o de 2022? Não se encontra publicado. Será que existe? -----

O Plano para o decénio prevê, no seu quadro síntese (quadro n.º 36, página 113), uma despesa de 5.547.725,00€ para 2021 e 1.488.524,00€ para os cinco eixos de intervenção previstos no Plano.

Importa assim questionar a Câmara: existe algum relatório relativo à execução do Plano em 2021 nos cinco eixos de intervenção previstos no Plano? Que ações foram desenvolvidas em cada eixo de intervenção? E, da estimativa orçamental prevista, quanto é que se executou no caso do ano de 2022? -----

Quanto a 2022 e apesar do ano ainda não estar concluído, que balanço é possível fazer da execução das ações previstas nos cinco eixos de intervenção? -----

Meus Senhores, não basta ter planos! Não basta lá ter números! É necessário trabalhar e executar os planos que se organizam e que este órgão aprovou. Mas ainda não foi presente a este órgão – Assembleia Municipal – quer na informação escrita que o Senhor Presidente da Câmara envia aos membros da Assembleia, quer em documentos específicos e o próprio relatório relativo à execução de 2021 nos cinco eixos. -----

O que é que se fez? Quanto se gastou? -----

Têm é que dar informação e não nos podemos esquecer que esses documentos existem, a Comissão existe.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Relativamente a esta questão dos incêndios, em primeiro lugar, gostaria de enaltecer o papel dos bombeiros e de todas as forças da proteção civil, das polícias, das forças armadas, dos cidadãos, dos responsáveis políticos, de tanto e tantos que estiveram no combate aos incêndios noite e dia, semanas seguidas. -----

Em segundo lugar, e relativamente à oposição e àquilo que aqui vimos, a gente já percebeu que a oposição a única estratégia que tem é de apoucar a Covilhã. O apoucar chega a tanto que já trazem para a Assembleia Municipal da Covilhã declarações do Presidente da Câmara de Manteigas. Isto a mim transcende-me completamente. -----

Relativamente a este vídeo que aqui vimos, fez-me lembrar uma reportagem que estava a fazer a CMTV aqui no incêndio na Serra da Estrela em que, tal como a CMTV, a oposição quer é tirar dividendos do flagelo por que as populações passaram e por que passou o concelho da Covilhã e os concelhos aqui à volta. A CMTV é para tirar audiências; a oposição é mais ou menos a mesma coisa, é para também ter mais audiência. Isto é, a todos os títulos, deplorável. -----

Tal como esse direto da CMTV que estava a ver, o entrevistador dizia para a senhora que andava a transportar água para tentar fazer o possível para apagar uma parte do incêndio (valer nalguma coisa): “Olhe senhora”. A Senhora respondeu-lhe: “O senhor era um homenzinho se deixasse o microfone e a câmara e viesse aqui dar uma ajuda”. Acho também que a resposta aqui se aplica a esta forma de fazer oposição e, de facto, lucrar com o flagelo por que a população da Covilhã passou... e não só da Covilhã, porque temos estado solidários também com outros municípios. ---

O que importa agora é o futuro. Importa equacionar-se, junto do Governo, qual é que é verdadeiramente o papel que o ICNF tem hoje em dia na gestão florestal. É, de facto, um fator de promoção de uma gestão equilibrada e sustentada da floresta ou é um fator de impedimento para a gestão equilibrada e sustentada da floresta? Estas são as questões que importam. Vamos ter reflorestação ou não? A reflorestação vai ser exatamente nos mesmos moldes, com as mesmas espécies que cá temos ou vamos, de facto, gerir a floresta e a Serra da Estrela com espécies que permitam de alguma forma ajudar os bombeiros e as forças de proteção civil no combate aos incêndios? Porque eles vão voltar! Não tenhamos quaisquer ilusões. Os fogos vão voltar! -----

Temos é que tomar hoje medidas de planeamento que nos permitam, no futuro, que a situação não seja tão dramática como hoje e que tenhamos também oposições mais responsáveis que não queiram lucrar com a tragédia dos nossos concidadãos.” -----

- **Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Depois de assistir aqui a esta produção, que classifico como cinematográfica, completamente manipulada e descontextualizada, não posso deixar de vir aqui não só enquanto membro de um grupo municipal presente nesta Assembleia, mas também (e com o simbolismo que isso acarreta) como o deputado mais jovem que foi eleito para estar aqui nesta Assembleia Municipal, para dizer que não podemos vir aqui falar sobre o afastamento dos jovens das formas tradicionais de se fazer política e depois não nos perguntarmos do porquê desse afastamento e continuar a apresentar uma forma de fazer política com base naquilo que é o resultado e, às vezes, até retirar proveitos de flagelos que assolam populações. Esta é a minha opinião e tenho mais do que direito a ela, embora possam não concordar. -----

Não se pode vir aqui pôr em causa a atuação dos bombeiros sem se ter em conta qualquer tipo de conhecimento tático daquilo que é um combate a um incêndio, como assistimos aqui agora no vídeo. -----

Não se pode também chegar (e aqui dou os parabéns à intervenção da oposição do Partido Comunista Português) e dizer “como é que isto é possível?” Isto é uma tentativa de branqueamento da responsabilidade que a oposição tem na identificação daquilo que são prioridades que condicionam o executivo de forma positiva. Depois de vermos cair um poste, toda a gente consegue vir aqui e perguntar por que é que o poste caiu! -----

Para terminar, e já que estamos numa óptica de reflexões, quero aqui refletir com vocês. Os asiáticos têm cinco pontos cardeais ao invés dos nossos tradicionais quatro que são Norte, Sul, Este, Oeste. Os asiáticos apresentam um ponto cardinal extra que é o Interior e eu acho que, às vezes, devíamos olhar mais para dentro antes de vir aqui dizer certas coisas.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “É natural que quando os temas são sensíveis para cada um de nós, e este é um tema que afeta a todos, que os ânimos se exaltem e que as opiniões diverjam, mas acho que, acima de tudo, há duas conclusões que tiramos daqui que são consensuais a todos. A primeira é o louvor aos bombeiros e a todas as forças da sociedade civil e associativas que têm e que ajudaram a combater este flagelo. -----

Sirvo-me das palavras do Deputado Nuno Pedro que falou, e muito bem, sobre o ICNF. Eu acrescento: a organização e a reforma recente que houve da proteção civil que leva à centralização da decisão e, portanto, há menor capacidade de decisão e de operação das estruturas ao nível local e, antigamente, distrital. Isto faz com que a responsabilização política, neste caso, também seja naturalmente uma matéria sobretudo de âmbito nacional e, como já foi dito - e bem - por um socialista covilhanense, o Estado falhou. -----

É verdade que o Estado falhou, mas também é verdade que, para tudo o que seja necessário na matéria dos incêndios, contará com a nossa ajuda para tudo o que precisarem e, naturalmente, se falha, também contará sempre, como é óbvio, com um dedo apontado. -----

E, para não sermos hipócritas, quero apontar um dedo e uma solução e uma forma de chegarmos a um terreno comum porque acho que para cada problema deve haver uma solução. -----

Já aqui vimos e muita gente comentou as declarações de um membro da Câmara Municipal que disse que as catástrofes nem sempre são negativas, neste caso cataclismos, e que a da Covilhã foi uma pequena catástrofe que pode ser uma oportunidade, como foi o terramoto de Lisboa ou o incêndio de Londres. -----

O Presidente da Câmara já veio contradizer em parte estas declarações ao afirmar, segundo li na imprensa nacional, que esta foi uma grande catástrofe e que tem um prejuízo de 35 milhões de euros e afeta 10% do território do concelho. -----

Compreendo, e não venho aqui fazer populismo, e acho mesmo que, em tempos de crise e de exaltação, todos dizemos coisas com as quais, dois dias ou uma hora depois, não nos revemos. Acho com franqueza que foi o caso e gostava que esta Assembleia e a Câmara desse a oportunidade a quem proferiu essas declarações, como teve a oportunidade de as proferir, de aqui se retratar delas. Da minha parte terá toda a solidariedade e um voto de louvor por isso.” -----

De seguida, apresentou os dois requerimentos que, a seguir, se transcrevem: -----

*“Nos termos e para efeitos da lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o Regime de Acesso à Documentação Administrativa, e do art.º 33.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 61.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, os Grupos Municipais do PSD e CDS-PP requerem que a Câmara Municipal responda às seguintes questões: -----*

- *Por que razão não ativou o Plano de Emergência Municipal dos primeiros quatro dias dos incêndios de 2022 na Serra da Estrela? -----*
- *No âmbito desses incêndios, foi feito um levantamento dos meios e recursos da cada freguesia (Juntas de Freguesia e privados)? -----*
- *Qual a área real ardida nos incêndios? Estima-se que supere a Pedrógão Grande, é verdade? -----*
- *Quantos pontos de água naturais e artificiais existem, e em que condições? Existe, pelo menos, um por localidade? Com que regularidade é feita a sua limpeza e manutenção? -----*
- *Quantas máquinas de rasto ou outras máquinas de apoio aos incêndios tem a Câmara Municipal? Quantas pensa adquirir e até quando? -----*
- *A inexistência de manutenção das galerias ripícolas leva muitas vezes a que os meios aéreos não possam abastecer nos rios e ribeiras. Que pensa o executivo fazer face a isto? -----*
- *A inexistência de manutenção da rede primária (e secundária) das faixas de gestão de combustível, bem como a limpeza dos caminhos vicinais, impossibilita a deslocação dos meios necessários. Há, inclusive, vários caminhos onde é impossível a entrada de um carro de bombeiros. Que pensa a Câmara fazer para solucionar este problema de prevenção de incêndios? Por que razão não adquire a Câmara uma segunda motoniveladora e coloca ambas a circular pelas várias freguesias, fazendo anualmente essa limpeza?” (Doc.28) -----*

*“Foi noticiado que o relatório sobre os prejuízos do incêndio da Serra da Estrela ficou concluído no dia 5 de setembro (<https://ointerior.pt/regiao/relatorio-sobre-os-prejuizos-do-incendio-da-serra->*



[da-estrela-ficara-concluido-esta-segunda-feira/](#)). Todavia, os membros do órgão máximo representativo do município da Covilhã ainda não receberam esse mesmo relatório. -----

Nos termos e para efeitos da lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o Regime de Acesso à Documentação Administrativa, e do art.º 33.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 61.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, **os Grupos Municipais do PSD e CDS-PP requerem que seja enviado aos membros da Assembleia Municipal o Relatório sobre os prejuízos do incêndio da Serra da Estrela, enviado pela Câmara Municipal aos órgãos competentes.” (Doc.29)** -----

- **António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo)**: “Temos estado a falar dos incêndios, mas estamos esquecidos numa vertente fundamental, que foram as enxurradas que assolaram as nossas freguesias dependentes, de facto, dos incêndios e que nos deram quinze dias sem dormirmos. Por isso, quero aqui manifestar, em primeiro lugar, a minha solidariedade aos meus colegas de juntas de freguesia porque senti e vivi a agonia que tiveram nesses dias. -----

Em segundo lugar, houve um comunicado nosso de agradecimento, em nome da União de Freguesias, que refletiu bem o nosso sentimento global. -----

Em terceiro lugar, vamos ter, na próxima quarta-feira, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia onde consta na Ordem de Trabalhos um ponto específico sobre a questão dos incêndios e daí não vou entrar em considerandos porque já foram demasiados aqui referidos nesta Assembleia. -----

Não posso, porém, deixar de contestar a afirmação que foi aqui feita de que o Senhor Presidente da Câmara esteve ausente. Isso não é verdade. O Senhor Presidente da Câmara, de uma forma corajosa, estava a centenas de quilómetros dos incêndios e, por duas vezes, interrompeu as suas férias para vir, junto das populações e junto de quem estava a combater, a ajudar a colmatar esta grande tragédia. Para ele, uma palavra sincera de agradecimento e também aos serviços municipais e a todas as entidades que estiveram presentes. -----

Para além das duas grandes tragédias, eu, como pessoa António Carriço, consegui granjear uma grande simpatia e amizade com o Senhor Comandante Luís Marques. Ele foi inexcelente no comando das operações. Esteve, dia e noite, sempre presente no teatro destes dois tristes acontecimentos. Por isso, Senhor Comandante, muito obrigado. -----

Por último, dizer-vos que, ao nível do executivo e da Assembleia de Freguesia, tudo faremos para que nos articulemos com os serviços municipais, com a conclusão final que vier aqui a ser extraída, mas com uma certeza: a União das Freguesias do Teixoso e Sarzedo estará sempre imbuída em lutarmos para encontrarmos as melhores soluções para que estas grandes tragédias não se voltem a repetir.” -----

- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor **Coordenador Municipal de Proteção Civil e Comandante das Operações de Socorro, Luís Marques**, que, após cumprimentar todos os presentes, fez uma apresentação sobre o historial dos incêndios, dando explicações técnicas da dinâmica dos mesmos, apresentação que mereceu, no seu final, uma salva de palmas. **(Doc.30)** –

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a exposição feita, referindo que a mesma “terá dissipado 99% das questões que aqui foram colocadas no que diz respeito a preocupações com a dinâmica e combate do incêndio. -----

Para complementar a explicação brilhante que aqui foi dada, este incêndio combate-se sobretudo com os meios ancestrais: com os substitutos dos ramos e com a terra. Uma coisa é lançar água em planalto ou em planície: quando a água ataca a chama, ela vai à base da chama. Ali não: vai ao topo da chama e quando se chega ao topo da chama, se forem zonas de acentuado declive e escarpada, uma está ao lado da outra (em linhas de água) e há um efeito chaminé, há um calor tremendo, a carga térmica é tal que já é vapor de água e só atenua a chama. A chama nem sequer apaga.” -----

Enumerou e quantificou os prejuízos, “por nós estimados e em conjugação com aquilo que nos foi repostado pelas diversas entidades (empresas, famílias, pessoas, populações)”, constantes das folhas 36 a 41 do *Doc. 30*. -----

Falou ainda sobre as ações e medidas de apoio do Município e do Governo, constantes das folhas 42 a 60 do *Doc. 30*. -----

“Por que é que os governantes não se deslocaram ao local durante o incêndio? Do ponto de vista da atuação futura, temos que tirar sempre ilações e os técnicos e especialistas concluíram nos incêndios de Pedrógão que a presença de membros do Governo, quando estão a decorrer incêndios desta natureza e com este impacto, é prejudicial porque desfoca a atenção e arreda as pessoas daquilo que é essencial e importante – o combate ao incêndio. Se o Presidente da República achasse que era recomendável, era o primeiro a vir. Perdi a conta das vezes que ele me ligou preocupado com o nosso incêndio, com o nosso concelho, com as nossas populações e com todas as entidades. -----

O Governo, assim que o incêndio foi extinto, veio em peso a Manteigas onde, numa primeira fase, cada um dos Presidentes de Câmara teve oportunidade de colocar as questões que entendíamos que eram as mais importantes para fazer face aos danos que se nos deparavam. -----

O Governo trazia, obviamente, as suas propostas. Foram trocadas muitas impressões. As reuniões mantiveram-se. Nesse mesmo dia, o Senhor Ministro do Ambiente veio aqui à Câmara para nos reunirmos com os Amigos da Serra e com os Guardiões da Serra para poder tirar ilações importantes. Deram contributos muito importantes também ao Senhor Secretário de Estado das Florestas. -----

Amanhã reunirão novamente no nosso Salão Nobre – reunião privada entre o ICNF, APA, Senhor Secretário de Estado e Senhor Ministro do Ambiente para depois irem, conjuntamente com os Senhores Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal afetada pelo incêndio, diretamente a uma reunião onde mais medidas vão ser discutidas, tratadas e anunciadas. -----

Temos tido várias reuniões em Lisboa, outra na Comunidade Intermunicipal e, portanto, o trabalho está a ser feito. -----

Amanhã, em princípio, serão assinados protocolos com o ICNF e com a APA: -----

- Com o ICNF, no que diz respeito às medidas relativas à floresta propriamente dita, à sua regeneração e, neste caso concreto e numa primeira fase, no que diz respeito à contenção para evitar aquelas ocorrências, aqueles deslizamentos e aquelas situações desagradáveis e profundamente trágicas que aconteceram no Sameiro. Não aconteceram em Verdelhos porque o Senhor Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios e os seus pares se puseram no terreno para colocar troncos nas linhas de água para segurarem a torrente e criando também diques para o futuro e para que a água consiga penetrar e não deslizar sobre a cinza e arrastar a cinza e, assim, levar a camada vegetal que é tão importante para a manutenção dos ecossistemas (fotos na folha 62 do *Doc.30*); -----
- O protocolo com a APA tem em vista a revitalização dos recursos hídricos, através do Fundo Florestal e Ambiental. -----

Antes de assinar os protocolos, dei instruções ao Senhor Eng.º Vieira para que começasse a contratar empresas no sentido de fazerem o trabalho de estabilização, de contenção, limpeza de valetas e de aquedutos, estabilização de taludes e aquele trabalho também feito pelo Baldio de Verdelhos, que evitou males maiores. -----

O Fundo de Emergência Municipal vai cobrir 60% da despesa com os danos ocorridos em bens que são propriedade do Município (sinais, leito dos caminhos e outras situações do género). -----

Quero agradecer aos Senhores Presidentes de Junta e a todos aqueles que ajudam os nossos concidadãos no preenchimento das fichas para colocar na plataforma onde reportam os danos que ocorreram nas suas explorações. -----

Tivemos uma reunião com a Senhora Secretária de Estado e com parte significativa dos nossos operadores hoteleiros e turísticos onde se debateram muitas medidas e aproveito para dizer que tenho carregado na tecla das portagens como uma nota muito importante de estímulo ao consumo para a visita e a permanência no nosso território no pós-incêndio. Há uma campanha promocional que vai ser feita com a ajuda da Comunidade Intermunicipal (também com verbas do Governo da República) para limpar essa imagem que os exageros e o calor das emoções fez com que muita gente diabolizasse tudo e todos e traçassem um cenário excessivamente dantesco daquilo que, efetivamente, foi muito grave e catastrófico. -----

Propus ao Governo da República que, na nossa Universidade e em cooperação com os Politécnicos da Guarda e de Castelo Branco, devia ser criada uma extensão do Centro Nacional de Estudo e Análise das Alterações Climáticas. É uma entidade que não tem que estar só e apenas sediada em Lisboa. -----

O nosso Comandante falou aqui num espelho de água para os *scooping's* feitos Canadair. Infelizmente, no nosso concelho, não temos uma extensão plana e com água suficiente para fazer isso. Teremos que, em conjugação de esforços com outros municípios que tenham áreas dessa natureza, poder lá ajudar e contribuir, conjuntamente com o Governo da República, para que essa zona possa existir. -----

Quero terminar para dizer que fiquei profundamente surpreendido com esta leviandade, com esta brincadeira que aqui fez o Senhor Lino Torgal. Pensa que está a organizar O Carnaval da Neve no Pelourinho! Senhor Deputado, não se brinca com coisas sérias, com pessoas, com instituições, ...

Já levou resposta com o que referiu o Senhor Comandante; tem aqui resposta a muitas coisas que estão a ser feitas e outras que não de ser feitas. -----

O Presidente da Câmara é o responsável máximo pela Proteção Civil e não deve alarmar os seus concidadãos em situações desta natureza. Deve apelar à calma, à tranquilidade, à serenidade e, claro, mantendo as pessoas vigilantes e atentas. -----

Durante a guerra nunca se criticam os generais! É uma regra básica de ética, de moralidade e de postura humana na vida. -----

Quanto à minha presença no teatro de operações, desde que sou Presidente da Câmara nestes 9 anos, estou sempre presente e acompanho de dia e de noite os incêndios. -----

Para terminar, dizer que vai haver uma comissão verdadeiramente independente que irá fazer a análise e o *report* deste incêndio. Vão ter muitas surpresas. Eu e o Senhor Comandante não vamos ficar surpreendidos! Aí é que vamos falar de responsabilidades e de responsabilidades muito sérias de muita gente que andou a falar demais e sem saber do que estavam a falar.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**: “Não estou mesmo a brincar, nem com Carnavais da Neve, nem com nada que se pareça. -----

Também estive reunido com o Senhor Comandante dos Bombeiros e houve coisa que notei aqui: de maneira nenhuma foram os meios técnicos. Estamos a falar de responsabilidade política. -----

O Senhor Presidente da Câmara de Manteigas falava no terreno, alertava as suas populações e protegia as suas populações. O Senhor Presidente não estava nem sequer na Covilhã. Estamos a falar realmente de coisas muito sérias e não lhe aceito que diga que estou a brincar com coisas com que o Senhor Presidente insinuou que eu estaria a brincar. -----

É de responsabilidade política e o Senhor é o Senhor Presidente da Câmara e deve assumir as suas.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “estive onde tinha que estar e com quem devia estar (Presidentes de Junta, Comandante, Bombeiros, ...) e acompanhei o que devia acompanhar. Assumi e assumo as minhas responsabilidades. Fiz o que tinha a fazer com os resultados que estão à vista e que, infelizmente, não dependem da Câmara Municipal. -----

O Senhor só falta dizer que a culpa do incêndio é da Câmara Municipal! Só falta isso! -----

Subliminarmente, a brincadeira que o Senhor aqui trouxe é o que quer colocar nas pessoas: “esses tipos são uns irresponsáveis, querem lá saber disso!” -----

Sabe o que os bombeiros fizeram em Verdelhos? Uma defesa perimétrica. Sabe o que é? É não poderem fazer mais nada a não ser voltar as costas à aldeia e as mangueiras para o fogo para evitar que o fogo entre dentro da aldeia.” -----

--- Relativamente à Constituição de uma Comissão de acompanhamento dos trabalhos do Município e da aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela, foram intervenientes: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Não posso concordar com a consensualização da proposta porque exclui os Senhores Presidentes de Junta na participação desta Comissão. Acho que é um mau sinal para os Presidentes de Junta, nomeadamente para aqueles que sofreram na pele e que aqui tanto elogiámos e, afinal de contas, são afastados por uma decisão política dos líderes de bancada de que não interessa que estejam lá os Presidentes de Junta.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Para clarificar o Senhor Deputado João Bernardo, a proposta que está em cima da mesa para votação é a proposta consensualizada em reunião de conferência de líderes com os líderes de todos os grupos municipais desta Assembleia. Também gostávamos que todos os Presidentes de Junta estivessem, mas não vou desvirtuar aquilo que foi consensualizado naquele momento, onde estavam todos os partidos e, portanto, é a proposta para votação.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Qualquer proposta que venha à votação que não inclua os Presidentes de Junta, com toda a certeza, nós todos (Presidentes de Junta) iremos votar contra. -----

Nós não temos nenhum grupo. Não estamos constituídos como um grupo parlamentar. Falamos individualmente.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Estive presente na reunião de conferência de líderes que decidiu propor unanimemente esta Comissão e cada grupo parlamentar é livre de indicar a pessoa que entenda. -----

Se o CDS entende que é indispensável, tal como o Partido Socialista entende que é importante a presença de Presidentes de Junta, o CDS tem a possibilidade de indicar, em sua representação, um Presidente de Junta, seja na primeira reunião, seja na reunião que entenda, tal como o Partido Socialista o pode fazer. -----

O Partido Socialista, aquilo que fará é indicar um representante da sua bancada que pode ser um membro desta bancada ou um Senhor Presidente de Junta. O CDS concordou com esta composição. O CDS estava representado. -----

Tínhamos aqui tentado consensualizar uma posição que ultrapassasse a proposta que a Senhora Deputada fez, do meu ponto de vista, à revelia daquilo que foram as decisões unânimes da conferência de líderes, onde a sua bancada estava representada e aquilo que foi consensualizado é a proposta que está neste momento na mesa. Os Senhores podem discordar, mas a verdade é que foi consensualizada entre todos os que estavam presentes, incluindo o representante do seu partido. -----

Dizer que os Senhores Presidentes de Junta podem estar representados desde que as bancadas os indiquem e assim acontecerá do ponto de vista do Partido Socialista.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Não é possível acrescentarmos um lugar para um Presidente de Junta na proposta?” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “A sugestão que o Grupo Municipal do PSD faz e deixa à consideração das outras bancadas é que os Senhores Presidentes de Junta sejam convidados para participar das reuniões da Comissão.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Para tranquilizar os Senhores Presidentes de Junta, mesmo aqueles que manifestaram preocupação com a ausência formal de Presidentes de Junta nesta Comissão, a verdade é que me parece haver várias interpretações legais nesse sentido. Existem dúvidas quanto à legalidade da participação dos Senhores Presidentes de Junta em comissões eventuais criadas pela Assembleia Municipal, havendo juristas que entendem o contrário. -----

Independentemente disso, entendemos que a Comissão tem e deverá ter a liberdade para convidar os Senhores Presidentes de Junta a participar nesta Comissão, nomeadamente os das áreas ardidadas. -----

Sobretudo, para além disto, devo relembrar que todos os Senhores Presidentes de Junta são membros de pleno direito nesta Assembleia Municipal e esta Comissão não se sobrepõe a esta Assembleia Municipal. Portanto, qualquer Senhor Presidente de Junta, da área ardidada ou não ardidada, tem toda a legitimidade, no âmbito desta Assembleia Municipal e para além da Comissão, de fazer a intervenção de acordo com o que dita a sua consciência, de acordo com aquilo que são os interesses da sua freguesia. -----

Aquilo que me parece, é que se quis, porventura, fazer aqui um facto político de uma coisa que não é nem tem nada para ser um facto político. -----

Parece-me que chegámos aqui a uma solução que inclui toda a gente.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Continuo a não concordar com a solução apresentada. Arranjo dois pareceres da Associação Nacional de Freguesias a dizer o contrário daquilo que acabou de dizer o Eng.º Hélio. -----

Os pareceres são aquilo que são. Já nos quiseram retirar o direito de voto nas Assembleias Municipais e não nos querem agora também nas comissões. Temos que ter um lugar efetivo na Comissão e não abdicamos disso. -----

Se os meus colegas quiserem abdicar, o problema é deles. Agora eu, ainda mais sendo Coordenador Distrital da Associação Nacional de Freguesias, não aceito nem nunca aceitarei tal situação.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Não posso deixar de referir que não há aqui qualquer dúvida legal sobre a possibilidade de os Presidentes de Junta participarem ou não participarem em qualquer comissão. -----

O que diz o art.º 47.º do nosso Regimento em vigor é que *“O número de Membros de cada delegação, comissão ou grupo de trabalho e a sua distribuição pelos diversos Grupos Municipais,*

*quando existirem, são fixados pela Assembleia.” “Grupos Municipais, quando existirem” não é o caso dos Presidentes de Junta. -----*

Portanto, não há qualquer tipo de dúvida. Tem que se assumir se se quer ou não os Senhores Presidentes de Junta. -----

A proposta inicial do PSD e do CDS foi a de incluir os presidentes. Se os líderes dos grupos municipais entenderam ou tinham pactuado de outra forma acho que é altura de reverem porque acho uma falta de respeito pelos Presidentes de Junta não os incluírem nesta Comissão.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que “houve uma reunião de líderes e, nessa reunião, o que ficou assente era que seria um elemento de cada um dos grupos municipais mais um Presidente de Junta. Isto não foi uma proposta de hoje. Foi na reunião de líderes onde estávamos todos os representantes, e nomeadamente, a Mesa da Assembleia.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**: Referiu ser independente e não estar representado por nenhum partido.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** respondeu que “ninguém aqui está a fazer divisões. Pelo contrário, estamos a tentar unir. Nessa reunião, por não estarem os Presidentes de Junta, não quer dizer que não se pensasse nos Presidentes de Junta. -----

Aquilo que decidirmos, a Assembleia é soberana e, portanto, ultrapassa tudo isto. Se concordarmos que será um elemento de cada um dos grupos municipais mais um Presidente de Junta e aprovarmos isso, fica resolvido e resolvemos a questão. Estão de acordo?” -----

- **António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo)**: “Quero agradecer a solidariedade manifestada para com os Presidentes de Junta através do seu Coordenador da ANAFRE, comungado também pelo CDS. -----

Penso que não há aqui motivos, neste momento, subjacentes para estarmos a atrasar esta votação. -----

Os líderes reuniram. Há aqui, como foi dito, Presidentes de Junta independentes, mas isso não invalida que cada um de nós, como Presidentes de Junta, não tenhamos a sabedoria e legitimidade de votar conforme a nossa consciência. Existe uma proposta e ponto final. Temos que ter confiança nos líderes que tiveram essa reunião. -----

Já foi aqui referido que essa Comissão criada pode ter a faculdade - e certamente que a vai ter - de chamar os Presidentes de junta a reuniões em que entendam que é benéfica a nossa presença.”

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “Desde logo, como é que se vai eleger o representante das Juntas de Freguesia neste momento? Procurando objetivar ou obviar essa questão, porque estando em causa nomes terá que ser votação secreta, a minha proposta vai no sentido de que a Comissão seja constituída por um representante de cada grupo municipal e que sejam convidados os seis Presidentes de Junta das áreas ardidadas este ano no período de incêndios. -----

Se este for o critério creio que se ultrapassa essa situação e se ultrapassa também a dificuldade de ter agora que se fazer a eleição de um Presidente de Junta.” -----

- Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**: “Se todos concordarem com esta posição de ficarem eleitos já os Presidentes das Juntas das áreas ardidadas, com mais cada um dos nomeados por cada grupo municipal, fica resolvido o problema.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**: “Esses Presidentes de Junta têm os mesmos direitos que os outros? Em caso de votação, podem votar? -----

Uma coisa é serem convidados, outra coisa é pertencerem à Comissão de pleno direito. Se for isso, tudo bem.” -----

- Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**: “Obviamente.” -----

--- Na sequência do debate do ponto 2.2. “O Território e os Incêndios Florestais” e nos termos do art.º 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 26 de setembro de 2022, **aprovou por unanimidade a Constituição de uma Comissão de acompanhamento dos trabalhos do Município e da aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela**, ficando constituída por um representante de cada grupo municipal e pelos seis Presidentes das Juntas de Freguesia das áreas ardidadas. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.** -----

### 2.3 - CPCJ DA COVILHÃ – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2021

--- Na sequência do ofício n.º 353, datado de 24 de junho de 2022 e rececionado no dia 28 de junho de 2022, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para os efeitos do disposto na alínea j) do artigo 18.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual. ----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----



- Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Dr. José Paulo Pina Simão** que, após cumprimentar todos os presentes, fez uma apresentação sobre o Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2021. **(Doc.31)** -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Tomámos hoje conhecimento, neste órgão, do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

O Grupo Municipal do PSD não poderia deixar passar este ponto da Ordem de Trabalhos sem manifestar a sua total solidariedade e apoio a uma das instituições sociais mais importantes do nosso Concelho. -----

Um voto de agradecimento pelo seu trabalho e dedicação em prol das crianças e dos jovens mais vulneráveis do nosso Concelho. Obrigada.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “Acho que, nos últimos anos, temos apresentado um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

Agradecer e valorizar todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano, um ano difícil, um ano em que tivemos ainda algumas limitações devido ao Covid e onde foi, efetivamente, feito um trabalho extremamente importante, nomeadamente no combate à violência doméstica, que é a temática com mais registos em termos de crianças assinaladas nesta problemática. -----

É um cunho pessoal do Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens trazer esta discussão às escolas, trazer a sociedade também a esta discussão através da iniciativa e do seminário que decorreu durante 2021. -----

Nesta última Comissão Alargada, despedimo-nos de dois comissários extremamente importantes e que também acho que vale a pena fazer aqui a referência nesta Assembleia Municipal, sem qualquer desprimor de todos os outros comissários que fazem o seu melhor e que dispõem do seu tempo de uma forma absolutamente abnegada no decorrer destes anos. Saem porque está no limite da Lei a presença deles nesta Comissão. Fizeram um trabalho extremamente relevante. Era a Dra. Cristiana Maximino, em representação do Município, e o Prof. João Maximino que foi também, ele próprio, Presidente desta CPCJ e que estava enquanto representante do Ministério da Educação.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Porque acompanho o trabalho desenvolvido pela Comissão, tanto a nível profissional como em representação da Junta de Freguesia em alguns projetos onde a Comissão também está presente, louvar o trabalho que é feito e, face à realidade que nos é aqui exposta, dizer que é de primordial importância - sendo que a legislação de enquadramento da Comissão diz que as entidades que a compõem devem dar recursos, nomeadamente humanos, para esta Comissão - que a Câmara Municipal da Covilhã equacione a possibilidade do reforço dos meios humanos nesta Comissão e que dê o exemplo para que as

entidades (Educação, Segurança Social, ...) possam também colocar mais meios para fazer face à realidade que aqui foi exposta.” -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades, referente ao ano de 2021, elaborado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã.**

#### 2.4 - 12.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de setembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 4384 de 2022.09.09 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Membro Municipal **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** pediu a palavra **para comunicar que se iria ausentar da sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Vamo-nos abster pelo seguinte: -----

Continuamos, nas alterações orçamentais, a cometer o mesmo erro – ilegalidade, no meu entender - que é não haver qualquer informação prévia/explicitação das alterações que estão a ser propostas. Apenas nos mandam os quadros com as alterações que são feitas e temos que nos desvincular em termos do que é a apresentação. -----

No caso em concreto, compreendemos que haja a necessidade de justificar o dinheiro e suportar efetivamente aquilo que a Missão Ucrânia já representou para várias entidades do concelho, nomeadamente no apoio às famílias ucranianas que são acolhidas na Covilhã nesta matéria. Fico preocupado quando a Câmara arranja dinheiro para fazer este apoio às famílias refugiadas e depois o PS se abstém no que diz respeito aos apoios às famílias covilhanenses.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Estamos perante 12 alterações em 9 meses, o que significa que, a cada 22,5 dias temos uma alteração orçamental. -----

Julgo que poderá ser interpretado como uma falha de planeamento e, percebendo que seja um documento que é uma declaração de intenções, não queremos pensar que os orçamentos sejam apenas feitos para o cumprimento de uma obrigação. -----

Achamos que deve ser feito, não para ter um carácter de alteração contínua, mas sim um documento de credibilidade sobre as intenções da Câmara Municipal. -----

Quanto à alteração propriamente dita, percebemos a alteração que foi realizada: -----

- Na Receita foram incluídos 208.580€ com uma abertura de uma nova rubrica que tem a ver com transferências correntes relativas ao FAMI – Fundo para o Asilo à Migração e à Integração -----
- Mas na parte da Despesa, em princípio, a rubrica 040802 incluirá, eventualmente, uma parte deste montante e não conseguimos aferir onde está depois a diferença para os 208 mil euros -----

Perante receitas consignadas como esta, permitam-nos sugerir que possa existir uma informação detalhada que permita uma melhor tomada de decisão e que podia ser feita numa nota explicativa.

Já que, mais não fosse, para dizer quais eram as rubricas ou as verbas que podiam estar incluídas e que eram elegíveis para este FAMI.” -----

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS): (Doc.32)** *“Devemos analisar a alteração modificativa do orçamento em duas vertentes: por um lado o reforço de receitas correntes por via das transferências diretas da Administração Central e por outro o aumento das despesas. -----*

*Verificamos que o aumento das receitas é proveniente da Administração Central, receitas correntes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e outras do Fundo de Apoio ao Asilo à Migração e Integração. Ambos demonstram um bom trabalho desenvolvido no nosso município. Em grande destaque a última referida, pois nos dias que decorrem, que estamos perante uma invasão avassaladora da Ucrânia por parte da Federação Russa (ou diríamos melhor do “Império Russo?”), com as convulsões que se encontram pelo mundo, em que muitos povos lutam pela liberdade: liberdade religiosa, liberdade de trajar como bem entenderem, liberdade de estudar e aprender, liberdade de não ser preso por uma Polícia Moral, nos dias de hoje, temos impreterivelmente que ser mais inclusivos, mais abertos à diferença, mais amigos e humildes na receção de outros que procuram algo “supremo” para eles e que nós desvalorizamos ou consideramos como banais, por as darmos como adquiridas. -----*

*Desta tribuna apelamos ao município e seus órgãos para que aprofundem estas políticas. -----*

*O aumento das receitas do FEDER, apesar de serem pouco expressivas, não deixamos de verificar que há um crescimento positivo. Mas agora, é do nosso interesse questionar: para quando estão previstos os fundos prometidos pelo Governo para fazer face aos incêndios do verão? -----*

*Relativamente às despesas, verificamos um aumento de custos com o pessoal e também na aquisição de bens e serviços em que é bem saliente a aquisição de refeições confeccionadas. Perante o cenário que temos de inflação pronunciada é de esperar um aumento de verbas na aquisição de bens e serviços, pelo que o aumento verificado nas despesas correntes, apesar de não ser motivo -----*

*de regozijo é algo que achamos ser inevitável nos próximos tempos até que se verifique o controlo da inflação. -----*

*No que diz respeito ao aumento nos custos com o pessoal e também perante o cenário de inflação que em tanto afeta os cidadãos, apresentando diversas dificuldades, pensamos ser um aumento de custos positivo porquanto julgamos ser devido ao aumento salarial e funcionários municipais com baixos salários. De facto, são aqueles que apresentam um valor mais baixo de salário que mais sofrem perante este quadro de aumento de preços mesmo para fazer face às despesas básicas. É positivo, que no quadro legal vigente, se possa ajudar as famílias com maior necessidade. -----*

*Pelas razões expostas, a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a presente alteração ao Orçamento.” -----*

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Relativamente à Receita, não há dúvida absolutamente nenhuma: é um incremento de duas rubricas da Administração Central, FEDER e Fundo para o Asilo à Migração e à Integração. -----

Mas, depois, quando vamos à parte da Despesa, como disse o Deputado Jorge Vaz, não estamos a falar só de 208 mil. Ou seja, há aqui mais alterações do que isso. Há um aumento de 323 mil de despesas e uma diminuição de despesas de 154 mil. -----

Serão projetos em concreto e o que não se percebe é: há uma diminuição dos Estudos, Pareceres e Projetos de 60 mil, mas depois há um aumento de Aquisição de Serviços de 68 mil; há 64 mil que saem de Outros Serviços e vão 47 mil para Trabalhos Especializados. Percebe-se que uma parte é para Recursos Humanos e, efetivamente, deve ser necessário afetar recursos humanos aos projetos. -----

Precisava de uma explicação.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu a nota de que “o nosso Orçamento foi feito o ano passado antes do dia 31 de dezembro, tivemos eleições no final de janeiro e o Orçamento de Estado foi aprovado em cima do Verão. Portanto, o Orçamento de Estado provocou, como não podia deixar de ser, no sentido positivo do termo em termos do aumento de Receita, mas forçamos a aumentar a Despesa. -----

Ou seja, houve um incremento da posição remuneratória, sobretudo de assistentes técnicos e de técnicos superiores e, face a isso, tínhamos que acompanhar e fazer os reajustes salariais inerentes a esse aumento decorrente do Orçamento de Estado. -----

Por outro lado, há uma situação concreta: Projeto de Reabilitação da Avenida das Termas de Unhais da Serra. Veio a esta reunião para podermos beneficiar do financiamento comunitário. ---

E também o financiamento que temos que acompanhar face aos compromissos humanitários que o Município assumiu (e bem), no sentido do acolhimento e acomodamento dos cidadãos ucranianos e de outras nacionalidades que tiveram que sair da Ucrânia e estão connosco. -----

Tudo isto faz com que haja esta alteração. Ainda não temos o dom de prever quais são os ajustamentos que o Governo irá ou não fazer com o Orçamento que ocorre cerca de meio ano depois do nosso ter sido aprovado e depois há situações que não podemos desperdiçar, como esta

oportunidade de reabilitar a Avenida das Termas de Unhais da Serra. É uma requalificação global, mas com o pendor na colocação de novas árvores. -----

Não se deve fazer demagogia comparando o apoio que devemos prestar e a solidariedade que devemos ter para com os nossos concidadãos e o humanitarismo que praticamos para com esses concidadãos. Custa-me entender que alguém use o argumento de que estamos a ajudar cidadãos ucranianos e não estamos a ajudar, como era a sua perspetiva, aqueles que acolhemos que vêm refugiados de outros países. Quando oiço uma coisa destas dá-me uma azia mental.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Agradeceu os esclarecimentos feitos pelo Senhor Presidente da Câmara e referiu que “os aumentos de salários por via legal não carecem de revisão orçamental.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **12.ª Alteração Orçamental Modificativa 2022** – foi a mesma **aprovada por maioria, com 24 votos a favor (PS e Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 11 abstenções (CDU – PCP/PEV, PPD/PSD e CDS-PP).** -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Presidentes das Juntas/União de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.** -----

**O Membro Municipal Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) não votou por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- O Membro Municipal **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)** apresentou a seguinte **Declaração de Voto: (Doc.33)** -----

*“Os grupos municipais do PPD/PSD e do CDS-PP abstém-se nesta Alteração Orçamental por se considerar haver: -----*

**Falta informação detalhada para a tomada de decisão.** -----

*Percebendo as variações do lado da Receita, não há um detalhe rigoroso sobre a aplicação dessa verba, o que poderia ser feito com uma nota explicativa, trazendo transparência à informação prestada; -----*

*Atendendo a que se trata de receitas consignadas deveria ser claro neste documento a que rubricas de despesas seriam afetados os valores em causa e a informação apresentada não permite mais que suposições. -----*

*O número de alterações orçamentais que se registam nesta data, em número de 12, permitem questionar sobre a fiabilidade do documento original ou pelo menos o critério usado para a sua elaboração. -----*

*Os membros dos grupos do PSD e do CDS na Assembleia Municipal da Covilhã” -----*

**2.5 - VALORES SERVIÇOS ESSENCIAIS – TRANSPORTES 2.º, 3.º E 4.º  
TRIMESTRES DE 2021 E 1.º TRIMESTRE DE 2022 – CIMBSE  
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de setembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 4625 de 2022.09.23 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD): (Doc.34)** *“Vimos falar de transportes e da sua importância fundamental para as deslocações dos alunos dos vários graus de ensino, nomeadamente os que residem em zonas mais distantes dos estabelecimentos escolares!* -----

*A ausência de participação dos transportes para os alunos do 10º ao 12º é completamente inadmissível!* -----

*Como sabemos, o ensino secundário também faz parte, e bem, do ensino obrigatório, havendo aqui uma clara discriminação dos alunos de freguesias mais distantes, tendo que suportar os custos do seu próprio bolso.* -----

*Não é compreensível a decisão da Câmara de considerar o transporte gratuito apenas para os alunos do ensino básico! A Câmara ignora completamente a recomendação do governo a dizer que devem ser gratuitos até ao 12º!* -----

*Na página 11 do nosso Plano de Transportes Escolares refere-se, e passo a citar: “Assim, as Autarquias devem garantir transporte entre o local de residência e o estabelecimento de ensino da área de residência a todos os alunos do 1.º, 2.º, 3.º Ciclos e do Ensino Secundário, oficial ou particular e cooperativo com contrato de associação e paralelismo pedagógico, quando estes residem a mais de três quilómetros dos estabelecimentos de ensino, para frequência do ensino regular em transporte público ou circuito especial.”* -----

*Na página 13, que refere o mesmo Plano, e cito: “Será participado a 100% a despesa com transportes dos alunos que frequentam o Ensino Básico da Covilhã”.* -----

*Não deveria esta autarquia, e conhecida cada vez mais a conjuntura económica que dificulta a vida das famílias, seguir a orientação de transporte para todos os que frequentam a escolaridade obrigatória?* -----

*Que sinal está o Executivo a dar às famílias dos alunos que vivem em S. Jorge da Beira, Coutada, Dominguizo, Orjais, que frequentam a escolaridade obrigatória de ensino secundário?* -----

*E por falar em transportes, sabe o Senhor Presidente que escola frequentam diversas crianças da Zona das Minas da Panasqueira, Aldeia de S. Francisco? Silvares! -----*

*Estamos a falar de transportes Sr. Presidente! -----*

*E também por isso, mais uma vez lamentamos a importância que este executivo dá às reuniões da CIMBSE, estando todos os municípios representados por membros eleitos, quando a Covilhã se faz representar sistematicamente pelo chefe de gabinete do Sr. Presidente da Câmara, que nas reuniões sobre esta matéria nada acrescenta ou diz.” -----*

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Preocupa-me que a CIMBSE tenha que avisar os municípios e dizer “ou pagam ou não há transporte.” Expressar a minha preocupação porque acho que os municípios têm que colaborar com a CIMBSE e têm que acautelar as suas obrigações em tempo útil.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Entendi, do documento, que estamos a falar dos serviços essenciais – PART, porque o protocolo da Câmara não o diz, mas os documentos que vêm da CIMBSE dizem-no perfeitamente. Portanto, isso faz parte da aplicação das verbas do Programa de Redução Tarifária. -----

Estamos perante mais um protocolo que retira meios da autarquia para os concentrar numa entidade supramunicipal na qual se delegou a gestão de transportes públicos que operam fora do eixo TCT. -----

Estamos a transferir meios financeiros, no âmbito do PART – Serviços Essenciais, para o pagamento às empresas transportadoras pela redução tarifária acordada. Mas qual foi a redução tarifária acordada? Que população se encontra abrangida por esta redução tarifária? Quais são os circuitos que beneficiam da redução tarifária? São Jorge da Beira/Covilhã? Verdelhos/Covilhã? Os utentes da concessão de transportes urbanos da Covilhã? Quantas pessoas têm passe com redução tarifária? -----

Os jovens a cumprir a escolaridade obrigatória beneficiam do programa de transportes escolares com o problema dos alunos do secundário; os maiores de 65 beneficiam das medidas do cartão social municipal já em vigor antes do PART; a população que se encontra no ativo e que se desloca diariamente, dos 18 aos 65, não beneficia. Não conhecemos quantas pessoas carenciadas requereram o apoio nos transportes. -----

A ausência de respostas da maioria do PS e até face à sua exigência da aplicação do PART no Interior à semelhança do que se pratica nos grandes centros urbanos Lisboa e Porto, aprovámos a convocação do Senhor Secretário Executivo da CIMBSE para nos esclarecer/informar quanto à gestão que está a ser feita ao nível dos transportes públicos porque temos também problemas para discutir com esta entidade que faz esta gestão (a qualidade dos autocarros, os horários, ...). Estamos todos interessados em fazer esta discussão com a entidade responsável. -----

Esta Assembleia tem o direito de ter na sua posse a informação necessária que dê suporte à decisão de concordância ou não com esta transferência de recursos financeiros para o pagamento de uma redução tarifária que desconhecemos. -----

Aquilo que se verifica é que, com frequência, estamos a transferir centenas de milhares de euros. Sou membro desta Assembleia e se me perguntarem o que é que estamos a financiar com isto, eu desconheço! Não sei se nos outros grupos conhecem. -----

Na informação escrita, o Senhor Presidente da Câmara não informa. Também não temos qualquer outro documento a informar. De acordo com os próprios documentos que nos foram enviados, estamos a pagar às transportadoras pela redução tarifária acordada. Eu não sei o que está acordado! Vamos votar a favor? Contra? Não sabemos para que serve este dinheiro! Para pagar às transportadoras, claro. Mas a população do concelho beneficia como e onde?" -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** reiterou que defende “para o Interior, e tenho-o dito em tudo quanto é fórum onde vou e estão presentes responsáveis do Governo da República, que é inaceitável que os cidadãos do Interior não tenham os mesmos benefícios que têm os do Litoral no que diz respeito à redução tarifária. Acho uma profunda injustiça. -----

Dizem-me esses responsáveis que estão a tratar e que estão a trabalhar para que isso assim venha a acontecer. É de elementar justiça quando é certo que, com o imposto sobre os produtos petrolíferos que pagamos aqui no Interior, estamos a custear designadamente os nossos concidadãos de Lisboa que têm rendimentos e condições de vida melhores que as nossas. Acho isso profundamente injusto. Não estamos a pagar os do Porto. A Área Metropolitana do Porto é autossuficiente neste domínio, mas estamos a custear os passes dos cidadãos do Interior de Vila Real, de Trás-Os-Montes a Vila Real de Santo António, e acho bem que usufruam desses descontos, mas não devíamos era ser nós a ser discriminados e estamos a sê-lo. -----

Aqui, o que estamos a tratar é de pagar a nossa parte proporcional do bolo destes transportes, que são os transportes interurbanos. Não são carreiras urbanas na área da nossa concessão. -----

E, porque somos o maior concelho da Comunidade, pagamos mais pela proporção e pelo número de carreiras. Pagamos como os outros pagam. -----

Quem decide quem vai às reuniões e a que reuniões é o Presidente da Câmara, não é nenhum Senhor Deputado Municipal, com todo o respeito que merecem os Senhores Deputados Municipais. É o Presidente da Câmara que avalia, em função das circunstâncias, as reuniões a que deve ir, se deve delegar no Senhor Vice-Presidente, se deve delegar no senhor Chefe de Gabinete... porque há uns que trabalham uns dossiers, outros trabalham noutros. Nas questões macro estou sempre presente; nas questões de natureza mais técnica e mais específica, em que entendo que devo delegar, delego. Não estou a desvalorizar ou a apoucar a importância da Comunidade Intermunicipal. Muitos Senhores Presidentes de Câmara, se calhar não com a mesma frequência com que eu faço, também o vão fazendo. -----

É nossa vontade custearmos 100%, e estamos a equacioná-la nas medidas a promover para o Orçamento do próximo ano se, infelizmente, não o tivermos que fazer antes disso. É uma preocupação que temos e estamos todos de acordo.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Valores Serviços Essenciais – Transportes – 2.º, 3.º e 4.º Trimestres de 2021 e 1.º Trimestre de 2022 – CIMBSE – Comunidade**



*Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, a Assembleia Municipal da Covilhã deliberou, por maioria, com 4 votos contra (CDU – PCP/PEV e o Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio), 8 abstenções (PPD/PSD e CDS-PP) e 20 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias), autorizar as despesas relativas às compensações de obrigação de serviço público no âmbito da delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) – Valores Serviços Essenciais – Transportes – 2.º, 3.º e 4.º Trimestres de 2021 e 1.º Trimestre de 2022. -----*

*Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS), Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS) e os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo. -----*

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Votámos contra porque, mesmo com a explicação do Senhor Presidente, continuamos com muitas dúvidas em relação a este processo porque a CIMBSE recebe diretamente do Orçamento do Estado para este programa e o Município também participa, dependendo da dimensão daquilo que pretende. Em Lisboa e no Porto, há um esforço do próprio município para possibilitar a quem reside na sua cidade para que utilize o transporte público e não utilize o carro individual. Já tivemos, no nosso Concelho, a redução do PART e nunca ninguém explicou por que é que deixou de ser aplicada essa redução. Houve a promessa da reposição em janeiro do ano seguinte e ela não foi feita. -----

Temos que fazer as contas e verificar quem é que está a fazer o esforço, se é o Governo com a sua participação porque pode-se colocar a questão: desse *bolo* da CIMBSE que recebe do PART, quanto é que beneficia o Concelho da Covilhã relativamente à população que tem e ao serviço que tem? Também deve beneficiar de uma percentagem mais elevada! -----

Se a Câmara Municipal da Covilhã quiser aplicar o PART com redução tarifária, possivelmente, terá que pôr na despesa uma maior participação. Há aqui decisões que compete à Câmara decidir do apoio a dar. -----

Sabe o que está a acontecer com as crianças das nossas freguesias? Em vez de ter um percurso normal no ensino secundário, optam pelo ensino profissional – têm os transportes e a alimentação pagos. Os jovens e os pais não têm, em termos económicos, a capacidade de pagar um passe de 80 ou de 120 euros! Temos que repensar o que queremos para a Educação, do apoio que damos e penso que, se a escolaridade obrigatória é até aos 18 anos, é de toda a justiça que tenham o material escolar, as fichas escolares, a alimentação e o transporte escolar gratuitos.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Votei contra porque estou a representar os meus cidadãos e, enquanto representante, tenho que os defender, defendendo pelo direito que têm de ter uma Educação plena e de ter também os direitos que têm os cidadãos de Lisboa e de outros locais. -----

Além disto, isto é uma opção da Câmara Municipal. A Câmara municipal também tem a opção de compartilhar a 100% o transporte e acho que isso tem de ser analisado. -----

Com as dificuldades que se preveem nos próximos anos, é um grande apoio às famílias fazer com que os transportes até ao 12.º ano sejam completamente gratuitos.” -----

## **2.6 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA (AT) PARA EFEITOS DE COBRANÇA COERCIVA DE IMPOSTOS ADMINISTRADOS PELA AUTARQUIA DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 01 de julho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 3360 de 2022.07.04 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Colaboração a celebrar com a Autoridade Tributária (AT) para efeitos de cobrança coerciva de impostos e de outros tributos administrados pela Autarquia da Covilhã***, foi a mesma ***aprovada por maioria com 25 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV e os Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 8 abstenções (PPD/PSD e CDS-PP)***. -----

***Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves e os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.*** -----

## **2.7 - 5.ª ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ – VERSÃO FINAL**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de setembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas h) e r), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 4626 de 2022.09.23 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV):** “O PCP irá votar favoravelmente porque decorre de um imperativo legal. Isto é, na essência, o PDM mantém-se (e somos contra, como é sabido, este PDM) e trata-se apenas de alterações discretas, pontuais, num determinado artigo e que resultam de um imperativo legal enquanto vem, de facto, depois um PDM rejuvenescido e novo. Daí que votaremos a favor porque é apenas este imperativo legal.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “O Partido Socialista também irá votar favoravelmente este ponto. Tal como a colega referiu, advém de uma articulação entre os vários instrumentos do território e decorre da Lei, também para enquadrar o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

Obviamente que o Partido Socialista e o seu Executivo, através do Senhor Presidente, já reconheceram a necessidade da revisão do PDM. É uma necessidade que toda a gente reconhece e está-se a trabalhar, efetivamente, para isso. -----

O PDM está, efetivamente, ultrapassado, mas não quer dizer que não se cumpra a Lei e que os instrumentos sejam utilizados de acordo com a Lei. -----

Portanto, iremos votar favoravelmente e aguardaremos para breve esta revisão do PDM.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD): (Doc.35)** “A Câmara Municipal da Covilhã deliberou a 17 de dezembro de 2021 o início do procedimento da 5.ª alteração do **Plano Diretor Municipal (PDM)**, estabelecendo o prazo de 210 dias para a sua elaboração. -----

*Em Março deste ano em reunião de Câmara o Sr. Presidente aprovou a Resolução do contrato de prestação de serviços de “Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã”;* -----

*Esta resolução de contrato foi motivada pela falta de estudos hidrológicos e hidráulicos e outros elementos que deveriam ser elaborados e pagos pela autarquia.* -----

*Estamos em finais de Setembro e desconhecemos se se tenha realizado nova contratação para nova equipa de Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã.* -----

*Hoje é aqui apresentado a 12.ª alteração orçamental, e em nenhuma das alterações aprovadas se vislumbra uma qualquer dotação para dar andamento aos trabalhos de revisão do PDM.* -----

*O Sr. Presidente da Câmara disse nesta Assembleia que ia ter o PDM revisto até ao final de 2022, estamos em Setembro e volta a pedir a Declaração de não Caducidade e Prorrogação do prazo de elaboração da Revisão do PDM.* -----

*Sr. Presidente, em que ficamos? É este o último pedido da Declaração de não Caducidade e Prorrogação do prazo?* -----

*A versão Final da 5.ª Alteração do Plano Diretor Municipal da Covilhã e Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública, apenas altera 8 artigos, que se traduzem em alterações de natureza meramente regulamentar, com incidência no ajuste da nova terminologia e normas de*

*edificabilidade resultantes do novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) às diferentes categorias de solo rústico; -----*

*Esta alteração é insuficiente, é uma alteração de cosmética, não acata as preocupações remetidas pelo Sr. Presidente da União de Freguesias Covilhã e Canhoso. -----*

*O concelho da Covilhã precisa de uma ampla Revisão do seu PDM adaptado à nova realidade e com visão estratégica para o seu desenvolvimento futuro.” -----*

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Continuamos na odisseia dos retalhos e dos remendos legalmente exigidos. A verdade é que estamos há 9 anos com o Partido Socialista à frente da Câmara Municipal da Covilhã e desde a primeira hora que o PDM era necessário alterar.

Houve alterações legislativas de monta que têm impacto brutal ao nível da vida das pessoas no que diz respeito à definição de terrenos rústicos e urbanos que deveriam ter sido acautelados no PDM atempadamente e que, neste momento, não sabemos quais é que vão ser as consequências.

Sabemos que, neste momento, já existem munícipes a quererem construir e não podem porque aí já não o podem fazer, porque já deixou de haver aquela coisa de urbano de baixa densidade, o urbano de alta e média densidade. Neste momento, ou há urbanos ou há rústicos. -----

É preciso termos a consciência da inconsciência desta Câmara Municipal em andar a empurrar com a barriga esta situação do PDM e provocar estes prejuízos sérios ao concelho e aos munícipes.” -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal:** “Estas alterações são alterações pontuais que visam resolver problemas de empresas, de investimentos e de concidadãos nossos. Não é arbitrária. São necessidades e temos que dar respostas. Se perdêssemos um investimento por não fazermos uma alteração dessas, o que é que o Senhor vinha aqui dizer? -----

Temos que criar condições aos particulares, às empresas, para legalizarem as suas situações de ilegalidade nuns casos e para facilitar noutros. -----

Aqui só está em causa, entre outras coisas, a Universidade e, se calhar, das últimas oportunidades que temos para resolver o problema da Torre de Santo António. -----

Outra coisa distinta é a revisão do PDM. Com mais atrasos ou menos atrasos, com mais dificuldades ou menos dificuldades, estamos a par dos outros 200 e tal municípios que se encontram na mesma situação que nós e que ainda não conseguiram, por variadíssimas razões, resolver o seu problema de PDM. -----

Os serviços estão contratualizados com uma empresa externa e estão a decorrer os trâmites normais. -----

Somos eleitos para resolvermos os problemas das pessoas e é isso que queremos resolver.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **5.ª Alteração do Plano Diretor Municipal – Versão Final**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV e os Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 7 abstenções (PPD/PSD e CDS-PP)**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/Unões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD): (Doc.36)** “Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã eleitos pelo PSD, abstiveram-se neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo fato de entenderem que esta alteração é insuficiente, mas necessária. -----

*O concelho da Covilhã precisa de uma ampla Revisão do seu PDM adaptado à nova realidade e com visão estratégica para o seu desenvolvimento futuro.”* -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Aquilo que me parece e é evidente, daí a nossa abstenção, é a constatação que a Câmara anda a reboque do que são os empurrões legais disto e tanto lá está a falta de planeamento estratégico, em termos do que são os instrumentos urbanísticos. É evidente e é reconhecida por todos aqueles que têm pelo menos uma noção sobre o assunto.” -----

## **2.8 - ALTERAÇÃO/ADITAMENTO AO PERU – QUE ENQUADRA A OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA – E ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ARU DO CENTRO URBANO DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de setembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 17.º e do n.º 1 do artigo 13.º, conjugados com o n.º 2 do artigo 7.º, todos do RJRU, através do ofício n.º 4627 de 2022.09.23 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP): (Doc.37)** “Desde logo, o que de imediato se constata é que não há uma estratégia global e que se anda sempre a reboque das solicitações que vão surgindo. -----

*Bairros desertificados, com inúmeras casas e outros edifícios para recuperar e revitalizar que não estão abrangidos pela ARU, como boa parte do Bairro Municipal ou o Bairro da Biquinha. -----*

*Assim como querem revitalizar a zona da torre de santo antónio o mesmo pode acontecer com bairros inteiros, criando condições especiais para que se invista nesses bairros e se impeça de a Covilhã vir a ter bairros desertos, onde apenas existem casas e ninguém que as habite. -----*

*É patente a incapacidade de se fazer uma revisão global e coerente dos instrumentos de gestão urbanística, o que leva à manta de retalhos que atualmente existe e que, como se constata neste caso, é sempre curta e deixa sempre algo de fora. -----*

*Não está em causa a necessidade de se alterar a ARU e PERU nos termos que hoje vêm a esta assembleia para deliberação, apesar das dúvidas que o interesse manifestado por um particular quanto à Torre de Santo António nos levanta, nomeadamente no que respeita à sua capacidade financeira e técnica para desenvolver a obra de requalificação que se espera (é uma empresa constituída há menos de um ano, sem histórico no ramo imobiliário, com apenas dois sócios, uma pessoa singular e uma pessoa coletiva, sendo o sócio pessoa singular gerente desta sociedade e também o único sócio e gerente da sociedade pessoa coletiva). -----*

*O que está em causa é a evidência de que é necessário fazer uma revisão global e coerente dos instrumentos de gestão urbanística, para deixarmos de costurar a manta de retalhos que temos tido e que está sempre curta demais.” -----*

**- Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “Estamos a falar de uma proposta de alteração à ARU para alargar o seu perímetro, nomeadamente para abranger o Polo II da Universidade da Beira Interior (Reitoria), a Torre de Santo António, o Jardim Monumento à Nossa Senhora da Conceição. -----

Relativamente à Torre de Santo António, que acho que é aqui o ponto principal, passaram mais de 47 anos desde do início da obra. Um edifício que ficou inacabado e está há dezenas de anos abandonado, devoluto (aliás, nunca esteve de outra forma). Este é um problema que necessita de resolução. Deve ser um dos maiores consensos entre os covilhanenses. -----

Se a alteração da ARU vem resolver o problema? Por si só, não. Mas, pelo menos, criam-se condições para que possam aparecer privados interessados na sua reabilitação. -----

Estamos sempre a exigir mais investimentos, e bem, e aqui está uma alteração que visa fomentar esses investimentos. Esperemos que tal aconteça e que, ao fim de quase meio século, que tenhamos uma Torre de Santo António digna da nossa cidade. -----

Como tal, o Grupo Municipal do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta de alteração.” -----

**- Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV):** Iniciou dizendo que, “quando queremos mulheres na política, não podemos ter assembleias municipais que duram até estas horas. É preciso humanizar também o exercício da política e o exercício destes órgãos. -----

Eu, como mulher, tenho defendido muitas vezes isso aqui nesta Casa. Isto é incompatível quer com a vida familiar dos cavalheiros, quer com a nossa vida familiar e a dos nossos filhos. -----

Se calhar, era melhor organizarmo-nos de outra forma.” -----

- Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que tinha “uma opinião completamente divergente porque sempre me dediquei ao interesse público, sempre na frente da minha vida privada.” -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV)**: Referiu que “o interesse público tem que estar à frente da vida privada, mas quando fala e quer retórica que as mulheres não estão na política, elas não estão porque não têm condições reais para a poder exercer. E esta é uma delas.” -----

De seguida fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.38)** -----

*“Uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) é uma área territorialmente delimitada que se caracteriza por edifícios, infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva e espaços urbanos e verdes de utilização coletiva que se encontram em situação de insuficiência, degradação ou obsolescência, colocando em causa as condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, e que se justifica uma intervenção integrada através uma operação de reabilitação urbana. Isto é, através de uma ORU. -----*

*Ora, uma Operação de Reabilitação Urbana é o conjunto articulado de intervenções com o objetivo de proceder à reabilitação urbana de uma determinada área. As Operações de Reabilitação Urbanas podem ser Simples ou Sistemáticas. Em análise aqui, temos uma ORU sistemática, ou seja, uma “intervenção integrada de reabilitação urbana dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público.” (in parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, junho 2022).*

*Os instrumentos de planeamento e ordenamento do território são determinantes para se exercer a democracia, a justiça e o desenvolvimento, diríamos mesmo, o desenvolvimento sustentável. ---*

*Quando, no passado, foi feita a proposta da primeira delimitação da ARU, já na altura consideramos que a área seria insuficiente para ser, verdadeiramente, promotora de aumento de qualidade de vida para quem vive, trabalha e visita a Covilhã. A alteração em apreciação, em nosso entender, continua a não ser uma verdadeira alavanca neste processo, já que deixa de fora áreas onde a intervenção é urgente e cuja degradação obscurece qualquer tentativa de modernizar e valorizar a cidade. -----*

*A proposta de se integrar, por exemplo, entre outras propostas, a zona mais alta do Bairro Municipal, isto é, a Rua Dr. Alberto Rato e a sua, quase paralela, Rua José Caetano Júnior, não entra na argumentação dada, no Relatório aprovado pela CMC, para a não inclusão, destas ruas, do Bairro Municipal, já que, ao contrário do que está escrito, ... não é excessiva! Além do mais, a ARU, como qualquer instrumento de planeamento, não é estático nem o poderá ser. Então a argumentação de que, por exemplo, estas duas ruas do Bairro, estão longe do Centro Histórico que*

foi a área inicial resgatada para a primeira ARU, não faz sentido nenhum ... até por que julgo que a Torre de Santo António também se distancia e muito, do centro histórico da Covilhã. Também é dito, no relatório, que há poucos requerimentos, nestas áreas, para vistorias de segurança, salubridade e requalificação, isto é, não têm a "maldita" escala que justifique o alargamento da ARU. ... Julgo que todos aqui percebemos porquê! Também gostaríamos de saber se, por hipótese, não se alargasse a ARU à Torre de Santo António, se apareceriam pedidos para fazer alguma coisa daquele imóvel! -----

Será então que é por causa do PERU? -----

O Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), "está focado no ordenamento do território urbano, procurando dar resposta aos desafios atuais, através da valorização dos imóveis e espaços públicos de valor arquitetónico, juntando as partes dispersas num conjunto interligado e harmonioso. O objetivo é incentivar o aparecimento de novas centralidades, assentes em modelos de organização e funcionamento contemporâneos." Este programa vai mais longe, pois o financiamento terá como "Norte" "procurar um rejuvenescimento adaptado às realidades e vivências emergentes, tornando-se imprescindível o desenvolvimento de processos de reabilitação urbana integrada, racionalizando recursos e evitando intervenções dispersas que possam revelar-se contraditórias." ... Julgo que todos aqui, e dadas as dimensões da Covilhã, poderíamos incluir muita mais área na ARU, ... para se poder fazer as ORU necessárias, ... graças ao PERU. -----

No fundo é isto: quem comprou a Torre de Santo António, poderá aceder ao financiamento enquadrado no PERU, para fazer uma ORU, já que o edifício está na ARU. Quem vive na parte mais elevada do Bairro Municipal, terá que se conformar em viver anacronicamente, já que as suas 2 ruas, não estão na ARU, para que se possa candidatar ao PERU e fazer uma ORU. E quem diz o Bairro Municipal diz outros Bairros de valor histórico e patrimonial que temos na nossa cidade. ---

Não é para criar desigualdade, injustiça e "desenvolvimentozinho" que existem estes instrumentos!

Urge também olharmos e atualizarmos as ARU das freguesias." -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Alteração/Aditamento ao PERU – que enquadra a operação de reabilitação urbana – e Alteração da delimitação da ARU do centro Urbano da Covilhã**, foi a mesma **aprovada simultaneamente por maioria, com 22 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 11 abstenções (CDU – PCP/PEV, PPD/PSD, CDS-PP e a União de Freguesias de Covilhã e Canhoso)**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/União de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----



- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD): (Doc.39)** “Os membros do grupo municipal do PPD-PSD abstiveram-se neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo facto de ao analisar todos os documentos e todo o processo de consulta pública terem-se mantido dúvidas. --

No seguimento da deliberação da Câmara Municipal de 20-06-2022 foi promovida a Discussão Pública sobre o Projeto de Alteração ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Urbano da Covilhã. -----

Diz o executivo camarário que foi despoletada esta alteração em virtude de recentes oportunidades de investimentos manifestadas por entidades particulares e públicas. Originando a necessidade de integrar na ARU do Centro Urbano da Covilhã a área que abrange a Rua Morais do Convento, desde a rotunda do Rato até ao Polo II da Universidade da Beira Interior (UBI), o conjunto edificado propriedade da UBI com acesso através deste arruamento e parte da Quinta de Santo António, onde inclui a Torre de Santo António. -----

Os dois investimentos em causa focam a reabilitação e requalificação do conjunto edificado da UBI e respetivas infraestruturas, assim como a reabilitação e conclusão da Torre de Santo António. Duas ações de carácter prioritário. -----

Incluir no PERU os edifícios da Universidade da Beira Interior, uma entidade que tem tido um contributo ímpar na requalificação urbana da cidade parece-nos de todo um acerto, os argumentos do enquadramento do POLO II da UBI neste plano parece-nos correto, bem como o Jardim monumento à nossa senhora da conceição e Rua morais do convento, no entanto a questão da Torre de Santo António, apesar de concordarmos que aquele edifício não pode continuar assim, deixa-nos algumas dúvidas quanto à concretização futura deste investimento. -----

Também não entendemos na sua totalidade os argumentos evocados para não aceitação da proposta do Sr. Presidente da UFCC. -----

Por estas razões não pudemos deixar de manifestar o nosso parecer de que esta alteração deixa-nos com algumas dúvidas sobre os benefícios para o município versus os benefícios para os privados, assim o documento não poderá ser merecedor do nosso voto a Favor, por isso nos abstermos.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “A abstenção vai no sentido daquilo que foi aqui referido pelas intervenções e sobretudo, em termos políticos, por constatar que, mais do que este tipo de alterações ao contrário do que se pretende dizer, a verdadeira navegação à vista e a reboque do que são os interesses particulares, que mal seria se não fossem ouvidos pela Câmara.

De facto, estratégia e definição do que se quer fazer para a cidade continuamos a não ter e continuamos a deixar de fora áreas essenciais da Covilhã que continuam fora destas benesses.” --

- **Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso):** “A União de Freguesias de Covilhã e Canhoso absteve-se na votação do ponto a bem dos fregueses, empresas e instituições que podem vir a beneficiar com a presente delimitação e não podemos em consciência reprovar o documento.

No entanto, manifestamos o nosso descontentamento pela injustiça que podem ser alvo outros particulares, empresas ou instituições incluídas nas áreas por nós sugeridas para integrar esta

nova delimitação, por desta forma se verem privados de apoios e outro tipo de benefícios, por exemplo fiscais, só ao alcance dos integrantes das áreas delimitadas. -----

Como já o tínhamos feito, mesmo antes desta consulta pública, vamos continuar a apresentar as propostas e a defender todos os interessados na recuperação, reabilitação de imóveis da zona já referidos.” -----

## 2.9 - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de setembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 4389 de 2022.09.09 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Este Regulamento, e compreendendo a necessidade de as freguesias terem algumas certezas no que são os seus financiamentos e no que diz respeito à receção, concretização e objetividade em termos do que seja a esperança de cumprir as suas obrigações, não posso deixar de dizer que existe um paralelismo preocupante, de alguma maneira desmerecedor para as próprias freguesias, ao utilizar o mesmo modelo e fórmulas que são utilizadas no Regulamento Associativo, sem considerar as especificidades orgânicas, funcionais e especiais necessidades das nossas freguesias. -----

O Executivo, ao aprovar e ao apresentar este Regulamento, está, no nosso entender, a minorar e a desconsiderar os parceiros essenciais na Administração Local e Autárquica. -----

Já sabíamos que esta Câmara nem sempre valoriza devidamente as freguesias, mas este é o limite. As nossas freguesias não podem ser tratadas como meras associações. -----

Ao aprovar este Regulamento nas condições em que ela é apresentada, com a manutenção da discricionariedade e subjetividade, o Município apenas pretende legitimar as más práticas que são sobejamente conhecidas e por nós condenadas. -----,

Não posso deixar de referir, a título de exemplo que é significativo, que o artigo 6.º deste Regulamento diga, e estou a citar, “**Apoio Financeiro Pontual** – Este tipo de apoios está destinado a iniciativas de caráter único e pontual que se possam vir a desenvolver na freguesia com um impacto comunicacional de âmbito regional ou nacional e são avaliadas mediante candidatura efetuada descrevendo de forma detalhada o evento, o seu orçamento, estimativa de visitantes

*entre outros elementos que se julguem importantes para justificar a candidatura.” Ou seja, esquece-se aqui o interesse público, esquece-se aqui o que é a essência do trabalho das juntas de freguesia para dizer que a única coisa que interessa é o penacho, é mostrar, é saber se isto aparece em termos de órgãos de comunicação social regional ou nacional. -----*

*Isto, a meu ver, é condenável. Não deve ser exigido a uma Junta de Freguesia que se preste a este serviço a dizer que *só damos este apoio se o Senhor garantir que venha cá a televisão ou o jornal*. Isto é, no mínimo, vergonhoso e, por essa razão e compreendendo as posições das juntas de freguesia, não conseguimos votar favoravelmente um regulamento desta natureza.” -----*

**- Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD): (Doc.40** com as alterações introduzidas durante a intervenção) *“Consideramos que a existência de uma regulamentação para tratamento equitativo das freguesias do município é um bom princípio, tal como defendemos neste mesmo órgão e cuja deliberação da Assembleia Municipal decorre das suas competências materiais. Nomeadamente, da alínea j) do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais [lei 75/2013, segundo a qual **compete à Assembleia Municipal "deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações"**]. Estranho é que estejamos a aprovar este Regulamento 9 anos depois do Regime Jurídico das Autarquias Locais. --*

*Por um lado, se bem executado, um Regulamento de Apoio às Freguesias pode consubstanciar-se como uma vacina contra a arbitrariedade, garantindo previsibilidade às Juntas de Freguesias e ser ainda uma ferramenta para impulsionar a meritocracia, recompensando o trabalho. É um meio de escrutínio, transparência e prestação de contas, quer das freguesias, quer do próprio município. Desta feita, não votamos contra tal proposta. -----*

*Por outro lado, contudo, existem questões políticas e substantivas preocupantes. Politicamente falando, apesar de a existência deste Regulamento decorrer da lei 75/2013, somente passados nove anos da atual gestão socialista camarária é proposto tal regulamento, ainda que reiteradamente apontado pela oposição e adotado por municípios vizinhos há largos anos. Trata-se, em primeiro lugar, do reconhecimento da proposta da oposição e, em segundo, de terem estado quase uma década a atribuir apoios e financiamento sem rigor e critério, contrariando o espírito da lei. -----*

*Adicionalmente, a documentação existente revela problemas políticos dentro da própria Câmara Municipal sobre este regulamento: -----*

- 1) Antes mesmo do fim do prazo de apresentação de contributos para a elaboração do projeto de Regulamento (18 de maio), já tinham "uma proposta de Projeto de Regulamento". -----*
- 2) O Vereador das Freguesias refere que "concorda com a proposta de Regulamento" **feita pelos serviços**. Todavia ... -----*
- 3) Conforme consta da correspondência da Câmara Municipal, existiam **versões diferentes do regulamento. Uma era a dos serviços e outra a aprovada em reunião de Câmara e remetida para Consulta Pública**. -----*

*Ou seja, os cidadãos estavam a manifestar-se sobre uma proposta que era distinta daquela em que o Vereador estava a trabalhar, ocultando informação potencialmente relevante da opinião pública. -----*

- 4) Os serviços do município chegam mesmo a dizer que: -----  
a. Existem "duas distribuições a decorrer sobre o referido regulamento". Uma do "Vereador José Miguel Oliveira e a presente [dos serviços]". Todavia, **"o signatário não teve conhecimento de uma outra qualquer versão do documento (projeto de regulamento) até à presente data"**. -----  
b. Os serviços acrescentam que, **somente "após diligências junto do Gabinete do senhor Vereador José Miguel Oliveira, foi facultada nova versão do documento ao SEGAD no dia 24.06.2022 via e-mail"**. -----
- 5) Neste sentido, **os serviços sugerem que seja "submetida a reunião de Câmara nova versão do projeto de regulamento"!** -----
- 6) **O Vereador questiona os serviços se, por causa das diferentes versões (a sua e a da Consulta Pública) é preciso ir novamente a Consulta Pública, ou se pode introduzir a sua versão na versão publicitada como se fossem contributos ... dos interessados! Ou seja, alterando a proposta inicial e desvirtuando aquilo que foi publicitado e não manifestado por alguém.** -----
- 7) Este episódio este Vereador e serviços culmina com uma resposta do primeiro aos segundos, dizendo aquilo que já todos sabemos: **"Não estou a entender o que pretende mais"**. Ou --

Em termos substantivos, sobre o regulamento: -----

- 8) Como definem o que é "relevante interesse municipal"? Não explicam. É abstrato e amplo. Tal conceito deve estar claramente definido para compreensão dos candidatos e do público escrutinador. -----
- 9) As alíneas c) e d) do n.º 1 foram adicionadas pelo Vereador José Miguel Oliveira. Curiosamente, ou talvez não, são ambas dúbias, abrindo a porta a favorecimentos, ao estabelecer "apoios **pontuais**" para questões "**diversas**". -----
- 10) Qual o critério para atribuição destes apoios "**pontuais**" e "**diversos**"? O **impacto comunicacional**, portanto, o **show-off**. Esta é a proposta do Vereador para as freguesias: que se tornem em agências de marketing e comunicação. -----
- 11) No artigo 9.º, a Câmara define prazos, mas também diz que, se lhe apeter, pode "dispensar" esses prazos por "razões de interesse municipal" - as quais, mais uma vez, não estão definidas. -----
- 12) O mesmo artigo estabelece que as freguesias interessadas nos apoios pontuais devem solicitar os apoios para o ano seguinte **até ao dia 30 de setembro do ano anterior** ao da execução da respetiva iniciativa". Se o regulamento aqui proposto diz que entra em vigor no dia seguinte à sua publicação em Diário da República (art.º 21.º), como vão as Juntas de Freguesia cumprir o prazo para o próximo ano? **Não há vacatio legis. O Regulamento carece de um período de transição.** -----  
a. **Dizer que o regulamento só se aplica para o próximo ano é incumprir com o próprio regulamento da Câmara. Tal não pode ser feito, porque não está lá estipulado. Temos um problema legal.** -----  
b. **Ou ... as Juntas de Freguesia têm 2 dias para fazer os pedidos (pressupondo que o Regulamento conseguisse, por milagre, ser publicado em Diário da República no dia seguinte à Assembleia Municipal)?** -----

Ao aprovarmos isto hoje aqui, a Câmara Municipal não pode ter outra forma de atribuição de apoios às freguesias que não seja através do presente Regulamento, aproveitando a arbitrariedade e a parte mais abstrata do Regulamento. -----

13) *No mesmo artigo, e pior, estabelece que, apesar de ter um orçamento anual, em ano eleitoral, tem tudo que ser feito "**consoante a data estabelecida para as eleições**". Ou seja, para fazer campanha eleitoral.* -----

*Pior que tudo, este Regulamento não estabelece o valor monetário anual, tal como em outros. Acreditamos que 5% do Orçamento do Município seria um valor apropriado para o efeito, mas este Regulamento coloca as Freguesias ao nível das Associações e é quase somente para "inglês ver", ou seja, para cumprir, 9 anos depois, a lei.* -----

*Não estando tais dúvidas esclarecidas, não estamos em condições e votar favoravelmente o Regulamento. Ainda assim, não seremos uma força de bloqueio. Fazemos votos para este seja devidamente aplicado: como um mecanismo de apoio às freguesias e de promoção da transparência e não apenas o cumprimento de um normativo legal que mantém a arbitrariedade e a falta de transparência."* -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** "Por mais do que uma vez me constituí (Junta de Freguesia) como interessado num procedimento administrativo previsto no Código do Procedimento Administrativo, no caso concreto para elaboração de um Regulamento e, no fundamental, depois não é cumprida a Lei, que é chamar os interessados para discutir a versão final do documento ou as alterações que são introduzidas. Não é só recolha de opiniões, de sugestões e de contributos. No seguimento do processo, o Gestor do Procedimento tem essa obrigatoriedade perante a Lei, a não ser que seja uma manifesta urgência (art.º 100.º do Código do Procedimento Administrativo)." -----

Relativamente à informação constante dos documentos enviados aos membros municipais, referiu que, numa determinada altura, se diz que "não houve contributos de interessados. A Junta de Freguesia da Boidobra enviou logo no dia 6 de maio de 2022 estes contributos para o Regulamento. Existem dois Edoc's mas, a determinada altura, dizem que existem cinco Edoc's, o que também nos leva a identificar a necessidade rápida de, sobre um assunto, haver um Edoc na Câmara Municipal porque senão a informação perde-se." -----

Este Regulamento responde, efetivamente, àquilo que é uma necessidade que a Lei prevê. É positiva a sua existência, mas pode não resolver problema absolutamente nenhum. Ou seja: ele tem que ser aprofundado no futuro; coloca aqui alguns critérios, mas depois não diz quais é que são as percentagens em cada um dos critérios, ou seja, não define uma grelha de ponderação daquilo que são os fatores para que o avaliador faça uma avaliação em condições de igualdade, de transparência e de concorrência perante quem se candidata; também não define o montante; e, portanto, pode não resolver absolutamente nada. -----

Cumpra a Lei. Não chegou longe como poderia ter chegado na questão da definição dos critérios e de colocarmos esta questão da transparência com mais rigor. Por último, o Membro Hugo Ferrinho fez aqui um exercício de publicação, o Regulamento é claro: só entra em vigor no dia seguinte à publicação no Diário da República e aqui que coloco ..." -----

Tendo o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interrompido a intervenção para avisar que já tinha utilizado 3 minutos na sua intervenção, o Membro Municipal **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referiu que, “com todos os temas que aqui foram discutidos e que se excedeu tanto tempo em tantos, não foi correto da sua parte.” -----

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu que era um procedimento utilizado habitualmente e que tem tido a contemplação de deixar falar mais tempo do que o estipulado, pelo que solicitou que continuasse a sua intervenção, tendo o Membro Municipal **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** se recusado a prosseguir. -----

- **Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS): (Doc.41)** *“No passado dia 9, o executivo apresentou a versão final do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho da Covilhã, na sequência das Reuniões de Câmara de 8 de abril e 6 de junho do presente ano, e que vem ser apreciado e votado a esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Covilhã.* -----

*Estamos perante um documento fundamental no que poderá ser não só o desenvolvimento das atividades das Juntas de Freguesia do Concelho da Covilhã, mas mais importante do que isso, do desenvolvimento estrutural da orgânica destas instituições, que representam uma importância basilar na organização social no âmbito da proximidade e auxílio aos cidadãos.* -----

*Com um montante de dois milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta euros e setenta e cinco cêntimos, as Freguesias poderão ser apoiadas de forma transparente, idónea e justa.* -----

*No que toca ao raio de ação, é necessário afirmar a abrangência do documento, que contempla todas as áreas de atuação necessárias ao normal desenvolvimento dos programas das Juntas de Freguesia, desde apoio financeiro, logístico e técnicos pontuais, incorporando também intervenções no âmbito das infraestruturas, sempre com critérios bem definidos.* -----

*É importante também realçar, que a criação desta nova medida de apoio vem acrescentar uma dinâmica de empoderamento às Juntas de Freguesia, trazendo uma alternativa ao mecanismo tradicional de solicitações de apoio direto, desmitificando os fantasmas da vassalagem política que outrora pairaram sobre o Município durante largos anos, tornando o processo de apoio às Freguesias mais democrático e igualitário.* -----

*Este Regulamento, traz às Juntas de Freguesia a oportunidade de enquadrar o planeamento e o financiamento das suas atividades nas mais diversas áreas de atuação do documento e aproveitá-las como um estímulo a dinâmicas de financiamento inovadoras, contribuindo para a criação de Juntas de Freguesia mais livres e autónomas, estreitando em simultâneo a sua relação com o Município.* -----

*O Grupo Municipal do Partido Socialista votará favoravelmente a criação deste Regulamento, que demonstra a forma clara e transparente com que o executivo tem trabalhado em prol das Freguesias do nosso Concelho.”* -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** referiu que, “segundo o que está no Regulamento, entra um dia depois da publicação no Diário da República. Queria ouvir da parte do

Senhor Presidente da Câmara qual é que é a data da publicação para saber se ainda vamos ter um problema para o ano ou não.” -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: “Não pode haver Regulamento sem haver uma proposta. A discussão pública é com base numa proposta. -----

Pedi ao Senhor Vereador que fizesse uma proposta transparente, objetiva e abrangente, que envolvesse os Senhores Presidentes de Junta nessa elaboração e ele teve uma base de trabalho. Obteve consensos com a generalidade dos Senhores Presidente de Junta. Obviamente que não vivemos em unanimismos, nem são desejáveis, porque é bom e é saudável que existam diferentes pontos de vista, mas no essencial, pelos vistos, quase toda a gente esteve de acordo. -----

Em nome do princípio da transparência, tem que haver e deve haver um regulamento. Sempre o defendi. -----

Como toda a gente sabe, não há nenhum regulamento ou nenhuma lei onde não tenha uma pequena margem. Não lhe vou chamar arbitrariedade, mas discricionariedade que, juridicamente, é o mais acertado para este efeito. -----

O que vi fazer aqui foi uma tentativa de desacreditar o Regulamento (em vez de ir às regras, foram à exceção). O artigo 6.º é a exceção e não foi a regra. A exceção é clarinha: é um apoio financeiro pontual. Os outros são a regra. -----

Houve consulta pública, houve debate, houve trocas de opiniões saudáveis. -----

Entrada em vigor – Não posso garantir qual é o dia em que é publicado. Uma coisa é enviar para a Casa da Moeda, outra coisa é o dia em que é publicado e não temos controlo sobre essa autoridade. No entanto, não será a falta da sua atempada entrada em vigor que evita a sua aplicação. Exorto o Senhor Vereador a aplicar este Regulamento mesmo antes de ele entrar em vigor como um critério objetivo, equilibrado e justo para atribuir apoios às Juntas de Freguesia.” -

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria com 23 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV e os Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 5 abstenções (PPD/PSD e CDS-PP)**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: António Paulo Pereira Ranito (PS), Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/Uniãoes de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.** -----

--- Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD): (Doc.42)** “Os grupos municipais do PSD e do CDS-PP na Assembleia Municipal **abstiveram-se** na votação do ponto em apreço no plenário da Assembleia Municipal com a data em epígrafe. Fizeram-no pela seguinte razão. -----

Consideramos que a existência de uma regulamentação para tratamento equitativo das freguesias do município é um bom princípio, tal como defendemos neste mesmo órgão e cuja deliberação da Assembleia Municipal decorre das suas competências materiais. Nomeadamente, da alínea j) do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (lei 75/2013), segundo a qual **compete à Assembleia Municipal “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”**. -----

Por um lado, se bem executado, um Regulamento de Apoio às Freguesias pode consubstanciar-se como uma vacina contra a arbitrariedade, garantindo previsibilidade às Juntas de Freguesias e ser ainda uma ferramenta para impulsionar a meritocracia, recompensando o trabalho. É um meio de escrutínio, transparência e prestação de contas, quer das freguesias, quer do próprio município. Desta feita, não votamos contra tal proposta. -----

Por outro lado, contudo, existem questões políticas e substantivas preocupantes. Politicamente falando, apesar de a existência deste Regulamento decorrer da lei 75/2013, somente passados nove anos da atual gestão socialista camarária é proposto tal regulamento, ainda que reiteradamente apontado pela oposição e adotado por municípios vizinhos há largos anos. Trata-se, em primeiro lugar, do reconhecimento da proposta da oposição e, em segundo, de terem estado quase uma década a atribuir apoios e financiamento sem rigor e critério, contrariando o espírito da lei. -----

Adicionalmente, a documentação existente revela problemas políticos dentro da própria Câmara Municipal sobre este regulamento: -----

- 1) Antes mesmo do fim do prazo de apresentação de contributos para a elaboração do projeto de Regulamento (18 de maio), já tinham “uma proposta de Projeto de Regulamento”. -----
- 2) O Vereador das Freguesias refere que “concorda com a proposta de Regulamento” **feita pelos serviços**. Todavia... -----
- 3) Conforme consta da correspondência da Câmara Municipal, existiam versões diferentes do regulamento. Uma era a dos serviços e outra a aprovada em reunião de Câmara e remetida para Consulta Pública. Ou seja, os cidadãos estavam a manifestar-se sobre uma proposta que era distinta daquela em que o Vereador estava a trabalhar, ocultando informação potencialmente relevante da opinião pública. -----
- 4) Os serviços do município chegam mesmo a dizer que: -----
  - a. Existem “duas distribuições a decorrer sobre o referido regulamento”. Uma do “Vereador José Miguel Oliveira e a presente [dos serviços]”. Todavia, **“o signatário não teve conhecimento de uma outra qualquer versão do documento (projeto de regulamento) até à presente data”**. -----
  - b. (Da comunicação do Vereador, fica ainda por esclarecer se incluíram os contributos **formais** recebidos da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso e da Freguesia de



Orjais. O Vereador diz que enviou também contributos da quase totalidade das freguesias, mas não menciona quais foram) -----

- c. Os serviços acrescentam que, **somente “após diligências junto do Gabinete do senhor Vereador José Miguel Oliveira, foi facultada nova versão do documento ao SEGAD no dia 24.06.2022 via e-mail”**. -----

- 5) Neste sentido, **os serviços sugerem que seja “submetida a reunião de Câmara nova versão do projeto de regulamento”!** -----
- 6) **O Vereador questiona os serviços se, por causa das diferentes versões (a sua e a da Consulta Pública) é preciso ir novamente a Consulta Pública, ou se pode introduzir a sua versão na versão publicitada como se fossem contributos... dos interessados! Ou seja, alterando a proposta inicial e desvirtuando aquilo que foi publicitado e não manifestado por alguém.** -----
- 7) Este episódio este Vereador e serviços culmina com uma resposta do primeiro aos segundos, dizendo aquilo que já todos sabemos: **“Não estou a entender o que pretende mais”**. Ou seja, que não entende nada do que está aqui a fazer. Não entende que os serviços querem fazer, e bem, o seu trabalho, e não entende sobre transparência e prestação de contas. -----

Em termos substantivos, sobre o regulamento: -----

- 8) Como definem o que é “relevante interesse municipal”? Não explicam. É abstrato e amplo. Tal conceito deve estar claramente definido para compreensão dos candidatos e do público escrutinador. -----
- 9) As alíneas c) e d) do n.º 1 foram adicionadas pelo Vereador José Miguel Oliveira. Curiosamente, ou talvez não, são ambas dúbias, abrindo a porta a favorecimentos, ao estabelecer “apoios **pontuais**” para questões “**diversas**”. -----
- 10) Qual o critério para atribuição destes apoios “**pontuais**” e “**diversos**”? O **impacto comunicacional**, portanto, o **show-off**. Esta é a proposta do Vereador para as freguesias: que se tornem em agências de marketing e comunicação. -----
- 11) No artigo 9.º, a Câmara define prazos, mas também diz que, se lhe apetecer, pode “dispensar” esses prazos por “razões de interesse municipal” – as quais, mais uma vez, não estão definidas. -----
- 12) O mesmo artigo estabelece que as freguesias interessadas nos apoios pontuais devem solicitar os apoios para o ano seguinte **até ao dia 30 de setembro do ano anterior** ao da execução da respetiva iniciativa”. Se o regulamento aqui proposto diz que entra em vigor no dia seguinte à sua publicação em Diário da República (art.º 21.º), como vão as Juntas de Freguesia cumprir o prazo para o próximo ano? **Não há vacatio legis. O Regulamento carece de um período de transição.** -----
- a. **Dizer que o regulamento só se aplica para o próximo ano é incumprir com o próprio regulamento da Câmara. Tal não pode ser feito, porque não está lá estipulado. Temos um problema legal.** -----

b. ***Ou... as Juntas de Freguesia têm 2 dias para fazer os pedidos (pressupondo que o Regulamento conseguisse, por milagre, ser publicado em Diário da República no dia seguinte à Assembleia Municipal)?*** -----

13) *No mesmo artigo, e pior, estabelece que, apesar de ter um orçamento anual, em ano eleitoral, tem tudo que ser feito “consoante a data estabelecida para as eleições”. Ou seja, para fazer campanha eleitoral.* -----

*Pior que tudo, este Regulamento não estabelece o valor monetário anual, tal como em outros. Acreditamos que 5% do orçamento do Município seria um valor apropriado para o efeito, mas este Regulamento coloca as Freguesias ao nível das associações e é quase somente para “inglês ver”, ou seja, para cumprir, 9 anos depois, a lei.* -----

*Não estando tais dúvidas esclarecidas, os membros da Assembleia Municipal abaixo subscritos abstêm-se na votação, fazendo votos para que o Regulamento seja devidamente aplicado como um mecanismo de apoio às freguesias e de promoção da transparência, e não apenas o cumprimento de um normativo legal que mantém a arbitrariedade e a falta de transparência.* ----

*Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã (Hugo Ferrinho Lopes, Nuno Costa Reis, Jorge Vaz, Lino Torgal, Vanda Ferreira, Luís Rodrigues, João Bernardo, Joana Rocha)”* -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Apesar do voto favorável, que esta questão da entrada em vigor não seja impeditiva da celebração do protocolo com a Junta de Freguesia da Boidobra para a Requalificação da Sede da Junta de Freguesia que espera há um ano para ser feita.” -----

## **2.10 - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DO PAUL – AQUECIMENTO ESCOLAR (REFORÇO) – ANO LETIVO 2021/2022 – ANO ECONÓMICO DE 2022**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 01 de julho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 3362 de 2022.07.04 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Falou, em geral, do ponto 2.10 ao ponto 2.23. “Salientar que estamos em setembro de 2022 a aprovar protocolos/transferências/delegações, pelo menos num dos casos, de setembro de 2021.” -----

- 1.º Isto demonstra que estamos a pagar coisas que deviam ser pagas para o ano letivo que agora terminou há três meses atrás. -----
- 2.º Há aqui falta de planeamento e previsão das necessidades das escolas e, portanto, e em última instância, um certo grau de incompetência na previsão do ano letivo porque estamos no final de setembro e o novo ano letivo já começou. -----  
Desde que aqui venho (e no mandato anterior estava como suplente e vinha em substituição), todos os anos, em setembro, estamos a celebrar protocolos para coisas que já começaram nesse ano letivo. Não me consigo imaginar na pele de um Senhor Presidente de Junta, ao chegar a julho, agosto e setembro, e estar à espera de uma Assembleia Municipal do fim de setembro para aprovar contratações/delegações/protocolos para o ano letivo que já começou antes da aprovação. -----
- 3.º Esperamos e fazemos votos para que os valores aprovados sejam suficientes, nomeadamente o protocolo sobre o aquecimento escolar. O valor a pagar por escola, aqui, está feito sem atender ao número de salas, o que é preocupante. -----
- 4.º A Câmara Municipal deveria contratualizar diretamente (obtem ganhos de compra em quantidade e fixação de preços), em vez de delegar nas Juntas porque cria problemas de tesouraria às próprias Juntas devido ao sistema de reembolso. -----
- 5.º Programas Ocupacionais do IEPF: Todos os anos são contratadas tarefas quando já percebemos todos que as necessidades são permanentes. Tivemos um PREVPAP municipal. Na altura, nesta Assembleia, disse que deixámos de fora quarenta e poucas tarefas cujas necessidades eram permanentes. Mais uma vez, estamos a usar os contratos ocupacionais do IEPF para necessidades que são permanentes e sabemos que o IEPF obriga, através destes programas, que tenha que haver pelo menos 90 dias entre a cessação do contrato de um ano ao início do contrato do outro ano. Se o ano letivo acaba em junho ou julho, o que acontece é que aquilo que vimos recorrentemente todos os anos a acontecer: o contrato só será assinado em outubro, portanto essa pessoa está três meses sem receber salário quando a necessidade é permanente para o nosso município. O desafio singelo que deixo ao Município, com o intuito de contribuir, é de percebermos quais são as necessidades de assistentes operacionais que temos para incluir no mapa de pessoal que serão, de certeza, bem mais necessários do que muito daquilo que já foi feito.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Fica a nota que é uma opção da Câmara Municipal, mas parece-nos que a Câmara poderia ter ganhos de escala nesta matéria. Continua a ser uma opção.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia do Paul – Aquecimento Escolar (reforço) – Ano Letivo 2021/2022 – Ano Económico de 2022**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os**

*Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.* -----

**2.11 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS  
DE FREGUESIA – AQUECIMENTO ESCOLAR  
ANO LETIVO 2022/2023**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 01 de julho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 3363 de 2022.07.04 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.10. -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.10.

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Aquecimento Escolar – Ano Letivo 2022/2023**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.** -----

**2.12 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS  
DE FREGUESIA – TRANSPORTE ESCOLAR  
ANO LETIVO 2022/2023**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 15 de julho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 3628 de 2022.07.18 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.10. -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Esta opção que aqui se coloca a duas freguesias era, se calhar, também uma opção importante que se poderia colocar a outro tipo de transporte público mais em termos de necessidades concretas, visando melhor essas necessidades e cumprindo um melhor serviço.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Transporte Escolar – Ano Letivo 2022/2023***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

***Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.*** -----

### **2.13 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – PARA ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS CAF NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E AAAF NO PRÉ-ESCOLAR – ANO LETIVO 2022/2023**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 01 de julho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 3379 de 2022.07.04 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.10. -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Foram enquadrados no Município um conjunto de trabalhadores(as) para fazer face a estas novas competências e aquilo que temos assistido, ao longo destes anos, é ao aumento da verba despendida, conseqüentemente do número de pessoas que ainda continuam ao serviço de algumas Juntas de freguesia para suprir necessidades que estão do lado da competência da Câmara Municipal. -----

Como já afirmei noutros anos e noutras vezes que discutimos aqui isto, a Boidobra só ficou a ganhar com o facto de não aceitarmos esta delegação de competências porque reforça aquilo que são os meios humanos disponíveis para apoio às crianças que estão, neste caso, na escola da Boidobra. -----

Como vimos, e alerta para a ata de novembro de 2021, perguntámos especificamente se os contratos em apreço de delegação de competências nas freguesias das AAAF’s do pré-escolar e na CAF do 1.º Ciclo eram todos com contrato de trabalho e que mereceriam o nosso voto favorável se tivessem todos contratos de trabalho. A resposta foi exatamente na mesma perspetiva, muito idílica, que os trabalhadores não são colaboradores. Mas o que foi dito foi que, efetivamente, seriam contratos de trabalho. -----

Disseram-nos na mesma reunião que o protocolo que cá vinha com os 10% da Segurança Social dizia respeito a coisas de 2019 e que agora já não era assim e que agora eram contratos de trabalho. -----

Aquilo que verificamos hoje no ponto 2.16 é que há quatro ou cinco freguesias que vêm cá pedir os 10% da contribuição para a Segurança Social. Isto mais não é do que a confirmação que, durante o ano de 2021/2022, alguns contratos destes foram contratos de prestação de serviços e não contratos de trabalho. -----

Portanto, quando nós perguntamos que temos uma dúvida e que nos respondem para a gente poder decidir o sentido da nossa votação e para darmos um sinal de boa vontade, não mintam! Fica mal! Fomos enganados! -----

Se não têm a certeza digam que fica do lado das freguesias porque hoje vem aqui o comprovativo!

O Código da Segurança Social das contribuições é muito claro nisso: são aos trabalhadores independentes a quem se aplicam estes 10%.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – para assegurar o funcionamento das CAF no 1.º Ciclo do Ensino Básico e AAAF no Pré-Escolar – Ano Letivo 2022/2023***, foi a mesma ***autorizada por maioria, com 28 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias) e 3 abstenções (CDU – PCP/PEV)***. -----

***Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os***

*Presidentes das Juntas/União de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.* -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Não está garantida a questão de que todos os contratos previstos nos protocolos a assinar com as Juntas de Freguesia sejam, efetivamente, contratos de trabalho para que sejam dadas mais garantias e direitos às pessoas que estão a exercer funções permanentes de ano para ano.” -----

**2.14 - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE COVILHÃ E CANHOSO PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS CORRENTES DO FUNCIONAMENTO DO REFEITÓRIO DA EB DO CANHOSO – ANO LETIVO 2022/2023**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 15 de julho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 3629 de 2022.07.18 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.10. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso para pagamento das despesas correntes do funcionamento do Refeitório da EB do Canhoso – Ano Letivo 2022/2023***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

***Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/União de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.*** -----

**2.15 - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE PERABOA PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS CORRENTES DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES LETIVAS E NÃO LETIVAS E REFEITÓRIO DA EB E JI DE PERABOA – ANO LETIVO 2022/2023**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 01 de julho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 3365 de 2022.07.04 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.10. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Peraboa para pagamento das despesas correntes de funcionamento das atividades letivas e não letivas e Refeitório da EB e JI de Peraboa – Ano Letivo 2022/2023***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

***Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.*** -----

**2.16 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE BARCO E COUTADA, CORTES DO MEIO, DOMINGUIZO, PERABOA E SÃO JORGE DA BEIRA PARA PAGAMENTO DA TAXA CONTRIBUTIVA DE 10% À SEGURANÇA SOCIAL**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de setembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 4388 de 2022.09.09 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----



--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Esquece a colocação da verba relativa à Segurança Social. Vimos agora um novo contrato de delegação de competências para dar os 10% às Juntas de contribuição à Segurança Social que se esqueceram de dar no primeiro contrato.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.13.

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Barco e Coutada, Cortes do Meio, Dominguizo, Peraboa e S. Jorge da Beira, para pagamento da taxa contributiva de 10% à Segurança Social***, foi a mesma ***autorizada por maioria, com 23 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias), 3 votos contra (CDU – PCP/PEV) e 5 abstenções (PPD/PSD, CDS-PP)***. -----

***Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/Uniãoes de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.*** -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “É demonstrado que o ano passado, quando fizemos a pergunta se era tudo contrato de trabalho com essas trabalhadoras, foi-nos dada uma resposta que não foi verdadeira e está aqui o comprovativo de que existia precariedade em termos de recibos verdes.” -----

## **2.17 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A FREGUESIA DE PERABOA – REFEIÇÕES – ANO LETIVO 2022/2023**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 01 de julho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 3374 de 2022.07.04 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.10. -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal:** “Dizer aos Senhores Deputados que, depois da aprovação do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios às freguesias do Concelho da Covilhã, este conjunto de protocolos que aqui estão deixam de vir cá e será resolvido, bilateralmente com cada Junta, ao abrigo do Regulamento.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Colaboração com a Freguesia de Peraboa – Refeições – Ano Letivo 2022/2023**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.** -----

#### **2.18 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DO TEIXOSO E SARZEDO – REFEIÇÕES – ANO LETIVO 2022/2023**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 01 de julho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 3376 de 2022.07.04 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.10. -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal:** Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.17. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Colaboração com a União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo – Refeições – Ano Letivo 2022/2023**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

*Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.* -----

## **2.19 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A FREGUESIA DO TORTOSENDO – REFEIÇÕES – ANO LETIVO 2022/2023**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 01 de julho de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 3378 de 2022.07.04 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.10. -----

- **Senhor Presidente da Câmara Municipal:** Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.17. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Colaboração com a Freguesia do Tortosendo – Refeições – Ano Letivo 2022/2023**, foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

*Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.* -----

## **2.20 - MINUTA DE AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E DE RECURSOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ORJAIS – ADITAMENTO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 23 de setembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para

efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, através do ofício n.º 4628 de 2022.09.23 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Membro Municipal **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** que saudou o presente aditamento. “A Câmara Municipal, no fundo, reconhece aquilo que foi feito em termos de competências (e deu a todas as freguesias essa possibilidade) e esteve disponível para poder corrigir aquilo que tinha sido feito. Acho que, durante os próximos anos, seria bom também isso acontecer.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Minuta de Auto de Transferência de Competências e de Recursos da Câmara Municipal da Covilhã para a Junta de Freguesia de Orjais – Aditamento**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.** -----

## 2.21 - PROTOCOLO DE APOIO COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE CANTAR GALO E VILA DO CARVALHO – DANOS PROVOCADOS PELO INCÊNDIO DE 06 DE AGOSTO 2022

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de setembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 4385 de 2022.09.09 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Vemos que só foram dados apoios à União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho para fazer face aos prejuízos dos incêndios. -----

E as outras freguesias afetadas, onde estão os apoios? Dir-me-ão: em reunião de Câmara foram também aprovados apoios para os Baldios do Sarzedo e de Verdelhos. Resposta 1: Não são todas as freguesias afetadas; Resposta 2: Estava a confirmar a Lei, porque me questionava o facto de isto

não estar na Ordem de Trabalhos, e o Regime Jurídico é claro (ao referir) que tínhamos que aprovar também esses apoios aos Baldios do Sarzedo e de Verdelhos nesta Assembleia Municipal e não os estamos a aprovar – estamos apenas a aprovar o apoio à União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho.” -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.17. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Apoio com a União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/União de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.** -----

## 2.22 - PROTOCOLO DE APOIO EM ESPÉCIE COM A FREGUESIA DO FERRO – AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR ROUPA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de setembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 4387 de 2022.09.09 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.10. -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Acho que era absolutamente desnecessário trazer aqui um protocolo para a compra de uma máquina de lavar roupa!” -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: Intervenção com o mesmo teor do ponto 2.17. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Apoio em Espécie com a Freguesia do Ferro – Aquisição de Máquina de Lavar Roupa**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

*Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/União de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.* -----

**2.23 - ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE APOIO CELEBRADO EM 14.SETEMBRO.2021, ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE FORMOSO E ALDEIA DO SOUTO – CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O AUDITÓRIO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de setembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 4386 de 2022.09.09 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez uma intervenção com o mesmo teor do ponto 2.17. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Aditamento ao Protocolo de Apoio celebrado em 14.setembro.2021, entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto – Construção e Aquisição de Equipamentos para o Auditório da Sede da Junta de Freguesia**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

*Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Jorge Filipe Ferrão Vaz (PPD/PSD), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) e os Presidentes das Juntas/União de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Ferro, Peraboa, São Jorge da Beira, Tortosendo e Casegas e Ourondo.* -----

**3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Não foram registadas quaisquer inscrições para o Período de Intervenção do Público. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram vinte e três horas e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



Covilhã, 26 de setembro de 2022

## 1.2 REQUERIMENTO – RELATÓRIO SEMESTRAL DO ROC

Os grupos municipais do PSD e do CDS-PP na Assembleia Municipal **requerem à Mesa da Assembleia Municipal que force o cumprimento da** alínea d) do número 2 do artigo 77.º da lei 73/2013, que cria o Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. Tal norma estabelece que **o relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a situação financeira do município tem que ser remetido à Assembleia Municipal semestralmente.**

Decorridos mais de nove meses desde o início do ano financeiro, este relatório não foi remetido ao órgão deliberativo do município, sendo suposto que, *in extremis*, tal remessa tivesse lugar na corrente sessão.

Não obstante a contratação de um novo Revisor Oficial de Contas, a Grant Thornton & Associados, SROC, Lda. (502286784), já foi contratada pelo município a 16 de dezembro de 2021, ou seja, há mais de dez meses. Por conseguinte, não se justifica tal atraso. Se tivessem sido contratados há pouco tempo, tal seria compreensível. Mas, estando contratados há dez meses, estiveram o semestre inteiro em funções. Tratando-se de um parecer, já deveria estar feito, sendo esta a reunião própria do plenário para o efeito, uma vez que a subsequente ordinária (reunião de novembro ou dezembro) já deve pronunciar-se sobre o planeamento para o próximo ano.





Handwritten signatures and initials in the top right corner, including what appears to be 'A. Costa Reis' and 'L. Rodrigues'.

Por conseguinte, instamos a Assembleia a não compactuar com o adiamento do não cumprimento dos normativos legais perante o auditor externo.

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes,  
Jorge Vaz,  
Lino Torgal,  
Joana Petrucci Rocha,

Nuno Costa Reis,  
Vanda Ferreira,  
Luís Rodrigues,  
João Bernardo.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26-09-2022

(Doc. 002)

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

1.3

### **Intervenção política.**

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

É preocupante a situação que se vive no País.

Uma situação marcada pelo agravamento dos principais problemas nacionais e por uma acelerada deterioração das condições de vida da maioria da população, onde pesa de forma preocupante o desmesurado aumento do custo de tudo, o que é essencial à vida do povo.

Uma evolução negativa que é inseparável das sanções, da guerra, do aproveitamento que delas faz o grande capital e das opções do Governo do PS que notoriamente lhe dá cobertura, negando-se a tomar as medidas que se impunham para enfrentar os graves problemas com que os trabalhadores e o povo estão confrontados.

Uma situação agravada pela decisão do BCE de aumento das taxas de juro de referência, com um enorme impacto, designadamente no crédito à habitação e pela intensificação da exploração do trabalho, estimulada pelas normas gravosas da legislação laboral.

Não é por acaso que continua a crescer a pobreza no seio de um significativo número das pessoas que trabalham.

Toda uma realidade que está a estimular uma crescente e contínua acumulação e centralização da riqueza, bem patente no brutal contraste entre as dificuldades do povo e das micro, pequenas e

médias empresas e os lucros extraordinários obtidos pelos principais grupos económicos da energia, da banca, do comércio e serviços que os viram quase duplicar nos primeiros seis meses do ano.

Entretanto, assistimos a uma escandalosa campanha promovida por representantes de tais grupos económicos com a conivência do Governo para reduzir a tributação sobre os seus lucros.

Como o PCP tem denunciado a perda de controlo pelo Estado em sectores estratégicos como os da energia, por via da sua privatização e liberalização, retira ao País instrumentos decisivos para a definição da sua política energética, transfere para os accionistas milhares de milhões de euros que podiam ser receita do Estado para reforço dos serviços públicos e funções sociais, para o melhoramento de infra-estruturas e para as tarefas de apoio ao desenvolvimento do País e ao mesmo tempo libertar as populações da gula especulativa destes grupos monopolistas.

A situação que o País vive exige medidas de emergência, que enfrentem seriamente os problemas e não medidas como as decididas pelo Governo do PS cada vez mais inclinado para a direita, corroboradas por PSD e Presidente da República e convergentes com os objectivos de CDS, IL e Chega.

Medidas que fogem ao essencial e configuram um caminho de prolongamento da perda de poder de compra e de acumulação de lucros pelos grupos económicos.

Medidas nulas no combate à especulação, principal componente da actual escalada de preços, a coberto da ideia de que não há vacinas para combater a inflação, a não ser, como inexplicavelmente defende o Governo, pela erosão dos salários, das pensões e das reformas – as variáveis de ajustamento que o Governo escolheu para combater a inflação.

Medidas falaciosas também, algumas das quais trazem no bojo deliberados enganosa, seja na anunciada redução do IVA da

electricidade que deixa praticamente tudo na mesma, seja aquela que descaradamente corta para metade o aumento das reformas.

O PCP denuncia a manobra do Governo para, a pretexto de uma prestação única, que não cobre sequer metade do poder de compra perdido em 2022, impor, ao contrário do que o Governo anuncia, um corte definitivo no valor das pensões em 2023 e nos anos seguintes, numa trajectória contrária à melhoria das condições de vida dos pensionistas e reformados.

O PCP denuncia, ainda, a rejeição do aumento dos salários como elemento de emergência e indispensável à reposição do poder de compra e de combate efectivo à pobreza.

O País precisa de outras medidas, nomeadamente:

- O aumento geral dos salários e das pensões numa percentagem que assegure a reposição e valorização do poder de compra dos trabalhadores e dos reformados, bem como o aumento intercalar do Salário Mínimo Nacional para 800 euros, contrariando o efeito da inflação na degradação das condições de vida;
- O Tabelamento ou fixação de preços máximos de bens essenciais, designadamente energia, combustíveis e bens alimentares, incluindo a possibilidade de fixação de preços abaixo daqueles que são hoje praticados;
- Na habitação, medidas que travem o aumento das rendas com a fixação de um tecto máximo para a sua actualização que em nenhum caso deve ser superior à taxa definida para o corrente ano (0,43%), a par do congelamento no regime de renda apoiada. A fixação de um spread máximo para conter o aumento dos encargos suportados pelas famílias com o crédito à habitação;
- O cumprimento dos direitos sociais nas áreas da saúde e educação com a imediata contratação e valorização dos seus profissionais;

- A tributação extraordinária dos lucros dos grupos económicos, de forma a que uma parte substancial dos milhares de milhões de euros de lucros acumulados desde o início do ano possam reverter para o apoio à produção nacional, o reforço das políticas sociais e o investimento nos serviços públicos.

No Serviço Nacional de Saúde, perante as dificuldades de acesso aos cuidados e a recusa do Governo do PS em avançar com soluções efectivas que contribuam para ultrapassar a grave situação, o PCP reafirma que salvar o SNS exige entre outras medidas:

a dedicação exclusiva; o apoio à fixação em zonas carenciadas em saúde; a valorização das carreiras e dos salários e a melhoria das condições de trabalho.

Na área da educação, o início do ano lectivo fica uma vez mais marcado pelo elevado número de alunos, mais de 80 mil, com a falta de pelo menos um professor a uma disciplina, situação que terá consequências no processo ensino aprendizagem, bem como vai criar fortes condicionalismos à recuperação das aprendizagens perdidas em consequência da epidemia.

A actual situação reclama a afirmação de uma política alternativa que confronte a política de direita decorrente da acção do Governo PS e das forças e projectos reaccionários.

Uma política alternativa que promova o aumento dos salários e das pensões, valorize e reforce os direitos dos trabalhadores, as funções sociais do Estado e os serviços públicos, apoie a produção nacional, assegure o controlo público de empresas e sectores estratégicos, garanta a justiça fiscal, assuma a necessidade de uma relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, enfrente as imposições da UE e a submissão ao Euro e assegure o desenvolvimento e a soberania nacionais, num quadro de defesa da paz e da cooperação entre os povos.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'P'.

**Intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia**

**26 de Setembro de 2022**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores;  
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia Municipal e digníssimos presidentes das juntas de freguesia;  
Exmos. Técnicos e funcionários da autarquia;  
Exmos. Senhores Jornalistas;  
Caras e caros concidadãos,

Antes que a maioria socialista nos apresente a versão romântica da história actual, acuse a oposição de tacticismo, de alarmismo e/ou de desconhecimento das medidas e políticas em vigor.

Antes de que nos seja apresentado o conjunto de medidas avulso e decisões que pretendem satisfazer eleitorados e conquistar maiorias, é tempo de podermos olhar aos números e dados que nos devem alarmar para que, com a humildade suficiente de que não conhecemos tudo e reconhecendo que se agirmos em tempo, poderemos reduzir e mitigar algum do impacto de uma crise anunciada.

As mais recentes previsões da OCDE apontam para uma desaceleração do PIB para 1,7 % já em 2023.

O forte investimento público, com origem nos fundos da UE, e a forte retoma das actividades do turismo não são suficientes para amparar os impactos da guerra na Ucrânia; os problemas na cadeia de abastecimento; a subida dos preços da energia e das matérias-primas; a redução de confiança e do poder de compra.

Esta previsão aponta ainda para que o aumento dos preços da energia e dos produtos alimentares faça disparar a inflação para 4% no próximo ano.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'H'.

Estes serão certamente, alguns dos dados que fizeram com que o Presidente da República, pedisse ao governo que falasse aos portugueses e que, de forma transparente, explicasse previsões e acções para o próximo ano.

Mesmo com aumento de salários indexados à inflação e pagamentos de salários em número de horas de trabalho pré-pandemia, não será suficiente para salvaguardar o poder de compra das famílias portuguesas face ao aumento da inflação e dos custos de vida.

A preocupação é ainda maior se olharmos para os elevados níveis de dívida pública, que segundo o Banco de Portugal embora com ligeira redução face ao primeiro semestre do ano, se situa nos 279,2 Mil milhões de Euros, aproximadamente 126,7% do PIB nacional.

Este peso da dívida obrigará a apoios orçamentais muitos dirigidos e temporários, sobretudo à população mais vulnerável a esta crise. A elevada incerteza na conjuntura económica e social abrandam a recuperação e o crescimento da nossa economia.

Os preços no consumidor aumentaram cerca de 8,1%, os aumentos dos custos de produção impactam negativamente os sectores da indústria e da construção, restando projectos e construções.

A este propósito, olhando para aquilo que seriam projectos de construção na nossa cidade, sem que para o caso interesse refletir sobre o peso urbanístico, das infraestruturas e serviços públicos que deveriam ser exigidos, como o caso dos projectos junto ao Data Center, seria relevante acautelar que projectos que não avancem nos próximos anos garantam contudo a estabilização dos solos, as drenagens e limpezas correctas, para mitigar o impacto negativos destes empreendimentos adiados na sua construção.

Os fundos comunitários, sobretudo os referentes ao Next Generation EU, onde se enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência, terão um papel fundamental na activação da economia e na retoma de confiança dos diversos agentes económicos.



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one below it.

O PRR negociado à luz de uma crise pandémica tem hoje a dupla obrigação de contribuir para uma resposta concreta às reformas e investimentos pós-pandemia e à crise económica que atravessaremos.

Importa por isso que as três dimensões estruturantes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição digital, avancem efetivamente no terreno.

Já o havíamos referido aqui, mas reforço o convite a todos para que visitem o espaço online de acompanhamento e monitorização deste programa, e comprovem que a velocidade do mesmo não segue ao encontro das necessidades dos portugueses e das empresas. A taxa de execução é baixa, assim como é baixa adesão aos diversos programas e candidaturas.

O Partido Socialista não tem conseguido comunicar a importância deste financiamento? A carga burocrática das candidaturas é enorme e impede as empresas e associações a responder? As contrapartidas dos fundos são ainda pesadas para empresas com enorme carência de capital, agravadas pelos riscos e custos de uma crise?

Estas são algumas das questões que terão de ser feitas ao olharmos à execução deste plano de recuperação em Portugal.

As autarquias terão um papel fundamental na identificação e suporte dirigido que referimos anteriormente. São elas a primeira face do poder político e das organizações centrais. Importa por isso que conheçamos quais as medidas e iniciativas a CMC prevê implementar nos próximos meses de apoio às famílias mais carenciadas na nossa cidade. Não querendo baixar o valor de taxas e taxinhas que cobra na factura da água, que outras medidas prevê a CMC implementar na resposta ao agravamento dos custos com energia e combustíveis, por exemplo.

Covilhã, 26 de Setembro de 2022

O Grupo Municipal do CDS-Partido Popular

Joana Petrucci Rocha, João Lopes Bernardo e Nuno Reis





Handwritten initials 'AB' and 'A' in black ink.

Covilhã, 26 de Setembro de 2022

### 1.3 – Intervenções - PAOD

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,  
Sr. Presidente da Câmara,  
Sras. e Srs. Vereadores,  
Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,  
Presidentes de Junta de Freguesia,  
Comunicação Social,  
Estimadas e Estimados concidadãos,  
Minhas senhoras e meus senhores,

O Governo não tem sabido aproveitar a maioria absoluta que tem no parlamento para fazer as reformas que há muito o País necessita em várias áreas, tais como Justiça, Saúde e Educação. O Presidente da Câmara Municipal reconheceu-o recentemente nesta Assembleia, ao assumir que a descentralização não tem sido acompanhada dos meios necessários para a sua execução, como nós avisámos.

Como diz o prof. Paulo Trigo Pereira, deputado socialista da passada legislatura, “o PS, em geral, não é muito afoito a reformas”.

O Partido Socialista tem sempre arranjado desculpas para tudo o que possa correr menos bem, chegando, inclusive, a cortar mais do que no tempo da Troika ou a atirar areia para os olhos das pessoas.



Aconselho aos profetas da desgraça que leiam a entrevista do ex-Ministro das Finanças do PS, prof. Teixeira dos Santos, em que diz que “o País ficou mais robusto após a troika. Em 2015 (...) [ou seja, quando o PSD deixa o governo] as finanças públicas estavam numa trajetória de correção e melhoria. Desde 2013 que Portugal está numa situação de equilíbrio externo, em que as importações não são superiores às exportações. É a primeira vez desde o séc. XIX que isto acontece”.

O Partido Socialista tem por hábito confundir o Estado com uma bolsa de empregos. Veja-se o caso do Sr. Ministro das Finanças, que tinha ficado desempregado de Presidente de Câmara de Lisboa, mas não contente com o cargo que ocupa no Governo, quis trazer mais um amigo, Sérgio Figueiredo, para Consultor do Ministério das Finanças. Como cantava o saudoso Zeca Afonso, “traz outro amigo também”. O PS traz verdadeiramente, amigos. Não é connosco, é com primos, filhos e irmãos, mas não com o mesmo espírito desta canção.

Por falar em amigos, ia havendo inimizades se é que não houve mesmo entre o Senhor Primeiro-Ministro e o Senhor Ministro Pedro Nuno Santos. Onde já se viu um Ministro anunciar ao País a localização de um aeroporto sem o aval ou conhecimento do chefe de Governo? Não há um Conselho de Ministros para debater e decidir matéria desta relevância? Ou o Senhor Ministro Dr. Pedro Nuno Santos decide tudo em roda livre? Ou o Senhor Primeiro-Ministro está tão ocupado com a política europeia e não tem tempo de olhar para o seu próprio País? Estiveram ambos mal neste triste episódio que em nada abona para o prestígio de Portugal perante a Europa e o Mundo. O Primeiro-Ministro não teve a coragem, autoridade e segurança para demitir o Ministro, e o Ministro não teve a humildade e



independência para se auto-excluir, pedindo desculpas como se de um erro da pré-primária se tratasse.

Como de prestígio até tinha algum, assim como grande dose de resiliência. eis que o Senhor Primeiro-Ministro não soube ou não quis saber o timing para que a Senhora Ministra da Saúde deixasse o cargo de cabeça erguida como merecia. A sua demissão deveu-se em última instância e infelizmente com a morte de um ser humano, provavelmente por deficiência do funcionamento do SNS que há muito sofre dos cortes de verbas orçamentais proveniente de cativações de governos chefiados pelo presente Primeiro-Ministro.

Segundo informação do PORDATA, Portugal é dos países da Europa que mais médicos tem por 100 mil habitantes, mas o SNS presta um mau serviço aos Portugueses não pelos seus profissionais, mas pelo seu sistema como um todo, o SNS padece de uma profunda reforma tendo como grande objetivo prestar um serviço de excelência cativando os seus profissionais de modo a fixá-los tanto no litoral como no interior e consequentemente incrementar a produtividade e o bem estar de todos.

Entra ministro, sai ministro, mas fica António Costa, disposto a deixar cair seja quem for, desde que ele próprio não assuma as culpas. Por momentos parecia que o país era a Covilhã...

Como já se verificou, o Senhor Primeiro-Ministro tem andado distraído com a política interna ou de férias prolongadas. Como pode ter lavrado o maior incêndio no País em 2022 aqui na Serra da Estrela e o Senhor Primeiro-Ministro não se dignar em visitar a região, nós não merecemos uma



Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

palavra de consolo presencial, ou basta virem outros Membros do Governo anunciar que vamos ficar melhor do que estávamos como se o incêndio tivesse sido uma coisa benéfica.

O Presidente do PSD foi o primeiro a vir à Covilhã depois de extinto o incêndio para se inteirar da catástrofe e dar uma palavra de conforto aos Bombeiros.

Para terminar, o PS justifica o não cumprimento da lei para o aumento das pensões em anos futuros com a desculpa da inflação e sustentabilidade da Segurança Social, prejudicando para sempre quem descontou e tinha o Estado como pessoa de bem. Não foi o PS que disse que a Segurança Social não tinha problemas? Não estava este problema resolvido se o dinheiro injetado na TAP fosse para a Segurança Social? A mesma TAP que já estava privatizada e por teimosia do PS foi nacionalizada, apenas e para agora se voltar a privatizar por ninguém menos que... Pedro Nuno Santos!

Por último quero evidenciar que o pacote de apoio às famílias pouco ajuda e o Estado que tanto tem ganho com a inflação podia e devia ser mais generoso com o dinheiro que é de todos nós, abdicando de alguma receita fiscal. Tanto criticou os cortes da troika que agora até cortam mais do que a troika.

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Luis Rodrigues



Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,  
Sr. Presidente da Câmara,  
Sra e Srs Vereadores,  
Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,  
Presidentes de Junta de Freguesia,  
Comunicação Social,  
Minhas senhoras e meus senhores,

Em 2018 o PS e o PSD assinaram um acordo de descentralização administrativa do estado para as autarquias locais, consensualmente aceite como virtuoso. O Governo foi incapaz de cumprir o acordado e 4 anos depois, numa tentativa, de corrigir os erros, António Costa avança para um acordo com a ANMP para uma descentralização sectorial, desta feita, na área da educação e da saúde.

Para o PSD este acordo é uma mini descentralização. Uma mera transferência de tarefas ( aquelas que o governo não quer) e não de competências e no final nem o envelope financeiro é o adequado á execução das mesmas.

Este modelo para além de muito redutor não trata de maneira diferente o que é diferente e uma vez mais , nós, os territórios de baixa densidade vamos ser prejudicados ao termos o mesmo tratamento das grandes áreas metropolitanas.

Definitivamente esta não é nem ao nível da ambição e muito menos na forma como tem sido concretizada a descentralização que o PSD preconiza para o País.

Mas uma descentralização ambiciosa é também um momento revolucionário e as autarquias tem de estar preparadas.

É um desafio de tamanha complexidade técnica, política e financeira, será que o atual executivo nesta câmara está a



Handwritten signatures and initials in black ink, including what appears to be 'H2' and 'H A'.

conseguir criar as condições necessárias para uma efetiva melhoria dos serviços públicos que passa a prestar ? esta câmara tem executivos camarários capazes e com visão suficientemente abrangente para operacionalizar de forma eficaz estas novas competências ? Os serviços municipais foram reajustados ao exercício das muitas “competências” que irão receber ?

Uma coisa é certa qualquer inercia e displicência nesta matéria irá desembocar numa situação de caos organizacional absoluto.

No ano letivo anterior a Covilhã já tinha herdado a manutenção das escolas e a contratação de pessoal não docente. Um ano depois herda a contratação do pessoal docente para as AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular).

A Sr. Vereadora com este pelouro, confirmou, em reunião de camara, que só em Maio passado tomou efetiva consciência que as AEC ficariam á sua responsabilidade. Tinha 4 meses para a operacionalização, mas só 1 mês antes do inicio das aulas temos conhecimento da tentativa de um acordo, falhado, com as associações locais e uma surreal tentativa de contratação publica em pleno Facebook. O Município andou completamente desorientado e descontrolado, o que só denotou uma grande falta de planeamento.

Hoje uma semana depois do inicio do ano letivo, as AEC não começaram com o inicio das aulas e pelo que temos conhecimento está-se a recorrer a uma solução de recurso para resolver a situação. Uma empresa externa foi contratada.

Pelo menos a situação ficou resolvida vamos ver no final se esta solução de recurso se vai traduzir numa efetiva melhoria do serviço publico prestado.

Mas se hoje subi ao púlpito para falar de educação, não posso terminar sem falar dos apoios sociais que deverão ser prioritários também nesta área. O Pagamento das refeições escolares, dos transportes escolares e o apoio ás famílias.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including what appears to be 'H2' and 'A'.

O primeiro está incluído no envelope financeiro da descentralização, passo á frente porque objetivamente o que me interessa abordar, hoje aqui, é o que a CMC se compromete a financiar para além desse envelope, uma vez que o Sr. Presidente definiu no inicio do seu mandato a educação como medida prioritária.

Afinal que apoios dá este município às famílias do nosso concelho além do que o estado lhe transfere?

Vamos a dados de quem efetivamente apoia as famílias e tem como prioridade a educação.

Poderíamos dar-lhe vários exemplos de boas iniciativas de apoio às famílias, em tempos difíceis como os que se avizinham. Mas escolhemos como exemplo o Município de Lisboa e também um do seu Partido - Gondomar.

A Camara Municipal de Lisboa apoia as famílias em:

- Material de desgaste por criança do Pré-Escolar 25 € - Se fosse no nosso município com cerca de 500 crianças, apoiaria o Município as famílias em 12 500 €

- Material de desgaste 1º ciclo/criança 20 € - Se fosse no nosso município com cerca de 1250 alunos, apoiaria o Município as famílias em 25 000 €.

- Fichas gratuitas para os alunos do 1º, 2º e 3º ciclo - Se fosse no nosso município a apoiar apenas os alunos do 1ºciclo a 29 euros por aluno, apoiaria o Município as famílias em 36.000 €.

Mas em Gondomar, Câmara do seu partido também existem apoios, menos que em Lisboa mas existem.

A Camara Municipal de Gondomar apoia as famílias em:

- Material para atividade letiva, dá o seu colega do PS, 150 euros por turma , aqui o Município da Covilhã apoiaria as famílias em 5100 euros ( 34 turmas da Covilhã).

Estas medidas todas custam cerca de 80 000 €, bastante menos que um camião de uma estação de televisão a circular pelo nosso



concelho que o Senhor trouxe faz agora um ano, por altura do ato eleitoral.

Sabe quem beneficiaria com estas medidas? As nossas famílias da Covilhã, mas também de S. Jorge Da Beira, de Orjais, de verdelhos, do Teixoso, ... e também aquelas que possam querer se fixar no nosso concelho.

Mas também poderiam beneficiar destas medidas os comerciantes da Covilhã. Sobretudo os do centro histórico pois a medida de oferta dos cadernos de atividades poderia ser feita a quem compra no comercio local e o apoio seria não só às famílias, mas também a quem continua a lutar por manter vivo um centro histórico que o senhor esquece a cada dia que passa.

Portanto, Sr. Presidente, caros membros do executivo e caros colegas deste órgão, acho que tudo ficou dito quanto ao estado actual da descentralização de competência na educação na Covilhã.

Estaremos cá todos para ver como isto tudo acaba. Sendo certo que o nosso desejo é que este executivo não seja freteiro deste governo e que ao longo deste ano letivo vá exigindo para o concelho todas as condições financeiras e técnicas para melhorar o serviço publico da educação. E que os apoios cheguem aos pais por forma que nunca fique em causa um dos direitos constitucionais mais básico : o direito a uma educação de excelência.

Disse,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Vanda Ferreira.





Handwritten signatures and initials in blue ink.

---

Período antes da Ordem do Dia

Atividade Cultural e Desportiva desenvolvida do Concelho: junho – setembro;

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e destinta mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal e respeitável Vereação,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia,

Prezados colaboradores do Município,

Senhoras e Senhores jornalistas,

Estimado público,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Começo por saudar-vos neste regresso, após o habitual período de férias, desejando a todos uma boa reentrada e votos de que possamos voltar a focar-nos naquilo que nos faz estar aqui: o Concelho da Covilhã e os seus cidadãos.

Sabemos que os meses que nos antecederam são sempre especiais para a nossa região, pelo regresso de muitos Covilhanenses que se encontram espalhados pelo mundo, pelos turistas que nos visitam, pelos estudantes que optam por prolongar o seu período na cidade após o término do ano letivo e claro, o período de férias de todos os nossos concidadãos que habitam no concelho.

É por isso importante garantir que há vida na cidade não só para receber quem regressa, quem nos visita, como também para promover aos habitantes do nosso concelho um período dinâmico com uma oferta variada.

O nosso Município, mais uma vez, correspondeu a esta necessidade e proporcionou durante estes últimos meses um conjunto de atividades diferenciadas que demonstram o dinamismo e a vida que tem a Covilhã, dando uma resposta positiva a mais um desafio.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'HB' and 'AA'.

-----  
A seiscentésima nona Feira de São Tiago, que mais uma vez nos presenteou com a presença de grandes artistas nacionais é um dos grandes atrativos desta altura do ano, mas há que destacar e realçar a mensagem do Sr. Presidente da Câmara Municipal, aquando da divulgação da intenção de iniciar uma renovação do conceito deste certame reconhecido a nível nacional e que é uma referência na região, promovendo a divulgação dos nossos produtos endógenos entre outras reformulações, algo ansiado por muitos e que finalmente graças ao executivo do Partido Socialista espera-se que comece a ganhar corpo.

O centro histórico do nosso concelho assistiu também a mais uma edição do "Verão no Centro Histórico", que trouxe artistas para todos os gostos e deu vida ao centro histórico da nossa Cidade, demonstrando mais uma vez a preocupação da Câmara Municipal da Covilhã em dinamizar a zona histórica da nossa cidade.

Com a 1ª edição da Feira Internacional de Artesanato, Design e outras Artes, a cidade assistiu à criação de um novo evento, nesta edição com uma componente totalmente nacional, em conjunto com o IAFP que veio unir a componente do artesanato ao design, divulgar o saber-fazer e artes tradicionais ligadas ao têxtil, trazendo artistas de todo o país a exporem os seus trabalhos, um evento que está inserido no âmbito da designação da Covilhã como Cidade Criativa da UNESCO em Design.

A colaboração com o Acampamento Nacional de Escuteiros que aconteceu em Idanha à nova, mas que trouxe vários agrupamentos a diferentes pontos do nosso concelho para realizarem várias atividades ações de solidariedade é outro dos pontos assinaláveis que ocorreram durante estes meses, num trabalho contínuo de parcerias estratégicas importantes para o desenvolvimento das nossas comunidades, através de ações de solidariedade social e promoção de boas práticas que o executivo do Partido Socialista tem vindo a desenvolver ao longo destes últimos mandatos.



Handwritten signatures in blue ink, including what appears to be 'A. H.' and 'A. H.'.

Numa altura em que se fala cada vez mais de saúde mental é importante percebermos e reafirmarmos os benefícios que as práticas desportivas trazem ao nosso bem-estar físico e psicológico.

A cidade da Covilhã nos últimos tempos tem-se vindo a afirmar cada vez mais no panorama nacional e internacional no que toca ao desporto e prova disso são os eventos nacionais que ano após ano têm na Covilhã um anfitrião, como é o caso da Volta a Portugal em Bicicleta que também na sua vertente Júnior tem passado por aqui, o recente estágio da Seleção Nacional sub-21 com vista à preparação do próximo Campeonato da Europa de 2023, que se junta ao Campeonato Europeu de Andebol Universitário a realizar em 2025 e aos eventos de carácter nacional que recentemente ocorreram na cidade da Covilhã.

Por último, mas não menos importante, quero em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista enaltecer aqui também todos os eventos e festas pagãs ou religiosas que tradicionalmente acontecem nas freguesias que pertencem ao nosso Concelho, que não só alegam a comunidade de emigrantes que nos visita nesta altura do ano como traz vida e movimento às freguesias.

Num Concelho como o nosso, que conta com uma grande tradição, diversidade e riqueza de dinâmicas Associativas é importante que o Município continue a funcionar, e bem, como alavanca de apoio e auxílio às diversas Associações, Coletividades e Juntas de Freguesia na realização das suas atividades e iniciativas, seja de que carácter for, ao invés de asfixiar a realização das mesmas, centralizando-as todas na sua organização.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia,

Caras e Caros colegas deputados,

Termino dizendo que este é e tem de ser o caminho a seguir, na afirmação da Covilhã e das suas Freguesias como um Concelho dinâmico e coeso.

Obrigado.

(Doc. 07)

PSD | BANCADA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Handwritten signature and initials.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,  
Sr. Presidente da Câmara,  
Sras e Srs Vereadores,  
Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,  
Presidentes de Junta de Freguesia,  
Comunicação Social,  
Minhas senhoras e meus senhores,

Ouvimos há pouco falar nesta Assembleia da situação da transferência de competências na área da Educação e recordamos as palavras do Sr. Presidente da Câmara que reconheceu, perante todos nós, que esta transferência não estava a correr bem.

Percebemos, na prática e na observação do dia-a-dia, ao que se refere e quanto ao tema da Educação, estamos entendidos.

Mas aproxima-se outra data importante, aquela em que mais um passo na descentralização, melhor, na desresponsabilização do governo em algumas matérias, vai ter de ser dado e como sempre com a confusão e adiamentos habituais, tal a desorientação e falta de planeamento.

Como sabemos, o Governo estabeleceu como data da transferência para os municípios competências na Saúde o dia 1 de abril. Esta transferência, contudo, só entra em vigor quando cada uma das câmaras assinar com a administração central um auto que especifique o que é transferido e as contrapartidas.



Handwritten initials and signatures, including 'F2' and 'A H'.

É do domínio público que o quadro de transferência de competências neste domínio está definido no Dec. Lei nº 23/2019 de 30 de janeiro, e tem como motivação um conjunto ambicioso de valores e princípios inerentes às vantagens da descentralização de competências do Estado, e em particular do SNS, na área dos cuidados primários, para as autarquias e comunidades intermunicipais, dos quais destacamos:

- A Reforma do Estado, propiciando uma descentralização democrática de funções/competências até agora na esfera do poder central, na convicção de que desse modo se aproximam os recursos e a gestão dos cidadãos através da ação das autarquias;
- Promover o melhor acesso ao SNS e às estratégias de prevenção da doença, numa lógica de equidade na distribuição de recursos pelo território nacional;
- Reforçar as competências das autarquias locais, tendo em conta o melhor interesse dos cidadãos, beneficiando estes de uma resposta mais ágil e eficiente dos serviços de saúde.

Definidos os objetivos estratégicos para esta missão, no artigo 5º da referida lei, estes apontam para o aperfeiçoamento contínuo do serviço público, através da melhoria e a inovação das respostas, com mais eficácia e mais qualidade, com projetos de excelência.

Os resultados esperados com estas transferências de competências seriam, assim, promover a eficiência da gestão do SNS e obter ganhos em saúde para os cidadãos.

Ora, da leitura do acervo de competências a transferir para as autarquias e comunidades intermunicipais, não se consegue perceber a relação das mesmas com a missão e os objetivos traçados neste processo de descentralização.

As matérias envolvidas na transferência de competências têm fundamentalmente a ver com edifícios, outros bens patrimoniais e



Handwritten marks: 'H2', 'A', and 'H'.

atividades de natureza logística e pouco ou nada com o funcionamento dos serviços prestadores de cuidados primários.

As transferências de competências que são acompanhadas de transferências financeiras assentam nas situações pretéritas ou vividas no momento da sua execução, não contemplando mudanças, atualizações ou ampliações, nem de estrutura nem de procedimentos ou de recursos.

A gestão dos serviços clínicos continua na órbita do poder central, bem como a gestão dos profissionais, com exceção dos Assistentes Operacionais que passam para as autarquias.

No entanto as competências a transferir incluem a manutenção e conservação de edifícios, instalações e equipamentos não clínicos; a titularidade de viaturas e todos os encargos inerentes, a construção e equipamento não clínico de novas unidades de cuidados de saúde primários, de acordo com orientações técnicas do Ministério da Saúde e com base num quadro de prioridades nacional a definir, sendo que uma parte dos custos é suportada pelo OE (há um programa financeiro para o investimento) e outra parte pelo poder autárquico e, também a gestão dos trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional (com a correspondente transferência de posição e de verbas para os quadros das autarquias).

Como se pode verificar, o funcionamento dos centros de saúde/Unidades de Saúde Familiar não é objeto de qualquer descentralização.

Esta transferência deveria permitir intervir na gestão dos cuidados primários, por exemplo, revendo os horários de funcionamento para proporcionar mais tempo disponível para os utentes ou mesmo oferecer novas valências. (saúde oral e visual, análises clínicas, fisioterapia, etc.)

Este tipo de responsabilidades está completamente vedado, porque a gestão dos recursos humanos de prestação direta não é



H2  
AA

descentralizada, bem assim como a gestão de equipamentos médicos, novas formas de trabalho, horários ou novas valências.

Ou seja, apenas matérias de natureza logística (limpeza, manutenção de elevadores, jardinagem, apoio e vigilância, viaturas, conservação de edifícios e/ou pagamentos de rendas, água, eletricidade, aquecimento e ventilação) são objeto de transferência para o poder local, a par dos funcionários com a categoria de assistente operacional existentes, parece evidente que as novas competências têm pouco a ver com a missão e o valor criado para os utentes.

Não deixa de ser curioso que o legislador obrigue as autarquias a gerir as infraestruturas garantindo “níveis de prestação dos serviços objeto de transferência”, sem a perceção de que a forma como aquelas são utilizadas são alheias às suas competências.

Em síntese, transfere-se o acessório e mantém-se centralizado o essencial.

Mas o risco maior para as autarquias, está no edificado dos centros de saúde que não está previamente avaliado e o estado de conservação dos mesmos que só é financeiramente relevante quando os edifícios estejam extremamente degradados.

Há também a preocupação quanto aos postos de trabalho a transferir atendendo a que apenas as verbas referentes aos postos preenchidos no quadro estão asseguradas, sem considerar as necessidades atuais e futuras.

Os valores sofrem atualização com referência à taxa geral de inflação de cada ano e na saúde é geralmente superior e não considera o envelhecimento das instalações, por exemplo.

Parece que a administração central apenas está disposta a prescindir dos investimentos em infraestruturas e atividades claramente secundárias, oferecendo um presente envenenado e atirando a responsabilidade de recuperação dos edifícios já degradados para os Municípios.



Handwritten signatures and initials in black ink, including a large 'H' and 'A' and other scribbles.

Por todos estes pontos a nossa preocupação sobre este tema, pelo que questionamos o Sr. Presidente sobre o Quando, Como e Com que meios vai o Município assumir estas competências.

Disse,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Jorge Vaz





Handwritten signature or initials in the top right corner.

## **Sessão da Assembleia Municipal de 26 de Setembro de 2022**

### **PAOD**

#### **Falta de organização na agenda de eventos do concelho**

Persiste a Câmara da Covilhã em não criar e manter actualizada uma agenda de eventos que não inclua apenas os eventos promovidos pela Câmara.

A falta de uma agenda que inclua todos os eventos do concelho leva a que muitos eventos acabem por não ser do conhecimento dos covilhanenses e menos ainda de quem nos visita e, sobretudo, gera uma sobreposição de eventos que a ninguém beneficia.

Temos o recente exemplo do fim de semana de 9 a 11 de Setembro em que a recém criada FIADA, Feira promovida pela Câmara, se sobrepôs a várias festas de cariz popular e religioso que há muitas décadas se realizam no concelho, como é o caso da Senhora da Estrela, na Boidobra. Mas não foi a única.

Ao não procurar conciliar a agenda dos seus eventos com os eventos que há muito se realizam no concelho, a Câmara desvia dessas festas os seus visitantes com claro prejuízo, nomeadamente, das associações locais que os dinamizam.

#### **Cidade Criativa do Design**

Em Novembro de 2021, a Covilhã passou a integrar a Rede das Cidades Criativas da UNESCO como Cidade Criativa do Design.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be 'H.2' and 'A.A.'.

A Covilhã, com esta distinção da Unesco, passa a ser uma referência, ocupando a cultura e a criatividade lugares cimeiros para os quais todas as atenções estarão viradas.

Todavia e lamentavelmente nada se tem visto esta Câmara fazer.

Em Abril de 2022 o Director Executivo da Covilhã Cidade Criativa do Design, Professor Francisco Paiva, apresentou a sua demissão com duras críticas ao executivo camarário, à sua inoperância, à falta de planeamento e estratégia.

Em sessão desta Assembleia de 9 de maio de 2022 o Sr. Presidente da Câmara, confrontado com esta demissão, referiu que era uma questão que o preocupava, que não dava tal demissão como irreversível e que iam alargar a direcção executiva. Disse que iria procurar “esbater as diferenças” e que se não fosse possível “*paciência e seguimos em frente*”.

Sr. Presidente, paciência nós covilhanenses temos tido mas continuamos sem seguir em frente.

Temos tido paciência aguardando por um plano estratégico que nos demonstre que a Covilhã Cidade do Design é uma realidade, aguardando por iniciativas.

Já passaram vários meses e o site da Covilhã Cidade Criativa do Design continua a apresentar o Prof. Francisco Paiva como Diretor Executivo. Voltou atrás na sua demissão? Quem está a assegurar a direcção executiva? O Sr. Presidente falou em alarga-la, quem a compõe?



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.

Há poucos dias tivemos a FIADA – Feira Internacional de Artesanato e Design da Covilhã que a Câmara fez questão de associar à Cidade Criativa como, aliás, era visível no próprio recinto.

Uma grande oportunidade de finalmente por a Covilhã cidade do Design no bom caminho, de lhe dar visibilidade dentro e fora do concelho.

Mas a montanha pariu um rato, um ratinho bem pequeno. A FIADA desiludiu expositores, tendo já vários afirmado não pretender voltar em edições futuras, e visitantes, aqueles que realmente foram à feira pensando no artesanato e no design.

Todavia, como é habitual neste executivo, como forma de encher, ainda que por poucas horas o recinto e ter fotografias de encher o olho aos mais incautos, a câmara resolveu associar à FIADA um concerto gratuito em cada uma das noites do evento, retirando importância à feira e mais ainda afastando aquele que deveria ser o foco e as razões pelas quais a FIADA deveria ser lembrada – o artesanato, o design, afinal a Covilhã Cidade do Design.

Acenar com concertos grátis para atrair público - disfarçando os falhanços da Feira de S. Tiago ou da FIADA e para assegurar apoio é menos, muito menos do que aquilo que a Covilhã e os Covilhanenses merecem.

Falta estratégia e saber fazer.

Em 08/11/2021 a Câmara anunciou que a partir desse dia a Covilhã era cidade criativa da rede Unesco e que o design, aliado à cultura, à criatividade e ao desenvolvimento sustentável passava a ser um dos principais motores das



*[Handwritten signatures and initials]*

políticas públicas do município e que seria a estratégia mais abrangente e prioritária do mandato. Isto foi dito e assumido.

Proponho agora este exercício a todos: se alguém vos disser que pretende visitar a Covilhã e pedir informações sobre o que foi feito, o que ver ou fazer no âmbito da Covilhã Cidade Criativa do Design o que lhe respondem?

Joana Petrucci Rocha



Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhor Presidente da Camara Municipal  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais  
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia  
Caros colaboradores do Município  
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Iniciou na passada semana mais um ano letivo nas nossas escolas depois de três complexos e desafiantes anos letivos decorrentes da pandemia que vivemos. Por isso não poderia deixar de iniciar esta intervenção sem que em nome da bancada municipal do Partido Socialista, saudar e louvar a resiliência e capacidade de adaptação, ao longo deste difícil período, por parte de toda a comunidade escolar dos agrupamentos da Covilhã e os serviços municipais de educação, na intransigência de manter intacto um bem social, como é o acesso a um ensino publico de qualidade às crianças e jovens covilhanenses.

Falar de educação é falar de uma das principais prioridades do Partido Socialista. A nível nacional esta prioridade tem como exemplo mais recente a realidade hoje vivida no acesso a creches gratuitas que beneficia milhares de crianças no pais e dezenas de famílias Covilhanenses.

Uma prioridade que se assume como estrutural a todos os níveis de ensino em Portugal. Onde ao mesmo tempo que temos creches gratuitas é apresentando o maior investimento publico de sempre em alojamento para estudantes do ensino superior através do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, onde na Covilhã, a nossa Universidade da Beira Interior irá beneficiar de um apoio de 3,4 milhões de euros para a requalificação das residências universitárias, bem como a reabilitação do antigo edifício da Cantina da Boavista em pleno centro urbano da cidade da Covilhã.

Ao nível local e apesar de toda a gincana politica assente na desinformação e ausência de conhecimento da nossa oposição, disposta a servir-se assim de forma pouco digna das preocupações de educandos e educadores, é com especial sentido de reconhecimento que a bancada municipal do Partido Socialista, vê o executivo camarário Covilhanense manter a sua prioridade, foco e determinação na promoção e melhoria dos serviços da escola publica na Covilhã.

Cumpre-se assim, um desígnio eleitoral, num enquadramento legal com reforçadas responsabilidades através da Transferência de Competências decorrentes da lei, integrando todos os agentes escolares numa estratégia municipal de educação participada e integrada na atividade municipal, com ações e factos que falam por si, dos quais destaco quatro:

**- Reforço da oferta formativa de Atividades de Animação e Apoio à Família e Componente de Apoio à Família;**

Ao nível da pré-escola e do 1º ciclo de ensino básico, as AAAF e a CAF, através do Projeto “Eu Sou +”, foi reforçada a oferta formativa em duas novas áreas. Uma delas a área de Design e Criatividade, revela a articulação estratégica definida pelo município, numa visão integrada de formação das nossas crianças com o reconhecimento da cidade da Covilhã como Cidade Criativa na área do Design por parte da UNESCO.

**- Reforço do quadro de assistentes operacionais;**

Procurando responder a um anseio de agrupamentos de escolas e pais com a contratação de 16 novos funcionários através de concurso publico. O executivo não só procurou colmatar a necessidade de recursos humanos em número, como procurou também garantir recursos humanos qualificados para prestar um melhor serviço às nossas crianças e jovens, através da promoção de ações de formação nas áreas de Suporte Básico de Vida Pediátrico, Necessidades Educativas Especiais e formação em Práticas de intervenção socioeducativas.

**- Atividades de Enriquecimento Curricular em funcionamento;**

As AEC's tiveram para este ano letivo a novidade de serem responsabilidade dos municípios quando até ao ano passado eram responsabilidade dos agrupamentos de escolas. É do conhecimento de todos que as AEC's sofrem há vários anos de problemas de complexa resolução onde atrasos no início de atividade e horários incompletos eram entre outros uma realidade. No entanto e apesar do atraso na resposta às condições em que os municípios iriam gerir as AEC's, o executivo camarário assumiu de forma intransigente o seu compromisso para com as crianças e famílias covilhanenses.

E por mais que a oposição se engane e queira enganar...

A realidade é uma, as AEC's iniciam atividade nas escolas do concelho no decorrer desta semana, de forma consideravelmente atempada quando comparado com outros anos letivos, com uma oferta formativa variada e horários completos por forma a que mais famílias covilhanenses tenham a garantia das escolas na Covilhã a tempo inteiro como medida de apoio.

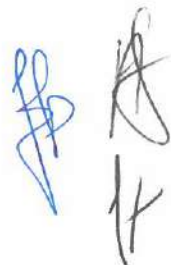
**- Investimento na Requalificação do Parque Escolar;**

Depois de no anterior mandato a requalificação do parque escolar ter sido uma realidade com destaque para o investimento de 3,3 milhões de euros na requalificação da Escola Secundaria Frei Heitor pinto. O investimento no parque escolar no atual mandato mantém-se. Hoje assistimos à requalificação nas Escolas Quinta das Palmeiras e Pêro da Covilhã, num investimento total, superior a 600 mil €, assistimos à retirada de amianto das nossas escolas.

Sendo que com expectativa aguardamos ainda outras requalificações no parque escolar se iniciem em breve, como por exemplo na escola do Teixoso.

Face a estes factos, pergunto à oposição: É assim que não querem o ensino publico na Covilhã?

Por fim, e em nome da bancada municipal do Partido Socialista, desejo a toda a comunidade escolar, um profícuo ano escolar no desenvolvimento humano e formativo não só às crianças e jovens covilhanenses mas também a todos aqueles que escolhem a Covilhã para estudar na nossa Universidade, convicto que o Partido Socialista a nível nacional e a nível local, manterá a sua ambição e prioridade governativa no acesso a um ensino publico inclusivo e de qualidade, como instrumento de combate às desigualdades e assimetrias sociais.



Senhor Presidente da AM Covilhã,  
Senhor Presidente da CM Covilhã,  
Senhoras e Senhores Vereadores,  
Estimados colegas Deputados Municipais,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Em 2023, Portugal vai conhecer o primeiro Plano Ferroviário Nacional da sua história. Este plano, que o governo colocou em consulta preliminar para recolha de contributos em Abril do ano passado, visa definir as prioridades e os investimentos a realizar na ferrovia até 2030, permitindo estabilizar o planeamento de médio e longo prazo.

Com o PFN pretende-se afirmar o caminho-de-ferro como modo de transporte de elevada capacidade e sustentabilidade ambiental, respondendo igualmente às necessidades de acessibilidade, mobilidade, coesão e desenvolvimento de que o nosso país carece. Para tal, será fundamental que neste plano esteja prevista uma cobertura abrangente do território nacional, que não esqueça as populações do interior, por forma a que o PFN também ele seja um contributo ao combate às assimetrias territoriais com que todos estamos familiarizados.

A Linha da Beira Baixa é hoje a linha ferroviária nacional onde os comboios circulam a menor velocidade média. A viagem no intercity entre a Covilhã e Lisboa não se faz em menos de 3 horas e meia, o que são mais 20 minutos que de autocarro e mais 50 minutos comparando com o automóvel. Na Beira Interior, o comboio nunca será competitivo em relação aos outros meios de transporte enquanto não se fizer o investimento necessário na Linha da Beira Baixa. Este projeto deve ser identificado como prioritário e incluído no Plano Ferroviário Nacional, tornando assim possível em 2030 os nossos cidadãos deslocarem-se de comboio da Covilhã a Lisboa, e vice-versa, em 2 horas e 45 minutos.

Além dos tempos de viagem, o PFN deve igualmente ter como desígnio a promoção da articulação intermodal entre os serviços ferroviários e a oferta rodoviária, nomeadamente através da construção de centrais intermodais nas principais estações da rede intercity. Toda a rede de transportes públicos deve também ser analisada ao nível das Comunidades Intermunicipais, criando redes integradas tanto em termos de passageiros como de mercadorias, de maneira a que, numa sociedade que se quer cada vez menos dependente do automóvel particular, os transportes coletivos possam efetivamente ser uma escolha eficiente para os habitantes da nossa região.

Não queria terminar a minha intervenção sobre a ferrovia sem falar na Linha de Alta Velocidade. Fundamental para o nosso desenvolvimento enquanto país, estará naturalmente prevista no Plano Ferroviário Nacional a apresentar no próximo ano. Serão as auto-estradas do futuro e o governo salientou, e bem, a necessidade de criar ligações transfronteiriças através destas linhas, nomeadamente no Minho e no Alentejo. O apelo que faço é que, em nome da coesão territorial, a Beira Interior não seja esquecida no que às linhas de alta velocidade diz respeito. O caminho mais rápido de Madrid a Portugal será sempre pela nossa região. E não nos esqueçamos: Plasencia, que em breve terá ligação de alta velocidade à capital espanhola, é já ali a 100km.





Handwritten signatures in blue ink.

### Voto de louvor

Foi publicado no Diário da República, 2.ª série PARTE C (TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL) o Aviso n.º 17376/2022 da Caixa Geral de Aposentações, l. P. de onde consta a Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de outubro de 2022.

Merecidamente dela consta a “nossa” D. Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola - Coordenadora Técnica do Serviço de Apoio a esta Assembleia Municipal.

Digo “nossa” porque efetivamente a sua disponibilidade, o seu cuidado e atenção para com todos e cada um dos membros desta assembleia, que sempre a caracterizaram no competente desempenho das suas funções neste órgão, nos permite assim identificá-la.

Este exemplo de cuidado, zelo, dedicação, empenho, imparcialidade e rigor, sem quaisquer limitações horárias – apesar das longas maratonas que aqui se vivem – deve ser, não só seguido por aqueles que a venham substituir, mas, sobretudo, reconhecido, agradecido e louvado!

Efetivamente, muito graças ao seu trabalho esta Assembleia Municipal sempre funcionou, em termos técnico-administrativos de forma exemplar.

Resta desejar-lhe um longo e merecido descanso, com muita saúde e na companhia daqueles que lhe trazem felicidade

Por essa razão, e porque as homenagens devem ser feitas tempestivamente, e de preferência na sua presença, os Membros da Assembleia Municipal reunidos em sessão ordinária de 26 de Setembro de 2022, aprovam o presente voto de louvor à sua Coordenadora Técnica do Serviço de Apoio a esta Assembleia Municipal, D. Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã

**Hugo Ferrinho Lopes**  
**Jorge Vaz**  
**Vanda Ferreira**  
**Joana Petrucci Rocha**

**Luís Rodrigues**  
**Nuno Reis**  
**Lino Torgal**  
**João Lopes Bernardo**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## Proposta

Voto de pesar pelo falecimento do Sr. **Paulo Nina de Oliveira**, de 84 anos.

Aos 18 anos iniciou a sua atividade profissional na firma José Paulo de Oliveira Júnior, fundada em 1936. Graças à sua determinação e ao seu perfil de empreendedor, distinguiu-se como empresário, gestor e dirigente associativo.

Entre 1962 e 1979, foi dirigente do Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã.

Entre 1975 e 1979, foi presidente da Comissão Pró-Associação tendo, depois disso e até 1995, assumido a presidência da Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios (ANIL).

Da sua notável gestão enquanto presidente da ANIL, destacam-se a filiação na Interlaine (1980), a filiação na IWTO (1981), a filiação na Federação da Indústria Têxtil e do Vestuário Portuguesa (1986), a reestruturação da Indústria de Lanifícios (1987), o acordo protocolar com a AICEP para apoio ao design das coleções de fios e tecidos (1989), a fundação do CITEVE em Vila Nova de Famalicão e na Covilhã (1990), a fundação do CILAN (1992) atualmente MODATEX (2011) e a construção do Pavilhão de Exposições (1992).

Foi ainda presidente da Interlaine, entre 1995 e 1997, e presidente da Comissão de Tecelagem da IWTO, entre 1994 e 1996.

Entre 2009 e 2013, foi membro externo do Conselho Geral da Universidade da Beira Interior que, em 2014, lhe atribuiu o grau de Doutor Honoris Causa.

Ao longo da sua carreira, o seu elevado mérito enquanto empresário foi reconhecido por várias entidades, nomeadamente, pelo presidente da República Portuguesa que, em 1995, lhe concede o grau de comendador da Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial, pela Câmara Municipal da Covilhã que, em 2009, lhe atribui a Medalha de Ouro de Mérito Municipal, pela Junta de Freguesia de Unhais da Serra que, em 2010, lhe



*[Handwritten initials]*

entrega a Medalha de Mérito Empresarial, e pela Liga dos Bombeiros Portugueses que, em 2011, o distinguem com o Crachá de Ouro.

Com uma, imparável, determinação e visão de futuro, construiu, consolidou e liderou o Grupo Paulo de Oliveira, que engloba as empresas Paulo de Oliveira, Tessimax e Penteadora de Unhais da Serra, sendo o maior grupo empresarial da indústria dos lanifícios da Covilhã, de Portugal e um dos maiores da Europa. Deixa pois, uma marca de excelência no meio empresarial da indústria de lanifícios,

A título de reconhecimento pelas suas excepcionais qualidades empresariais e pessoais e pelo seu, inestimável, contributo para o desenvolvimento do concelho, apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento o aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista

*[Handwritten signatures]*

Antonio Sousa e Silva, Rui  
Filipe  
António  
Vânia  
João  
Nuno  
Afonso Manuel Tóssaco  
João Carlos  
João António



## **Voto de Pesar – Paulo Nina de Oliveira**

**26 de Setembro de 2022**

Faleceu, no passado dia 29 de agosto, aos 84 anos, Paulo Nina de Oliveira.

A Covilhã perde, assim, uma das suas maiores referências. Um covilhanense ilustre, com um percurso pessoal e profissional ímpar, que muito contribuiu para a Covilhã que todos hoje conhecemos e deixou marcas importantes na sua história. Paulo de Oliveira foi, também e sobretudo, um cidadão do mundo, que apresentou e representou a Covilhã e Portugal além fronteiras.

Destacado como um notável empresário de lanifícios, conduzindo o seu grupo empresarial ao nível das maiores empresas europeias, líderes de mercado, Paulo de Oliveira foi, ainda assim, muito mais do que isso.

Ao longo da sua vida foi distinguido com várias condecorações e homenagens que atestam a grandiosidade do seu legado:

- Em 1995, O presidente da República Portuguesa confere-lhe o grau de Comendador da Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial;
- Entre 1997 e 2000 uma das suas empresas, “Paulo de Oliveira, SA”, foi considerada, durante 4 anos consecutivos, pela revista EXAME, em parceria com a Arthur Andersen, a melhor empresa têxtil Portuguesa;
- Em 2009, a Câmara Municipal da Covilhã atribui-lhe a medalha de ouro de mérito municipal;
- Em 2010, a Junta de Freguesia de Unhais da Serra agraciou-o com a Medalha de Mérito Empresarial;
- Em 2011, recebeu da liga de Bombeiros Portugueses o crachá de ouro;



- Em 2014, após 5 anos (2009-2013) como membro externo do primeiro Conselho Geral, a Universidade da Beira Interior concedeu-lhe o grau de Doutor Honoris Causa, por ter sido um dos principais entusiastas da implementação do Ensino Superior na Covilhã, um dos primeiros empregadores dos quadros formados no então Instituto Politécnico da Covilhã, Instituto Universitário da Beira Interior (IUBI) e na atual Universidade da Beira Interior (UBI) e pelo mérito da sua atividade empresarial como impulsionadora do prestígio e engrandecimento da indústria e de Portugal.

Paulo de Oliveira, além de ter sido o criador de um grupo empresarial de excelência no setor dos lanifícios em Portugal, que integra as empresas Paulo de Oliveira, Tessimax e Penteadora de Unhais da Serra, empregando no total cerca de 1200 trabalhadores, foi ainda dirigente do então Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã, entre 1962 e 1979. De 1975 a 1979, foi presidente da Comissão Pró-Associação e, a partir dessa data, foi presidente da ANIL (Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios), cargo que manteve até 1995, tendo nessa qualidade contribuído para que se instalasse na Covilhã a delegação do CITEVE (Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal). Foi ainda na sua presidência que foi construído na Covilhã o pavilhão de exposições e sede da ANIL, tendo sido também um dos fundadores do CILAN (Centro de Formação Profissional da Indústria de Lanifícios), do qual foi administrador.

Na década de 1990, também desempenhou o cargo de presidente da Comissão de Tecelagem da Federação Internacional da Lã, organismo que agrupa as Associações de Industriais de Lanifícios e Comerciantes de Lã de todo o mundo, tendo, de 1996 a 1998, sido presidente da INTERLAINE, organismo com sede



H  
A

em Bruxelas que agrupa todas as Associações de Industriais de Lanifícios da União Europeia.

Mas no seu curriculum no se vê nem se lê o que estava para além do empresário de sucesso, um marido, um pai, um avô e um amigo dedicado, mas também um covilhanense apaixonado pela sua cidade e pelas suas gentes. Foi por isso que muito cedo se militou no Partido Social Democrata e participou ativamente, no âmbito da sua militância, para que a Covilhã fosse como o seu grupo empresarial, um concelho de excelência.

**Pelo contributo deixado à Covilhã e a todos os beirões por parte do Comendador Paulo Nina de Oliveira, os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP propõem que a Assembleia Municipal, reunida em plenário, hoje, dia 26 de Setembro de 2022, homenageie o nosso ilustre concidadão, cuja perda é irreparável, remetendo este pesar à sua família e empresas, bem como recomendando à Câmara Municipal que considere nomear a nova Unidade de Saúde Familiar (USF), a nascer no antigo acondicionamento têxtil da Covilhã, de 'Unidade de Saúde Familiar Paulo de Oliveira'.**

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã

Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Lino Torgal

Jorge Vaz  
Joana Petrucci Rocha  
Nuno Reis  
João Lopes Bernardo



Handwritten initials in blue ink, possibly 'AK' and 'A'.

### Voto de Pesar pelo Falecimento de José Carlos Loureiro

Faleceu no passado dia 31 de Agosto, José Carlos Loureiro aos 96 anos, nascido na Covilhã a 2 de dezembro de 1925.

José Carlos Loureiro chegou ao Porto em 1941 para ingressar na escola das Belas-Artes e concluiu a sua formação em 1950. Nesta data inicia a sua atividade de arquiteto como profissional liberal e docente na Escola Superior de Belas-Artes no Porto. Mais tarde, em 1972 abandona a carreira como docente e dedica-se exclusivamente ao exercício da arquitetura.

Um senhor sempre ativo, participou em diversos colóquios, congressos, exposições de carácter nacional e internacional, desempenhou cargos diretivos em associações representativas da profissão e exerceu funções em cargos de vereação camararia no município do Porto, tendo-lhe sido atribuída uma Medalha Municipal de Mérito, grau Ouro em 2009.

A obra projetada do arquiteto encontra-se dispersa por todo o território geográfico, tendo maior incidência no Porto e norte de Portugal, variando de habitações uni e plurifamiliares, de carater cultural, hospitalar e outros equipamentos.

Na Covilhã temos algumas obras projetadas nomeadamente a Faculdade de Engenharia, Faculdade de Medicina, Unidade de Psiquiatria e UBI Medical.

José Carlos Loureiro praticou arquitetura de uma "forma comprometida, generosa e apaixonada, sempre demonstrando uma invulgar sintonia entre a arte de bem desenhar e a arte de bem construir".

Propõem-se assim que esta Assembleia Municipal lhe preste a singela homenagem com a aprovação deste voto de pesar.

Viana Neves

Carla Carreira

Luís Mendes

Vital

Afonso Gomes

~~Amorim~~

Teófilo

A

Paulo

Alves

João Pedro

António

Miguel

Daniel

Pi

Abel

B

José António





### Voto de louvor

O capitão David Leal Canarias é natural da Suíça e nasceu em 21 de fevereiro de 1992.

É mestre em Ciências Militares, na especialidade Segurança (GNR), pela Academia Militar e possui uma pós-graduação em Proteção Civil pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco. Destaca-se ainda da sua formação o Curso de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) e a Formação Profissional de Técnico de Apoio à Vítima (TAV).

Ingressou no quadro permanente da Guarda Nacional Republicana em 06 de outubro de 2009, tendo desempenhado diversas funções ao longo da sua carreira profissional, das quais se destacam:

- Instrutor do Curso de Formação de Guardas, no Centro de Formação de Portalegre;
- Adjunto do Comandante de Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo;
- Adjunto do Comandante de Destacamento Territorial da Covilhã;
- Oficial de Relações Públicas do Comando Territorial de Castelo Branco;
- Comandante de Destacamento Territorial da Covilhã.

No dia 7 outubro de 2015, foi colocado no Destacamento Territorial da Covilhã, assumindo funções de Comandante de Destacamento, a 27 de novembro de 2019, onde se manteve até ao dia 25 de setembro de 2022.

O Destacamento Territorial de Covilhã é responsável pelo cumprimento da missão da Guarda nos concelhos da Covilhã e de Belmonte, tendo a seu cargo uma área de policiamento com um total de 621 km<sup>2</sup> e a responsabilidade da segurança de 41 778 habitantes. Integra sete Postos Territoriais e as valências de Investigação Criminal, Proteção da Natureza e do Ambiente e Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário, num total de 136 militares e civis.

Está habilitado com diversos cursos nas mais diversas especialidades militares e civis, obtidos em instituições militares e civis.

Na sua folha de serviço constam vários louvores e condecorações.

A 26 de setembro de 2022 assume as funções de Comandante de Destacamento Territorial do Fundão.

O Capitão David Canarias - que agora cessou funções no Destacamento Territorial da Covilhã - prestou no decorrer das mesmas, serviços extraordinariamente importantes e distintos à nossa comunidade, revelando qualidades de bravura, coragem, comprovado esforço, energia e grande dedicação em serviço da segurança pública no nosso território.

O voto de louvor que se propõem à Assembleia Municipal, pretende reconhecer o seu trabalho em prol da na nossa comunidade enquanto militar da Guarda Nacional Republicana, mas também as suas qualidades humanas, a sua capacidade de trabalho, a sua capacidade de liderança e as suas capacidades de conciliação e gestão de conflitos.

Sendo aprovado, o mesmo deve ser endereçado ao destinatário e dado conhecimento à Guarda Nacional Republicana.

Covilhã, 25 de setembro de 2022

*Alfonso Manuel Mousaco*  
 Alfonso Manuel Mousaco

*A. B.*

*Carla Mendes*

Vânia Neves

*Jorge*

*R. B.*

*Luís*

*António Carrico*

António Carrico

António Carrico

*Jorge*

*Abel Cardoso*

Abel Cardoso

*Gomes*

*João Baptista*

João Baptista

*Luís*

*Rui*

(Doc. 15)



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26-09-2022

### Voto de Pesar

#### José Manuel dos Santos Roque Valentim

Faleceu a 16 de Julho de 2022 em Ovar.

Natural de Unhais da Serra, foi Professor de Educação Física na Escola Secundária Campos Melo de 1978 a 1980 e na Escola Secundária Frei Heitor Pinto de 1980 a 1985.

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Unhais da Serra e membro desta Assembleia Municipal no mandato de 1982 a 1985.

Na sua atividade profissional foi um homem ativo, preocupado com a sua profissão e solidário com colegas e alunos.

Destaca-se a conquista de um campeonato do mundo de ginástica na modalidade de trampolim por um dos seus alunos.

À sua companheira Rosa Aldina Valente e aos seus filhos apresenta a Assembleia Municipal da Covilhã as suas condolências.

#### Proponentes

Eleitos do PCP na Assembleia Municipal da Covilhã



## **Voto de Pesar – Pelo falecimento de António José Costa Prata**

**26 de setembro de 2022**

Faleceu, aos 75 anos de idade e no passado dia 23 de agosto, o antigo jogador de futebol e dirigente associativo António José Costa Prata.

Devido a doença prolongada, o antigo jogador, ex-dirigente e administrador da SDUQ do Sporting da Covilhã, faleceu. Desde 2004 que fazia parte das direções do Sporting Clube da Covilhã. Dedicou grande parte do seu tempo, quer ao clube, quer ao movimento associativo, tendo contribuído para uma Covilhã com uma sociedade civil mais pujante e dinamizadora. Representou e hasteou a bandeira do município em diversas ocasiões, sendo por isso recordado por todos com grande consternação pela perda irreparável que deixa.

Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a Assembleia Municipal, reunida em plenário, hoje, dia 26 de setembro de 2022, delibere aprovar um voto de pesar sobre o seu falecimento, evocando a sua memória e expressando o seu pesar, endereçado à família, amigos e às associações das quais fez parte.

Os membros dos grupos Municipais do PSD e CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Jorge Vaz

Joana Petrucci Rocha

Nuno Reis



Lino Torgal

João Bernardo

(Doc. 18)

PPD/PSD . CDS-PP | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



## Voto de Pesar

26 de setembro de 2022

Fábio Gomes, natural de Mangualde da Serra, concelho de Gouveia, residiu na Covilhã, onde estudou e trabalhou. Estudou na Universidade da Beira Interior onde se licenciou em Ciências da Comunicação e onde se distinguiu como um dos melhores alunos . Foi depois jornalista nos semanários O Interior e Fórum Covilhã.

O Ubiano estava desde 2015 a trabalhar na Roménia numa empresa de informática.

No passado dia 19 de Julho foi vítima de um trágico acidente, na Roménia, que lhe tirou a vida.

Por todo os contributos deixado á Covilhã e ás Instituições e empresas por onde deixou a sua marca de profissionalismo, não podem, as bancadas do PSD e do CDS neste órgão, deixar de homenagear este cidadão.



*[Handwritten signatures and initials]*

**Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a Assembleia Municipal reunida hoje dia 26 de Setembro de 2022 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos que sentem profundamente a sua ausência.**

Os membros dos grupos Municipais do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Lino Torgal

João Lopes Bernardo

Jorge Vaz

Luis Rodrigues

Nuno Reis

Joana Petrucci Rocha



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one below it.

## **Voto de Pesar – Pelo falecimento de Manuel Joaquim Lambelho Ramos**

**26 de setembro de 2022**

Faleceu, aos 88 anos de idade no passado dia 15 de agosto, Manuel Joaquim Lambelho Ramos.

Natural de Aldeia de Joanes, concelho do Fundão, Manuel Joaquim Lambelho Ramos nasceu em 02 de maio de 1934, na Quinta da Nave de Baixo.

Manuel Joaquim Lambelho Ramos, ex-presidente da Câmara Municipal do Fundão. Também exerceu funções de empresário na área da carpintaria e materiais de construção, esteve ligado a várias cooperativas agrícolas, foi presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia do Fundão e vice-presidente da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental do Fundão, foi ainda membro dos órgãos sociais dos Bombeiros Voluntários do Fundão.

Manuel Joaquim Lambelho Ramos dedicou diversos anos da sua vida à causa pública e à comunidade. No âmbito das comemorações dos 40 anos do Poder Local no Fundão, recebeu, no dia 9 de junho de 2016, a Medalha de Ouro da Cidade do Fundão.

Foi sempre um amigo e colaborativo com a Covilhã, engrandeço a região e potenciando o desenvolvimento da Cova da Beira como um todo.

Por todo este contributo deixado à região por Manuel Joaquim Lambelho Ramos, não podem, as bancadas do PSD e do CDS-PP neste órgão, deixar de homenagear este concidadão.





**Assim, os membros dos grupos Municipais do PSD e do CDS-PP propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 26 de setembro de 2022 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.**

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Lino Torgal

Jorge Vaz

Joana Petrucci Rocha

Nuno Reis

João Lopes Bernardo



## **Voto de Pesar – Falecimento de Mikhail Sergeevitch Gorbatchov**

**26 de setembro de 2022**

Faleceu, no passado dia 30 de agosto, Mikhail Gorbatchov, aos 91 anos, na sequência de doença prolongada.

Estadista e político russo, foi líder da União Soviética de 1988 até à dissolução do regime soviético, em 1991.

O seu papel foi essencial para o fim da Guerra Fria e para a transição democrática no Leste da Europa, após a queda da “Cortina de Ferro”. O seu contributo foi determinante para a abertura da Rússia ao diálogo e ao mundo e para o desanuviamento da tensão e lógica de confrontação internacional durante grande parte do Pós-Segunda Guerra Mundial.

Foi também a sua ação que permitiu que fosse reconhecido aos países do Pacto de Varsóvia e das nações da antiga União Soviética o direito de escolherem democraticamente o seu destino.

A sua visão permitiu as transformações históricas que estiveram na génese da consolidação de uma ordem mundial baseada em regras e fundada nos valores do multilateralismo e na resolução pacífica de diferendos, contribuindo definitivamente para a paz na Europa nas duas últimas décadas do século XX. Foi laureado, em 1990, com o Prémio Nobel da Paz pela sua liderança e contributo para a resolução pacífica de controvérsias internacionais e pelo papel desempenhado na aproximação entre os países do Ocidente e do Leste.



Os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário, hoje, dia 26 de setembro de 2022, delibere aprovar um voto de pesar sobre o falecimento do antigo líder soviético e endereçando à nação russa as mais sentidas condolências.

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Lino Torgal

(Doc. 21)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Handwritten signatures in blue ink.

## **Voto de Pesar – Pelo falecimento da Rainha Isabel II**

**26 de setembro de 2022**

Faleceu, aos 96 anos de idade e no passado dia 8 de setembro, a Rainha Isabel II do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.

Nascida Elizabeth Alexandra Mary, tornou-se a soberana a 6 de fevereiro de 1952, aos 26 anos de idade, tendo cumprido 70 de reinado e sendo, portanto, a mais longa monarca da história britânica.

Ao longo dos seus 70 anos de reinado, Isabel II reinou em 32 Estados, 14 dos quais até a sua morte. Foi igualmente chefe da Commonwealth, sendo também a primeira rainha feminina da Casa de Windsor, Governadora Suprema da Igreja da Inglaterra e Comandante Suprema das Forças Armadas do Reino Unido.

Ao longo dos seus 70 anos de reinado, desempenhou funções centrais para a democracia britânica, tendo trabalhado com vários governos neste período. Personificou, melhor do que ninguém, o papel institucional próprio do monarca de uma monarquia constitucional.

Constituindo um irrefutável fator de prestígio, tanto no Reino Unido como em toda a comunidade de países da Commonwealth, Isabel II cumpriu seu reinado com superlativo sentido de dever e de serviço público.



H  
F  
A

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propo em que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida, hoje, dia 26 de setembro de 2022, delibere aprovar um voto de pesar sobre o seu falecimento, evocando a sua memoria e expressando o seu pesar pelo falecimento da Rainha Isabel II, enderec ando a fami lia real e a todo o povo brita nicoas mais sentidas condole ncias.

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Lino Torgal



Covilhã, 26 de setembro de 2022

### **MOÇÃO – Medidas extraordinárias de apoio às famílias**

Os sinais são claros quanto ao estado da economia mundial e, por consequência, da economia no nosso país.

São muitos os indicadores que levam todos os analistas a identificar o final deste ano e o próximo como períodos de dificuldades face ao aumento dos preços da energia, aumento da inflação, aumento dos juros e possíveis situações de encerramento de empresas e claro está uma enorme dificuldade para as famílias conseguirem suportar os próximos tempos.

Assim, sob proposta dos Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário, a 26 de setembro de 2022, aprova as seguintes propostas para a Câmara Municipal, seguindo os exemplos de outros municípios para, naquilo que são as suas competências, apoiar as famílias Covilhanenses, através de:

- Redução de 20% do valor da fatura da água no último trimestre de 2022 de forma transversal a todos os consumidores;
- Redução em 10% da taxa de IMI para o ano de 2023;
- Congelamento das rendas de habitação social do concelho da Covilhã para 2023;



- Apoio imediato às famílias com filhos em idade escolar (80.000,00€) através de vales no comercio local:
  - com material de desgaste por criança do pré-escolar – 25,00€ por criança (500 crianças totalizam 12.500,00€).
  - material de desgaste por criança do 1º ciclo – 20,00€ (1250 alunos totalizam 25.000,00€).
  - fichas gratuitas para os alunos do 1º, 2º e 3º ciclo – totalizam 36.000,00€.
  - material para atividade letiva, suportado na integra pelas famílias – 150,00€ por turma, totaliza 5100,00€ (34 turmas na Covilhã).

Estas medidas, de caracter transitório, têm um objetivo claro de apoio direto à economia familiar, permitindo que a crise social possa ser minorada pela ação do município.

Estas medidas têm, em conjunto, um impacto no orçamento municipal de, pouco mais de 1.000.000,00€, o que no universo do orçamento municipal, representa apenas 2,2%, equivalendo, por comparação, ao dinheiro gasto com a chamada ciclovía.

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã

Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Lino Torgal

Jorge Vaz  
Joana Petrucci Rocha  
Nuno Reis  
João Bernardo



Covilhã, 26 de setembro de 2022

### MOÇÃO – BOLSAS “PAULO DE OLIVEIRA”

A Câmara Municipal da Covilhã, à semelhança das suas congéneres da Batalha, Castelo Branco, Fundão e Ponte de Sôr, aprovou, em 2016, o Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo.

Este regulamento visa a atribuição de bolsas de estudo aos alunos matriculados e inscritos no 1.º ano do Ensino Superior (naturais e/ou residentes no concelho da Covilhã pelo período mínimo de três anos) como uma forma de estimular a frequência do ensino superior.

Para tal, o Município decidiu atribuir bolsas de estudo a estudantes matriculados e inscritos no 1.º ano dos cursos de licenciatura da Universidade da Beira Interior (UBI) e outros de outras Instituições de Ensino Superior público não lecionados na UBI.

Por um lado, estas bolsas carecem de (1) continuidade, uma vez que o Regulamento publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 233, de 6 de dezembro de 2016, não estipula qualquer possibilidade de renovação; (2) previsibilidade, uma vez que não estabelece o número de bolsas a atribuir, sendo este variável, ou seja, o número de bolsas a atribuir em cada ano é definido anualmente pelo município, sendo divulgado posteriormente ao mês de junho, após reunião de Câmara e durante o período de exames do ensino secundário; e de (3) adaptação ao contexto atual, em que o valor das propinas reduziu, mas os custos – nomeadamente de alojamento – incrementaram.

Por outro lado, é sabido que, em 2014, após cinco anos (2009-2013) como membro principais entusiastas da implementação do Ensino Superior na Covilhã, um dos primeiros empregadores dos quadros formados no então Instituto Politécnico da Covilhã, no subsequente Instituto Universitário da Beira Interior e na atual Universidade da Beira Interior, bem como pelo mérito da sua atividade empresarial como impulsionadora do prestígio e engrandecimento da indústria e de Portugal.

Todavia, apesar desta relação umbilical entre Paulo de Oliveira e a academia beirã sediada na Covilhã, a perda recente desta figura singular da história do concelho não se traduziu, ainda, em qualquer reconhecimento do município para que a sua figura perdure no tempo, tal como a de Pero da Covilhã, Frei Heitor Pinto ou





Campos Melo. Consideramos que tal reconhecimento deve primar pelos princípios de trabalho, inovação e sobretudo, pelo investimento na terra e nas pessoas que aqui trabalham, para além de representar esta relação simbiótica e genética entre Paulo de Oliveira e a UBI.

Por conseguinte, sob proposta dos Grupos Municipais do PSD e do CDSPP, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário a 26 de setembro de 2022, aprova as seguintes propostas para a Câmara Municipal:

- 1) Criação de uma bolsa de estudo, preferencialmente, nas áreas de gestão/~~engenharia~~ têxtil que reconheça não só a excelência nos estudos, mas sobretudo, os projetos que os alunos candidatos apresentem e pretendam implementar na nossa cidade que venham a ser reconhecimentos conjuntamente pelo Município e UBI, como uma mais valia técnica e de inovação empresarial, e apoie com um valor anual adequado ao desenvolvimento da formação de cada aluno no montante anual não inferior a €1.500,00, sendo o valor transferido para o estudante.
- 2) Permitir a renovação da bolsa até um período máximo equivalente ao grau, ou seja, de 3 ou 4 anos em licenciaturas, conforme o estipulado, e de 5 ou 6 anos em mestrados integrados;
- 3) Apelidar este apoio de “Bolsa Paulo de Oliveira”, dando continuidade ao seu legado e aposta na formação especializada e na valorização profissional nas áreas que reconhecidamente foi precursor.

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã

**Hugo Ferrinho Lopes**  
**Jorge Vaz**  
**Vanda Ferreira**  
**Joana Petrucci Rocha**

**Luís Rodrigues**  
**Nuno Reis**  
**Lino Torgal**  
**João Lopes Bernardo**

(Doc. 24)



*[Handwritten signature]*

Covilhã, 26 de setembro de 2022

**LUÍS RODRIGUES**

**2.1 INFORMAÇÃO ESCRITA**

Exmo. Sr. Presidente da Câmara,

Quero apenas fazer umas perguntas rápidas.

Por que razão, desde julho, o Ourondo, Sobral de São Miguel, Aldeia de São Francisco de Assis e Barroca Grande estão sem médico? Em agosto, esta lista engordou também com a falta de médico no Peso, Vales do Rio, Dominguiço, e Cortes do Meio, ou seja quase metade das freguesias do concelho sem médico de família.

Adicionalmente, foi noticiado recentemente que a maior associação representativa de um grupo de jovens da região, a Associação Académica da Universidade da Beira Interior, abandonou o Conselho Municipal da Juventude, quer o plenário, quer a comissão permanente. O Presidente da AAUBI afirmou mesmo que não pode ser "complacente com a inoperância do conselho municipal de juventude nos últimos tempos. O órgão não discute e é irrelevante quando há discussão de matérias e assuntos relacionados com a política municipal da juventude e medidas que tenham impacto nos jovens e nas suas



associações”. Acrescenta que “não discute as linhas gerais das políticas de juventude, contrariando o próprio regimento do órgão, que assim o obriga”. Senhor Presidente, como é que se permite deixar a AAUBI sair sem prestar uma consideração pública sobre o assunto? Como é que isto aconteceu?

O membro da Assembleia Municipal da Covilhã

Luís Rodrigues



Covilhã, 26 de Setembro de 2022

### Requerimento

Na sessão da Assembleia Municipal de 25 de Fevereiro de 2022, os membros dos grupos do CDS-PP e do PSD apresentaram ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, nos termos legais e regimentares, um requerimento no sentido de, **com a maior brevidade, solicitar parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC e à Inspeção Geral de Finanças no sentido de estas entidades se pronunciarem acerca da legalidade da informação escrita que tem sido apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã.**

Todavia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã ao invés de proceder como requerido ou de recusar fundamentadamente tal requerimento ou o teor do mesmo, optou por solicitar uma análise ao Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica da Câmara Municipal da Covilhã.

Departamento este que, na pessoa da sua Directora, informou, em 1 de Abril de 2022, o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã que *"relativamente ao pedido formulado pelas bancadas do PSD e do CDS (...) o mesmo não suscita necessidade de parecer jurídico da CCDR, nem dos serviços jurídicos internos da autarquia, uma vez que a norma legal em apreço é clara, quanto ao sentido e quanto à sua aplicação prática."* Referindo ainda que *"Esperamos, relativamente a este ponto, cumprir com o determinado na lei e fazer acompanhar a Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade desta e da situação financeira do Município, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do RJAL – Regime Jurídico das*



A  
A  
H2

Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos elementos que a lei exige, já na próxima sessão da Assembleia Municipal da Covilhã.

Tal pedido de análise remetido pelo Sr. Presidente da Assembleia ao Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica da Câmara Municipal da Covilhã e a resposta deste Departamento de 01 de Abril de 2022, só foram dados a conhecer aos signatários do requerimento apresentado em 25 de Fevereiro de 2022 por email de 31 de Maio de 2022 dirigido ao membro da Assembleia Municipal Joana Petrucci Rocha.

O que não deixa de ser surpreendente se tomarmos em consideração que o membro da bancada do CDS Joana Petrucci Rocha, na sessão da Assembleia de 09/05/2022, questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre se já havia resposta da CCDR e da Inspeção Geral de Finanças e a informação que recebeu do Sr. Presidente foi que de momento não havia qualquer resposta.

Com o devido respeito, o requerimento foi por nós dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia e ao Senhor Presidente apenas competiria agir como legitimamente solicitado no requerimento destas bancadas ou recusar cumprir o solicitado fundamentado a sua decisão.

Ora, nem uma coisa nem outra. E vários meses depois a situação está inalterada continuando a Informação escrita a ser apresentada praticamente sem alteração relativamente ao que acontecia antes da apresentação do requerimento em Fevereiro de 2022.



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

Senhor Presidente, a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município e tem competências de apreciação e fiscalização que os membros das bancadas do CDS e do PSD não pretendem descurar.

E, por isso mesmo, reiteramos que no âmbito dessas competências de fiscalização compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade, nomeadamente, da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados e das empresas locais.

Assim como apreciar, em cada sessão ordinária, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.

Sendo certo que a informação escrita que tem sido enviada pelo Senhor Presidente da Câmara para apreciação da Assembleia Municipal não contém todas as informações legalmente obrigatórias, referidas no artigo 35º, nº 1 alínea y) e nº 4 da Lei 75/2013..

Com efeito, nos termos do artigo 35º, nº 1, alínea y) compete ao Presidente da Câmara enviar à assembleia municipal toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos de igual natureza, incluindo a respeitante às entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local indispensável para a compreensão e análise crítica e objetiva da informação aí inscrita.

Prevendo o nº 4 desse artigo 35º que da Informação escrita devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

Ora, como já referimos até à exaustão, tal não sucede e a informação escrita persiste em não cumprir os requisitos legais impedindo assim que os membros da Assembleia Municipal possam exercer cabalmente as competências de acompanhamento e fiscalização.

Assim,

- a) Deve o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em face da persistência do Senhor Presidente da Câmara em não cumprir as obrigações legais, recusar a informação prestada e participar tais factos à Inspeção Geral de Finanças e Ministério Público, acompanhados de todos os documentos (requerimentos das bancadas do CDS e do PSD de 25 de Fevereiro de 2022 e de 26 de Setembro de 2022, informação técnica do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica da Câmara Municipal da Covilhã de 1 de Abril de 2022 e todas as Informações escritas enviadas a esta Assembleia no presente mandato), para apuramento das inerentes responsabilidades e legais consequências sobre tal comportamento.
  
- b) Ademais, requer-se ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã que, com carácter de urgência, solicite parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC e à Inspeção Geral de Finanças no sentido de estas entidades se pronunciarem acerca da legalidade da informação escrita que tem sido apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, sendo remetidas a estas entidades todas as



Handwritten signatures and initials, including a large 'H' and 'F' and a signature that appears to be 'H2'.

**Informações escritas enviadas a esta Assembleia no presente mandato.**

Os membros dos grupos do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes, Jorge Vaz, Vanda Ferreira, Joana Petrucci Rocha, Luís Rodrigues, Nuno Reis, Lino Torgal, João Bernardo



(Doc. 26)

PSD | BANCADA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,  
Sr. Presidente da Câmara,  
Sra e Srs Vereadores,  
Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,  
Presidentes de Junta de Freguesia,  
Comunicação Social,  
Minhas senhoras e meus senhores,

Só uma nota muito telegráfica para que fique em ata, este nosso compromisso. Apesar de todas as constatações que agora assistimos em vídeo e que muitos viveram na primeira pessoa, que nos levam a tirar as conclusões mais inesperadas e obviamente sujeitas a uma crítica e repúdio muito severo por parte do PSD. Venho aqui, em representação do PSD, sem prejuízo da avaliação política que achamos conveniente fazer, manifestar a nossa total disponibilidade para colaborarmos ativamente naquele que será o desafio mais premente das nossas vidas : voltar a dar ao nosso maior património, a Serra da Estrela, a vida , o brilho e a magia que ela nunca deveria ter perdido.

Disse,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Vanda Ferreira.



---

Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhor Presidente da Camara Municipal

Antes de mais e porque temos presente no publico o Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários, não poderia deixar de iniciar a minha intervenção sem dar uma palavra de apreço, gratidão e reconhecimento de competência ao Luis Marques, enquanto Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, que poucas semanas depois de iniciar funções teve entre mãos um dos maiores incêndios que afetou a Covilhã na sua história.

Mas acima de tudo Sr. Presidente e Sr. Comandante, agradecer na vossa pessoa, a todos os bombeiros e serviços municipais que ao longo da catástrofe que afetou o nosso território, se apresentaram de forma abnegada num espírito altruísta servindo o concelho da Covilhã e as suas populações quando estas mais precisaram e precisam, agora que vivemos o pós-incêndio.

Um reconhecimento que estendo em nome da bancada municipal do Partido Socialista, a todos os Presidentes de Junta de Freguesia das áreas afetadas. As populações tiveram em vocês verdadeiros líderes. A política teve em vocês um verdadeiro exemplo de entreatajuda, solidariedade e cooperação que não conheceu barreiras de freguesias na união de esforços na defesa do território.

A tragédia que a Covilhã viveu, demonstrou ainda o caracter solidário que a sociedade civil covilhanense se caracteriza, em prol do concelho e dos nossos concidadãos. De associações, passando por entidades privadas até ao cidadão comum, a união de esforços que presenciámos, no apoio e entrega de bens a bombeiros e populações, e agora na recuperação da área ardida, deve fazer-nos sentir um profundo orgulho de sermos covilhanenses, mas acima de tudo, que todos estamos unidos para restabelecer a esperança a todos aqueles que foram afetados.

Infelizmente vivemos na primeira pessoa, à maior operação de combate a incêndios que há memoria em Portugal, em número de operacionais e duração do mesmo, pondo à prova o sistema de proteção civil do município de uma forma nunca antes vista, com uma resposta nunca antes vista.

O empenho dos serviços municipais de proteção civil foi essencial para que uma tragedia ambiental não se tenha tornado numa tragédia de vidas humanas, essa é uma certeza que todos temos.

À avaliação da ação da proteção civil durante o incendio não deve a classe política emanar ilações, reservando-se para quem de direito essa mesma avaliação e caso necessário, responsabilização. Na serenidade e conhecido técnico e fidedigno dos factos, num incendio claramente influenciado pelas alterações climáticas que o mundo vive.

À classe política é exigida uma resposta às populações para as necessidades imediatas, a reconstrução de um património natural adaptado à realidade climática que hoje vivemos, em conjunto com associações ambientalistas, baldios, freguesias e outros agentes, mas acima de tudo manter a esperança e a certeza de que a serra da estrela e o nosso território não morreu.

À classe política em momentos como aqueles que vivemos é exigida responsabilidade e seriedade, mas há algo que esta tragédia trouxe ao de cima.

A quem se assume como solução política, refugiados num discurso populista e irresponsável em timings e conteúdo, querendo semear o caos social em pleno combate à catástrofe que atingia as populações do nosso concelho, revelou a do PSD e CDS na impreparação para lidar com situações de emergência no município, sobrepondo uma tentativa de aproveitamento político da tragédia, aos interesses das populações.

Nada de novo, foi assim quando em plena crise de covid-19 pedia a demissão do diretor do centro hospitalar. Ao bom estilo da extrema direita em Portugal, a oposição na Covilhã na incapacidade de apresentar soluções pede demissões, num refúgio de baixa política que não serve a Covilhã nem os Covilhanenses.

Porque a verdade senhores e senhoras deputados, é que enquanto a oposição deturpava declarações do Sr. Vice-Presidente, o executivo empenhava esforços na defesa do território e na salvaguarda das populações em especial das mais vulneráveis.

Porque a verdade senhores e senhoras deputados, enquanto a oposição não apresenta soluções para os problemas estruturais na Serra da Estrela, o executivo sentava à mesa o Ministro do Ambiente com Associações Ambientalistas Locais ou como recentemente aconteceu acompanhava o Relator Especial da ONU para demonstrar o trabalho já desenvolvido.

Porque a verdade senhores e senhoras deputados, enquanto a oposição não apresenta propostas para a reconstrução do nosso território, são apresentados 200 milhões de euros de investimento para apoios imediatos, numa articulação clara entre governo central e municípios, com ações concretas como aquelas que hoje ouvimos.

Assim, a proposta de constituição de uma comissão de acompanhamento à reconstrução de um dos maiores patrimónios naturais em Portugal, é mais um sinal claro que o município da Covilhã está empenhado, que esta não seja uma oportunidade perdida, a qual o Partido Socialista saúda e desde já anuncia votar favoravelmente.

É urgente adequar o apoio à floresta, à importância e necessidades da mesma. Uma floresta humanizada, adaptada às alterações climáticas, integrada numa estratégia de desenvolvimento e sustentabilidade duradoura da serra da estrela, onde turismo, pastorícia, agricultura e identidade local se assumem também como pilares.

Pelo que em nome da bancada municipal do Partido Socialista, é assumido o total empenho, solidariedade e compromisso não só para que todos os apoios que tem vindo a ser públicos sejam efetivamente aplicados onde necessários, mas também na responsabilidade de contribuir para um novo futuro da Serra da Estrela.



*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

## 1.2 REQUERIMENTO – QUESTÕES ESCRITAS SOBRE OS INCÊNDIOS DA SERRA DA ESTRELA

Covilhã, 26 de setembro de 2022

Nos termos e para os efeitos da lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o Regime de Acesso à Documentação Administrativa, e do art.º 33.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 61.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, **os Grupos Municipais do PSD e CDS-PP requerem que a Câmara Municipal responda às seguintes questões:**

- Por que razão não ativou o Plano de Emergência Municipal nos primeiros quatro dias dos incêndios de 2022 na Serra da Estrela?
- No âmbito desses incêndios, foi feito um levantamento dos meios e recursos de cada freguesia (Juntas de Freguesia e privados)?
- Qual a área real ardida nos incêndios? Estima-se que supere a de Pedrógão Grande, é verdade?
- Quantos pontos de água naturais e artificiais existem, e em que condições? Existe, pelo menos, um por localidade? Com que regularidade é feita a sua limpeza e manutenção?
- Quantas máquinas de rasto ou outras máquinas de apoio aos incêndios tem a Câmara Municipal? Quantas pensa adquirir e até quando?



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

- A inexistência de manutenção das galerias ripícolas leva muitas vezes a que os meios aéreos não possam abastecer nos rios e ribeiras. Que pensa o executivo fazer face a isto?
- A inexistência de manutenção da rede primária (e secundária) das faixas de gestão de combustível, bem como a limpeza dos caminhos vicinais, impossibilita a deslocação dos meios necessários. Há, inclusive, vários caminhos onde é impossível a entrada de um carro de bombeiros. Que pensa a Câmara fazer para solucionar este problema de prevenção de incêndios? Por que razão não adquire a Câmara uma segunda motoniveladora e coloca ambas a circular pelas várias freguesias, fazendo anualmente essa limpeza?

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Lino Torgal

Jorge Vaz  
Joana Petrucci Rocha  
Nuno Reis  
João Bernardo



Handwritten signatures in blue and black ink.

## 1.2 REQUERIMENTO – RELATÓRIO SOBRE OS PREJUÍZOS DO INCÊNDIO DA SERRA DA ESTRELA

Covilhã, 26 de setembro de 2022

Foi noticiado que o relatório sobre os prejuízos do incêndio da Serra da Estrela ficou concluído no dia 5 de setembro (<https://ointerior.pt/regiao/relatorio-sobre-os-prejuizos-do-incendio-da-serra-da-estrela-ficara-concluido-esta-segunda-feira/>). Todavia, os membros do órgão máximo representativo do município da Covilhã ainda não receberam esse mesmo relatório.



Nos termos e para os efeitos da lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o Regime de Acesso à Documentação Administrativa, e do art.º 33.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 61.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, **os Grupos Municipais do PSD e CDS-PP requerem que seja enviado aos membros da Assembleia Municipal o Relatório sobre os prejuízos do incêndio da Serra da Estrela**, enviado pela Câmara Municipal aos órgãos competentes.

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã,


Hugo Ferrinho Lopes  
Vanda Ferreira  
Luís Rodrigues  
Lino Torgal

Jorge Vaz  
Joana Petrucci Rocha  
Nuno Reis  
João Bernardo

(Doc. 30)



## Covilhã - Território Incêndios Rurais 2022



### CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DA COVILHÃ

**Extensão territorial = 555,6 Km<sup>2</sup> — 55 560 ha**

- ☐ Área de Floresta = 25 928 ha
  - Mata Nacional = 395 ha
  - Área de Baldios = 10 961 ha
  - Área Privada = 14 572 ha
- ☐ Área Agrícola = 12 629 ha
- ☐ Áreas Sociais = 2 117 ha
- ☐ Área de Incultos = 14 538 ha
- ☐ Área de Improdutivos = 77,9 ha
- ☐ Área de Superfícies aquáticas = 269 ha

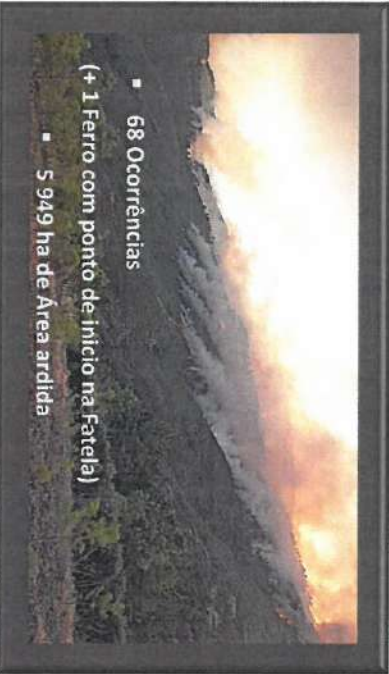


## Concelho da Covilhã IR 2022




Fonte: SGIF (setembro 2022)

### PONTO DE SITUAÇÃO DOS INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022



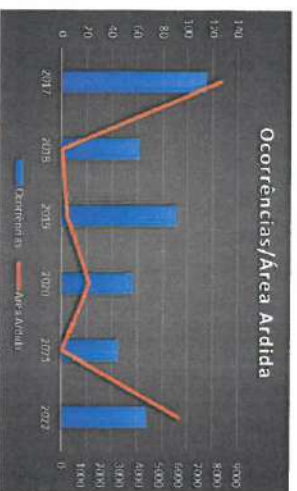
- 68 Ocorrências
- (+ 1 Ferro com ponto de início na Fatela)
- 5 949 ha de Área ardida



Fonte: SGIF (setembro 2022)

PONTO DE SITUAÇÃO DOS INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Área Ardida	8062	30	292	1415	33	5949
Ocorrências	115	62	91	57	45	68



Fonte: SGIF, PMDFCI (setembro 2022)



PONTO DE SITUAÇÃO DOS INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022

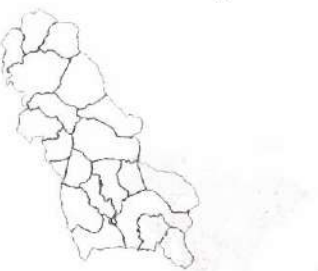


CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022

24460,5 ha de Área ardida no Incêndio de Garrocho

Área do Concelho da Covilhã = 55 560 ha

▪ Área afetada: 5 682,3 ha (10,14%)



CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022

Incêndio caracterizado por 2 Fases distintas:

**1ª Fase - 06/08 – 13/08**

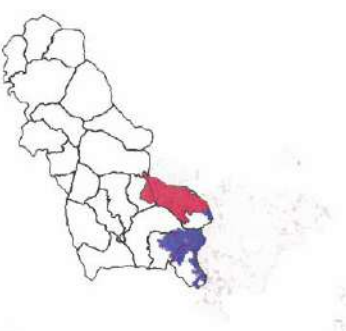
Área ardida ≈ 3156 ha

- Freguesias afetadas:
- Cantar Galo / Vila do Carvalho
- Verdelhos

**2ª Fase - 15/08 – 19/08**

Área ardida ≈ 2526 ha

- Freguesias afetadas:
- Orjais
- Teixoso / Sarzedo
- Vale Formoso / Aldeia do Souto
- Verdelhos





CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022



Ponto de início – 03:18 – dia 6/08/2022



CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022

Grande propagação inicial



Incêndio 5:20

Trabalho apeado com ferramentas manuais



CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022



Declive médio fase inicial – 50,2%



CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022

Cabeça dominada - Picoto



Incêndio 8:30

Flancos em combate



CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022



Turbulência H50

Incêndio 11:31

Flanco direito arde com intensidade



CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022



Zona sem condições combate - Cabeça



CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022



Novo Foco Incêndio

Incêndio 11:45

Necessidade movimento meios



CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022



Zona sem condições combate - Cabeça



## CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022



Flanco direito



## CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022



Progressão ao longo da linha de água nas duas margens do Rio Beijames



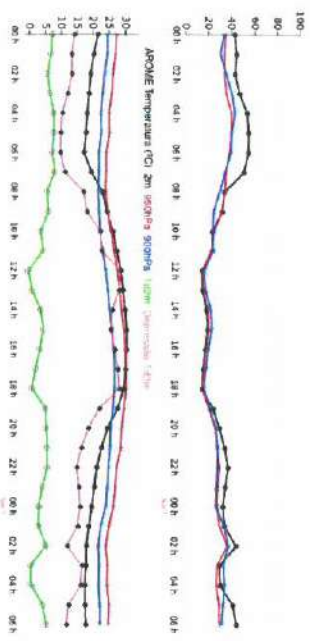
## CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022

### Aspetos condicionantes



### CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022

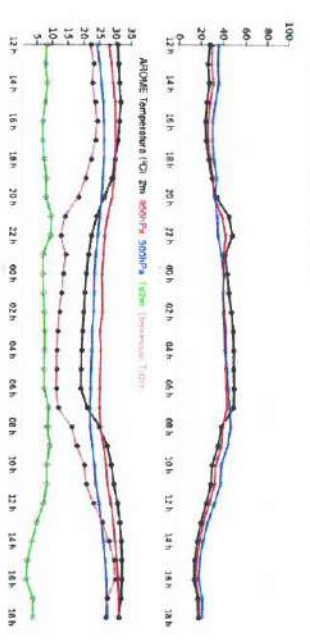
Meteorologia para Covilhã - Altitude: 544 m - Altitude: 544 m - Coord: 40.34 N - 7.4833333333333 W  
 Período de 2022-08-05 00:00:00 - Até ao ano 2022-08-05 00:00:00  
 AROME Humidade Relativa (%): 2m 500hPa 500hPa  
 AROME Humidade Relativa (%): 2m 500hPa 500hPa



AROME – 6/08/2022

### CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022

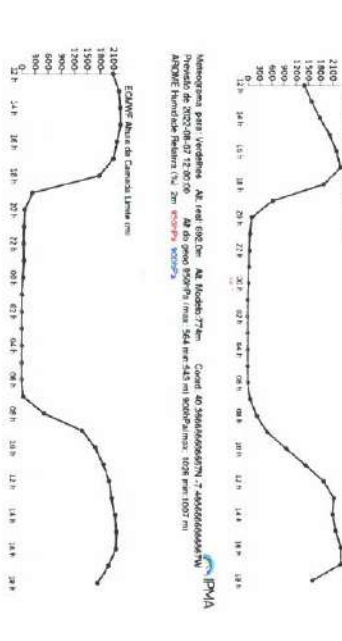
Meteorologia para Verdelhos - Altitude: 632 m - Altitude: 77m - Coord: 40.365555555556 N - 7.4655555555556 W  
 Período de 2022-08-07 12:00:00 - Até ao ano 2022-08-07 12:00:00  
 AROME Humidade Relativa (%): 2m 800hPa 500hPa 500hPa



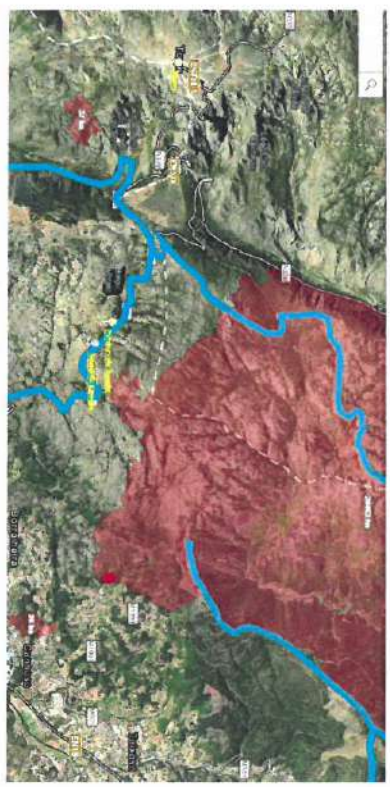
AROME – 7/08/2022

### CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022

Meteorologia para Covilhã - Altitude: 544 m - Altitude: 544 m - Coord: 40.34 N - 7.4833333333333 W  
 Período de 2022-08-06 12:00:00 - Até ao ano 2022-08-06 12:00:00  
 AROME Humidade Relativa (%): 2m 500hPa 500hPa  
 AROME Humidade Relativa (%): 2m 500hPa 500hPa

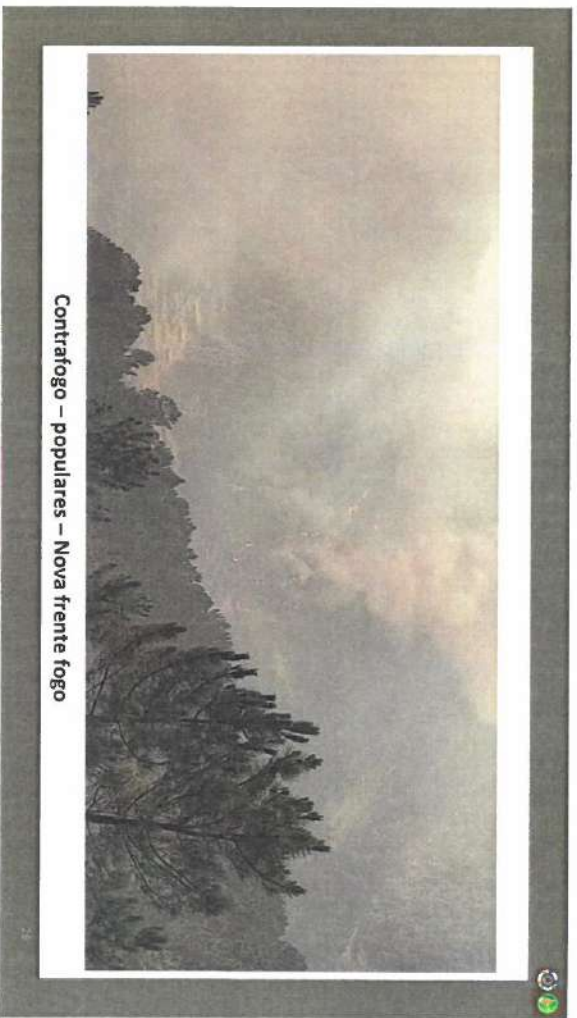
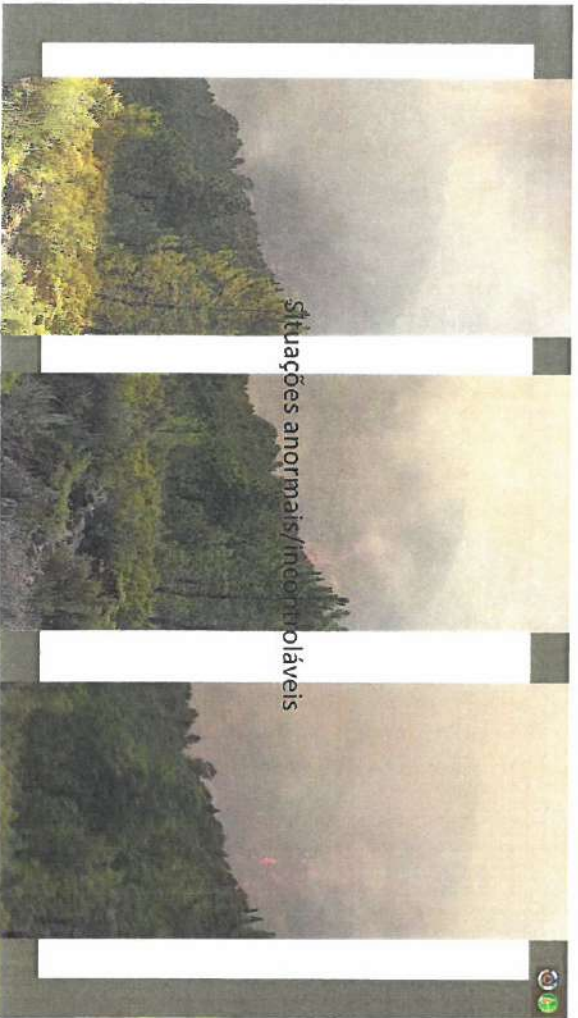


### CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022

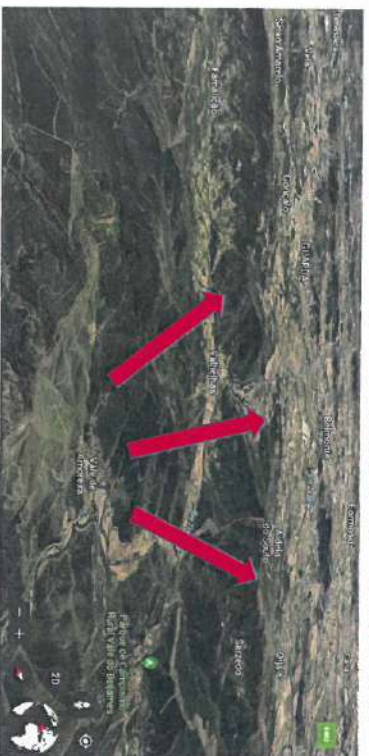


Obstáculos ao combate





## CARACTERIZAÇÃO DO INCÊNDIO DE GARROCHO – COVILHÃ 2022



2ª fase incêndio – Progressão rápida e violenta

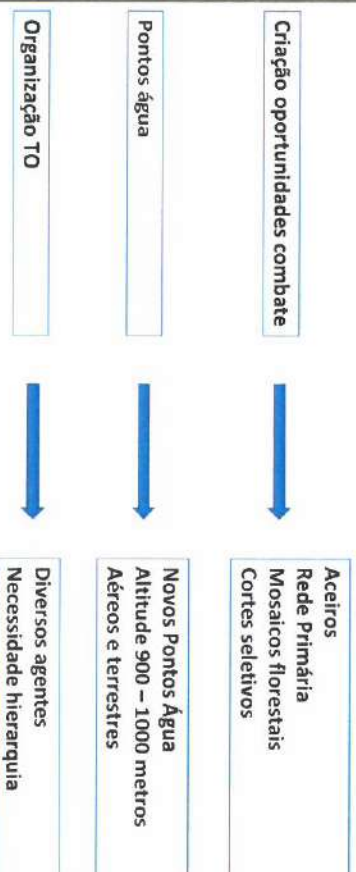
## Resumo trabalho ZCAP

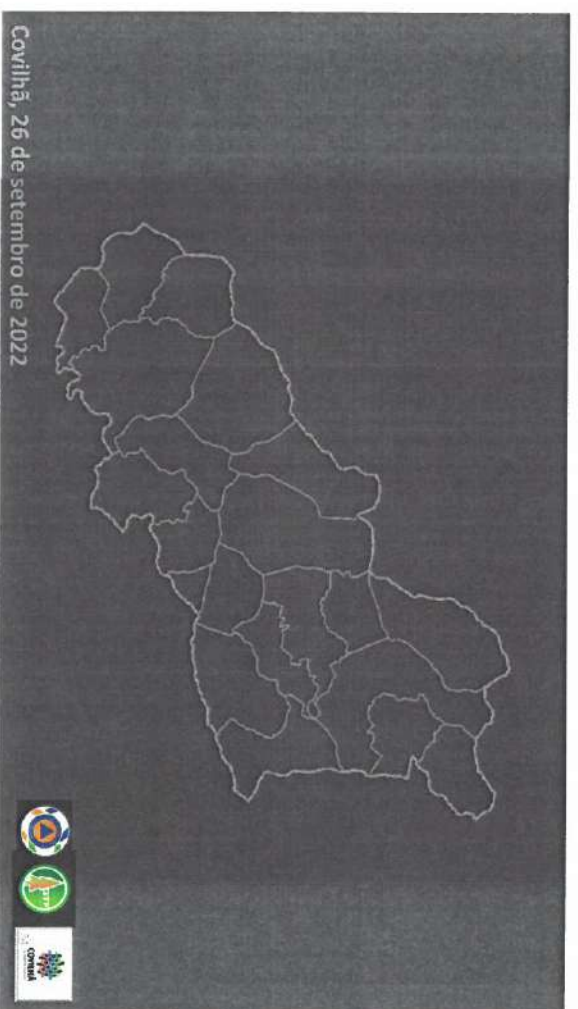
- SMPC; Apoio Social CMC; ISS; Escuteiros; Fundação Pina Calado; GNR; INEM; Junta de Freguesia; FA.
- Registadas – 72 pessoas – idades entre 1 e 91 anos
- Atalaia: 7
- Orjais: 7
- Sarzedo: 34
- Sra. Do Carmo: 2
- Vale Formoso: 22
- **Pernoitaram:**
- dia 15/08 – 19 pessoas
- Dia 16/08 – 25 pessoas

## INTERVENÇÃO SMPC

- Abastecimento combustível 24/24;
- 1 Técnico GTF no Posto Comando Operacional;
- Retroescavadora;
- 2 autocarros – evacuação Sarzedo e Vale Formoso;
- Criação ZCAP – Escola Teixoso
- Apoio Social CMC – ZCAP
- Logística ZCAP – SMPC
- Coordenador Municipal Proteção Civil

## RESUMO CONDICIONANTES – LIÇÕES APRENDIDAS





LEVANTAMENTOS DOS PREJUÍZOS/DANOS/CUSTOS ESTIMADOS  
INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022

**Total de prejuízos (estimados)**  
**35 293 495,74€**

LEVANTAMENTOS DOS PREJUÍZOS/DANOS/CUSTOS ESTIMADOS  
INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022

- PÚBLICOS: 26 127 942€
- PRIVADOS: 433 235,00€
- HABITAÇÕES POR FREGUESIA: 520 000,00€



LEVANTAMENTOS DOS PREJUÍZOS/DANOS/CUSTOS ESTIMADOS  
INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022



☐ **PÚBLICOS: 26 127 942€**

- Infraestruturas e Equipamentos Municipais – 127 942,00€
- Regularização e Reabilitação de Recursos hídricos (Estimativa) – 26 000 000,00€

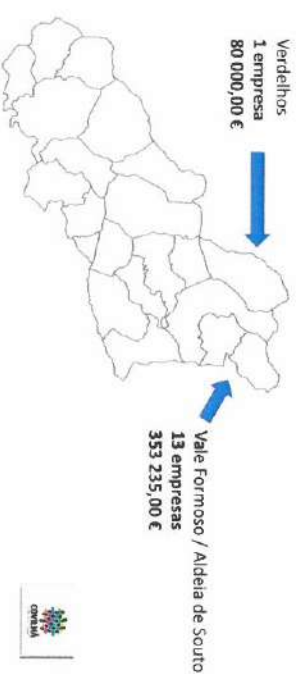


37

LEVANTAMENTOS DOS PREJUÍZOS/DANOS/CUSTOS ESTIMADOS  
INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022



☐ **PRIVADOS: 433 235,00€**



38

LEVANTAMENTOS DOS PREJUÍZOS/DANOS/CUSTOS ESTIMADOS  
INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022



☐ **HABITAÇÕES POR FREGUESIA: 520 000,00€**

- Teixoso / Sarzedo – 1 casa (1ª habitação) - 70 000,00€
- Orjais – 4 casas (2ª habitação) - 205 000,00€
- Vale Formoso / Aldeia do Souto – 3 casas (1 de 1ª habitação + 2 de 2ª) - 100 000,00€
- Verdelhos – 10 edificações (armazéns agrícolas e currais) - 145 000,00€



39

LEVANTAMENTOS DOS PREJUÍZOS/DANOS/CUSTOS ESTIMADOS  
INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022 (cont.)



☐ **PEQUENOS AGRICULTORES, APICULTORES, PRODUTORES FLORESTAIS, CRIADORES DE ANIMAIS, ARMAZÉNS, MAQUINARIAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E OUTROS: 3 158 518,74€**

- Cantar Galo / Vila do Carvalho – 21 916,00€
- Ferro – 80 494,00€
- Orjais – 511 367,00€
- Teixoso / Sarzedo – 754 754,74€
- Vale Formoso / Aldeia do Souto – 445 048,00€
- Verdelhos - 1 344 939,00€



40



LEVANTAMENTOS DOS PREJUÍZOS/DANOS/CUSTOS ESTIMADOS  
INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022 (cont.)

☐ **BALDIOS E ASSOCIAÇÕES: 5 053 800,00€**

- Baldios de Verdelhos – 3 999 250,00€
- Clube de Caça e Pesca de Verdelhos – 27 000,00€
- Baldios do Sarzedo – 1 027 550,00€



11

MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022

A Proteção Civil e os Serviços de Ação Social Municipais conjuntamente com o ISS de Castelo Branco e outras entidades deslocaram e alojaram, provisoriamente, as pessoas que viviam em habitações ameaçadas pelo incêndio. Foram também dinamizados serviços de alimentação para bombeiros e pessoas deslocadas;



12



MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022

Protocolámos apoios com os Baldios de Verdelhos e Sarzedo e Junta de Freguesia de Vila do Carvalho para satisfação de necessidades básicas de sobrevivência de pessoas e animais (alimentação e medicação, rede de água para abastecimento de moradias, bebedouros de animais, sistemas de rega e outras);



13

## MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022



Promovemos a divulgação, reforço financeiro e alargamento a todas as freguesias no que respeita à Portaria n.º 205-B/2022 – apoio extraordinário para aquisição de alimentos para animais;

## MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022 (cont.)



Criamos centros de acolhimento e armazenamento de alimentos para animais, com a colaboração de empresas, associações e pessoas individualmente;



45

## MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022 (cont.)



Constituímos comissões de acompanhamento e ajuda (CMC, Juntas de Freguesia e Baldios que apoiam no levantamento dos danos e dinamização dos apoios);



45

## MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022 (cont.)



Reunimos com todas as entidades locais, regionais e nacionais (governo) para a criação de medidas especiais, nomeadamente a declaração da situação de calamidade, bem como apoios à requalificação e reabilitação do território, bem como incentivos à construção e reconstrução de habitações e reposição de danos nas explorações industriais, agrícolas, pecuárias, florestais e outras;



47



45

MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022 (cont.)



Com a APA, ICNF e Juntas de Freguesia temos estado a preparar e implementar planos de estabilização dos solos, abate e venda das madeiras ardidas, reflorestação e revitalização dos recursos hídricos através do fundo florestal e ambiental (para breve assinatura de protocolos e contratos programa);



48

MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022 (cont.)



Os Serviços de Obras e Planeamento procederam ao levantamento e remessa à CCDRC dos danos/prejuizos nas infraestruturas e equipamentos Municipais afetados de modo a obter fundos através do FEM – Fundo de emergência Municipal, destinados à sua requalificação;



50

MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022 (cont.)



Procedemos ao levantamento e remessa à CCDRC das habitações permanentes, não permanentes e devolutas, total o ou parcialmente ardidas com estimativa de custos;



51

MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022 (cont.)



Foi feito levantamento e remessa à CCDRC das empresas privadas com danos industriais, comerciais, serviços e turismo;



52



## MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022 (cont.)

Estamos a divulgar e ajudar as empresas agrícolas afetadas para submeterem os danos/prejuízos na plataforma da DRAPC. Posteriormente estas empresas terão de submeter projeto à medida 6.2 do PDR:



55



## MEDIDAS DE APOIO IMEDIATAS – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022 (cont.)

Para os pequenos agricultores /criadores de animais que não têm atividade aberta na A.T., a DRAPC irá disponibilizar, muito em breve, uma plataforma para a submissão dos danos e obtenção de apoios até ao máximo de 1.108€.

- A CMC, Juntas de Freguesia e Baldios apoiaram no preenchimento e submissão dos formulários, até 15/9, após esta data a DRAPC validará os danos e proposta de apoio que será de imediato pago pela Segurança Social.



54

**MEDIDAS DE APOIO DO GOVERNO**

**RESPOSTA IMEDIATA**

**RESILÊNCIA**

GOVILHÃ



## MEDIDAS DE APOIO DO GOVERNO – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022

**MEDIDAS DE RESPOSTA IMEDIATA**

**Proteção Civil**  
2,3 milhões de euros

**Economia**  
17 milhões de euros

**Trabalho, solidariedade e segurança social**  
17 milhões de euros

GOVILHÃ

56

MEDIDAS DE APOIO DO GOVERNO – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022



## MEDIDAS DE RESPOSTA IMEDIATA

### **Ambiente**

45,4 milhões de euros

### **Infraestruturas e Habitação**

1,5 milhões de euros



57

MEDIDAS DE APOIO DO GOVERNO – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022



## MEDIDAS DE RESPOSTA IMEDIATA

### **Administração Local**

6 milhões de euros

### **Agricultura**

31,2 milhões de euros



58

MEDIDAS DE APOIO DO GOVERNO – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022



## MEDIDAS DE RESILÊNCIA/COMPETITIVIDADE

### **Economia e da coesão territorial**

62 milhões de euros

### **Ciência, tecnologia e ensino superior**

28 milhões de euros



59

MEDIDAS DE APOIO DO GOVERNO – INCÊNDIOS RURAIS – COVILHÃ 2022



## MEDIDAS DE RESILÊNCIA/COMPETITIVIDADE

### **Ambiente**

30,9 milhões de euros

### **Infraestruturas e Habitação**

Em validação pelo Ministério das finanças



60

## AÇÕES E MEDIDAS DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

- Recuperação de infraestruturas afetadas;
- Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas;
- Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água;
- Diminuição da perda de biodiversidade.



## AÇÕES E MEDIDAS DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA (cont.)



Execução de trabalhos na freguesia de Verdelhos para controlo da erosão, tratamento e proteção das encostas.



## AÇÕES E MEDIDAS ESTRUTURANTES



## AÇÕES E MEDIDAS ESTRUTURANTES (cont.)



Urgente elaboração e aprovação de **Planos de Gestão Florestal – PGF** para as áreas comunitárias, áreas públicas e áreas privadas. Os planos devem privilegiar a floresta de conservação da natureza e da biodiversidade, de modo a torná-la mais atrativa do ponto de vista turístico e ambiental. Esta floresta só é possível com apoios extraordinários aos produtores. Só assim podemos diminuir a floresta de produção utilizada na produção de riqueza e valor, aumentando a floresta sustentável e humanizada.

Os **PGF** devem contemplar ações para uma floresta de talhões ou mosaicos compartimentados e distribuídos por:

- Áreas despidas de vegetação;
- Novas plantações com espécies autóctones;
- Condução da regeneração natural;
- Plantações adequadas às linhas de água;



#### AÇÕES E MEDIDAS ESTRUTURANTES (cont.)



Os **PGF** devem contemplar ações para uma floresta de talhões ou mosaicos compartimentados e distribuídos por:

- Políticas de abate/exploração;
- Controlo de plantas invasoras;
- Plantar de acordo com a disponibilidade hídrica, altitude, declive e níveis disponíveis de matéria orgânica no solo.



41

#### AÇÕES E MEDIDAS ESTRUTURANTES (cont.)



Políticas e ações de implementação de **Rede viária**:

- A espaços, devem existir vias pavimentadas, que liguem as bases aos cumes de modo a possibilitarem a fuga, o combate e o escape rápido;
- Aceiros de cumeadas, com largura adequada e mosaicos complementares (este incêndio ensinou-nos que uma rede primária com 125 metros não é suficiente para travar um incêndio);
- A Rede viária florestal deve estabelecer ligação com a rede primária e a estrada pavimentada e estar devidamente limpa e drenada (valetas, aquedutos,...).



47

#### AÇÕES E MEDIDAS ESTRUTURANTES (cont.)



**Floresta de mosaicos** que deve contemplar:

- Criação de aceiros ladeados de manchas de folhosas, cuja plantação deve considerar as espécies mais adaptadas a cada tipo de solo, mas sempre privilegiando as plantas autóctones (sobreiro, medronheiro, azinheira, castanheiro, carvalho,...);
- Devem ter, igualmente em conta, os **recursos hídricos** e as galerias ripícolas que os rodeiam, ou seja, junto às linhas de água devem plantar-se espécies adaptadas ao meio (salgueiros, freixos, amieiros,...).



44

#### AÇÕES E MEDIDAS ESTRUTURANTES (cont.)



**Faixas de Gestão de Combustível – FGC**:

- Em tornos dos **aglomerados populacionais**, as mesmas revelaram-se muito eficientes contudo tanto quanto possível devem passar de 100 para 125 metros;
- Recuperação dos regadios tradicionais, nomeadamente os açudes e as lavadas;



45



## AÇÕES E MEDIDAS ESTRUTURANTES (cont.)

### Faixas de Gestão de Combustível – FGC:

- Recuperação dos terraços/socialcos, a fim de introduzir espécies de folhosas, mais adaptadas, que aumentem o teor de humidade nos solos e diminuam o risco de incêndio;
- Aproveitar os locais onde existe mais matéria orgânica para instalação de olivais, nas zonas mais secas plantar sobreiros e medronheiros e nos locais mais húmidos instalar carvalhais ou soutos, uma vez que se tratam de espécies de produção de fruto e que se enquadram na linha de apoios do IFAP, Pedido Único.



45



### EXPECTATIVAS FUTURAS

A Floresta do futuro deve contemplar os ensinamentos da Natureza.

Dois Exemplos concretos: O incêndio de 2017, contornou o Azinhal do vale da ribeira das Cortes que não ardeu. O mesmo aconteceu no incêndio de Garrocho com o Souto das Sarnadas em Verdelhos



Azinhal – Cortes do Meio



Souto - Verdelhos



46



## AÇÕES E MEDIDAS ESTRUTURANTES (cont.)

- Acelerar o Cadastro dos prédios rústicos e mistos com objetivo de conhecer os limites das propriedades e identificar os seus proprietários;

- Facilitar as políticas de implementação dos Condomínios de Aldeia e Áreas Integrada de Gestão da Paisagem – AIGP, nomeadamente as áreas de baldios devem ser equiparadas a produtores privados de modo a que toda a área possa integrar uma AIGP e não só os 30% decretados.



46



### EXPECTATIVAS FUTURAS

- Aproveitar a oportunidade para revitalizar, recuperar e reflorestar de modo a criar matas, paisagens e florestas humanizadas, mais amigas do ambiente, das pessoas e resilientes às alterações climáticas e ao fogo.

- Sob o ponto de vista estrutural: A floresta deve estar em pé de igualdade com a agricultura no que respeita a fundos e apoios à sua manutenção. Se a agricultura é importante na nossa alimentação, a floresta não é menos importante para a qualidade da água que bebemos e o ar que respiramos.

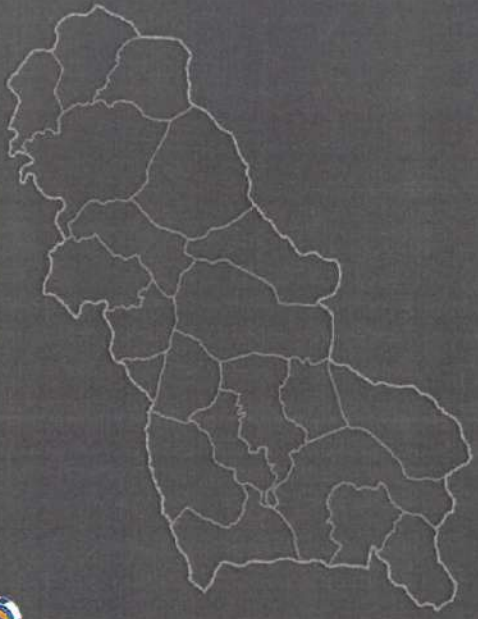
- Ao nível comunitário: Se existe uma PAC (política agrícola comum) terá de existir uma PFC (política florestal comum).




47



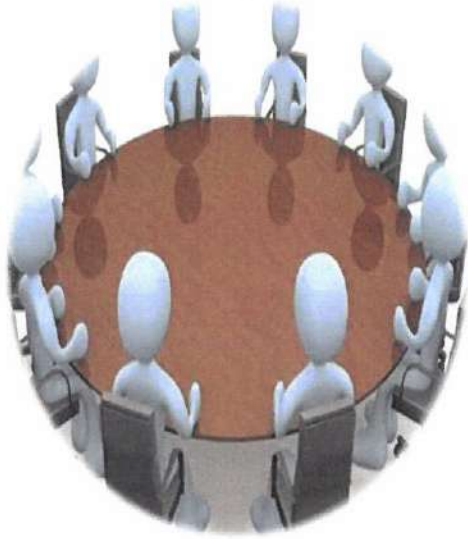
Covilhã, 26 de setembro de 2022



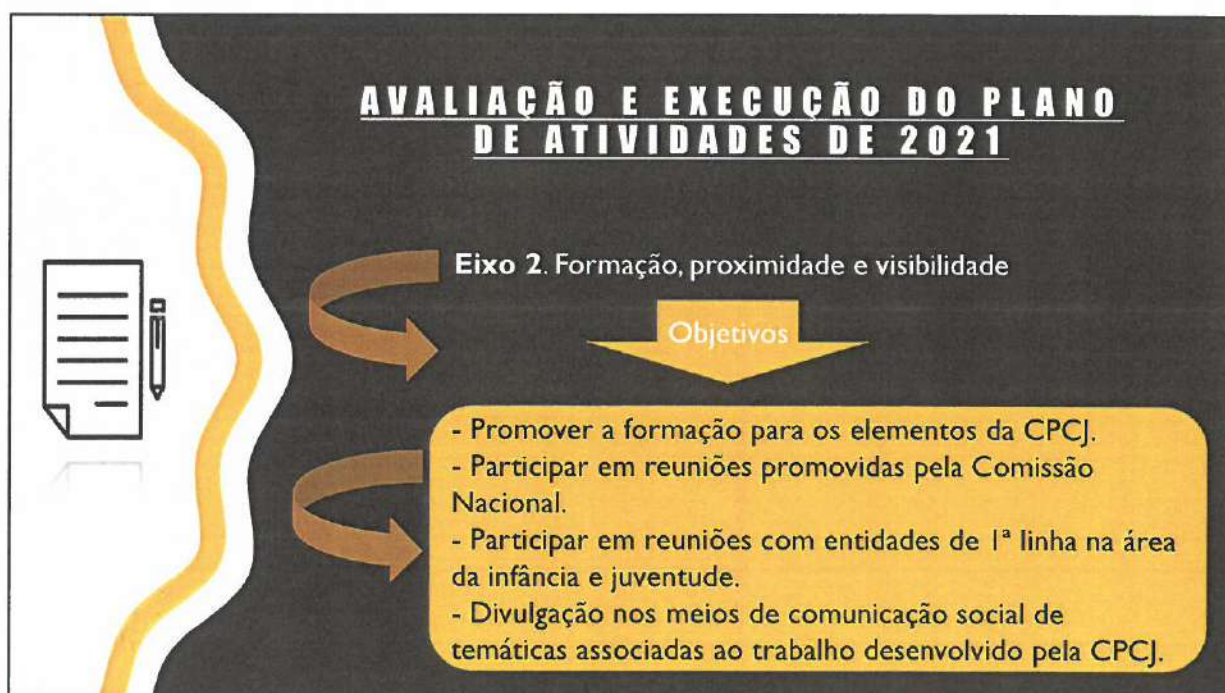
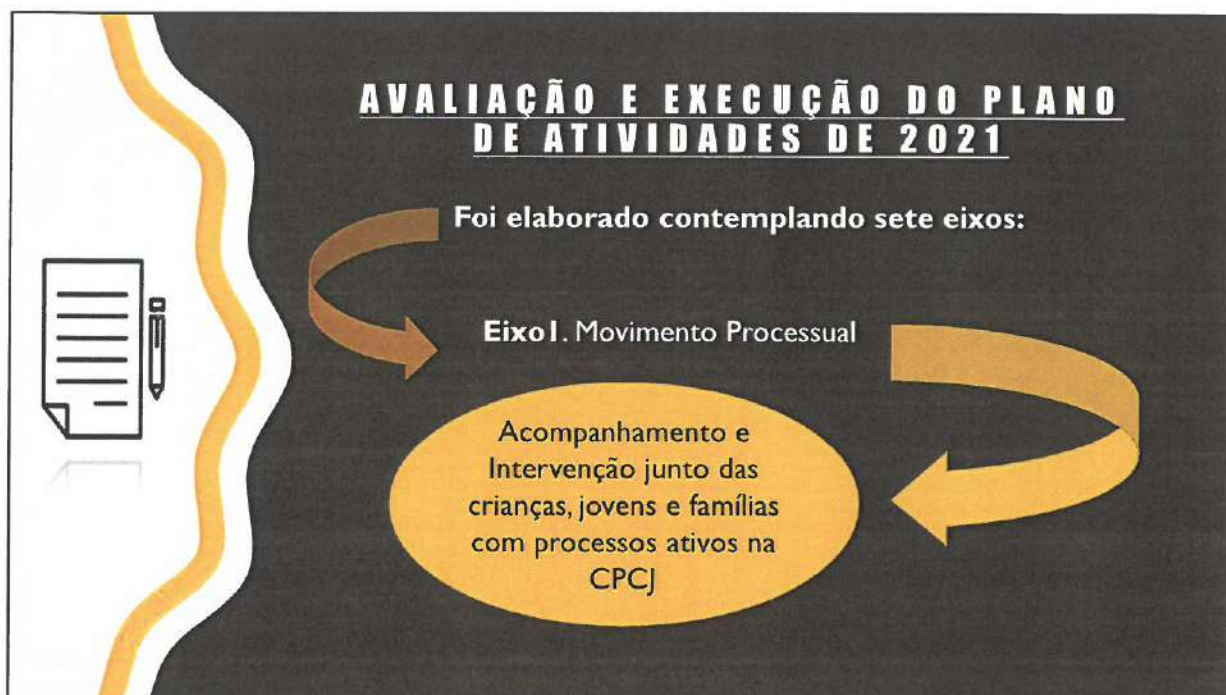


**CPCJ**  
**COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE**  
**CRIANÇAS E JOVENS**  
**COVILHÃ**

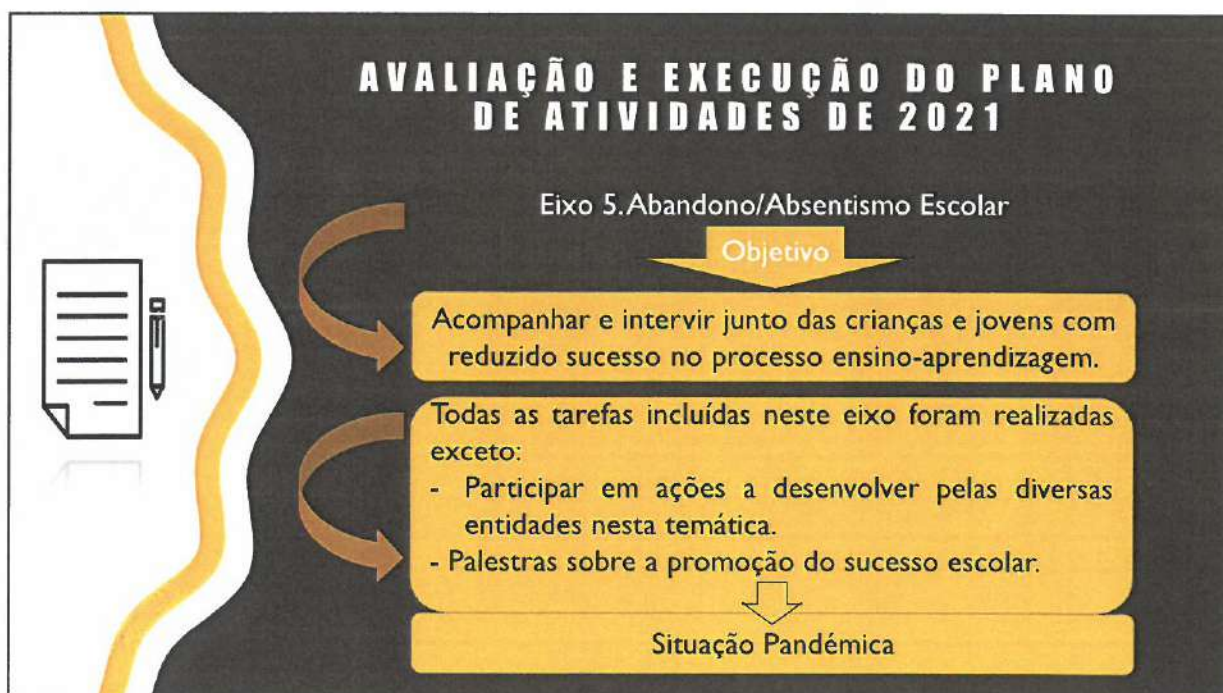
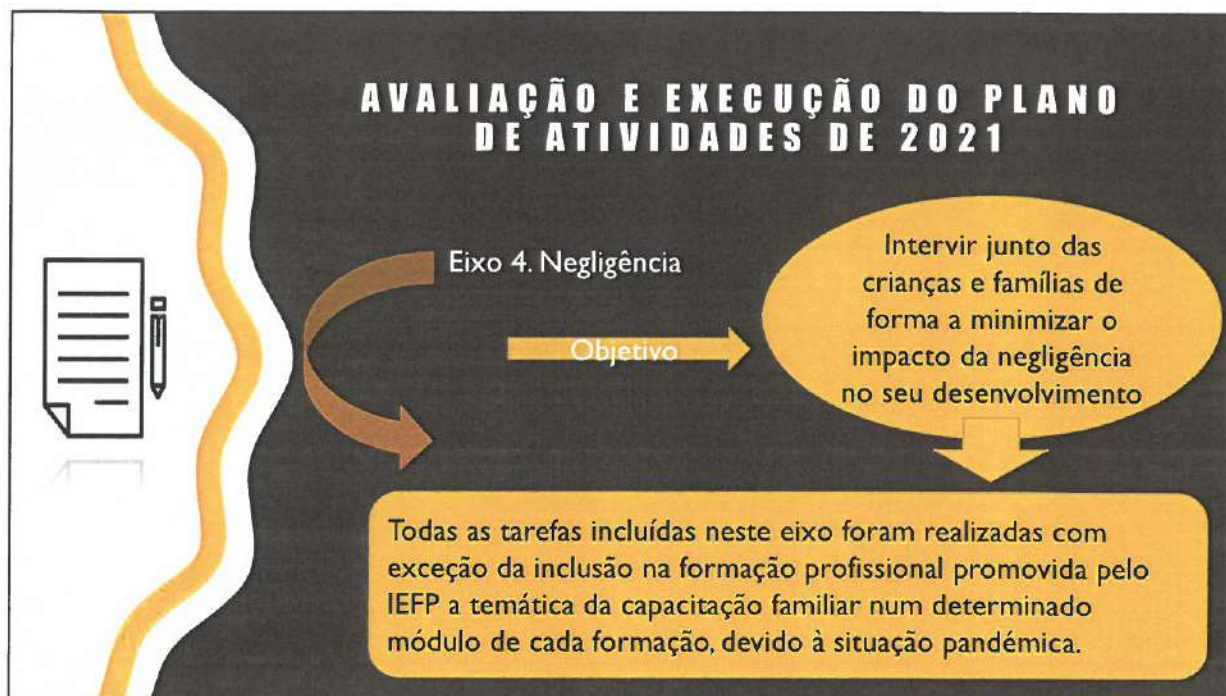
**26/09/2022**



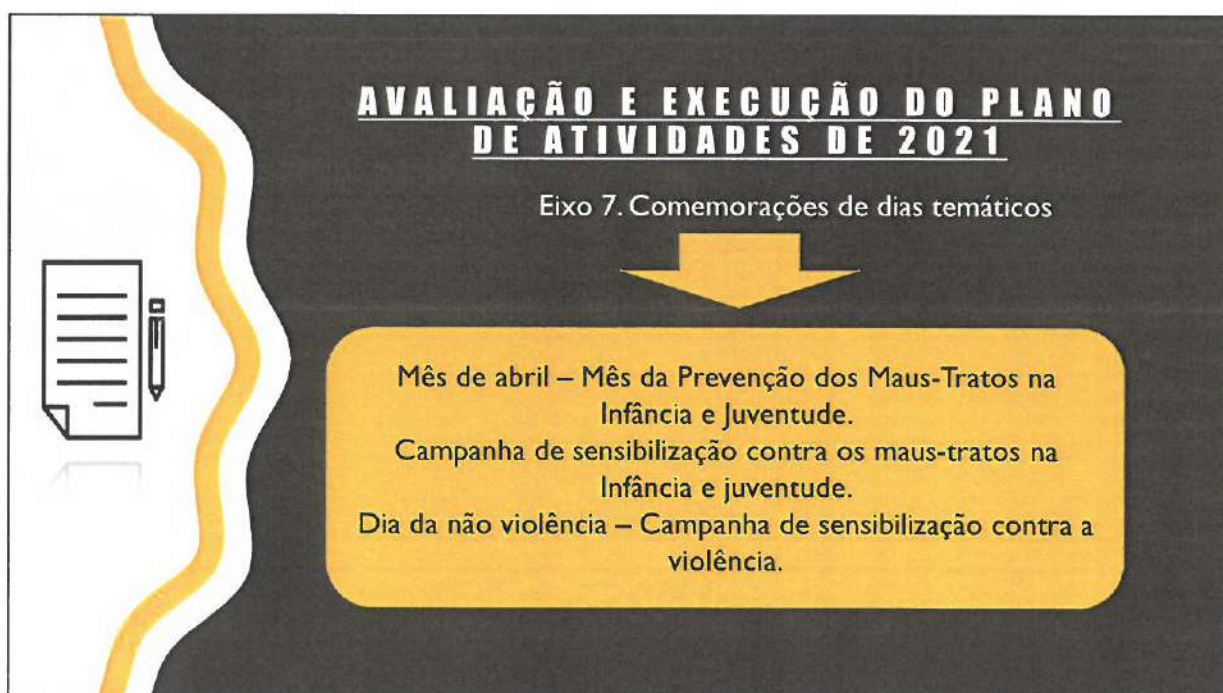
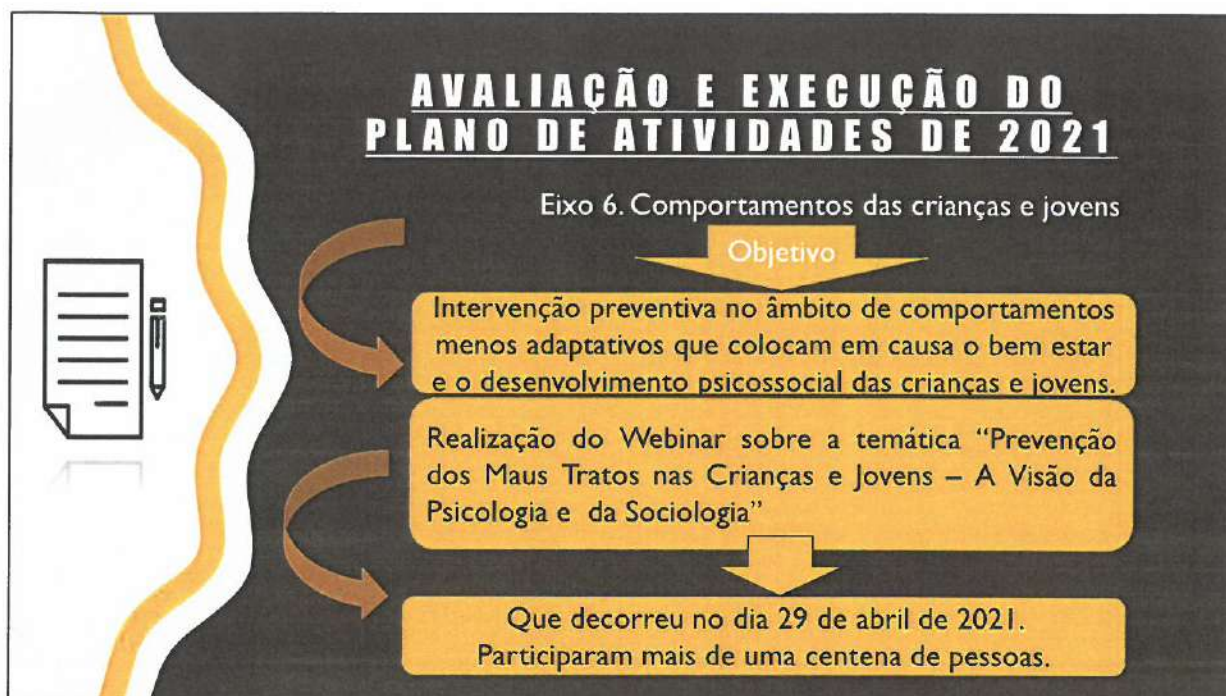
**AVALIAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE**  
**ATIVIDADES 2021**











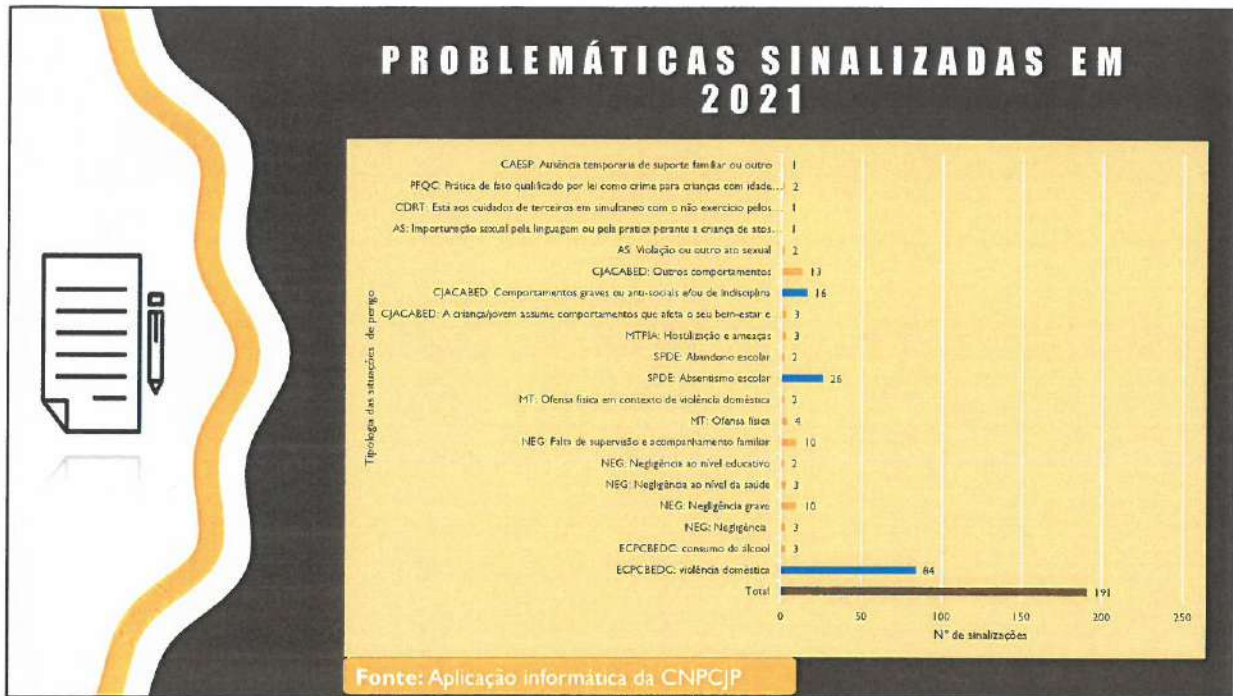


**CARACTERIZAÇÃO PROCESSUAL EM 2021**

Processos abertos		Cessação da intervenção	
Transitados do ano 2020	101	Arquivamento liminar ou Remessa	11
Instaurados:	191	Transferência por alteração da Competência Territorial	0
Novos	136	Cessação após AP	144
Por transferência	2	Total de processos em que cessou a intervenção	155
Reabertos	53		
<b>Total de Entradas</b>	<b>292</b>		
<b>Total de Processos Ativos em 31 de dezembro 2021</b>			<b>137</b>

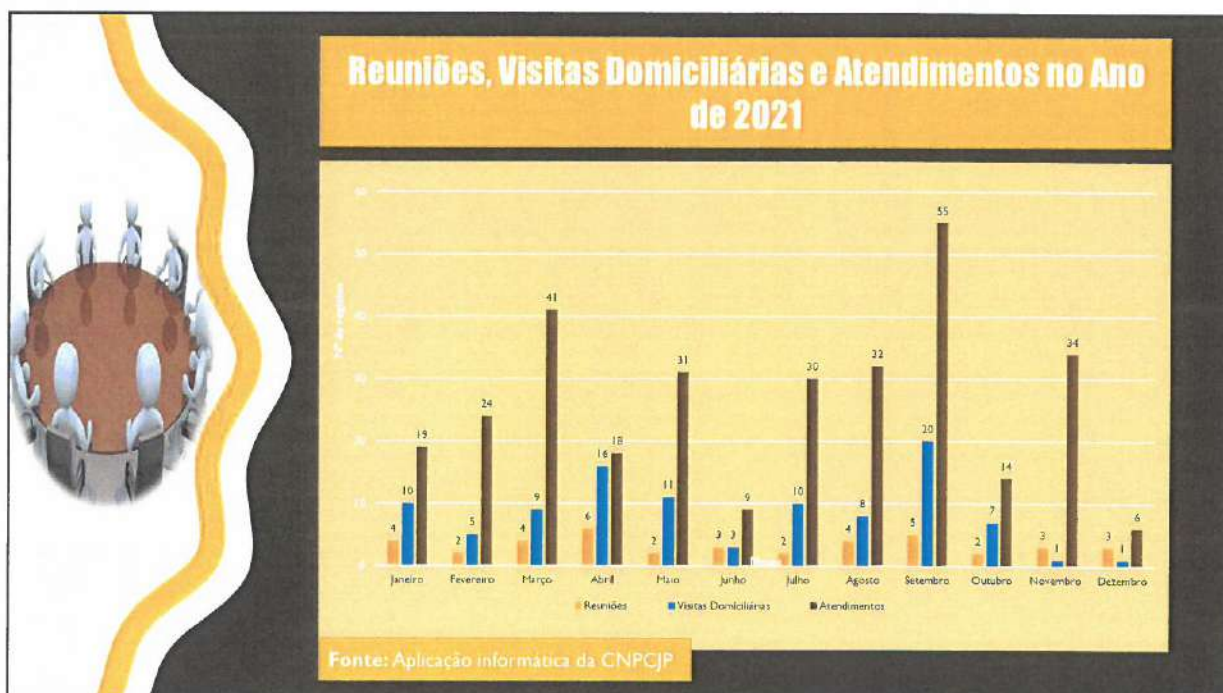
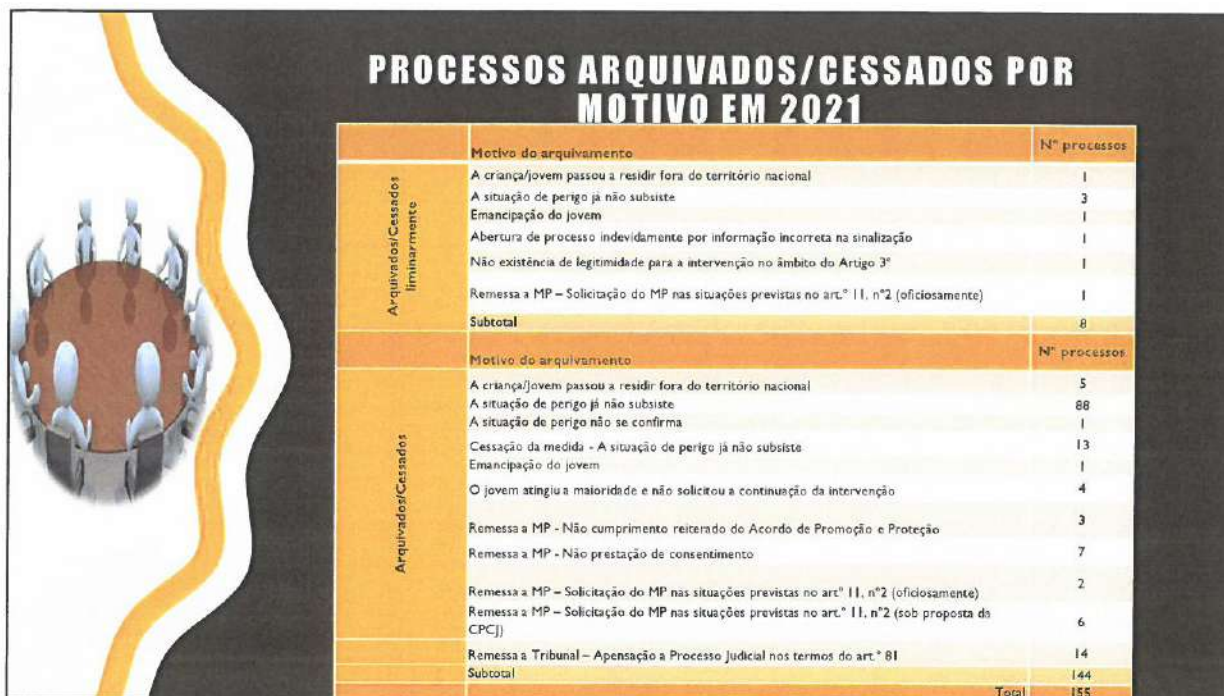
Fonte: Aplicação informática da CNPCJP

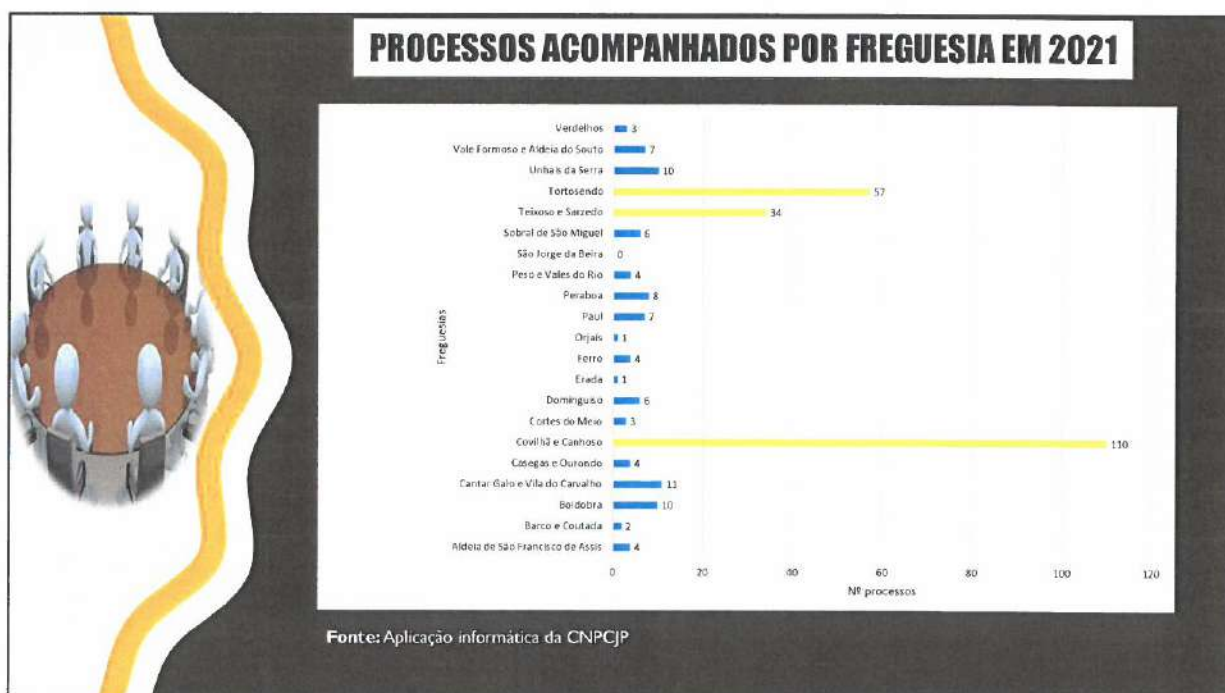
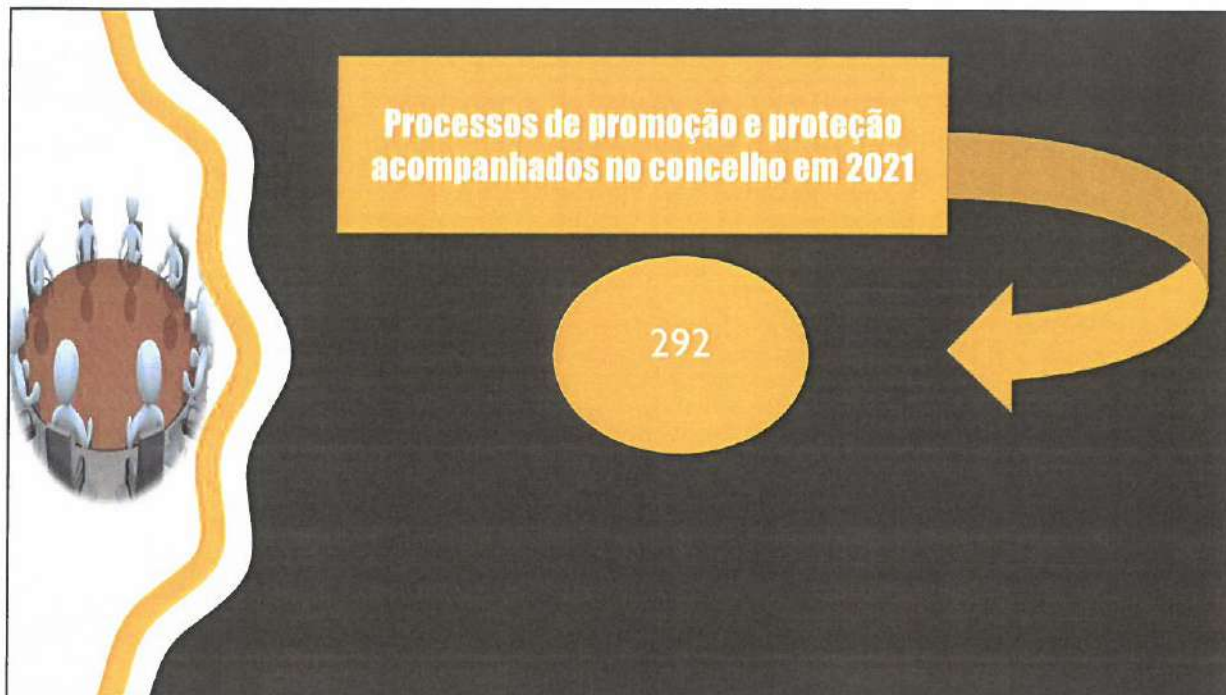


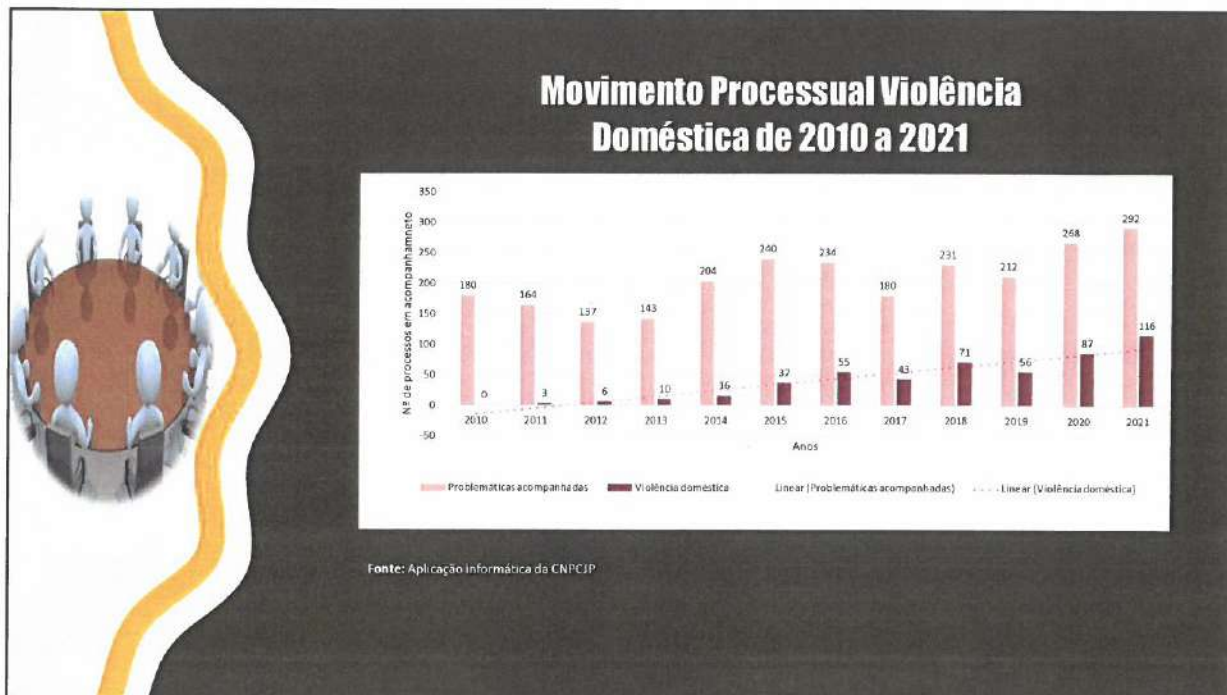


## Acordos de Promoção e Proteção Celebrados por Medida em 2021

	Medidas de Promoção e Proteção	Processos Transitados	Processos Instaurados	Processos Reabertos	Total
<b>Medida Provisória</b>	Apoio Junto dos Pais	4	0	0	4
	Apoio Junto de Outro Familiar	0	2	0	2
	Acolhimento Residencial	0	0	0	0
	<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
<b>Medida Definitiva</b>	Apoio Junto dos Pais	32	7	5	44
	Apoio Junto de Outro Familiar	1	0	3	4
	Acolhimento Residencial	9	1	0	10
	<b>Subtotal</b>	<b>42</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>58</b>
	<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>64</b>







# OBRIGADA !



## **Assembleia Municipal da Covilhã - Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2022**

### Intervenção Alteração Orçamental Modificativa (Ponto 2.4.)

Exmo Sr. Presidente da AMC, Dr. João Casteleiro e restante mesa

Exmo Sr. Presidente da CMC, Dr. Vitor Pereira

Exma Sra Vereadora e Exmos Srs. Vereadores

Caros colegas deputados,

Publico presente e Comunicação Social

Começo por deixar os meus cumprimentos!

Devemos analisar a alteração modificativa do orçamento em duas vertentes: por um lado o reforço de receitas correntes por via das transferências diretas da Administração Central e por outro o aumento das despesas.

Verificamos que o aumento das receitas é proveniente da Administração Central, receitas correntes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e outras do Fundo de Apoio ao Asilo à Migração e Integração. Ambos demonstram um bom trabalho desenvolvido no nosso município. Em grande destaque a última referida, pois nos dias que decorrem, que estamos perante uma invasão avassaladora da Ucrânia por parte da Federação Russa (ou diríamos melhor do "Império Russo"?), com as convulsões que se encontram pelo mundo, em que muitos povos lutam pela liberdade: liberdade religiosa, liberdade de trajar como bem entenderem, liberdade de estudar e aprender, liberdade de não ser preso



por uma Policia Moral, nos dias de hoje, temos impreterivelmente que ser mais inclusivos, mais abertos à diferença, mais amigos e humildes na receção de outros que procuram algo “supremo” para eles e que nós desvalorizamos ou consideramos como banais, por as darmos como adquiridas.

Desta tribuna apelamos ao município e seus órgãos para que aprofundem estas políticas.

O aumento das receitas do FEDER, apesar de serem poucos expressivas, não deixamos de verificar que há um crescimento positivo. Mas agora, é do nosso interesse questionar: para quando estão previstos os fundos prometidos pelo Governo para fazer face aos incêndios do verão?

Relativamente às despesas, verificamos um aumento de custos com o pessoal e também na aquisição de bens e serviços em que é bem saliente a aquisição de refeições confeccionadas. Perante o cenário que temos de inflação pronunciada é de esperar um aumento de verbas na aquisição de bens e serviços, pelo que o aumento verificado nas despesas correntes, apesar de não ser motivo de regozijo é algo que achamos ser inevitável nos próximos tempos até que se verifique o controlo da inflação.

No que diz respeito ao aumento nos custos com o pessoal e também perante o cenário de inflação que em tanto afeta os cidadãos, apresentando diversas dificuldades, pensamos ser um aumento de custos positivo porquanto julgamos ser devido ao aumento salarial e funcionários municipais com baixos salários. De facto, são aqueles que apresentam um valor mais baixo de salário que mais sofrem perante este quadro de aumento de preços mesmo para fazer face às despesas básicas. É positivo,



*Grupo Parlamentar do Partido Socialista*

que no quadro legal vigente, se possa ajudar as famílias com maior necessidade.

Pelas razões expostas, a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a presente alteração ao Orçamento.



*[Handwritten signature]*

Covilhã, 26 de Setembro de 2022

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### ABSTENÇÃO – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL (12ª)

Os grupos municipais do PPD/PSD e do CDS-PP abstém-se nesta Alteração Orçamental por se considerar haver:

#### **Falta informação detalhada para a tomada de decisão.**

Percebendo as variações do lado da Receita, não há um detalhe rigoroso sobre a aplicação dessa verba, o que poderia ser feito com uma nota explicativa, trazendo transparência à informação prestada;

Atendendo a que se trata de receitas consignadas deveria ser claro neste documento a que rubricas de despesas seriam afetados os valores em causa e a informação apresentada não permite mais que suposições.

O número de alterações orçamentais que se registam nesta data, em numero de 12, permitem questionar sobre a fiabilidade do documento original ou pelo menos o critério usado para a sua elaboração.

Os membros dos grupos do PSD e do CDS na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes	Vanda Ferreira	Jorge Vaz	Luís Rodrigues
Joana Petrucci Rocha	Nuno Costa Reis	Lino Torgal	João Bernardo





Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

**26 de setembro de 2022**

## 2.5 TRANSPORTES CIM

Vimos falar de transportes e da sua importância fundamental para as deslocações dos alunos dos vários graus de ensino, nomeadamente os que residem em zonas mais distantes dos estabelecimentos escolares!

A ausência de participação dos transportes para os alunos do 10º ao 12º é completamente inadmissível!

Como sabemos, o ensino secundário também faz parte, e bem, do ensino obrigatório, havendo aqui uma clara discriminação dos alunos de freguesias mais distantes, tendo que suportar os custos do seu próprio bolso.

Não é compreensível a decisão da Câmara de considerar o transporte gratuito apenas os alunos do ensino básico! A Câmara ignora completamente a recomendação do governo a dizer que devem ser gratuitos até ao 12º!

Na página 11 do nosso Plano de Transportes Escolares refere-se, e passo a citar: "Assim, as Autarquias devem garantir transporte entre o local de residência e o estabelecimento de ensino da área de residência a todos os alunos do 1.º, 2.º, 3.º Ciclos e do Ensino Secundário, oficial ou particular e cooperativo com contrato de associação e paralelismo pedagógico, quando estes residem a mais de três quilómetros dos estabelecimentos de ensino, para frequência do ensino regular em transporte público ou circuito especial."

Na página 13, que refere o mesmo Plano, e cito: "Será comparticipada a 100% a despesa com transportes dos alunos que frequentam o Ensino Básico da Covilhã".

Não deveria esta autarquia, e conhecida cada vez mais a conjuntura económica que dificulta a vida das famílias, seguir a orientação de transporte para todos os que frequentam a escolaridade obrigatória?



*[Handwritten signature in blue ink]*

Que sinal está o Executivo a dar às famílias dos alunos que vivem em S. Jorge da Beira, coutada, Dominguizo, Orjais, que frequentam a escolaridade obrigatória de ensino secundário?

E por falar em transportes, sabe o Senhor Presidente que escola frequentam diversas crianças da Zona das Minas da Panasqueira, Aldeia de S. Francisco? Silvares!

Estamos a falar de transportes Sr. Presidente!

E também por isso, mais uma vez lamentamos a importância que este executivo dá às reuniões da CIMBSE, estando todos os municípios representados por membros eleitos, quando a Covilhã se faz representar sistematicamente pelo chefe de gabinete do Sr Presidente da Câmara, que nas reuniões sobre esta matéria nada acrescenta ou diz.

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Lino Torgal



Covilhã, 26 de Setembro de 2022

## 2.7 – 5ª Alteração do Plano Diretor Municipal da Covilhã

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,  
Sr. Presidente da Câmara,  
Sras. e Srs. Vereadores,  
Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,  
Presidentes de Junta de Freguesia,  
Comunicação Social,  
Estimadas e Estimados concidadãos,  
Minhas senhoras e meus senhores,

A Câmara Municipal da Covilhã deliberou a 17 de Dezembro de 2021 o início do procedimento da 5.ª alteração do **Plano Diretor Municipal** (PDM), estabelecendo o prazo de 210 dias para a sua elaboração.

Em Março deste ano em reunião de Câmara o Sr. Presidente aprovou a Resolução do contrato de prestação de serviços de "Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã";

Esta resolução de contrato foi motivada pela falta de estudos hidrológicos e hidráulicos e outros elementos que deveriam ser elaborados e pagos pela autarquia.

Estamos em finais de Setembro e desconhecesse que se tenha realizado nova contratação para nova equipa de Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã.



Hoje é aqui apresentado a 12.<sup>a</sup> alteração orçamental, e em nenhuma das alterações aprovadas se vislumbra uma qualquer dotação para dar andamento aos trabalhos de revisão do PDM.

O Sr. Presidente da Câmara disse nesta Assembleia que ia ter o PDM revisto até ao final de 2022, estamos em Setembro e volta a pedir a Declaração de não Caducidade e Prorrogação do prazo de elaboração da Revisão do PDM.

Sr. Presidente, em que ficamos? É este o último pedido da Declaração de não Caducidade e Prorrogação do prazo?

A versão Final da 5.<sup>a</sup> Alteração do Plano Diretor Municipal da Covilhã e Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública, apenas altera 8 artigos, que se traduzem em alterações de natureza meramente regulamentar, com incidência no ajuste da nova terminologia e normas de edificabilidade resultantes do novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) às diferentes categorias de solo rústico;

Esta alteração é insuficiente, é uma alteração de cosmética, não acata as preocupações remetidas pelo Sr. Presidente da União de Freguesias Covilhã Canhoso.

O concelho da Covilhã precisa de uma ampla Revisão do seu PDM adaptado à nova realidade e com visão estratégica para o seu desenvolvimento futuro.

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Luis Rodrigues



Handwritten signatures and initials, including 'AF' and 'H2'.

Covilhã, 26 de Setembro de 2022

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### 2.7 – 5ª Alteração do Plano Diretor Municipal da Covilhã

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã eleitos pelo PSD, abstiveram-se neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo fato de entenderem que esta alteração é insuficiente, mas necessária.

O concelho da Covilhã precisa de uma ampla Revisão do seu PDM adaptado à nova realidade e com visão estratégica para o seu desenvolvimento futuro.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã

Hugo Ferrinho Lopes,

Vanda Ferreira,

Jorge Vaz,

Luis Rodrigues,

Lino Torgal



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the letters 'A' and 'A'.

**Sessão da Assembleia Municipal de 26 de Setembro de 2022**

**2.8. Alteração/aditamento ao PERU – que enquadra a Operação de Reabilitação Urbana – e Alteração da delimitação da ARU do Centro Urbano da Covilhã (Aprovação simultânea)**

Desde logo, o que de imediato se constata é que não há uma estratégia global e que se anda sempre a reboque das solicitações que vão surgindo.

Bairros desertificados, com inúmeras casas e outros edifícios para recuperar e revitalizar que não estão abrangidos pela ARU, como boa parte do Bairro Municipal ou o Bairro da Biquinha

Assim como querem revitalizar a zona da torre de santo antonio o mesmo pode acontecer com bairros inteiros, criando condições especiais para que se invista nesses bairros e se impeça de a Covilhã vir a ter bairros desertos, onde apenas existem casas e ninguém que as habite.

É patente a incapacidade de se fazer uma revisão global e coerente dos instrumentos de gestão urbanística, o que leva à manta de retalhos que atualmente existe e que, como se constata neste caso, é sempre curta e deixa sempre algo de fora.

Não está em causa a necessidade de se alterar a ARU e PERU nos termos que hoje vêm a esta assembleia para deliberação, apesar das dúvidas que o interesse manifestado por um particular quanto à Torre de Santo António nos levanta, nomeadamente no que respeita à sua capacidade financeira e técnica para desenvolver a obra de requalificação que se espera (é uma empresa constituída há menos de um ano, sem histórico no ramo imobiliário, com apenas dois sócios, uma pessoa singular e uma pessoa coletiva, sendo o sócio pessoa singular gerente desta sociedade e também o único sócio e gerente da sociedade pessoa coletiva).

O que está em causa é a evidência de que é necessário fazer uma revisão global e coerente dos instrumentos de gestão urbanística, para deixarmos de costurar a manta de retalhos que temos tido e que está sempre curta demais.

Joana Petrucci Rocha



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 26-09-2022

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**2. POD**

**2.8. Alteração/aditamento ao PERU – que enquadra a Operação de Reabilitação Urbana – e alteração da delimitação da ARU do Centro Urbano da Covilhã.**

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) é uma área territorialmente delimitada que se caracteriza por edifícios, infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva e espaços urbanos e verdes de utilização coletiva que se encontram em situação de insuficiência, degradação ou obsolescência, colocando em causa as condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, e que se justifica uma intervenção integrada através uma operação de reabilitação urbana. Isto é, através de uma ORU.

Ora, uma Operação de Reabilitação Urbana é o conjunto articulado de intervenções com o objetivo de proceder à reabilitação urbana de uma determinada área. As Operações de Reabilitação Urbanas podem ser Simples ou Sistemáticas. Em análise aqui, temos uma ORU sistemática, ou seja, uma “intervenção integrada de reabilitação urbana dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público.” (in parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, junho 2022)

Os instrumentos de planeamento e ordenamento do território são determinantes para se exercer a democracia, a justiça e o desenvolvimento, diríamos mesmo, o desenvolvimento sustentável.

Quando, no passado, foi feita a proposta da primeira delimitação da ARU, já na altura consideramos que a área seria insuficiente para ser, verdadeiramente, promotora de aumento de qualidade de vida para quem vive, trabalha e visita a Covilhã. A alteração em apreciação, em nosso entender, continua a não ser uma verdadeira alavanca neste processo, já que deixa de fora áreas onde a intervenção é urgente e cuja degradação obscurece qualquer tentativa de modernizar e valorizar a cidade.

A proposta de se integrar, por exemplo, entre outras propostas, a zona mais alta do Bairro Municipal, isto é, a Rua Dr. Alberto Rato e a sua, quase paralela, Rua José Caetano Júnior, não entra na argumentação dada, no Relatório aprovado pela CMC, para a não inclusão, destas ruas, do Bairro Municipal, já que, ao contrário do que está escrito, ... não é excessiva! Além do mais, a ARU, como qualquer instrumento de planeamento, não é estático nem o poderá ser. Então a argumentação de que, por exemplo, estas duas ruas do Bairro, estão longe do Centro Histórico que foi a área inicial resgatada para a primeira ARU, não faz sentido nenhum... até por que julgo que a Torre de Santo António também se distancia e muito, do centro histórico da Covilhã. Também é dito, no relatório, que há poucos requerimentos, nestas áreas, para vistorias de segurança, salubridade e requalificação, isto é, não têm a “maldita” escala que justifique o alargamento da ARU. ... Julgo que todos aqui percebemos porquê! Também gostaríamos de saber se, por hipótese, não se alargasse a ARU à Torre de Santo António, se apareceriam pedidos para fazer alguma coisa daquele imóvel!

Será então que é por causa do PERU?

O Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), “está focado no ordenamento do território urbano, procurando dar resposta aos desafios atuais, através da valorização dos imóveis e espaços públicos de valor arquitetónico, juntando as partes dispersas num conjunto interligado e harmonioso. O objetivo é incentivar o aparecimento de novas centralidades, assentes em modelos de organização e funcionamento contemporâneos.” Este



programa vai mais longe, pois o financiamento terá como “Norte” “procurar um rejuvenescimento adaptado às realidades e vivências emergentes, tornando-se imprescindível o desenvolvimento de processos de reabilitação urbana integrada, racionalizando recursos e evitando intervenções dispersas que possam revelar-se contraditórias.” ... Julgo que todos aqui, e dadas as dimensões da Covilhã, poderíamos incluir muita mais área na ARU, ... para se poder fazer as ORU necessárias,... graças ao PERU.

No fundo é isto: quem comprou a Torre de Santo António, poderá aceder ao financiamento enquadrado no PERU, para fazer uma ORU, já que o edifício está na ARU. Quem vive na parte mais elevada do Bairro Municipal, terá que se conformar em viver anacronicamente, já que as suas 2 ruas, não estão na ARU, para que se possa candidatar ao PERU e fazer uma ORU. E quem diz o Bairro Municipal diz outros Bairros de valor histórico e patrimonial que temos na nossa cidade.

Não é para criar desigualdade, injustiça e “desenvolvimentozinho” que existem estes instrumentos!

Urge também olharmos e atualizarmos as ARU das freguesias.

Disse.

Os eleitos do PCP:



Vítor Reis Silva



Marco Gabriel



Mónica Ramôa



Covilhã, 29 de novembro de 2021

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

### **1.8. ALTERAÇÃO/ADITAMENTO AO PERU – QUE ENQUADRA A OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA E A ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ARU DO CENTRO URBANO DA COVILHÃ**

Os membros do grupo municipal do PPD-PSD abstiveram-se neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo facto de ao analisar todos os documentos e todo o processo de consulta pública terem-se mantido dúvidas.

No seguimento da deliberação da Câmara Municipal de 20-06-2022 foi promovida a Discussão Pública sobre o Projeto de Alteração ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Urbano da Covilhã.

Diz o executivo camarário que foi despoletada esta alteração em virtude de recentes oportunidades de investimentos manifestadas por entidades particulares e públicas. Originando a necessidade de integrar na ARU do Centro Urbano da Covilhã a área que abrange a Rua Morais do Convento, desde a rotunda do Rato até ao Polo II da Universidade da Beira Interior (UBI), o conjunto edificado propriedade da UBI com acesso através deste arruamento e parte da Quinta de Santo António, onde inclui a Torre de Santo António.

Os dois investimentos em causa focam a reabilitação e requalificação do conjunto edificado da UBI e respetivas infraestruturas, assim como a reabilitação e conclusão da Torre de Santo António. Duas ações de carácter prioritário.



Incluir no PERU os edifícios da Universidade da Beira Interior, uma entidade que tem tido um contributo impar na requalificação urbana da cidade parece-nos de todo um acerto, os argumentos do enquadramento do POLO II da UBI neste plano parece-nos correto, bem como o Jardim monumento á nossa senhora da conceição e Rua morais do convento, no entanto a questão da Torre de Santo António, apesar de concordarmos que aquele edifício não pode continuar assim, deixa-nos algumas duvidas quanto á concretização futura deste investimento.

Também não entendemos na sua totalidade os argumentos evocados para não aceitação da proposta do Sr. Presidente da UFCC .

Por estas razões não pudemos deixar de manifestar o nosso parecer de que esta alteração deixa-nos com algumas duvidas sobre os benefícios para o município versus os benefícios para os privados, assim o documento não poderá ser merecedor do nosso voto a Favor , por isso nos abstermos.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes,

Vanda Ferreira,

Jorge Vaz,

Luís Rodrigues

Lino Torgal,



Handwritten signatures and initials, including 'H2A' and 'A'.

Covilhã, 26 de setembro de 2022

## INTERVENÇÃO – HUGO FERRINHO LOPES

### 2.9 REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DA COVILHÃ

Consideramos que a existência de uma regulamentação para tratamento equitativo das freguesias do município é um bom princípio, tal como defendemos neste mesmo órgão e cuja deliberação da Assembleia Municipal decorre das suas competências materiais. Nomeadamente, da alínea j) do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais [Lei 75/2013, segundo a qual **compete à Assembleia Municipal “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”**].

Por um lado, se bem executado, um Regulamento de Apoio às Freguesias pode consubstanciar-se como uma vacina contra a arbitrariedade, garantindo previsibilidade às Juntas de Freguesias e ser ainda uma ferramenta para impulsionar a meritocracia, recompensando o trabalho. É um meio de escrutínio, transparência e prestação de contas, quer das freguesias, quer do próprio município. Desta feita, não votamos contra tal proposta.

Por outro lado, contudo, existem questões políticas e substantivas preocupantes. Politicamente falando, apesar de a existência deste Regulamento decorrer da Lei 75/2013, somente passados nove anos da atual gestão socialista camarária é proposto tal regulamento, ainda que reiteradamente apontado pela oposição e



Handwritten signatures and initials, including a large 'A' and 'H'.

adotado por municípios vizinhos há largos anos. Trata-se, em primeiro lugar, do reconhecimento da proposta da oposição e, em segundo, de terem estado quase uma década a atribuir apoios e financiamento sem rigor e critério, contrariando o espírito da lei.

Adicionalmente, a documentação existente revela problemas políticos dentro da própria Câmara Municipal sobre este regulamento:

- 1) Antes mesmo do fim do prazo de apresentação de contributos para a elaboração do projeto de Regulamento (18 de maio), já tinham “uma proposta de Projeto de Regulamento”.
- 2) O Vereador das Freguesias refere que “concorda com a proposta de Regulamento” **feita pelos serviços**. Todavia...
- 3) Conforme consta da correspondência da Câmara Municipal, existiam **versões diferentes do regulamento. Uma era a dos serviços e outra a aprovada em reunião de Câmara e remetida para Consulta Pública**. Ou seja, os cidadãos estavam a manifestar-se sobre uma proposta que era distinta daquela em que o Vereador estava a trabalhar, ocultando informação potencialmente relevante da opinião pública.
- 4) Os serviços do município chegam mesmo a dizer que:
  - a. Existem “duas distribuições a decorrer sobre o referido regulamento”. Uma do “Vereador José Miguel Oliveira e a presente [dos serviços]”. Todavia, **“o signatário não teve conhecimento de uma outra qualquer versão do documento (projeto de regulamento) até à presente data”**.
  - b. Os serviços acrescentam que, **somente “após diligências junto do Gabinete do senhor Vereador José Miguel Oliveira, foi facultada nova versão do documento ao SEGAD no dia 24.06.2022 via e-mail”**.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'A' and several other scribbles.

- 5) Neste sentido, os serviços sugerem que seja “submetida a reunião de Câmara nova versão do projeto de regulamento”!
- 6) O Vereador questiona os serviços se, por causa das diferentes versões (a sua e a da Consulta Pública) é preciso ir novamente a Consulta Pública, ou se pode introduzir a sua versão na versão publicitada como se fossem contributos... dos interessados! Ou seja, alterando a proposta inicial e desvirtuando aquilo que foi publicitado e não manifestado por alguém.
- 7) Este episódio este Vereador e serviços culmina com uma resposta do primeiro aos segundos, dizendo aquilo que já todos sabemos: “**Não estou a entender o que pretende mais**”. Ou

Em termos substantivos, sobre o regulamento:

- 8) Como definem o que é “relevante interesse municipal”? Não explicam. É abstrato e amplo. Tal conceito deve estar claramente definido para compreensão dos candidatos e do público escrutinador.
- 9) As alíneas c) e d) do n.º 1 foram adicionadas pelo Vereador José Miguel Oliveira. Curiosamente, ou talvez não, são ambas dúbias, abrindo a porta a favorecimentos, ao estabelecer “apoios pontuais” para questões “diversas”.
- 10) Qual o critério para atribuição destes apoios “pontuais” e “diversos”? O **impacto comunicacional**, portanto, o *show-off*. Esta é a proposta do Vereador para as freguesias: que se tornem em agências de marketing e comunicação.
- 11) No artigo 9.º, a Câmara define prazos, mas também diz que, se lhe apetecer, pode “dispensar” esses prazos por “razões de interesse municipal” – as quais, mais uma vez, não estão definidas.



Handwritten initials and marks, including a large 'A' at the top right, a signature-like scribble in the middle, and another 'A' below it.

12) O mesmo artigo estabelece que as freguesias interessadas nos apoios pontuais devem solicitar os apoios para o ano seguinte **até ao dia 30 de setembro do ano anterior** ao da execução da respetiva iniciativa”. Se o regulamento aqui proposto diz que entra em vigor no dia seguinte à sua publicação em Diário da República (art.º 21.º), como vão as Juntas de Freguesia cumprir o prazo para o próximo ano? **Não há *vacatio legis*. O Regulamento carece de um período de transição.**

- a. **Dizer que o regulamento só se aplica para o próximo ano é incumprir com o próprio regulamento da Câmara. Tal não pode ser feito, porque não está lá estipulado. Temos um problema legal.**
- b. **Ou... as Juntas de Freguesia têm 2 dias para fazer os pedidos** (pressupondo que o Regulamento conseguisse, por milagre, ser publicado em Diário da República no dia seguinte à Assembleia Municipal)?

13) No mesmo artigo, e pior, estabelece que, apesar de ter um orçamento anual, em ano eleitoral, tem tudo que ser feito **“consoante a data estabelecida para as eleições”**. Ou seja, para fazer campanha eleitoral.

Pior que tudo, este Regulamento não estabelece o valor monetário anual, tal como em outros. Acreditamos que 5% do Orçamento do Município seria um valor apropriado para o efeito, mas este Regulamento coloca as Freguesias ao nível das Associações e é quase somente para “inglês ver”, ou seja, para cumprir, 9 anos depois, a lei.

Não estando tais dúvidas esclarecidas, não estamos em condições e votar favoravelmente o Regulamento. Ainda assim, não seremos uma força de bloqueio. Fazemos votos para este seja devidamente aplicado: como um mecanismo de apoio às freguesias e de promoção da transparência e não



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'H' and 'L' and a smaller 'A'.

apenas o cumprimento de um normativo legal que mantem a arbitrariedade e a falta de transparência.

O membro da Assembleia Municipal da Covilhã

Hugo Ferrinho Lopes





Handwritten signatures and initials, including a large signature and the letter 'H' below it.

---

## **2.9 Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho da Covilhã**

No passado dia 9, o executivo apresentou a versão final do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho da Covilhã, na sequência das Reuniões de Câmara de 8 de abril e 6 de junho do presente ano, e que vem ser apreciado e votado a esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Covilhã.

Estamos perante um documento fundamental no que poderá ser não só o desenvolvimento das atividades das Juntas de Freguesia do Concelho da Covilhã, mas mais importante do que isso, do desenvolvimento estrutural da orgânica destas instituições, que representam uma importância basilar na organização social no âmbito da proximidade e auxílio aos cidadãos.

Com um montante de dois milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta euros e setenta e cinco cêntimos, as Freguesias poderão ser apoiadas de forma transparente, idónea e justa.

No que toca ao raio de ação, é necessário afirmar a abrangência do documento, que contempla todas as áreas de atuação necessárias ao normal desenvolvimento dos programas das Juntas de Freguesia, desde apoio financeiro, logístico e técnicos pontuais, incorporando também intervenções no âmbito das infraestruturas, sempre com critérios bem definidos.

É importante também realçar, que a criação desta nova medida de apoio vem acrescentar uma dinâmica de empoderamento às Juntas de Freguesia, trazendo uma alternativa ao mecanismo tradicional de solicitações de apoio direto, desmistificando os fantasmas da vassalagem política que outrora pairaram sobre o Município durante largos anos, tornando o processo de apoio às Freguesias mais democrático e igualitário.

Este Regulamento, traz às Juntas de Freguesia a oportunidade de enquadrar o planeamento e o financiamento das suas atividades nas mais diversas áreas de atuação do documento e aproveitá-las como um estímulo a dinâmicas de financiamento inovadoras, contribuindo para a criação de Juntas de Freguesia mais livres e autónomas, estreitando em simultâneo a sua relação com o Município.



*Grupo Parlamentar do Partido Socialista*

---

O Grupo Municipal do Partido Socialista votará favoravelmente a criação deste regulamento, que demonstra a forma clara e transparente com que o executivo tem trabalhado em prol das Freguesias do nosso Concelho.



Covilhã, 26 de setembro de 2022

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### 2.9 REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DA COVILHÃ

Os grupos municipais do PSD e do CDS-PP na Assembleia Municipal **abstiveram-se** na votação do ponto em apreço no plenário da Assembleia Municipal com a data em epígrafe. Fizeram-no pela seguinte razão.

Consideramos que a existência de uma regulamentação para tratamento equitativo das freguesias do município é um bom princípio, tal como defendemos neste mesmo órgão e cuja deliberação da Assembleia Municipal decorre das suas competências materiais. Nomeadamente, da alínea j) do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (lei 75/2013), segundo a qual **competem à Assembleia Municipal “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”**.

Por um lado, se bem executado, um Regulamento de Apoio às Freguesias pode consubstanciar-se como uma vacina contra a arbitrariedade, garantindo previsibilidade às Juntas de Freguesias e ser ainda uma ferramenta para impulsionar a meritocracia, recompensando o trabalho. É um meio de escrutínio, transparência e prestação de contas, quer das freguesias, quer do próprio município. Desta feita, não votamos contra tal proposta.



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

Por outro lado, contudo, existem questões políticas e substantivas preocupantes. Politicamente falando, apesar de a existência deste Regulamento decorrer da lei 75/2013, somente passados nove anos da atual gestão socialista camarária é proposto tal regulamento, ainda que reiteradamente apontado pela oposição e adotado por municípios vizinhos há largos anos. Trata-se, em primeiro lugar, do reconhecimento da proposta da oposição e, em segundo, de terem estado quase uma década a atribuir apoios e financiamento sem rigor e critério, contrariando o espírito da lei.

Adicionalmente, a documentação existente revela problemas políticos dentro da própria Câmara Municipal sobre este regulamento:

- 1) Antes mesmo do fim do prazo de apresentação de contributos para a elaboração do projeto de Regulamento (18 de maio), já tinham “uma proposta de Projeto de Regulamento”.
- 2) O Vereador das Freguesias refere que “concorda com a proposta de Regulamento” **feita pelos serviços**. Todavia...
- 3) Conforme consta da correspondência da Câmara Municipal, existiam versões diferentes do regulamento. Uma era a dos serviços e outra a aprovada em reunião de Câmara e remetida para Consulta Pública. Ou seja, os cidadãos estavam a manifestar-se sobre uma proposta que era distinta daquela em que o Vereador estava a trabalhar, ocultando informação potencialmente relevante da opinião pública.
- 4) Os serviços do município chegam mesmo a dizer que:
  - a. Existem “duas distribuições a decorrer sobre o referido regulamento”. Uma do “Vereador José Miguel Oliveira e a presente [dos serviços]”. Todavia, “**o signatário não teve conhecimento de uma outra qualquer versão do documento (projeto de regulamento) até à presente data**”.



- b. (Da comunicação do Vereador, fica ainda por esclarecer se incluíram os contributos **formais** recebidos da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso e da Freguesia de Orjais. O Vereador diz que enviou também contributos da quase totalidade das freguesias, mas não menciona quais foram)
- c. Os serviços acrescentam que, **somente “após diligências junto do Gabinete do senhor Vereador José Miguel Oliveira, foi facultada nova versão do documento ao SEGAD no dia 24.06.2022 via e-mail”.**
- 5) Neste sentido, **os serviços sugerem que seja “submetida a reunião de Câmara nova versão do projeto de regulamento”!**
- 6) **O Vereador questiona os serviços se, por causa das diferentes versões (a sua e a da Consulta Pública) é preciso ir novamente a Consulta Pública, ou se pode introduzir a sua versão na versão publicitada como se fossem contributos... dos interessados! Ou seja, alterando a proposta inicial e desvirtuando aquilo que foi publicitado e não manifestado por alguém.**
- 7) Este episódio este Vereador e serviços culmina com uma resposta do primeiro aos segundos, dizendo aquilo que já todos sabemos: **“Não estou a entender o que pretende mais”.** Ou seja, que não entende nada do que está aqui a fazer. Não entende que os serviços querem fazer, e bem, o seu trabalho, e não entende sobre transparência e prestação de contas.

Em termos substantivos, sobre o regulamento:

- 8) Como definem o que é “relevante interesse municipal”? Não explicam. É abstrato e amplo. Tal conceito deve estar claramente definido para compreensão dos candidatos e do público escrutinador.



- 9) As alíneas c) e d) do n.º 1 foram adicionadas pelo Vereador José Miguel Oliveira. Curiosamente, ou talvez não, são ambas dúbias, abrindo a porta a favorecimentos, ao estabelecer “apoios **pontuais**” para questões “**diversas**”.
- 10) Qual o critério para atribuição destes apoios “**pontuais**” e “**diversos**”? O **impacto comunicacional**, portanto, o **show-off**. Esta é a proposta do Vereador para as freguesias: que se tornem em agências de marketing e comunicação.
- 11) No artigo 9.º, a Câmara define prazos, mas também diz que, se lhe apeter, pode “dispensar” esses prazos por “razões de interesse municipal” – as quais, mais uma vez, não estão definidas.
- 12) O mesmo artigo estabelece que as freguesias interessadas nos apoios pontuais devem solicitar os apoios para o ano seguinte **até ao dia 30 de setembro do ano anterior** ao da execução da respetiva iniciativa”. Se o regulamento aqui proposto diz que entra em vigor no dia seguinte à sua publicação em Diário da República (art.º 21.º), como vão as Juntas de Freguesia cumprir o prazo para o próximo ano? **Não há *vacatio legis*. O Regulamento carece de um período de transição.**
- a. **Dizer que o regulamento só se aplica para o próximo ano é incumprir com o próprio regulamento da Câmara. Tal não pode ser feito, porque não está lá estipulado. Temos um problema legal.**
  - b. **Ou... as Juntas de Freguesia têm 2 dias para fazer os pedidos** (pressupondo que o Regulamento conseguisse, por milagre, ser publicado em Diário da República no dia seguinte à Assembleia Municipal)?
- 13) No mesmo artigo, e pior, estabelece que, apesar de ter um orçamento anual, em ano eleitoral, tem tudo que ser feito “**consoante a data estabelecida para as eleições**”. Ou seja, para fazer campanha eleitoral.



Pior que tudo, este Regulamento não estabelece o valor monetário anual, tal como em outros. Acreditamos que 5% do Orçamento do Município seria um valor apropriado para o efeito, mas este Regulamento coloca as Freguesias ao nível das Associações e é quase somente para “inglês ver”, ou seja, para cumprir, 9 anos depois, a lei.

Não estando tais dúvidas esclarecidas, os membros da Assembleia Municipal abaixo subscritos abstêm-se na votação, fazendo votos para que o Regulamento seja devidamente aplicado como um mecanismo de apoio às freguesias e de promoção da transparência, e não apenas o cumprimento de um normativo legal que mantém a arbitrariedade e a falta de transparência.

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

João Bernardo

Nuno Costa Reis

Lino Torgal

Luís Rodrigues

Joana Petrucci Rocha